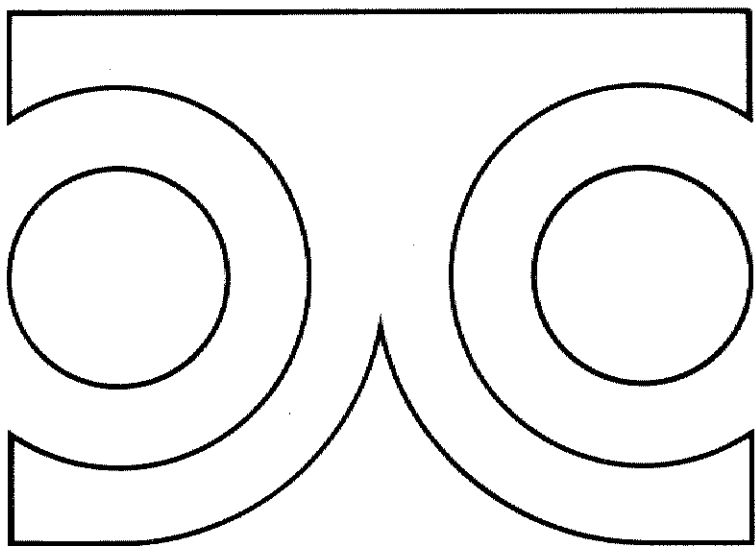


BOLETIM DE FILOLOGIA

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - TOMO XXV - 1976/79



Instituto Nacional de Investigação Científica

BOLETIM DE FILOGIA

Direcção e Redacção:

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
(Instituto Nacional de Investigação Científica). Av. 5 de Outubro, 85, 5.º e 6.º,
1000 LISBOA (Portugal).

Director: Luis Filipe Lindley Cintra

Comissão Redactorial: Ernesto d'Andrade, João Malaca Casteleiro, Ivo Castro,
Manuela Barros Ferreira, Maria Elsa Gonçalves, Maria Helena Mira Mateus e
Maria Elisa Macedo de Oliveira.

Capa de Vasco Grácio

Sumário:

MARIA DO CÉU VIANA, <i>O índice duração e a análise acústica das oclusivas orais em português</i>	1-20
ERNESTO D'ANDRADE, <i>A classificação das vogais e a diacronia</i>	21-25
JOÃO ANDRADE PERES, <i>Elementos para uma tipologia linguística do discurso afásico</i>	27-54
C. ARTHUR BRAKEL, <i>A gramática generativa e a pluralização em português</i>	55-96
JOÃO MALACA CASTELEIRO, <i>Síntaxe e semântica das construções enfáticas com «é que»</i>	97-166
CHRISTOPHER C. LUND, <i>A colecção de manuscritos portugueses na divisão dos manuscritos da Biblioteca do Congresso</i>	167-172
IVO CASTRO, <i>Quando foi copiado o «Livro de José de Arimateia»?</i>	173-183
STEPHEN PARKINSON, <i>Os tabeliães, o seu título e os seus documentos</i>	185-212
MARIA HELENA MIRA MATEUS, <i>Glossário da Vida e Feitos de Júlio César (Tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains»). Letra C</i>	213-261
PEDRO CUNHA SERRA, <i>Estudos toponímicos</i>	263-274



BOLETIM DE FILOLOGIA

TOMO XXV (1976/79)

Fascículos 1 — 4



Instituto Nacional de Investigação Científica

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

LISBOA

1979



INDICE DO TOMO XXV

ANDRADE (ERNESTO), <i>A classificação das vogais e a diacronia</i>	21-25
BRAKEL (C. ARTHUR), <i>A gramática generativa e a pluralização em português</i>	55-96
CASTELEIRO (JOÃO MALACA), <i>Sintaxe e semântica das construções enfáticas com «é que»</i>	97-166
CASTRO (IVO), <i>Quando foi copiado o «Livro de José de Arimateia»?</i>	173-183
LUND (CHRISTOPHER C.), <i>A colecção de manuscritos portugueses na direcção dos manuscritos da Biblioteca do Congresso</i> ...	167-172
MATEUS (MARIA HELENA MIRA), <i>Glossário da Vida e Feitos de Júlio César (Tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains»)</i> . Letra C	213-261
PARKINSON (STEPHEN), <i>Os tabeliães, o seu título e os seus documentos</i>	185-212
PERES (JOÃO ANDRADE), <i>Elementos para uma tipologia linguística do discurso afásico</i>	27-54
SERRA (PEDRO CUNHA), <i>Estudos toponímicos</i>	263-274
VIANA (MARIA DO CÉU), <i>O índice duração e a análise acústica das oclusivas orais em português</i>	1-20

O ÍNDICE DURAÇÃO E A ANÁLISE ACÚSTICA DAS OCLUSIVAS ORAIS EM PORTUGUES

MARIA DO CÉU VIANA
(LISBOA)

O índice duração e a análise acústica das oclusivas orais em português:

As consoantes oclusivas caracterizam-se acusticamente por uma interrupção no espectro seguida duma barra de explosão. Nas sonoras, por vezes, essa interrupção é imediatamente seguida da estrutura formancial da vogal seguinte (cf. fig. 1).

No presente trabalho pretende-se estudar o comportamento do índice de duração, verificando em que medida contribui para a distinção de classes de oclusivas. Serão consideradas as durações da oclusão, da explosão e da vogal.

O índice duração:

Relativamente à função do índice duração não há unanimidade de opiniões, não só pelo facto do comportamento do índice duração ser, em parte, específico de cada língua, mas, provavelmente também, devido à sua grande irregularidade e às suas múltiplas funções.

Assim, por exemplo, Denes (1955), Lisker (1972), Delattre (1955) e Fischer-Jorgensen (1964) e (1972) sustentam que a duração é um índice acústico importante para a percepção da sonoridade das consoantes. Lisker sugere ainda a sua importância para a percepção do acento e Delattre para a percepção do modo de articulação das consoantes. Fischer-Jorgensen chama também a atenção para o efeito da coarticulação sobre o índice duração. Segundo estes autores a duração duma vogal é menor diante duma oclusiva surda do que da sonora correspondente; a duração

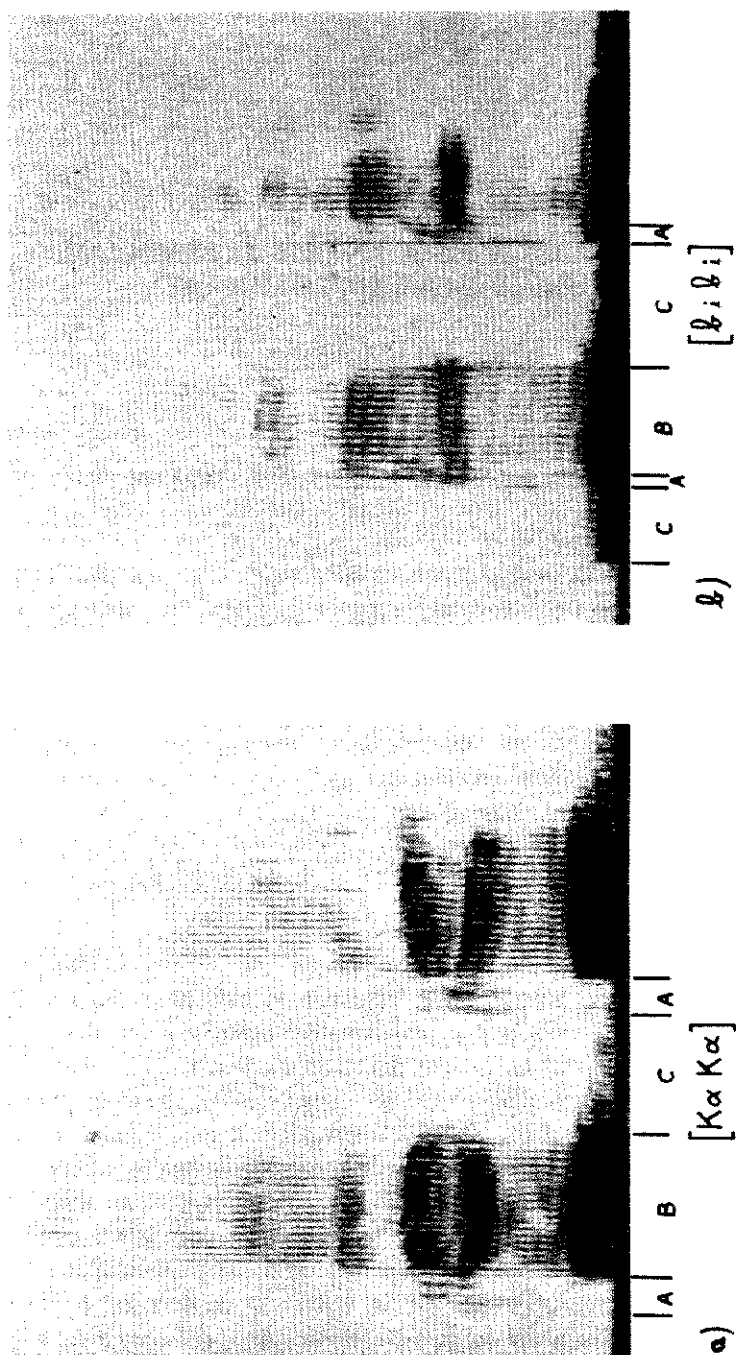


Fig. 1 — a) [kaka] b) [bibi]. A: explosão; B: vogal; C: oclusão.

da oclusão e da explosão é maior nas surdas do que nas sonoras correspondentes. Estas durações estão ainda dependentes das características dos segmentos adjacentes.

Delgado Martins, M. R. (1975) também afirma que as consoantes sonoras são mais breves do que as consoantes surdas e que as vogais [+bx] não mais longas do que as $\left[\begin{array}{c} - \text{alt} \\ - \text{bx} \end{array} \right]$ que por sua vez são mais longas do que as [+alt].

Lisker (1972) ao contrário do que afirmara em 1957, nega a importância do índice duração para a distinção surda-sonora e considera-o apenas como uma marca de acento, pelas seguintes razões:

1. Porque o índice duração está longe de ser um índice regular;
2. Porque [p] e [b] não diferem significativamente excepto quando precedidos de vogal acentuada e seguidos de vogal não acentuada;
3. Porque as diferenças apresentadas pelas consoantes sonoras quando seguidas de sílaba acentuada ou não acentuada são muito mais importantes do que as diferenças entre uma surda e a sonora correspondente.

Parece assim fundamental dar conta dos condicionamentos segmentais e supra-segmentais a que está sujeito o índice de duração. Para esse efeito serão estudados isoladamente os seguintes factores⁽¹⁾:

1. A natureza do próprio segmento (determinada pelo seu ponto e modo de articulação e, ainda, pelo modo de vibração das cordas vocais);
2. A natureza dos segmentos que o seguem ou o precedem;
3. O acento;

Método:

Dado que não é possível obter, no sistema português, todas as combinações consoante-vogal mantendo a mesma estrutura silábica e fazendo variar a posição do acento, utilizei uma lista de logatomas com a estrutura C V C V, C V C Ṽ, C V C Ṽ (2)

⁽¹⁾ Lehiste (1970).

⁽²⁾ Todas as vezes que for necessário fazer referência especificamente a uma das vogais ou a uma das consoantes, CVCV deverá ser lido como C₁V₁C₂V₂.

Lista utilizada

CVCV	CVCV	CVCV	CVCV	CVCV	CVCV
pápa	pápá	papá	bába	bábá	babá
papa	papá	papa	baba	babá	babá
pepe	pépe	pepe	bebe	bebé	bebé
pépe	pépé	pepé	bébe	bébé	bebé
pðpð	pðpð	pðpð	bðbð	bðbð	bðbð
pípi	pípi	pipi	bíbi	bíbi	bíbi
pɔpɔ	pɔpɔ	pɔpɔ	bɔbɔ	bɔbɔ	bɔbɔ
pópo	pópó	popó	bóbo	bóbó	bobó
púpu	púpú	pupú	búbu	búbú	bubú
táta	tátá	tatá	dáda	dádá	dadá
tata	tatá	tata	dada	dadá	dadá
tete	téte	tete	dede	dedé	dedé
téte	tépé	teté	déde	débé	dedé
tðtð	tðtð	tðtð	dðdð	dðdð	dðdð
títi	títi	titi	dídi	dídi	didí
tɔtɔ	tɔtɔ	tɔtɔ	dɔdɔ	dɔdɔ	dɔdɔ
tóto	tótó	totó	dódo	dóbó	dodó
tútu	tútú	tutú	dúdu	dúbú	dudú
káka	káká	kaká	gága	gágá	gagá
kaka	kaká	kaka	gaga	gagá	gagá
keke	kéke	keke	gege	gegé	gegé
kéke	képé	keké	gége	gégé	gegé
kðkð	kðkð	kðkð	gðgð	gðgð	gðgð
kíki	kíki	kiki	gígi	gígi	gigi
kɔkɔ	kɔkɔ	kɔkɔ	gɔgɔ	gɔgɔ	gɔgɔ
kóko	kókó	kokó	gógo	góbó	gogó
kúku	kúkú	kukú	gúgu	gúbú	gugú

Escolhi o dissílabo porque numa fase posterior de análise de contextos naturais, ele permitia, mantendo idêntico o acento, o estudo das oclusivas num maior número de contextos fonéticos.

Para eliminar factores como as diferenças de débito no mesmo falante e de falante para falante, além da duração em valores absolutos, considere também valores de duração relativos. Tomei como ponto de referência para cada um dos valores relativos, o grupo $V_1 C_2 V_1$ da mesma palavra ^(*).

(*) Duração relativa: $100 \times \frac{\text{segmento}}{V_1 C_2 V_1}$ em que «segmento» e $V_1 C_2 V_1$ são expressos em durações absolutas.

Sendo esta lista apenas constituída por palavras isoladas, não é possível analisar a duração da oclusão das consoantes surdas iniciais. É também por esta razão que não é utilizada toda a palavra como ponto de referência para os valores relativos.

O carácter artificial da lista influi, necessariamente, tanto sobre a produção como sobre a percepção, pois estas estão em relação directa com o grau de familiaridade com o código linguístico utilizado. Assim, nesta lista, há que considerar diferentes níveis consoante os logatomas são, ou não, conformes ao código linguístico utilizado. Os resultados devem, pois, ser encarados apenas como hipóteses a confirmar numa fase posterior de análise de contextos naturais.

Utilizei o método de análise espectrográfica (Kay Electronic Sonagraph 6061B). A lista de logatomas foi gravada por um dos informantes, L. F. C., em câmara insonorizada, com um gravador «Revox A-77».

Crítérios de delimitação:

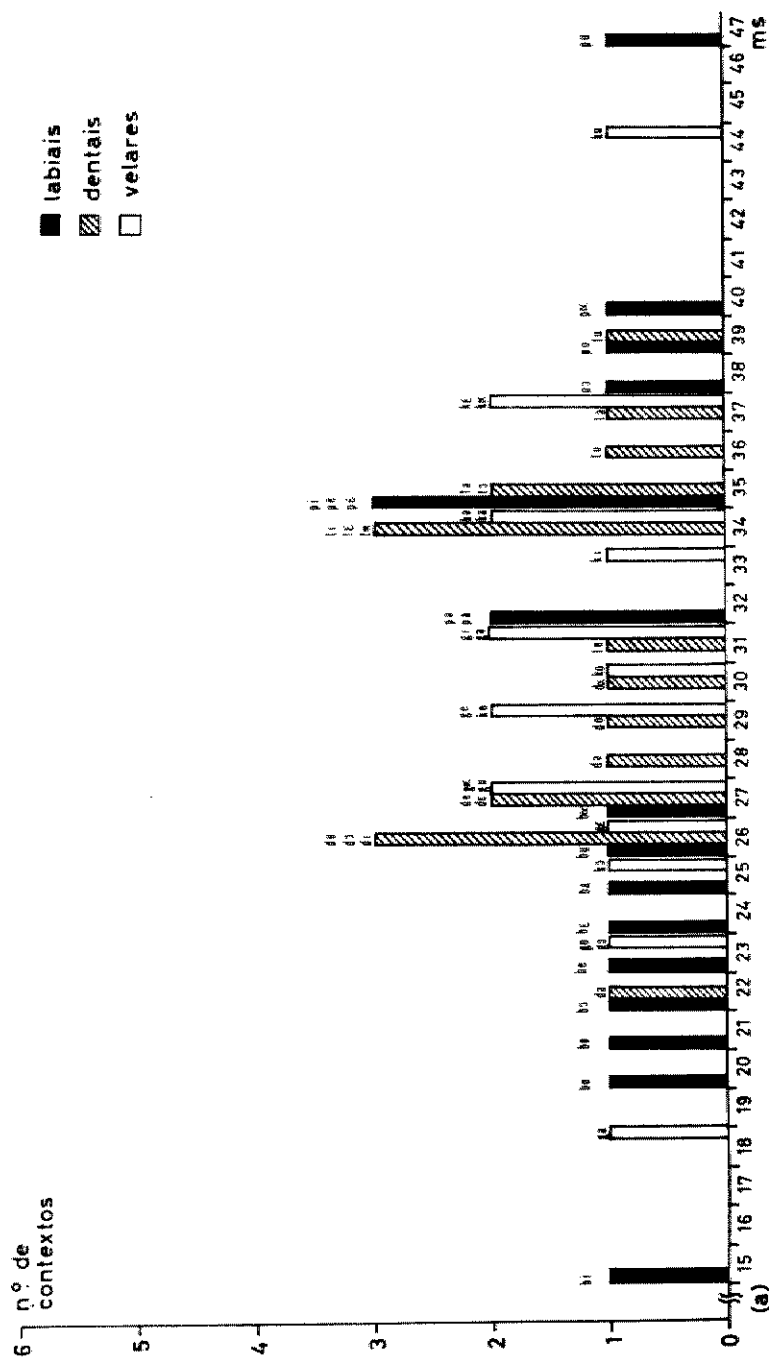
Para efeitos de medição considerei:

1. Como *oclusão* a) para as consoantes iniciais, o segmento que vai de início da barra de sonoridade à flecha de explosão; b) para as intervocálicas, o segmento que vai do fim do 1.º formante da vogal anterior até à flecha de explosão;
2. Como *explosão* o segmento que vai da flecha de explosão ao início da transição do 1.º formante da vogal seguinte;
3. Como *vogal* o segmento que vai do início da transição até ao fim do primeiro formante.

Duração do segmento em função da natureza do próprio segmento:

Duração da oclusão:

A duração da oclusão não varia em função do ponto de articulação das consoantes. Em geral, as velares [k] e [g] apresentam valores mais baixos do que as labiais e as dentais correspondentes (cf. quadro n.º 1).



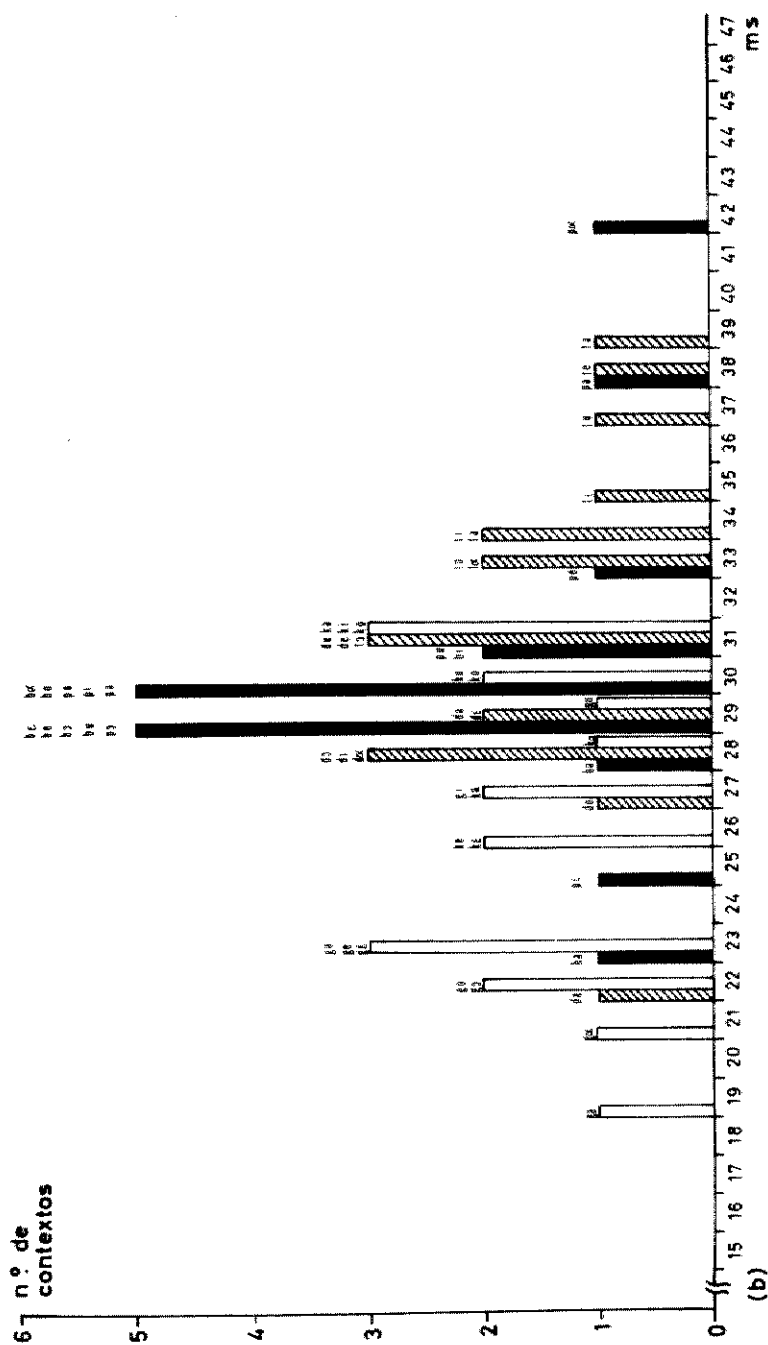


Fig. 2 — Duração da oclusão: a) em contexto de CVCV e b) em contexto de CVCV. A abcissa indica a duração da oclusão e a ordenada o n.º de contextos com a mesma duração.

Para idêntica situação de acentuação verifica-se que o valor médio de duração da oclusão, tanto em termos de valores absolutos como relativos, varia significativamente entre as surdas e as sonoras (cf. quadro n.º 2). Os valores são mais altos para as surdas do que as sonoras correspondentes, sendo a diferença menor da ordem dos 2,9 % (30 ms). A diferença não é regular. Diferenças significativas mas não regulares foram encontradas, por exemplo, para o francês, por Marguerite Durand (1936) e Péla Simon (1967). Também para o francês Eli Fischer-Jorgensen (1972), observou num dos seus informantes, diferenças significativas, mas desta vez regulares, da ordem dos 23 ms. No entanto, o informante em questão (CHH) tem a particularidade de apresentar [b, d, g] surdos.

	p	b	≠	t	d	≠	k	g	≠
CVCV	37	22,5	14,5	35	26,7	8,3	33,7	26,7	7
CVCṼ	36,6	27,6	9	35,7	25,1	10,6	30,4	24,3	6,1
CVCV̂	31,8	28,9	2,9	34,9	28,1	6,8	26,7	23,2	3,5

Quadro n.º 1 — Médias de duração da oclusão de C_i em valores relativos (%); / diferença das médias.

Se se observar os histogramas da fig. 2, verifica-se que [p] e [b] não diferem significativamente, excepto se precedidos de vogal acentuada e seguidos de vogal não acentuada. No entanto, não parece possível generalizar, a partir dos dados obtidos para as labiais e considerar o índice duração uma marca de acento, apenas. Com efeito, em todos os outros casos, é possível distinguir entre surdas e sonoras com base no índice duração da oclusão. Se, por vezes, não é possível marcar uma linha de fronteira que separe uma duração característica das sonoras duma outra característica das surdas, verifica-se que, no mesmo contexto vocálico, a duração da surda é sempre superior à duração da sonora correspondente, com uma única excepção [k] e [g] que não se distinguem em contexto de CVCV (cf. fig. 2) quando V é igual a [e]. Por outro lado, contrariamente ao que afirmara Lisker, as diferenças apresentadas pelas consoantes sonoras, quando seguidas de sílaba acentuada ou não acentuada, não são superiores às diferenças observáveis entre a oclusão duma surda e a da sonora correspondente.

Duração da explosão:

Em geral, a duração da explosão das labiais é menor do que a das dentais que por sua vez é menor do que a das velares. As velares caracterizam-se, tanto em posição inicial como intervocálica, por uma explosão significativamente mais longa do que a das labiais ou das dentais. Quanto a uma distinção entre labiais e dentais em função da duração da explosão verifica-se que as diferenças são muito pequenas (em geral inferiores a 10 ms) sendo muito difícil poder considerá-las significativas (*) (cf. quadro n.º 2).

Pela mesma razão, não parece possível considerar significativas as diferenças relativamente estáveis que se podem observar entre as surdas e as sonoras correspondentes.

	[p]	[b]	≠	[t]	[d]	≠	[k]	[g]	≠
CVCV	3,2	1	2,2	2,7	2	0,7	5,8	4,8	1
CVCV	2,8	1,8	1	2,9	2,4	0,5	7,1	5	2,1
CVCV	3,1	2,8	0,3	3,4	2,6	0,8	7,4	4,4	3

a)

CVCV	2,4	2	0,4	2,7	3,1	0,4	7	6,8	0,2
CVCV	2,3	1,6	0,7	3	2,4	0,6	7,6	6,1	1,5
CVCV	3,6	3	0,6	3,7	4,1	0,4	7	6,2	0,8

b)

Quadro n.º 2 — Médias de duração da explosão em valores relativos (%). a) C₁ e b) C₂.

Duração das vogais:

A duração das vogais é determinada pela sua própria natureza. Em média, as vogais [+alt] são menores do que as $\begin{bmatrix} -alt \\ -bx \end{bmatrix}$ que por sua vez são menores do que as [+bx] (cf. quadro n.º 3).

(*) F. S. Cooper e al. (1952) demonstraram que as mínimas diferenças perceptíveis de duração da explosão são de 10 ms. No entanto, só depois de feitos testes de percepção será possível afirmar se estas diferenças são ou não significativas.

Segundo Lehisté (1970), a duração da vogal está relacionada com a altura da língua sendo bastante provável que estas diferenças em função do grau de abertura da vogal estejam condicionadas fisiologicamente, constituindo, portanto, um universal fonético.

Mas, também em média, podemos encontrar outro tipo de relação: as vogais [+ rec] são mais longas do que as vogais [— rec] excepto em contexto de velar sonora (vf. quadro n.º 3).

Assim seria de esperar que as vogais mais longas fossem as $\begin{bmatrix} + \text{rec} \\ + \text{bx} \end{bmatrix}$ e as mais breves as $\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$. Tal não acontece porém. As vogais mais breves e geralmente, átonas em português são as $\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$.

	[+ alt]	$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \end{bmatrix}$	[+ bx]	[+ rec]	[— rec]
[p]	28,8	29,3	31,7	30,9	29,5
[b]	34,3	34,7	35,8	35,1	34,6
[t]	28,5	30,1	30,9	30	29,5
[d]	33,2	33,8	35,4	34,5	33,9
[k]	27,8	30,1	32,2	30,8	29,7
[g]	31	33,8	36,6	33	34,4

	$\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ - \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \\ - \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} + \text{bx} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} + \text{bx} \\ - \text{rec} \end{bmatrix}$
[p]	28,3	30,2	29,1	29,7	31	33
[b]	33,3	36,1	34,8	34,5	35,8	34,5
[t]	27,7	30,2	30,1	30	30,8	31
[d]	32,1	35,3	33,8	33,8	35,9	34,3
[k]	27,6	28,1	30,2	30,8	31,6	33,3
[g]	31	31	34,3	33	37,7	34,8

Quadro n.º 3 — Médias de duração dos vogais em valores relativos (%).

Duração do segmento em função da natureza dos segmentos que o seguem ou precedem:

Duração da oclusão:

Como se pode verificar no quadro n.º 4, a duração da oclusão é mais longa diante das vogais $\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$ que são, por natureza, as vogais mais breves em duração. Poder-se-á, assim, pôr a hipótese de existência de um mecanismo de compensação de durações.

	$\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ - \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \\ - \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} + \text{bx} \\ + \text{rec} \end{bmatrix}$	$\begin{bmatrix} + \text{bx} \\ - \text{rec} \end{bmatrix}$
p	37,2	33,3	36	37	34,5	30,6
b	28	25	26,8	26,7	12,4	27
t	37,8	34	34,7	35	34,5	34
d	29	22	27,7	28	24,7	27,3
k	33,9	31,7	30,5	27,6	30	31
g	28,5	28,3	22,5	25,6	19	24

Quadro n.º 4 — Médias de duração da oclusão em valores relativos (%). As colunas indicam os contextos vocálicos.

Duração da explosão:

Fischer-Jorgensen (1972) sustenta que a duração da explosão depende sobretudo da vogal seguinte, sendo menos longa diante duma vogal aberta ($[+ \text{bx}]$) do que duma vogal fechada ($[+ \text{alt}]$). As alterações na duração devidas à influência da vogal seguinte são consideradas como uma tendência geral que se verifica em várias línguas — dinamarquês, alemão, inglês, francês — diferenças essas, que são mais importantes para $[p, t, k]$ do que para $[b, d, g]$.

A análise dos dados não permite afirmar que a duração da explosão das consoantes é maior diante das vogais $[+ \text{bx}]$ do que das $[+ \text{alt}]$. O $[p]$ inicial, por exemplo, apresenta iguais valores em contexto de $[o]$

de [i] e de [a]. É, contudo, possível afirmar que a duração da explosão das consoantes surdas, tanto em posição inicial como intervocálica, é maior em contexto de vogal [+alt] do que das [-alt] que lhe correspondem no triângulo acústico. Assim, a explosão em contexto de [i] > [e] e [ɛ]; de [ə] > [a] e [a]; de [u] > [o] e [ɔ].

No que diz respeito às consoantes sonoras não há regularidade em valores absolutos, mas verifica-se em valores relativos com poucas excepções. É preciso notar, no entanto, que as oclusivas sonoras, tanto em posição inicial como intervocálica não apresentam muitas vezes flecha de explosão, sendo a oclusão imediatamente seguida da estrutura formancial, o que, necessariamente, altera o valor da média de duração da explosão.

	i	e	ɛ	ə	α	a	u	o	ɔ
p	2,4	2,1	2,2	4,8	2,7	2,2	5,3	3,2	2,2
b	2,2	2,5	2,1	1,8	0,6	2,4	1,7	2,9	1,2
t	4,2	2,9	2	5,3	2,4	1,7	3,9	2,4	2,5
d	3,4	1,4	1,9	3,4	1,6	2,1	2,8	2,7	1,7
k	8,5	6,5	6,7	7,3	6,8	5,1	8,2	5,7	5,9
g	5,7	4,9	4,4	4	5	5	5,2	4,6	4

a)

p	1,3	1,2	1	2,5	1,2	1,2	2,7	1,9	1,2
b	1,3	2,1	2	2,3	1	1,7	4	2,3	3
t	3,7	3	2	6,3	4	1,7	3,7	2	1,7
d	4,7	2	2	5,7	2,3	2,7	5,7	2,7	2,7
k	9,7	8,7	6,7	8,7	6,7	5,7	7,7	7,3	4
g	9	6,3	4,7	7,3	7,7	5	7	5,7	4,7

b)

Quadro n.º 5 — Médias de duração da explosão em valores relativos (%). a) C₁ e b) C₂.

	a	α	ε	e	ê	i	ɔ	o	u
p	36	32	32	33	43	36	35	30	25
b	44	44	40	39	40	49	40	42	43
t	37	35	38	31	34	30	36	30	39
d	43	40	42	43	36	38	41	40	35
k	32	35	37	31	28	29	40	33	32
g	42	41	38	32	34	36	44	37	33

a)

p	28	25	50	32	32	33	33	29	27
b	41	29	24	29	30	30	19	29	25
t	28	29	36	31	28	31	34	31	29
d	35	29	33	30	28	28	32	32	33
k	30	27	36	29	28	29	31	30	27
g	33	36	36	33	34	29	31	34	33

b)

	a	ε	ɔ	e	α	o	i	ê	u
p	28	30	23	28	26	28	24	17	22
b	28	33	33	34	28	34	35	33	25
t	24	24	25	33	25	30	31	25	17
d	31	26	29	27	26	27	32	28	29
k	27	35	27	29	19	29	25	28	17
g	33	30	26	30	22	34	23	26	26

c)

p	31	22	33	31	28	34	33	30	33
b	32	41	46	38	37	35	34	36	37
t	34	25	31	26	31	31	29	22	29
d	40	35	36	33	38	36	34	34	29
k	36	30	34	34	36	30	30	30	27
g	41	34	39	33	35	34	36	33	29

d)

Quadro n.º 6 — Médias de duração das vogais em valores relativos (%), a) V₁ em CVCV, b) V₁ em CVCV, c) V₂ em CVCV, d) V₂ em CVCV.

Duração da vogal:

A influência do ponto de articulação das consoantes sobre a duração das vogais adjacentes, observada para várias línguas como, por exemplo, o francês, o inglês e o alemão, não se verifica nos contextos estudados. Não se observa qualquer relação de implicação entre os diferentes contextos consonânticos e a duração das vogais adjacentes (cf. quadro n.º 6).

Em termos de valores absolutos não parece possível encontrar qualquer regularidade na duração da vogal em função da sonoridade das consoantes. Em termos de valores relativos, no entanto, é possível encontrar um certo número de relações estáveis. Quando V_1 é acentuada, (excepto para dois casos em contexto de [ə] e de [u]) a vogal antes de sonora é mais longa do que a vogal antes de surda. As diferenças de duração nestes dois casos são muito inferiores às que se verificam em geral e é preciso tomar em consideração que estas vogais são quase sempre átonas, pelo que se torna muito difícil produzi-las como tónicas, sobretudo em contexto simétrico.

Quando V_1 não é acentuada não há qualquer regularidade. Quando V_2 é acentuada é mais longa depois duma sonora do que da surda correspondente. Quando não é acentuada esta tendência geral mantém-se, embora não tão marcada e não se verifica em cerca de 15 % dos casos.

De qualquer forma, independentemente do acento, a soma de V_1 e de V_2 em contexto de sonora é maior do que a mesma soma em contexto de surda. Exceptuando-se as vogais em contexto de labial quando CVCV̆.

Considerando que a duração das consoantes sonoras é menor do que a das consoantes surdas correspondentes, e que é exactamente junto das sonoras que as vogais sofrem um alongamento, é possível considerar este facto como mais um argumento a favor da hipótese de existência dum mecanismo de compensação de durações.

A duração do segmento e a influência do acento:*Duração da oclusão:*

A mudança de acento de CVCV para CVCV̆ implica alterações na duração da oclusão das consoantes. Nas surdas a duração da oclusão diminui de 0,1 % para a dental, 5,2 % para a labial e 7 % para a velar. Nas sonoras a mudança de acento provoca o efeito inverso: a labial e a

dental aumentam de 6,4 % e 1,5 % respectivamente. Quanto à velar sonora apresenta um comportamento semelhante ao das surdas: a duração da oclusão de [g] diminui de 4 %.

Assim, as surdas e a velar sonora sofrem a influência da vogal anterior, enquanto que, a labial e a dental sonora sofrem a influência da vogal seguinte.

	a	ε	ɔ	e	α	o	i	ə	u
p	64	62	58	61	57	58	60	60	47
b	72	75	73	73	72	76	84	73	68
t	61	62	61	64	60	60	61	57	56
d	74	68	70	70	66	67	70	64	64
k	59	72	67	60	54	62	54	56	40
g	75	68	70	62	63	71	59	60	59

a)

p	61	64	64	54	56	62	55	56	54
b	72	69	74	67	72	67	69	72	59
t	61	63	60	59	56	63	60	55	56
d	71	70	73	70	67	70	80	68	65
k	60	62	62	62	60	63	56	59	55
g	99	71	74	70	69	69	62	61	63

b)

p	59	72	66	63	53	63	66	62	60
b	73	65	65	59	66	64	64	66	62
t	62	61	65	57	60	62	60	50	58
d	75	68	68	63	67	68	62	62	62
k	66	66	65	63	63	60	59	58	54
g	74	70	64	66	71	68	65	67	62

c)

Quadro n.º 7 — Soma de duração de V₁ e V₂: a) CVCV; b) CVCV; c) CVCV.

Duração da explosão:

O acento afecta a duração da explosão quando recai sobre a vogal final. Com efeito, tanto a duração de C_1 como a de C_2 é geralmente aumentada quando o acento recai sobre a vogal final.

Duração das vogais:

Como se pode observar na fig. 11, a mesma vogal quando acentuada é mais longa do que quando não acentuada.

	VOGAL 1						VOGAL 2					
	p	p	b	b	t	t	d	d	k	k	g	g
a	8	9	4	8	2	9	3	3	10	9	9	8
ε	18	16	2	9	1	2	8	8	1	9	5	4
ɔ	2	21	2	9	9	13	10	13	6	7	7	6
e	1	10	6	13	2	1	3	4	7	6	5	3
α	6	15	6	11	8	5	2	9	6	12	17	13
o	1	13	1	8	3	3	6	1	1	1	1	0
i	3	19	1	10	0	7	9	1	2	2	5	13
ð	11	10	6	8	0	0	13	3	1	6	2	7
u	2	18	10	2	5	0	11	12	12	0	10	3

Quadro n.º 8 — Diferenças de duração da vogal de CVCV para CVCV em valores relativos (%), o que corresponde a uma diminuição na duração de V_1 e um acréscimo na de V_2 .

Duração do segmento em função da posição na palavra:*Duração da oclusão:*

Nas sonoras, em que podemos medir a duração da oclusão das consoantes iniciais e compará-la com a das intervocálicas, verifica-se que a duração da oclusão da consoante inicial é, em geral, inferior à duração da intervocálica (cf. quadro n.º 9).

	b ₁	b ₂	d ₁	d ₂	g ₁	g ₂
CVCV	20,9	22,5	18,4	26,7	16,4	26,7
CVCV	18,1	27,6	19,5	25,1	17,7	24,3
CVCV	19,4	28,9	20	28,1	21,5	23,2

Quadro n.º 9 — Médias de duração da oclusão de C₁ e de C₂.

Duração da explosão:

A duração da explosão não parece ser afectada pela posição da consoante na palavra (cf. fig. 7). É interessante notar a este respeito que a oclusão das consoantes sonoras pode ser imediatamente seguida da estrutura formante da vogal seguinte, tanto em posição inicial como intervocálica.

Duração das vogais:

Verifica-se uma tendência para a redução da duração da vogal final. Em idêntica situação de acentuação a duração de V₂ é, geralmente, menor do que a duração de V₁.

Conclusão:

Não esquecendo as restrições necessariamente impostas pelo facto da lista analisada ser constituída por logatomas, podemos considerar as seguintes hipóteses:

1. Os movimentos articulatorios são programados pelo menos para a sequência da palavra (⁵), dentro da qual são organizadas as relações temporais, segundo determinadas regras; isto é: haverá uma duração característica da palavra, variável em função do débito e, provavelmente, em função do número de segmentos

(⁵) Sendo a lista analisada constituída por logatomas isolados não é possível verificar se essa programação é superior à palavra.

constituintes. Dentro da palavra as relações temporais vão organizar-se da seguinte forma:

- a) Em função da natureza do segmento sendo a duração da oclusão determinada pela vibração ou não vibração das cordas vocais, a da explosão pelo ponto de articulação das consoantes e a das vogais pela altura da língua;
 - b) Em função da posição na palavra: a duração dos segmentos em posição inicial será inferior à duração dos mesmos segmentos em posição média; a vogal final será menor do que a vogal não final;
 - c) Em função do acento: o acento da palavra recai sobre a vogal aumentando a sua duração e provocando alterações nos segmentos adjacentes; a duração da oclusão das surdas e a da velar sonora é aumentada quando o acento recai sobre a vogal anterior e a das dentais e labiais sonoras quando recai sobre a vogal seguinte; consoante a posição do acento (1.^a ou segunda vogal) a duração de C_1 e de C_2 será afectada de maneira diferente, implicando incrementos diferentes;
 - d) Observadas estas restrições a organização temporal dentro da palavra deverá sofrer ainda alguns ajustamentos:
 - a vogal acentuada sofrerá novo incremento se a consoante adjacente for sonora (mais breve por natureza).
 - a duração da oclusão será maior junto das vogais mais breves por natureza e menos junto das mais longas.Verifica-se, portanto, a existência de um mecanismo de compensação de duração dentro da palavra.
2. Este mecanismo de compensação não actua apenas a este nível: nos dados analisados foram observados dois valores nitidamente afastados da média que podemos considerar como «erros» cometidos. Em [pépɛ] e [bóbó] a primeira vogal constitui 50 % do total de $V_1C_2V_2$ no primeiro caso e 19 % no segundo, valores respectivamente muito superiores e inferiores à media. A segunda vogal constitui no primeiro caso 22 % do mesmo total e, no segundo, 47 %. Podemos, portanto pôr como hipótese que se um erro é cometido numa dada sequência é sempre possível compensá-lo na seguinte.

Num outro trabalho, depois de analisados os contextos naturais será necessário formalizar as hipóteses confirmadas e tentar quantificá-las.

Partindo de valores de duração mínima, necessários à percepção do segmento em função da sua própria natureza serão acrescentados incrementos em função do acento e do contexto. Só um modelo quantificável permitirá organizar sistematicamente os resultados obtidos pela análise e explicar as variações de duração dos segmentos.

BIBLIOGRAFIA

- COOPER, F. S., P. C. Delattre, A. M. Liberman, J. M. Borst e L. Gerstman (1952) «Some Experiments on the Perception of Synthetic Speech Sounds», *J. A. S. A.*, 24, pp. 1-11.
- DELGADO MARTINS, M. R. (1975) «Vogais e Consoantes do Português: Estatística de Ocorrência, Duração e Intensidade», *Boletim de Filologia*, XXIV, pp. 1-11.
- DELATTRE, P. C. (1965) *Comparing the Phonetic Features of English, German, Spanish and French*, Julius Groos Verlag, Heidelberg.
- DENES, P. (1955) «Effect of Duration in the Perception of Voicing», *J. A. S. A.*, 27, pp. 761-764.
- DURAND, Marguerite (1936) «Étude Expérimentale sur la Durée des Consonnes Pariennes», Bibliothèque du «*Français Moderne*», Paris.
- FISCHER-JØRGENSEN (1964) «Sound Duration and Place of Articulation», *Zeitschrift für Phonetik*, 17, pp. 175-208.
- FISCHER-JØRGENSEN (1972) «PTK et BDG Français en Position Intervocalique Accentuée». *Papers in Linguistics and Phonetics to the Memory of Pierre Delattre*, Mouton, Paris.
- LEHISTE, I. (1970) *Suprasegmentals*, M.I.T. Press, Cambridge, Mass.
- LISKER, L. (1957) «Closure Duration and Intervocalic Voiced-Voiceless Distinction in English», *Language*, 33, n.º 1, pp. 42-49.
- LISKER, L. (1969) «Stop Duration and Voicing in English», *Papers in Linguistics and Phonetics to the Memory of Pierre Delattre*, Mouton, Paris.
- SIMON, P. (1967) *Les Consonnes Françaises: Mouvements et Positions Articulatoires à la Lumière de la Radiocinematographie*, Klincksieck, Paris.

A CLASSIFICAÇÃO DAS VOGAIS E A DIACRONIA

ERNESTO d'ANDRADE
(LISBOA)

Wang propôs uma nova classificação de traços para a especificação das vogais no quadro da gramática generativa. Uma das finalidades de Wang é que os traços da região da língua sejam comuns às consoantes e às vogais para melhor «evidenciar os seus aspectos articulatórios comuns e facilitar a descrição da sua influência mútua em termos de regras fonológicas». No seu sistema as vogais são analisadas como pertencendo às classes seguintes:

$\left[\begin{array}{l} + \text{ palatal} \\ - \text{ velar} \end{array} \right]$

i
e
ɛ

$\left[\begin{array}{l} - \text{ palatal} \\ - \text{ velar} \end{array} \right]$

ɪ
ʌ
a

$\left[\begin{array}{l} - \text{ palatal} \\ + \text{ velar} \end{array} \right]$

u
o
ɔ

Naro pretendeu mostrar a vantagem deste sistema sobre o proposto por Chomsky e Halle aduzindo, segundo ele, uma prova histórica em apoio de esta nova classificação. A sua prova histórica reside num fenómeno que, sempre segundo ele, se pode facilmente descrever e explicar se utilizarmos os traços de Wang mas não se utilizarmos os de Chomsky e Halle.

A finalidade desta nota é precisamente mostrar não que o sistema de Wang não explica os factos de maneira exacta mas sim que o sistema de Chomsky e Halle o faz, pelo menos, tão bem como o de Wang.

Retomemos alguns dos exemplos citados por Naro:

- | | |
|-----------------------|--|
| 1. noche «noite» | nócte > nóyče > nóče |
| 2. hoja «folha» | fólia > fólɣa > fólɔa |
| 3. ojo «olho» | óculu > óklo > óɣlo > ólo |
| 4. eje «eixe» | ákse > éyše > éše |
| 5. bajar «baixar» | bassiáre > bašyar > bašar |
| 6. araña «aranha» | aránea > aráñya > araña |
| 7. peor «pior» | peyóre > peór |
| 8. carrera «carreira» | carrária > carráyra > carréyra > carréra |
| 9. frito «frito» | frictu > friyto > fryito > frito |
| 10. pared «parede» | pariēte > paríede > paréde |
| mas | |
| 11. vidrio «vidro» | vítrēu > vídryo |
| 12. limpio «limpo» | limpidu > limpyo |
| 13. lluvia «chuva» | pluvia > lúvyɔ |
| 14. cayado «caiado» | cayátu > cayádo |

Vê-se nos exemplos acima que o iod desaparece todas as vezes que se encontrar antes ou depois de uma consoante palatal ou de uma vogal [—recuado]. Estamos assim em presença de uma regra palindromática que seria escrita no sistema de Chomsky e Halle como

$$1) \ y \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{c} C \\ \left[\begin{array}{c} + \text{alt.} \\ - \text{rec.} \end{array} \right] \\ V \\ \left[\begin{array}{c} - \text{rec.} \end{array} \right] \end{array} \right]$$

enquanto que no sistema de Wang ela seria escrita simplesmente como

$$2) \ y \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{c} + \text{palatal} \\ - \text{velar} \end{array} \right]$$

Parece evidente que esta última formulação é muito superior à primeira. Por um lado, o desaparecimento do iod é, em todos os casos, considerado como sendo um processo único e, por outro, o número de traços utilizados é menor que na primeira formulação. Por outras

palavras, estamos aqui em presença de um caso em que as vogais e as consoantes palatais se comportam como uma classe diacrónica única, o que não é explicitado na formulação de (1). Por outro lado, (2) mostra bem que a absorção do glide palatal é devida ao facto que o glide se encontra na vizinhança de um outro segmento palatal — consoante ou vogal.

Mas, e Naro parece tê-lo esquecido, em castelhano não há sequências dentro de uma palavra constituídas por uma vogal não baixa seguida de uma vogal alta não acentuada ou por um glide que concorde com a primeira no valor do traço recuado, isto é, não existem normalmente em castelhano sequências como *ii, *iy, *ei, *ey⁽¹⁾ ou *uu, *uw, *ou, *ow devido à existência da regra (3).

$$3) \left[\begin{array}{l} - \text{cons.} \\ - \text{ac.} \\ + \text{alt.} \\ \alpha \text{ rec.} \end{array} \right] \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{c} V \\ - \text{bx.} \\ \alpha \text{ rec.} \end{array} \right] \text{ — (2)}$$

Ora, sabendo que a regra (3) existe nada nos impede que reescrevamos (1) sob a forma de (4)

$$4) y \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{l} - \text{alt.} \\ - \text{rec.} \end{array} \right]$$

e que vejamos que (2) na realidade não reflecte o processo de absorção do iod melhor do que (4), isto é, o exemplo de Naro segundo a proposta de Wang não milita na realidade a favor de uma mudança da denominação dos traços para a especificação das vogais.

(¹) Encontram-se contudo com [ey] as formas *seis*, «seis», *peine*, «pente», e *aceite*, «azeite» que são excepções tanto à regra (1) como às regras (2) e (3). A sequência yy não existe, e yi encontra-se em raras formas de origem estrangeira como *yidish*, ou alguns diminutivos como *rayita*. O facto de (1) ou (2) não se aplicar a uma forma como *rayita* pode ser explicado pela presença de uma fronteira de derivado (=), mais forte que uma fronteira de morfema (+) mas menos forte que uma fronteira de palavra (#), antes do sufixo. (Cf. Andrade Pardal, 1974:180-2, e para uma análise diferente Harris, 1969:171).

(²) Evidentemente, não é o facto desta regra existir em Castelhano contemporâneo (cf. Harris, 1969:83) que justifica que falemos nela. O importante é que esta regra já existia no momento histórico de que fala Naro, paralelamente com a de absorção do iod.

Se aumentássemos o nosso número de dados veríamos, talvez, que nem (2) nem (4) explicam efectivamente todos os factos da língua relativos ao iod. Possivelmente, seriam necessárias várias regras para explicar o desaparecimento do iod nos diferentes contextos em que isso acontece. ⁽³⁾ O problema que poderia levantar-se nessa altura seria não o do nome dos traços escolhidos mas o do lugar das diferentes regras na gramática para explicar um mesmo processo, uma mesma «conspiração» — o desaparecimento do mesmo segmento — e cairíamos então no problema da unidade funcional das regras. ⁽⁴⁾

⁽³⁾ O iod não desaparece em posição final, como *ley* <lege, «lei» (cf. *legal*), ou *rey* <rege, «rei», embora a descrição estrutural de (1), (2), (3) e (4) esteja satisfeita.

As regras também não explicam porque é que um iod em posição inicial absoluta só desaparece se preceder a uma vogal átona. Cf. *helär* <gelare, «gelar», *enéro* <januariu-, «janeiro», *hermano* <germanu-, «irmão», mas *hielo* <gëlu, «gelo», *yéso* <gypsu, «gesso», *yéma* <gëmma, «gema».

O iod desaparece sempre que está antes ou depois de [ñ] ou de [λ] e antes de [x]. Há casos em que não desaparece depois de [x] como em *ri[xye]ron*, «dirigiram» vs. *condu[xe]ron*, «conduziram», quando nos dois casos o [x] provém de um /š/.

É necessário que as regras que explicam o desaparecimento do iod precedam a regra de ditongação de maneira a poder explicar a presença de um [y] em formas como *n[ye]ba* «neva» ou *pa[ye]nte*, «parente». (Cf. *nebar*, *parentesco*). Uma palavra como *p[ye]dad*, «piedade», não se explica assim porque o [y] já existia na base sob a forma de um /i/, a não ser que a regra de formação de glides (i→y) siga a regra de desaparecimento do iod.

⁽⁴⁾ Cf. Kisseberth, 1970.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE PARDAL, E. d' (1974) *Aspects de la Phonologie Générative du Portugais*, Univ. Paris VIII. Paris.
- CHOMSKY, N. e HALLE, M. (1968) *The Sound Pattern of English*, Harper and Row, New York.
- HARRIS, J. (1969) *Spanish Phonology*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- KISSEBERTH, C. W. (1970) «On the Functional Unity of Phonological Rules», *Linguistic Inquiry*, I, 3, pp. 291-306.
- MENENDEZ PIDAL, R. (1968) (13.ª edição), *Manual de Gramática Histórica Española*, Espasa-Calpe, Madrid.
- NARO, A. J. (1970) «A Note on Elision of Yod in Spanish», *Linguistic Inquiry*, I, 4, pp. 543-5.
- WANG, W. S. Y. (1968) «Vowel Features, Paired Variables, and the English Vowel Shift» *Language*, 44, 4, pp. 695-708.

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.



ELEMENTOS PARA UMA TIPOLOGIA LINGÜÍSTICA DO DISCURSO AFÁSICO (*)

JOÃO ANDRADE PERES
(LISBOA)

1. Introdução

Na perspectiva de Chomsky (1965), os modelos linguísticos devem descrever prioritariamente a linguagem do «falante-ouvinte ideal» sem se preocuparem com uma «adequação explicativa», porquanto «clearly it would be utopian to expect to achieve explanatory adequacy on a large scale in the present state of linguistics»⁽¹⁾. Cremos que esta óptica permanece correcta e que a Linguística deve prosseguir a sua tarefa, em muitos casos incipiente, de descrever o código linguístico independentemente dos processos neurofisiológicos implicados no comportamento linguístico e das correspondentes estratégias de codificação e descodificação, que nem sempre corresponderão aos mecanismos postulados nas gramáticas. A Linguística pertence explicar *o que* produz a capacidade da linguagem; à Psicolinguística e à Neurolinguística compete explicar *o como*.

(*) O presente texto constitui a síntese de um trabalho mais vasto realizado no âmbito de um Seminário de Sintaxe que funcionou em 1975/76 no Departamento de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa. A pesquisa foi realizada no Laboratório de Estudos da Linguagem, do Centro de Estudos Egas Moniz (Hospital de Santa Maria, Lisboa).

Agradeço ao Dr. João Malaca Casteleiro, orientador do Seminário, todo o apoio e incentivo dados. Ao Dr. Alexandre Castro Caldas, chefe do Laboratório de Estudos da Linguagem, agradeço sobretudo a abertura de perspectivas sem a qual me teria permanecido alheio um campo que hoje me preocupa. A toda a equipa do LEL, fica ainda expresso o agradecimento pela solicitude permanente na revelação do material e pela atenção posta na discussão do trabalho.

(¹) p. 26.

Esta especificação acerca do tratamento do objecto linguagem por ciências diversas não pode fazer-nos esquecer que o mesmo só será plenamente captado, quer na sua complexidade intrínseca como código quer em toda a extensão dos processos nele envolvidos, mediante uma abordagem interdisciplinar. No que respeita às ciências referidas, é óbvio que a informação fornecida pela Linguística é essencial à Neuropsicologia, e, embora a primeira ensaie ainda os seus passos iniciais em múltiplos domínios do seu campo de análise, a aproximação com as Neurociências é desde já possível.

Os modelos da gramática generativa transformacional são, a nosso ver, os que melhor se conjugam com uma concepção neurológica da linguagem, e isto fundamentalmente pela dimensão dinâmica que introduzem na descrição das estruturas frásicas, pela postulação de diferentes estádios na sua derivação e pela concepção, entre outros elementos, de bancos de memórias e de operadores com diferentes funções.

Todavia, convém acentuar que esta possibilidade de aproximação entre as duas ordens de modelos só é possível se tivermos presente a precisão introduzida por Chomsky (1970) ao advertir de que os modelos da gramática generativa não implicam «that grammar is 'syntactically based' in the sense that in generating a sentence one must 'first' form P_1 by the categorial component, 'then' forming P_i by lexical insertion, 'then' forming the remainder of the syntactic structure $k \in K$ by transformation, 'then' interpreting k by semantic and phonological rules. In fact, this description, whatever its intuitive suggestiveness, has no strict meaning, since the revised theory assigns no 'order' to operations, just as the standard theory assigns no order of application, as already noted. In fact, there is nothing to prevent one from describing the standard theory or the proposed revision as characterizing grammars that map phonetic representation onto triples (deep structure, surface structure, semantic representation), or as mapping pairs (phonetic representation, deep structure) onto pairs (surface structure, semantic representation), etc.»⁽²⁾. Estabelecida esta base de maleabilidade do modelo, o mesmo é susceptível de se adaptar a diferentes esquemas de dinamismo possíveis, sem que se alterem as suas coordenadas essenciais. Em consequência, o «diálogo» com um modelo sobre o mesmo objecto concebido num campo científico bastante distanciado da Linguística — como é a Neuropsicologia — torna-se mais plausível.

(²) p. 214.

Na aproximação possível entre a Linguística e a Neuropsicologia, cremos que as perturbações da linguagem ao nível da função nervosa superior são um lugar exemplar. Estas situações de alteração do discurso permitem, de algum modo, uma desmontagem dos mecanismos da linguagem, na medida em que — e reportando-nos apenas à produção do discurso — da análise do tipo de défice da *saida* é possível inferir quais as operações não executadas, ou deficientemente executadas, e, eventualmente, estabelecer correlações com estruturas orgânicas comprometidas. Assim, consideramos que uma análise linguística rigorosa do discurso afásico pode, em primeiro lugar, vir a permitir conclusões interessantes acerca das gramáticas de uma *performance* concebida como abrangendo a globalidade dos processamentos linguísticos. Além disso, é de esperar que da contribuição da Linguística resulte um grau maior de precisão na parte do diagnóstico respeitante exclusivamente à linguagem, bem como, e em consequência, a possibilidade de se estabelecerem programas terapêuticos cada vez mais adequados.

O presente trabalho insere-se na área interdisciplinar acima referida. O seu objectivo específico é a determinação de parâmetros de agramaticalidade ao nível da sintaxe em discurso produzido por afásicos. Apesar das perspectivas abertas a partir dos trabalhos de Luria (desde 1947) e de Jakobson (sobretudo desde 1956) até aos mais recentes, cremos que a afirmação de Luria de que «further investigations must continue the work on the clarification of the forms of speech disorder and on the analysis of those factors which underlie it»⁽³⁾ permanece verdadeira.

No que respeita especificamente a uma orientação generativa das pesquisas a efectuar, tendo embora em conta que «a aplicação, à patologia da linguagem, da teoria das gramáticas generativas não parece ter fornecido, até agora, resultados particularmente importantes»⁽⁴⁾, é também nossa convicção que «haverá vantagem em introduzir na neurologia alguns dos seus conceitos e realizar estudos orientados nessa linha»⁽⁵⁾. É o que tentaremos fazer.

⁽³⁾ Luria (1964), p. 160.

⁽⁴⁾ Damásio (1973), p. 17.

⁽⁵⁾ Ib.

2. Material e método

2.1. O material que utilizámos para análise consiste em quinze registos em fita magnética de discurso de doentes afásicos — portanto, com lesão cerebral de origem traumática, vascular ou tumoral — observados no Laboratório de Estudo da Linguagem, do Centro de Estudos Egas Moniz.

Importa acentuar que as gravações foram feitas essencialmente com o objectivo de servirem de apoio à investigação neuropsicológica, que não exclusivamente linguística. Constituíam, pois, apenas parte de um todo de dados recolhidos referentes a vários aspectos da semiologia do sistema nervoso central. Em consequência, estes registos de que pudemos dispor não obedeciam a um protocolo estrito no que respeita à captação do discurso, nomeadamente quanto à duração da recolha e aos tópicos propostos para o diálogo. Esta limitação impôs-nos, obviamente, restrições ao tipo de análise a efectuar, mormente impedindo uma computação rigorosa de dados com fins estatísticos. Acresce que, considerada a exiguidade de alguns dos registos, não pareceu aconselhável reduzir todos à dimensão do menor de entre eles, hipótese que, introduzindo embora uma uniformização mínima no *corpus*, diminuiria substancialmente a quantidade de dados interessantes. Adiante, voltaremos a estas dificuldades.

As amostras de discurso seleccionadas fazem parte do diálogo travado entre o observador e o doente no início do exame de observação, cuja composição integral se encontra amplamente descrita em Damásio (1973). Trata-se, portanto, de um *corpus* que contém exclusivamente discurso proposicional espontâneo. Dois critérios presidiram à selecção operada: (1) a ocorrência de desvios sintactico-semânticos e/ou fonológicos; (2) a conservação do mínimo de qualidades do discurso que permitisse a captação pelo analista da informação veiculada. Assim, e com base no segundo critério, não incluímos no *corpus* amostras típicas de discurso indecifrável — pelo menos a uma primeira abordagem e sem um aturado estudo morfofonológico de que não imaginamos as conclusões, sendo no entanto admissível como hipótese uma conservação de estruturas lexicais e sintácticas «ocultadas» pelo disfuncionamento fonológico — e registos em que o doente se limita a repetir uma sequência estereotipada, independentemente do contexto situacional ou interlocutório.

2.2. As características do material disponível obrigaram-nos a centrar a atenção exclusivamente na *produção* do discurso, ignorando o outro

elemento do binómio *percepção/produção* do discurso oral. Efectivamente, se as amostras de discurso produzido pelos doentes — embora exíguas em alguns casos — contêm uma variedade bastante de estruturas sintácticas e de léxico de molde a permitir conclusões sobre o «estado» da actividade linguística no sentido da produção, o mesmo não acontece com as intervenções do observador, diminutas e não programadas do ponto de vista da extensão e complexidade dos enunciados emitidos, variáveis estas que nos permitiriam análises sobre a percepção.

2.3. Feita a transcrição dos registos em fita magnética para registo escrito — utilizando o AFI para as sequências anómalas —, procedemos a um primeiro levantamento de todos os desvios em cada texto, com base na competência linguística do analista e, em certos casos, confrontando-a com a de outros falantes igualmente normais. Deste modo, não partimos de um elenco preconcebido de desvios possíveis, método este que, segundo cremos, nos faria correr o risco de ignorar desvios que não estivessem previstos no quadro de partida.

O levantamento inicial revelou-nos uma variedade considerável de desvios, distribuídos pelos vários níveis operatórios de uma gramática generativa. Agrupámo-los tendo presente o modelo da GGT como é basicamente formulado em Chomsky (1965 e 1970). Daí resultou a ficha que apresentamos na página seguinte e que passamos a descrever.

A ficha consta de quatro níveis, respeitantes os três primeiros à componente sintáctica e o último à componente fonológica. Há, pois, que, em primeiro lugar, justificar a ausência de um tratamento específico da semântica. Neste sentido, começaremos por perguntar: qual o escopo de uma análise semântica perante um *corpus* de discurso produzido, como no caso presente? Cremos que apenas duas possibilidades se oferecem (do ponto de vista da *performance*, obviamente): ou a verificação do grau de efectiva compreensão, por parte do locutor, dos enunciados emitidos, ou a verificação da adequação da linguagem produzida ao contexto situacional e interlocutório, penetrando neste caso mais na dimensão da linguagem a que Morris (1938) chamou a *pragmática* do que em questões estritamente linguísticas.

Em relação à primeira possibilidade, a capacidade em questão pode ser testada mediante provas de correlação comportamento verbal/ actividade praxica, o que, obviamente, não era possível numa análise em diferido. Todavia, cremos que, estudada a concatenação das interpelações

do observador e das réplicas dos doentes, se pode inferir sem grande risco que os enunciados do *corpus* em presença têm, em termos chomskyanos, uma interpretação semântica correcta, ou — e, do ângulo que nos importa, indiferentemente —, em termos que poderiam ser lakoffianos, uma geração semântica adequada. Em terminologia mais familiar à neurolinguística, diríamos, mais simplesmente, que em função do senso do diálogo julgamos lícito concluir que os enunciados são — quer no plano lexical quer no das estruturas — não só *codificados* mas também *compreendidos*, seleccionando para este último termo o sentido que lhe atribui Damásio (1973), completado com as perspectivas da teoria da mediação — Osgood (1957) — e da predicação frásica — Mowrer (1954).

Em relação à segunda possibilidade, e igualmente a partir da observação das relações entre os conteúdos informativos dos discursos do observador e do doente, é-nos possível afirmar que as emissões são pragmaticamente — e, na nossa perspectiva, *ipso facto* semanticamente — adequadas.

Nesta conformidade, não nos pareceu pertinente a inclusão, na ficha, de uma área de observação exclusivamente semântica.

No que respeita à componente sintáctica, e de acordo com a configuração do modelo, considerámos três níveis de desvios — dois relativos à base da sintaxe (*subcomponente sintagmática e léxico*) e outro atinente à *subcomponente transformacional*. Já tivemos ocasião de referir que esta distribuição apenas consagra uma organização possível de desvios efectivamente observados. Passamos a comentar alguns dos desvios considerados.

Isolámos o item (1) pelo facto de as ausências de SV ocorrerem em número superior às de SN e de SP tomados em separado, e ainda porque aquele tipo de reduções goza de franca autonomia em relação às restantes (cf. quadro III).

Quanto ao item (3), considerámos itens gramaticais em frases simples os determinantes e as preposições.

Passando ao nível *léxico*, temos a comentar, em primeiro lugar, o item (6). Este foi inserido no léxico e não na subcomponente categorial em virtude de considerarmos que a ocorrência deste desvio está directamente associada à inserção lexical. Interpretamos estas repetições simultaneamente como «compassos de espera» e «sinais de chamada» — passem as metáforas — para o item lexical, o qual pode ou não finalmente surgir. A deficiência situa-se, a nosso ver e enquanto não se provar o contrário, ao nível do léxico e não na violação de uma regra categorial.

FICHA

Obs. n.º... (º)

I — *NÍVEL SINTAGMÁTICO*

1. Reduções sintagmáticas por omissão do SV
2. Outras reduções sintagmáticas
3. Omissão de itens gramaticais em frases simples
4. Alterações no Tempo Verbal
5. Alterações no Aspecto Verbal

II — *NÍVEL LEXICAL*

6. Repetição de determinantes
7. Hesitações de inserção lexical
8. Alterações de Género
9. Alterações fonológicas de itens
10. Contaminações de itens
11. Contaminações de Afixo Verbal
12. Itens indefinidos
13. Itens inadequados
14. Sequências sem sentido («neologismos»)
15. Ausência de itens lexicais

III — *NÍVEL TRANSFORMACIONAL*

16. Alterações de Número nos SN
17. Alterações na concordância sujeito/verbo
18. Ausência de transformações em frases simples
19. Transformações não-pertinentes
20. Alterações na formação de frases complexas

IV — *NÍVEL FONOLÓGICO*

21. Alterações fonológicas generalizadas

(º) O Número de Observação corresponde à numeração dos processos do LEL.

O item (7) dá conta de situações, acompanhadas ou não de repetição de determinantes, em que o doente não tem de imediato o domínio completo da representação fonética de um vocábulo, operando por tentativas que consistem normalmente na emissão de parte da sequência fónica, mas emitindo sempre em definitivo o item na sua forma correcta.

O item (10) foi isolado do anterior (9 — alterações fonológicas de itens) por admitirmos que provém de uma desorganização peculiar do sistema lexical. Consiste na contaminação intermorfémica ou intramorfémica de unidades presentes no enunciado.

O item (11) corresponde a uma contaminação muito específica, em que o morfema de flexão de uma forma verbal é aplicado a outra, mesmo que tal implique modificação da vogal temática da segunda.

Nos itens inadequados (entrada 13) consideram-se as palavras da língua que surgem fora de contexto. Em alguns casos, trata-se de evidente contaminação de palavras com significantes muito próximos. Este tipo de contaminação distingue-se dos anteriores por ser uma contaminação no eixo da selecção, *in absentia*, apenas surgindo no enunciado o elemento contaminante (ex.: *aviar* por *adiar* no segundo exemplo que adiante se dá para o item 11).

No item (15) — omissão de itens lexicais — incluem-se as omissões de vocábulos plenos — nominais ou verbais — isoladamente, por oposição aos itens (1) e (2), em que se verifica uma redução da estrutura por omissão de constituintes maiores.

Resta, na sintaxe, o nível da *subcomponente transformacional*. As transformações em frases simples cuja não-aplicação se verifica são as seguintes: sujeito indeterminado, reflexivização, interrogativa *qu-*, colocação da negativa e flexão verbal (formas infinitas por finitas).

Referentes ao item (19) — transformações não-pertinentes em frases simples — são as seguintes as ocorrências: reflexivização, elevação do objecto, colocação da negativa e inserção de *é que*.

Quanto às alterações na formação de frases complexas (20), optámos por integrar neste mesmo item os desvios quer da coordenação quer da subordinação, sem distinguir também entre a omissão e o excesso dos morfemas respectivos, embora possuíssemos estes dados em separado.

Esta última observação, relativa ao item (20), põe uma questão metodológica fundamental, que poderemos reduzir à pergunta: quais as unidades mínimas de desvio a considerar? Abordaremos a questão em 2.5.

Para além dos desvios da componente sintáctica até agora referidos, registámos ainda a ocorrência de alterações fonológicas generalizadas (21),

nos casos em que o discurso, sendo decifrável, está substancialmente alterado na realização fónica.

2.4. Elaborada a ficha que acabámos de descrever, a mesma foi preenchida para cada doente, fazendo-se na altura uma reapreciação dos registos. Apresentamos a seguir dois exemplos de cada um dos desvios considerados na ficha.

1. Reduções sintagmáticas por omissão do SV

«(...) (') E, por exemplo, eu, quando estava a fazer na...
— como hei-de dizer? Vamos dizer: — achava que a coisa
/.../ e tava bem, compreende? E era assim.»

(Obs. 677. 56 anos. 11/2/76)

«Nem por isso, senhor doutor, nem por isso. Eu queria
falar e eu não /.../.»

(Obs. 594. 59 anos. 17/9/75)

2. Outras reduções sintagmáticas

O. — «Mas era como se estivessem a falar uma língua
estrangeira, ou era...»

D. — «Não, não. Tinha dificuldade. Fazia-me a /.../,
repetia. Isto tem uma [ə/p].»

(Obs. 648. 62 anos. 27/1/76)

«(...) Ontem escrevi; talvez que agora não seja /.../.»

(Obs. 439. 70 anos. 9/10/74)

3. Omissão de itens gramaticais em frases simples

«Morreu /.../ morte natural.»

(Obs. 616. 18 anos. 20/10/75)

(') As reticências simples representam pausas do falante. As reticências entre parênteses curvos representam sequências produzidas na mesma réplica, mas que se omitem no presente texto. As reticências entre parênteses rectos representam sequências não-linguísticas e indecifráveis por deficiência técnica da gravação. As sequências alteradas aparecem em *itálico*, em AFI ou entre barras.

«(...) Estava na casa de [3ã], de banho, /.../ fazer a minha *toilette* matinal (...).»

(Obs. 648. 62 anos. 27/1/76)

4. Alterações no Tempo Verbal

O. — «Olhe: está cá há muito tempo, no hospital?»

D. — «*Estive... estive...* [ð/t]... estou há duas semanas.»
(...)

D. — «As traquinices dos miúdos... ele... *caiu... ou cai,*
ou, ou... (...).»

(Obs. 605. 52 anos. 6/10/75)

5. Alterações no Aspecto Verbal

«[ej 3a ten feiti tef ãfuma/]»

(Por: «Eu já fiz três exames.»)

(Obs. 526. 58 anos. 2/4/75)

«(...) Sei lá o que é que passei depois disso, não sei, acho
[ð], acho /.../ passado tudo, não sei.»

(Obs. 639. 60 anos. 17/12/75)

6. Repetição de determinantes

«(...) E tem então [vidu] *uma uma* namorada *do do*
irmão da da minha sobrinha, da minha sobrinha, sobrinha
do meu homem — não é? — (...).»

(Obs. 640. 49 anos. 18/12/75)

«(...) Deixa cá agora ler (...) o que é que diz este
anúncio ou *esta esta este esta este este* [kôs] conforto que
a gente vê que deve-se ler (...).»

(Obs. 630. 45 anos. 19/11/75)

7. Hesitações de inserção lexical

«(...) queria-se dar mais a [pru... przu/... α pr ta przûsãw] ou seja a produção.»

(Idem)

«(...) tive um período longo (...), praticamente sem, não responder a... as perguntas que a minha mulher me *dizia*, me fazia.»

(Obs. 648. 62 anos. 27/1/76)

8. Alterações de Género

«Bom, tive ali, ali num — como posso dizer? — a escrever, pr'a guarda livros [nakela] serviço (...).»

(Obs. 369. 60 anos. 17/12/75)

«(...) a ver se a gente arranjava um 'stock' maior para na *no outro semana*, para na [otr] semana (...).»

(Obs. 630. 54 anos. 19/11/75)

9. Alterações fonológicas de itens

«(...) Foi para uma [...] o nome da [tfoa], sabe?»

(Obs. 259. 80 anos. -/2/74)

O. — «Está a entender a minha conversa? Percebe aquilo que eu digo?»

D. — «Pois é, [makovir kovir kovir] bem. Havia de [kôfir] bem. Pois é, não apanhei bem.»

(Obs. 439. 70 anos. 9/10/74)

10. Contaminações de itens

«(...) mas agora já não [nɔda] nada.»

(Por: «mas agora já não noto nada.»)

(Obs. 677. 56 anos. 11/2/76)

«(...) Rapidamente, arranjei os utensílios da barba — faço a barba com a [marba] com a máquina de... barbear (...).»

(Obs. 648. 62 anos. 27/1/76)

11. Contaminações de Afixo Verbal

«(...) e deve-se ler mais um bocado, quer dizer, se nos está a [itðrser], a [itðrser] por, porque (...).»

(Por: interessar)

(Obs. 630. 45 anos. 19/11/75)

«(...) quer dizer, tenho andado a [fuzar], a [f], a, a, a [avi], tenho andado a [aviar], ou, quer dizer, deixar a tar mais calmo para falarem comigo (...).»

(Por: fugir)

(Idem)

12. Itens indefinidos

O. — «Tem passeio, tem...»

D. — «Passeado, também, sim senhor, trabalhar *nisto*, *na coisa* — não é? Eu faço tudo, para fazer alguma coisa na vida.»

(Obs. 639. 60 anos. 17/12/75)

O. — «O que é que esteve lá a fazer?»

D. — «... O que é que eu estive lá a fazer? Olhe, foi a trabalhar *nestas coisas*.»

O. — «Que coisas é que eram?»

D. — «Eram *nestas [tra] trapalhadas. Nisso*.»

O. — «O que é que fazia *nestas coisas*?»

D. — «... O que é que eu fazia *nestas coisas*? Trabalhava na... *na história de não dar assim muito que fazer às pessoas* (...).»

(Obs. 519. 62 anos. 11/3/75)

13. Itens inadequados

«Tou com uma certa *infracção*, quer dizer: sinto-me ainda, sinto-me, quer dizer, sinto-me [ifluria ifurizadu] (...).»

(Obs. 630. 45 anos. 19/11/75)

«(...) Tinha nitidamente a sensação de que não entendia os, as palavras que me, que me *falava*.»

(Obs. 648. 62 anos. 27/1/76)

14. Sequência sem sentido

«Sei muito [voskjo'ves], senhor doutor, senhor doutor, quem me dera, senhor doutor.»

(Obs. 24. 55 anos. 12/9/72)

«(...) [peftar pefmu... f... f... tu f... tu f... tot] doutor [pe f... ed].»

(Obs. 526. 58 anos. 2/4/75)

15. Omissão de itens lexicais

O. — «Lê assim as notícias principais?»

D. — «Sim, o mais /.../, assim, assim o maior, o que é mais /.../, quer dizer, que vejo que é mais /.../, mais /.../, leio, leio... leio com mais atenção coisas que mais ou menos vejo que deve-se ler (...).»

(Obs. 630. 45 anos. 19/11/75)

«Inda agora /.../ pouco /.../ falar, mas não compreendo as coisas. Inda agora, por exemplo, eu fui ali a um /.../ para receber uma importância, e não pôde. Não pôde, porque não compreendo.»

(Obs. 259. 80 anos. -/2/74)

16. Alterações de Número nos SN

«[irdɔjd] e [pɐ] e pôr aqui *na, na na, [na], nos, nos, na, na, no coiso, no, no, nos* ouvidos.»

(Obs. 594. 59 anos. 17/9/75)

«(...) Ele tentou *a...* Ai, Jesus!... Ele tentou *a* [tr], as... *a traquinice* dele (...).»

(Obs. 605. 52 anos. 6/10/75)

17. Alterações na concordância sujeito/verbo

«Agora, deram-me lá com um /.../ — como disseram — o reformado lá da /.../, daí, e *tem* lá [...], lá em casa, tinha a minha mãe (...).»

(Obs. 639. 60 anos. 17/12/75)

«(...) depois é a parte da parte que é [esu], que *eu vai* trabalhar (...).»

(Obs. 677. 56 anos. 11/2/76)

18. Omissão de transformações em frases simples

D. — «Quem me dera, sei como sou, senhor doutor... mas /.../ sou capaz.»

O. — «Não é capaz... Porque é que a senhora acha que não é capaz?»

D. — «Porque já não *fazer* [maj] nada (...).»

(Por: «não sou capaz» e «faço»)

(Obs. 24. 55 anos. 12/9/72)

«(...) é um cabrito, uma coisa qualquer, *olhar*; — é pá: /.../ é o nome disto? Não sei, mas depois, espera... aquilo é, é um cabrito. É isto.»

(Por: «olho»)

19. Transformações não-pertinentes

O. — «Sim, senhora, D. R. Diga lá as linguas que fala.»

D. — «(...) Falo Português, um Português, o Francês, também *não* falo, o Português, o Francês, o Espanhol e o Italiano.»

(Obs. 519. 62 anos. 11/3/75)

«Sim senhor, senhor doutor, eu nunca mais, quer dizer, nunca mais fui à fábrica fazer nem nada, porque, quer dizer, *sinto-me que ainda estou* (...).»

(Obs. 630. 45 anos. 19/11/75)

20. Alterações na formação de frases complexas

«(...) e eles receitaram aquela coisa de que, se [n] dói, tomo sempre aquilo, de maneira que é sempre a, sempre a, sempre descansado.»

(Obs. 640. 40 anos. 18/12/75)

«(...) e deram-me uns comprimidos para a gente, chamando a enfermeira, e pede, diz o que tem — não é? (...)»

(Obs. 288. 54 anos. 10/12/73)

21. Alterações fonológicas generalizadas

O. — «Eu sei, mas, agora, porque é que veio fazer hoje o exame?»

D. — «[o f'tor/ do'tor/ ε ko/ji'ẽ/jje/ θ θ ew fe'la/ ko of sθ'nor/ dθ'tor/ si'nor/ dθ'tor i 'taɲu [...] ɔt de/ʔkos 'ten ũ 'kanu de/ʔgo/ɲ na ma na falar b̃ɔj].»

(Obs. 526. 58 anos. 2/4/75)

2.5 A ficha que ficou descrita põe várias questões de ordem metodológica. Podemos reduzi-las a duas perguntas que cremos pertinentes: (1) qual o significado do número de itens adoptado e (2) qual o valor relativo dos vários itens, do ponto de vista de uma apreciação do *estado* do discurso?

Em relação à primeira questão, é evidente que o número de itens é parcialmente arbitrário e de nenhum modo exaustivo, não só porque a recolha de desvios foi realizada num *corpus* bastante limitado, mas também porque o conjunto resulta de um arranjo em que vários desvios diferentes são agrupados num mesmo item. Assim, por exemplo, os itens (2), (18), (19) e (20) poderiam ser subdivididos, dando lugar a uma ficha consideravelmente mais discriminada.

No que respeita ao valor dos vários itens, não estamos, seguramente, no que respeita aos níveis I e III da ficha, perante os correspondentes generativos das *formas gramaticais* de Bloomfield (1933), para não dizermos já dos *taxemas*. Na maior parte dos itens, não se trata efectivamente de unidades mínimas de processamento gramatical em termos de qualquer modelo linguístico, nem, certamente também, de unidades de processamento neuronal.

Todavia, consideramos (avancamos a hipótese de) que, em cada um dos níveis, os desvios considerados (1) representam operações linguisticamente distintas, permitindo, assim, medir a maior ou menor incidência da perturbação em cada nível, em relação ao conjunto de desvios desse mesmo nível; (2) cobrem uma área maioritária dos processamentos relevantes em cada nível, e, portanto, das correspondentes disfunções, pelo que permitem uma avaliação global do estado de linguagem do doente, tanto em cada nível como na função total de produção de discurso. Por outras palavras, prevemos que, independentemente da arbitrariedade relativa do número de desvios e do diferente significado de cada um deles no conjunto do sistema (modelo de gramática e modelo neurológico), o elenco adoptado e a sua organização constituem um modelo minimamente adequado para a classificação linguística das perturbações afásicas.

2.6. Com base nos dados das fichas, construímos um quadro sinóptico (Quadro I, pág. 45) em que os casos aparecem pela ordem de audição dos registos magnéticos. Os desvios são assinalados em relação a cada doente apenas com uma marca positiva (+) ou negativa (—), o que significa meramente que o desvio ocorreu ou não no discurso do doente, independentemente do número de ocorrências. Assinalam-se, pois, com (+) as zonas do código que, sendo susceptíveis de estarem mais ou menos afectadas (perspectiva quantitativa), estão efectivamente afectadas, por oposição a outras perfeitamente conservadas (perspectiva qualitativa).

Adoptámos esta forma de registo dos desvios, pelo facto, já referido, de não ter havido uma padronização das amostras recolhidas, o que,

obviamente, retiraria qualquer valor à quantificação das ocorrências. De facto, sem se ter estabelecido previamente a extensão-padrão do discurso a recolher, não se poderia valorizar frequências, quer adentro de um mesmo caso quer em análise comparativa. Perante este estado de coisas, e não querendo pura e simplesmente rejeitar o *corpus*, apenas poderíamos progredir numa via de risco, avançando a partir de uma base não quantitativa, ou seja, assumindo que a ocorrência — mesmo que reduzida à unidade — ou a não-ocorrência de um desvio num determinado doente era significativa no seu discurso, ou, por outras palavras, era generalizável. Foi a via que escolhemos, na certeza de que outros dados das disciplinas concorrentes no mesmo objecto e as próprias possibilidades de prova linguística viriam confirmar ou infôrmar a validade da opção.

2.7. Os resultados contidos no quadro I são passíveis de, pelo menos, dois tipos de leitura (adiante recorreremos a uma terceira): (1) vertical, ou seja análise descritiva caso a caso — aliás, importante na presente fase dos estudos na matéria —, culminando num relatório de diagnóstico linguístico, trabalho este que, tendo em conta a sua extensão e a necessidade de confrontação com os registos integrais, não apresentaremos aqui; (2) análise comparativa dos vários casos.

Em relação ao segundo tipo de análise, que iremos desenvolver, importa explicitar mais um passo dado na linha metodológica — não-baconiana, como diria Bach (1965) — que adoptámos. Assumida a hipótese da validade do modelo para a descrição de um comportamento linguístico afásico em alguns dos seus parâmetros, considerámos pertinente a quantificação dos tipos de desvios em cada nível, porquanto os números obtidos permitem, como já referimos, determinar o grau de incidência da perturbação em cada um dos níveis considerados, independentemente da qualidade dos desvios específicos, e, em consequência, proporcionam um estudo comparativo dos vários casos nessa mesma base do grau de maior ou menor incidência da disfunção em cada nível.

Creemos que não se poderia levar mais longe, perante os dados em presença, a análise contrastiva das unidades do *corpus*. Na realidade, há que ter presente que uma análise mais refinada, que tivesse em conta a especificidade dos desvios de cada caso, (1) dificilmente ultrapassaria — como o quadro sinóptico permite facilmente ver — fracas aproximações entre os casos, levando-nos finalmente a uma tipologia de quinze grupos constituídos cada um por um caso, e (2) não tem, na fase presente de conhecimentos, qualquer significado em neuropsicologia.

2.8 Não foi tido em conta o tempo de evolução do síndrome, variável que, em estudos mais completos, não pode ser ignorada.

3. Resultados

3.1 Aplicada a ficha descrita em 2.3., e feito o tratamento dos dados segundo o método descrito em 2.6, obteve-se o quadro I de resultados.

3.2. Aplicando ao quadro I — de que se exclui o nível IV, por apenas interessarem aspectos sintácticos —, a metodologia descrita em 2.6., obtivemos o quadro II, em que são dadas as percentagens de desvios em cada nível por cada caso.

No presente quadro, os casos estão especificados mediante uma quantificação em três variáveis. Sendo objectivo deste trabalho o estabelecimento de uma tipologia linguística das perturbações em análise, procurámos em seguida determinar vários agrupamentos possíveis, considerando sucessivamente e em diferentes combinações de ordenação dos valores as variáveis referidas. Não apresentaremos aqui essa pesquisa. Apenas importa dizer que nenhum dos agrupamentos dos casos obtido com base nos valores nos três níveis proporcionou resultados interessantes.

Assim, centrámos a atenção numa informação do quadro II que nos parece altamente reveladora: a do elevado *coeficiente de correlação* entre os valores nos níveis I e III em confronto com o mesmo coeficiente nos grupos I/II e II/III. Efectivamente, verifica-se que o *coeficiente de Bravais-Pearson* é de 0,70 ($p < 0,01$) na correlação I/III, de 0,05 ($p > 0,10$) na correlação I/II e de 0,24 ($p > 0,10$) na correlação II/III. Pode, pois, dizer-se que, do ponto de vista estatístico, existe entre os níveis I e III uma *dependência estatística*. A confirmar, acrescentando-se que o *coeficiente de Spearman* aplicado a I/III é de 0,657 ($p < 0,02$).

De acordo com a metodologia adoptada, e assumindo como significativas estas relações de valores, postulamos que os graus de incidência da perturbação nos níveis sintagmático e transformacional são aproximados, ou seja, que há um compromisso paralelo daqueles dois níveis de estruturação do discurso postulados pela GGT, o mesmo não se passando com o nível lexical, cujo perfil de valores não corre a par dos anteriores.

QUADRO I

[illegible]

Nesta ordem de ideias, passamos a considerar os níveis sintagmático e transformacional associados num único nível — a que chamaremos *estruturante* —, com valores resultantes da soma dos anteriores valores naqueles níveis, e referenciados agora a uma base 10, o que é possível pelo facto de os conjuntos de itens de I e III serem disjuntos. Assentamos, pois, em que a perda de informação decorrente da conjunção operada é insignificante e compensada quer pela ênfase posta no paralelismo de valores em *performance* de dois níveis operatórios distintos postulados num modelo da competência quer pela tipologia a que nos vai permitir chegar. O quadro III dá-nos os valores nos níveis estruturante e lexical.

Chegados a esta fase, o estudo contrastivo dos casos só poderia fazer-se com base em uma de duas variáveis: (1) a percentagem total de desvios, ou (2) a razão entre os valores em cada um dos níveis agora considerados. Obviamente, a primeira hipótese não permitiria mais que uma tipologia grosseira em que apenas se poderia distinguir os casos pela maior ou menor incidência da perturbação no todo da gramática. Optámos, pois, pela segunda hipótese, que se nos afigurou mais fecunda.

Estabelecidas as razões referidas, elaborámos o quadro IV, em que os casos surgem já ordenados, da esquerda para a direita, por ordem decrescente daqueles valores.

O valor 1 da razão NE/NL representa uma situação de equilíbrio entre os valores em ambos os níveis considerados, isto é, significa que a proporção entre o número de desvios reais e o número de desvios possíveis (no modelo adoptado) é a mesma tanto num nível como no outro. Os valores para a esquerda e para a direita de 1 representam desequilíbrios entre essas proporções: nos casos à esquerda do limiar 1, há uma proporção maior no nível estruturante; nos casos à direita, a proporção é maior no nível lexical.

Com base nestas verificações, passamos agora ao agrupamento dos casos decorrentes do quadro IV, constituindo os grupos — formados com base em afinidades linguísticas — segundo o tipo de resultados obtidos:

Grupo A — 24, 288, 526, 639, 605

Grupo B — 195

Grupo C — 677, 640, 648, 439, 630, 594, 590, 259, 219.

Comparadas as médias dos valores dos grupos A e C com recurso à *tábua do t de Student-Fischer*, obtém-se $t = 2,598$ ($0,02 < p < 0,05$) para o nível estruturante e $t = 2,624$ ($0,02 < p < 0,05$) para o nível

QUADRO II

	605	526	630	639	640	677	439	288	195	519	590	594	24	259	648
NIVEL I (SINTG)	60 %	60 %	40 %	80 %	40 %	40 %	20 %	20 %	20 %	0 %	0 %	20 %	60 %	20 %	40 %
NIVEL II (LEX)	30 %	30 %	90 %	60 %	60 %	50 %	60 %	10 %	10 %	40 %	30 %	70 %	20 %	60 %	60 %
NIVEL III (TR)	20 %	40 %	40 %	80 %	40 %	40 %	40 %	40 %	0 %	20 %	20 %	40 %	80 %	20 %	40 %

QUADRO III

	605	526	630	639	640	677	439	288	195	519	590	594	24	259	648
N. ESTRUTURANTE ...	40 %	50 %	40 %	80 %	40 %	40 %	30 %	30 %	10 %	10 %	10 %	30 %	70 %	20 %	40 %
N. LEXICAL	30 %	30 %	90 %	60 %	60 %	50 %	60 %	10 %	10 %	40 %	30 %	70 %	20 %	60 %	60 %

QUADRO IV

	24	288	526	639	605	195	677	640	648	439	630	594	590	259	519
N. ESTRUTURANTE ...	70 %	30 %	50 %	80 %	40 %	10 %	40 %	40 %	40 %	30 %	40 %	30 %	10 %	20 %	10 %
N. LEXICAL	20 %	10 %	30 %	60 %	30 %	10 %	50 %	60 %	60 %	60 %	90 %	70 %	30 %	60 %	40 %
RAZÃO NE/NL	3,5	3	1,67	1,33	1,33	1	0,8	0,67	0,67	0,5	0,44	0,43	0,33	0,33	0,25

lexical. A *hipótese nula* pode, portanto, ser rejeitada: os valores obtidos pelos grupos A e C nos níveis considerados são significativos, isto é diferenciadores dos grupos, com um risco de erro aceitável.

3.3 Uma terceira ordem de resultados deriva de uma leitura do quadro I a que ainda não procedemos e que consiste na análise dos dados na perspectiva da maior ou menor conservação das várias áreas da gramática, isto é, da maior ou menor frequência dos desvios correspondentes, considerando a totalidade dos casos.

4. Discussão

4.1. Os resultados descritos em 3.1. e reformulados em 3.2 apontam para uma autonomia considerável do léxico em relação aos mecanismos estruturantes da linguagem, tanto sintagmáticos como transformacionais. Efectivamente, exceptuando o caso (195), que representa uma situação de equilíbrio, o perfil de cada um dos casos é determinável com base na relação entre os diferentes graus de incidência da perturbação nos dois planos referidos. Esta verificação implica a revalorização dos conceitos saussureanos de *combinação* e *selecção* como elementos fundamentais da descrição da «performance», quer normal quer em disfunção.

Em Jakobson (1956), encontramos uma proposta de tipologia linguística das perturbações afásicas que assume esta mesma perspectiva. Lê-se no referido texto: «(...) we distinguish two basic types of aphasia —depending on whether the major deficiency lies in selection and substitution, with relative stability of combination and contexture; or conversely, in combination and contexture, with relative retention of normal selection and substitution»⁽⁸⁾. Damásio (1973) utiliza esta tipologia, considerando que «a análise de Jakobson e os seus conceitos de *selecção* e *combinação* são particularmente eficazes na descrição das alterações que encontra(mos) nos doentes»⁽⁹⁾. Os nossos resultados vêm, pois, enquadrar-se numa orientação tipológica mais ou menos generalizada, a qual de algum modo confirmam.

(⁸) p. 63.

(⁹) p. 15.

QUADRO V

Diagnóstico Clínico

Caso	Localização da lesão ⁽¹⁰⁾	Quadro afasiológico ⁽¹⁰⁾
24	fronto-temporal hemisfério dominante	Afasia global
288	fronto-temporal hemisfério dominante	«Síndrome frontal»
526	frontal profunda hemisfério dominante	Afasia global
639	bi-hemisférica	Afasia atípica
605	frontal hemisfério não-dominante	«Síndrome frontal»
195	frontal hemisfério dominante	Praticamente sem sintomas
677	temporal	Afasia de Wernicke
640	temporo-occipital	Afasia de Wernicke (variante anômica)
648	temporo-parietal	Afasia de Condução
439	temporo-parietal	Afasia de Wernicke
630	temporo-parietal	Afasia de Wernicke
594	frontal	Disartria cortical
590	temporo-parietal	Afasia de Wernicke
259	temporal	Afasia de Wernicke
519	frontal	Afasia transcortical

⁽¹⁰⁾ Ver Damásio (1973) e sua bibliografia para a nomenclatura utilizada.

Uma segunda medida da adequação da análise que conduziu aos resultados em discussão será dada pelo confronto dos agrupamentos obtidos numa base linguística com os decorrentes do diagnóstico clínico (quadro V). Ao analisar as classificações clínicas, é importante ter em conta que no diagnóstico clínico se conjugam múltiplos dados sobre comportamento não-verbal, o que sem dúvida reforça o valor dos agrupamentos obtidos.

É de imediato evidente que os grupos estabelecidos em 3.2. a partir do quadro IV têm, globalmente, confirmação clínica, verificando-se correspondência entre, por um lado, os grupos formados com base numa clivagem linguística, e, por outro, as diferentes estruturas orgânicas lesadas e os respectivos quadros clínicos. Importa ainda acentuar que o paralelismo apontado se dá em relação a uma classificação clínica — entre outras possíveis — hoje largamente aceite e que basicamente divide os quadros afásicos em *fluentes* (predomínio de desvio lexical) e *não-fluentes* (predomínio de desvios na estruturação).

Assim, os cinco primeiros casos (cf. quadros IV e V) são quadros claramente não-fluentes, que no seu perfil sintomático se aproximam das clássicas afasias de Broca.

No caso (195) tínhamos um quadro de disfunção mínima num doente operado a um tumor cerebral, com uma evolução pos-operatória francamente favorável. Não admira, pois, que a análise do seu discurso não revele sinais importantes de alteração.

No que respeita às analogias verificadas nos últimos nove casos, parecem-nos de extrema relevância. Era clássico denominar as afasias de Wernicke de *afasias de recepção*, em oposição aos quadros considerados *expressivos*. Nos presentes resultados, elas aparecem reunidas em função de alterações encontradas na *produção* do discurso, com predominância de desvios lexicais. Este facto valoriza a tendência da sua classificação como *afasias fluentes*, na linha da hipótese de Damásio (1973).

Dois casos (594 e 519) surgem, a uma primeira análise, em discordância com o que se acaba de dizer. Todavia, salienta-se o facto de o diagnóstico afasiológico assentar na consideração de um conjunto de variáveis que ultrapassa em muito o simples estudo do discurso espontâneo coloquial a que nos limitámos. Não nos parece, pois, desconcertante que, em qualquer dos casos, seja possível uma aproximação com as afasias de Wernicke.

4.2 Em relação aos resultados apontados em 3.3. — referentes ao que chamámos a *conservação da gramática* —, apenas chamaremos a atenção para os aspectos mais relevantes.

Em primeiro lugar, e como a vários títulos seria de esperar, observa-se que a *componente fonológica* é a mais afectada, ocorrendo deficiências pontuais de programação fónica em 12 casos (80 %). A ocorrência de alterações fonológicas generalizadas a todo o discurso verifica-se em apenas um caso.

O índice 10 das *sequências sem sentido* (neologismos) — item incluído no nível lexical — leva-nos a pôr a hipótese de que, em grande parte, elas não sejam mais que alterações fonológicas extensas, possivelmente resultantes de coocorrências dos tipos de desvios fonológicos descritos por Blumstein (1973).

No nível estruturante, verifica-se que a *formação de frases complexas* apresenta um baixo grau de conservação (índice 10 de desvio). Cremos que tal se deve quer à extensão das sequências quer às operações transformacionais implicadas em algumas das modalidades de concatenação, ou ainda aos dois factores simultaneamente.

Quanto às *reduções sintagmáticas*, igualmente apresentam índices elevados de desvio (9 e 8), sendo o menor relativo ao sintagma verbal.

Os índices baixos de desvio nos itens *tempo verbal* (índice 3), *aspecto verbal* (índice 2), *género* (índice 5) e *número nos SN* (índice 2) sugerem que as *categorias gramaticais* constituem uma zona de elevado grau de conservação, excepto no que respeita ao Número na flexão verbal.

5. Conclusões

1. O paralelismo verificado entre as análises clínica — de âmbito neuropsicológico — e estritamente linguística consagra, a nosso ver, a dicotomia relações sintagmáticas / relações paradigmáticas como o *instrumento de análise básico da Linguística em relação à afasia*. Tal não significa que as análises mais finas e mais profundas de outras teorias linguísticas sobre determinados aspectos da linguagem não sejam relevantes do ponto de vista afasiológico. Tomando como exemplo as distinções que a gramática generativa introduz no eixo sintagmático — diversos tipos de regras e diferentes níveis de análise —, verifica-se que as mesmas têm aplicabilidade na descrição das disfunções afásicas, sendo possível detectar desvios de diferentes ordens no plano das combinações. O único

problema está em saber-se se a casos de diferente composição e quantidade de desvios no plano sintagmático correspondem tipos sistematicamente distintos de perturbação, e, inclusivamente, lesões diversamente distribuídas. Cremos que, de momento, uma tentativa de resposta a este problema seria prematura.

2. Numa segunda linha de conclusões, consideramos que os resultados em análise reforçam a afirmação de Damásio (1973) de que «há provas que favorecem a existência de estruturas neurofisiológicas (ou conjuntos de estruturas integradas) relativamente especializadas no desempenho de processos de *selecção* e *combinação* de elementos que assistem a realização de comportamentos linguísticos»⁽¹¹⁾. Apenas acrescentaríamos que, a confirmar-se a pertinência da consideração conjunta dos mecanismos sintagmáticos e transformacionais, fica posta a hipótese de que as estruturas do sistema nervoso central responsáveis por aqueles níveis operacionais — que cremos terem realidade ao nível da «performance» — sejam muito próximas ou coincidentes, embora podendo eventualmente actuar em momentos distintos.

3. O modelo que adoptámos para levantamento e sistematização dos desvios correspondeu à adequação que dele esperávamos. De algum modo, ele veio confirmar, na globalidade, a pertinência de um modelo generativo na análise da «performance», fundamentalmente no que respeita à postulação de diversas componentes e subcomponentes com uma autonomia relativa e com actuações a diferentes níveis na derivação de uma frase. Todavia, os resultados obtidos no que respeita à autonomia do *léxico* frente aos processos a que chamámos *estruturantes*, sugere a exclusão do *léxico* da componente sintáctica. Efectivamente, uma configuração do modelo gramatical em que uma *componente lexical* se localizasse independentemente de uma *componente sintáctica* — em que se incluíam as subcomponentes sintagmática e transformacional, e que actuaria pré e pos-lexicalmente — parece-nos mais consentânea com o modelo neurológico. Aliás, esta autonomização do *léxico* é já um processo real na passagem do modelo de Chomsky (1957) para Chomsky (1965), porquanto, no primeiro, o *léxico* estava incluído nas regras sintagmáticas, ao passo que, no segundo, surge como uma subcomponente autónoma adentro da base da sintaxe, a par da subcomponente categorial.

(¹¹) p. 364.

A configuração que propomos recupera de forma muito acentuada a noção saussureana — e, no fundo, tradicional — de sintaxe como realização do eixo sintagmático, por oposição aos processos do eixo paradigmático. Importa, contudo, não confundir a formulação apresentada com a inclusão, proposta por Katz e Fodor (1963), do léxico (para os autores, *dicionário*) numa componente semântica. Sem nos determos por agora sobre o assunto, apenas diremos que, dos pontos de vista psicolinguístico e neurolinguístico, qualquer das soluções propostas pelos autores referidos nos parece insatisfatória.

Faculdade de Letras de Lisboa

REFERÊNCIAS

- BACH, E. (1965). Structural Linguistics and the Philosophy of Science. *Dio-
genes*. 51 (1965).
- BLOOMFIELD, L. (1933). *Language*. 14.^a reimpr. Londres: George Allen &
Unwin, 1969.
- BLUMSTEIN, S. (1973). *Phonological Aspects of Aphasic Speech*. Haia:
Mouton.
- CHOMSKY, N. (1957). *Syntactic Structures*. Haia: Mouton.
- (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.:
The M. I. T. Press.
- (1970). Deep structure, surface structure and semantic interpre-
tation. In R. Jakobson e S. Kawamoto (orgs.). (1970). *Studies in General
and Oriental Linguistics*. Tóquio: TEC Corporation for Language and
Educational Research. Reimpr. in D. D. Steinberg e L. A. Jakobovits
(orgs.). (1971). *Semantics. An Interdisciplinary Reader in Philosophy,
Linguistics and Psychology*. Cambridge: The Cambridge University Press.
- DAMASIO, A. R. (1973). *Neurologia da Linguagem*. Lisboa: Livraria Bucholz.
- JAKOBSON, R. (1956). Two aspects of language and two types of aphasic
disturbance. In R. Jakobson e M. Halle (orgs.). (1956). *Fundamentals
of Language*. Haia: Mouton.
- KATZ, J. J. e J. A. Fodor (1963). The structure of a semantic theory. *Lan-
guage*. 39 (1963). Reimpr. in J. A. Fodor e J. J. Katz (orgs.). (1964).
The Structure of Language. Readings in the Philosophy of Language.
Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- LURIA, A. R. (1947). *Traumatic Aphasia*. (Trad. ingl. do russo). Haia:
Mouton, 1969.
- (1964). Factors and Forms of Aphasia. In A. V. S. De Reuck
e M. O'Connor (orgs.). (1964). *Ciba Foundation Symposium: Disorders
of Language*. Boston: Little Brown.
- MORRIS, C. W. (1938). *Foundations of the theory of signs. International
Encyclopedia of Unified Science*. 1. N.^o 2. Chicago: University of Chicago
Press.
- MOWRER, O. H. (1954). The psychologist looks at language. *American
Psychologist*. 9 (1954). 11.
- OSGOOD, C. E. (1957). A behavioristic analysis of perception and language
as cognitive phenomena. In J. S. Bruner et al. (1957). *Contemporary
Approaches to Cognition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

A GRAMÁTICA GENERATIVA E A PLURALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS

C. ARTHUR BRAKEL (*)
(ALBANY, N. Y.)

I

INTRODUÇÃO

I.0 O linguista norte-americano, James Harris, disse (1970: 930) «parece-me ser de grande vantagem ao estudo... da língua em geral, deixar permanentemente de lado o tema de 'formação de plurais' para dedicar-nos aos processos morfológicos e fonológicos generalizados do idioma.» Secunda-o outro, John Lipski, (1973: 67) ao dizer que os estudos da pluralização em português têm pouco interesse em si, que só têm interesse quando tratam de questões transcendentais. Antes de tratarmos de questões de alto valor teórico, e antes mesmo de deixarmos de lado a descrição dum processo linguístico, pelo menos um linguista deve acertar na descrição; isto é, deve atingir o requisito mais fraco duma gramática, a adequação observacional. Um trabalho que atinge este nível com a pluralização em português não deixa de ter, também, reflexões quanto à organização gramatical — reflexões estas que transcendem, até, a gramática portuguesa.

I.0§1 Hoje não há quem negue que o generativismo superou o estruturalismo em matérias de descrição e generalização linguísticas.

(*) Agradeço leituras e críticas prévias à professora Maria Ângela Pereira Botelho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e ao professor John Jensen, da Universidade de Virginia.

Enquanto o estruturalismo se restringia a examinar dados da superfície dum idioma, e proibia a mistura da diacronia com a sincronia, o generativismo se libertou de tais restrições, permitindo o estabelecimento de formas abstractas, mas analiticamente transparentes, que, mediante transformações, viriam à tona do idioma ofuscadas pela linearidade da expressão linguística e por processos evolutivos. A geração (derivação) ⁽¹⁾ de tais manifestações por regras de reescrita e transformações às vezes recapitula a história do fenómeno em questão.

§2 O idioma mais investigado pelos generativistas de vanguarda é, sem dúvida, o inglês — já que os grandes papas do generativismo são americanos. Sem embargo, fenómenos do português atraíram investigadores generativistas, os quais nem sempre possuíam um conhecimento do idioma que os salvaguardasse de erros de dados. A pluralização portuguesa atrai o generativista porque ela resiste à sistematização estruturalista, e obriga o investigador a criar listas de padrões em vez de regras que os unificam. Há seis estudos que tocam directa ou indirectamente a pluralização portuguesa. ⁽²⁾ Estes trabalhos, embora tivessem sistematizado a pluralização um pouco mais do que os estruturalistas anteriores, ainda não a observaram adequadamente.

1.1§0 *Dificuldades da Pluralização Portuguesa*. As dificuldades relacionadas com a pluralização em português são: a identificação do morfema «plural», o estabelecimento duma regra de tonicidade, a alternância entre *-ão* no singular e *-ões*, *-ães*, e *-ãos* no plural, as palavras terminadas em *-l* (*funil*, *móvel*, *difícil*, *hotel*, etc.) cujas pluralizações terminam em *-is*, *-eis* e *-éis*, as palavras que não têm flexão plural, a metáfora (*ovo-ovos*) [o] ~ [o], e a relação da flexão feminina com a pluralização.

§1 O morfema plural em português identifica-se em todos os trabalhos (menos o de Mira Mateus) implícita ou explicitamente com o

⁽¹⁾ Faço, desde já, a distinção entre derivação no sentido mais lato generativo e no sentido específico de derivação morfológica. Os generativistas usam a palavra «derivação» para indicar a procedência de qualquer fenómeno linguístico duma base abstracta à superfície do idioma mediante regras de reescrita e transformações. A derivação morfológica é a *produção* de palavras mediante a adesão de afixos sobre bases (palavras) e opera no léxico duma gramática generativa (cf. Aronoff 1976: 2-3, 34-45. Ver também nota 14 e II.0.3 do presente trabalho).

⁽²⁾ Os trabalhos a ser considerados são os de Saciuk, Hensey, Brasington, St. Clair, Mira Mateus e Lipski. Dedico uma secção especial ao de Lipski, pois este tem um ponto de vista teórico diferente, embora esteja sob a rubrica generativista.

fonema /s/. Mira Mateus identifica-o como /S/, um segmento abstracto não-especificado. Estas identificações, embora pareçam bastante motivadas e naturais à primeira vista, complicam inutilmente todas as análises examinadas.

§2.1 Uma regra de acento tónico em português pode ter, à primeira vista, pouco que ver com a pluralização — pode, até, parecer um contra-senso visto que as palavras têm acento tónico em três sílabas diferentes: são oxítonas, paroxítonas, e proparoxítonas. Ora, a grande maioria das palavras em português são paroxítonas e convém poder eliminar esta especificação mediante uma regra. Todos os trabalhos (menos o de Lipski) aceitam a seguinte regra de tonicidade: ⁽³⁾

$$V \rightarrow [+ac] / - (C) V (C) \#$$

A relação da tonicidade com a pluralização vem a ser esta: no nível subjacente o plural sempre se adere a uma sílaba átona (a não ser em palavras emprestadas: *café*, *ragu*, etc.); esta atonicidade governa a realização da vogal da sílaba que recebe o morfema plural como parece governar a realização da forma pluralizada de certas palavras terminadas superficialmente em -l.

§2.2 Para que um maior número de palavras se conforme com a regra de tonicidade paroxítona e para explicar a aparição de uma sílaba a mais nas formas pluralizadas, o generativista ortodoxo acrescenta uma vogal subjacente, postónica, às oxítonas superficiais (as que terminam em consoantes): /señore/, /españole/, /leone/, /añoze/, etc. Esta vogal supprime-se no singular, mas manifesta-se no plural sob vários disfarces: «senhores, espanhóis», etc.

§3.1 A vogal subjacente identifica-se ora com /i/ (Saciuk, Brasington), ora como /e/ (Hensey, St. Clair, Mira Mateus). As diferenças de identidade devem-se em parte ao facto de os linguistas tratarem de dialectos diferentes e em parte ao facto de terem premissas descritivas diferentes. É um engano, neste nível de abstracção, tratar de fonologia dialectal. A pluralização e os fenómenos dinâmicos associados a ela são de ordem morfológica e pandialectal em português. A hipótese duma

(³) O leitor notará logo que há palavras cujas pluralizações e formas femininas obedecem a esta fórmula, e.g. *senhores* e *senhora*, mas cujas formas masculinas e singulares não lhe obedecem: *senhor*.

vogal subjacente, /e/, baseia-se, também, no acréscimo de tal vogal em palavras emprestadas: *clube*, *time*, *bife* (Saciuk, 205), na existência histórica dela, e no aparecimento dela na superfície em muitos dialectos do português continental: [naturáli], [aŕozi] e [priori].

§3.2.1 A supressão desta vogal causou problemas aos linguistas que a sugeriram. Saciuk (206) e Hensley (6) suprimem-na sem elaborar qualquer regra; Brasington propõe a regra seguinte:

$$/i/ \rightarrow \emptyset / V \text{ [contínuo dental]} -$$

e St. Clair:

$$/e/ \rightarrow \emptyset \left[\begin{array}{c} C \\ + \text{soante} \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} \text{---} \\ -ac \end{array} \right]$$

Mira Mateus insinua uma regra para a supressão do /e/ depois de consoante nasal não-especificada (49-50) e indica com uma regra que o /e/, elevado a [i], e logo transformado em [ə], e depois de receber o grau mais fraco de tonicidade, suprime-se (232-3).

§3.2.2 As formulações de Brasington e St. Clair eliminariam o /e/ em palavras como *crise*, *bule*, *árvore*, e *impune*; o que seria inaceitável. Brasington engana-se ao presumir que /n, l, r, z/ sejam [+ dental, + contínuo], pois o /r/ é momentâneo, um *flap*.^(*) (Ver também I.2§4) Nova formulação propor-se-á na segunda parte deste trabalho.

§4.0 A alternância do singular em *-ão* com os plurais em *-ões*, *-ães* e *-ãos* atraiu a atenção de todos os investigadores. Os problemas relacionados com esta alternância são: a hipótese dum /n/ subjacente intervocalico que nasalizaria a vogal anterior suprimindo-se depois, o desarredondamento da vogal nasalizada (/õ → ä/) e a aparição da «glide»^(*) nas formas singulares.

§4.1 Quanto à hipótese da existência duma consoante nasal subjacente que se suprime na superfície, adoptam-na todos os trabalhos (menos o de Lipski). A consoante justifica-se na história da língua e na variação

(*) Brasington engana-se também ao tentar unir dois fonemas vibrantes /r~F/ num só. Por isso presume que o /r/ em *senhor* seja, no nível abstracto, um contínuo dental. Ele malogra uma tentativa de reunir, no mesmo fonema, os sons [s] e [z] com um raciocínio parecido.

(*) O primeiro uso deste termo, em português, no género feminino, aparece em Mira Mateus (20, 83).

morf fonémica entre palavras derivadas e não derivadas: *nação* ~ *nacionalidade*, *irmão* ~ *irmanar*, *capitão* ~ *capitania*.^(*)

§4.2.1 O primeiro problema que os linguistas enfrentam é o de indicar, por meio de rótulos ou transcrições, quando é que a consoante nasal subjacente se suprime e quando é que aparece na estrutura superficial. Saciuk (199) propõe o rótulo [+ nativo] para as formas em que a supressão se realiza e [- nativo] para as que mantêm o /n/ e, também, o /l/ até à superfície do idioma. Hensey evita a questão (6-1); Brasington afirma que o /n/ simples intervocálico suprime-se depois da nasalização da vogal anterior e explica a chegada do /n/ à superfície em palavras como *cana* pelo facto de a consoante provir de consoantes geminadas no nível abstracto, i.e. /kánnə/. No trabalho de St. Clair subentende-se uma regra de supressão de consoante nasal. Mira Mateus identifica a consoante nasal que se suprime usando um segmento nasal não-especificado, /N/, o qual aparece nos fins de sílaba e de morfema: *canta* /kaNt + a/ *irmã* /irmaN + a/ — o que lembra, um pouco, o arquifonema do estruturalismo.

§4.2.2 Nenhum dos rótulos propostos descreve a realidade linguística duma maneira satisfatória: a divisão entre [$\pm$ nativo] é a mesma que a gramática histórica tradicional estabeleceu sob a rubrica [$\pm$ erudito]. Qualquer destas divisões é forçada, pois indica que as formas onde o /n/ ou o /l/ chegam até à superfície não estão ao alcance do povo — o que não é verdade: *irmã* ~ *mana*, *pau* ~ *palito*, *moer* ~ *moleiro*.

§4.2.3 A postulação de consoantes duplas na representação abstracta, embora tenha uma base histórica, contorce a análise também, visto que tais sequências nunca se manifestam na superfície do idioma.

§4.2.4 A solução de Mira Mateus é, também, pouco aceitável visto que insinua que a fronteira de morfema e a de sílaba tenham, em português, alguma coisa em comum. Em vez de simplificar a gramática que ela

(*) Aronoff avança a teoria de que toda a palavra derivada morfologicamente parte, no léxico, de outra palavra (21). O presente trabalho modifica, um pouco, esta posição, optando por uma em que as bases susceptíveis de derivação se encontram num estado de abstracção motivada e em que tais «palavras», quando não se lhes juntam sufixos derivativos, vêm à tona mediante a morfologia do português, isto é, mediante certas transformações que ofuscam a forma subjacente, a qual aparece intacta nas formas derivadas.

propõe, os segmentos não-especificados complicam-na ofuscando a fronteira entre a morfologia e a fonologia. (7)

§4.3 O segundo problema relacionado com as terminações de palavras em *-ão* é o da passagem de /o/ na base para [ã] na superfície: /ladr + on + e/ → *ladrão*, /nas + sion + e/ → *nação*. Todos os investigadores aceitam uma regra que desarredonda uma vogal arredondada nasalizada em fim de palavra:

$$\tilde{V} \rightarrow [-arr] / -\#$$

que gera formas como **marrão* (*marron*) e **bão* (*bom*), etc., as quais aparecem em nível dialectal. Nenhum deles considerou o efeito de tal regra em palavras como *comum*.

§4.4 Para explicar a terminação do singular em [w̃], e. g. /kapit + an + e/ → *capitão*, produzem regras de acréscimo de semivogal nasalizada átona em fim de palavra, e. g. (Mira Mateus 49):

$$\emptyset \rightarrow \left[\begin{array}{l} - \text{cons} \\ - \text{voc} \\ \alpha \text{ rec} \\ + \text{nasal} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{l} + \text{voc} \\ \alpha \text{ rec} \\ + \text{nasal} \end{array} \right] -\#$$

que visa gerar formas como [kapitãw̃], [fálãw̃], e [kómẽỹ]. Tais regras juntam fenómenos fonéticos e morfológicos: a ditongação das desinências da 6.^a pessoa é facultativa ou dialectal, em muitos dialectos as «glides» não aparecem, e. g. [fálã], [kómẽ]; e o [w] em *capitão* e outros nominais tem valor nitidamente morfológico: *órfão* ~ *órfã*, *tabelião* ~ *tabeliã*. Esta regra tem, também, o inconveniente de gerar formas não-gramaticais como **galão* (*galã*), **imão* (*imã*), etc.

§5.1 O problema seguinte é a pluralização de palavras cujas formas singulares terminam em *-l*. Todos eliminam o /l/ intervocálico com regras parecidas a esta:

$$/l/ \rightarrow \emptyset / V + -V$$

(7) Critico esta formulação mais pormenorizadamente num ensaio a sair em *Luso-Brazilian Review*.

(sic, Mira Mateus, 36) ⁽⁸⁾. Estas regras não salientam o carácter morfofonémico da supressão do /l/ e a sua íntima relação com a pluralização, e, além disso, produzem erros como *espanhoa e *manuea (*Manuela*).

§5.2 As palavras terminadas em *-eis* cujas formas têm, no singular, a terminação *-il* (átona) não foram tratadas por Saciuk, Brasington, St. Clair, nem por Mira Mateus. Hensey (7) oferece a solução seguinte: «*Transformação de ie, ee*: Quando ... ocorrem as sequências [ɛe], [ie], com ambas vogais átonas, transformam-se em [ee].» A seguir ele continua: «*Elevação de /e/, /o/, átonos finais*: Ditas vogais recebem a especificação + alta; i.e. transformam-se em [i], [u]». Isto é: /túnɛl + e + z → túnɛz → túnɛiz/ ⁽⁹⁾ → [túnɛys̺]; /fósil + e + z → fósiez → fóseiz/ → [fósey̺s̺]. Esta «solução» é completamente *ad-hoc*, pois reúne fenómenos dispares sem qualquer motivação ou precedente alhures na fonologia portuguesa, e esquece, ao mesmo tempo, fenómenos relacionados. (Ver II.3§1.1.1; §1.1.2)

§6 O erro em todos os tratamentos até agora avançados é a alegação de que estes fenómenos sejam de ordem fonológica. Tanto a supressão como a manutenção das consoantes /n/ e /l/ como a aparição do [w̃] provêm da componente morfológica duma gramática do português, estando ligadas inexoravelmente à derivação morfológica e à flexão numérica e genérica.

§7 As palavras que não têm flexão plural aparente só foram tratadas por Brasington, que elimina o morfema plural com uma regra que reduz uma sequência de dois segmentos iguais a um só segmento (156).

§8 A metafonía e a relação do género feminino com a pluralização não receberam nenhum tratamento até agora.

I.2§0 *A Posição Naturalista*. Examinemos o ponto de vista de Lipski separadamente, visto que o artigo dele avança uma crítica e uma tentativa de reforma às soluções discutidas até aqui. O propósito de Lipski é reexaminar as formulações aqui delineadas porque «um paradoxo metodológico fundamental dominou-as todas.» (68) O paradoxo fundamental (segundo Lipski) é que as regras examinadas aqui representam os processos e as estratégias que o nativo utiliza para formar plurais em português. O «naturalismo» linguístico visa reflectir, nas gramáticas feitas

(8) O + indica uma fronteira morfémica a qual deve estar no outro lado do traço, pois trata-se de formas como /español + e + z/.

(9) Justifico diante (II.1§1.1) a asserção de que o morfema plural é /z/.

deste ponto de vista, os processos de aquisição e utilização dum idioma mediante a evidência superficial, aquilo a que o nativo está exposto durante a aprendizagem. De certa forma o «naturalismo» é um retorno ao empirismo e ao estruturalismo, retorno este que se deve ao fracasso da hipótese forte do generativismo (adequação explanatória), de que as regras duma gramática transformacionalista seriam as mesmas regras mentais usadas pelo falante (cf. Greene, 93-196). No tocante à aprendizagem do idioma, Lipski diz (63): «O falante nativo recorrerá primeiro à estrutura superficial, que vem a ser aquilo que de facto ouve, e só em casos excepcionais fará generalizações baseadas em análises abstractas.»

§1 Lipski critica a formulação de regras de tonicidade abstracta e propõe uma regra de tonicidade que opera na estrutura superficial:

$$V \rightarrow [+ac] / - (-voc), (V) \#$$

Ele diz (71): «O acento cai normalmente na última sílaba de qualquer palavra que termina foneticamente em consoante ou glide, de outro forma cai na penúltima sílaba.» A regra que Lipski formula é mais poderosa do que isto, pois a expansão dos segmentos dentro de parênteses dá o seguinte:

$V \rightarrow \dot{V}\#$	café	$V \rightarrow \dot{V}CV$	plano
$V \rightarrow \dot{V}C$	arroz	$V \rightarrow \dot{V}CCV$	posto
$V \rightarrow \dot{V}V$	lua	$V \rightarrow \dot{V}CCCV$	mostre
$V \rightarrow \dot{V}glV$	passeio	$V \rightarrow \dot{V}CCCCV$	demonstre
$V \rightarrow \dot{V}gl$ judeu			

Infelizmente a regra não gera formas como *sabes*, tão comuns na língua portuguesa. Lipski atribui uma certa quinta-essência à ortografia portuguesa:

Excepções a esta tendência geral [a de as palavras terem o acento tónico na última ou na penúltima sílaba] marcam-se ortograficamente ... Há certa regularidade nas palavras portuguesas no tocante à colocação do acento tónico [a qual] se reflecte na ortografia. [A gramática generativa ortodoxa] ... regularizou um processo [a acentuação] que os nativos

sentem ser imprevisível e que requer acentuação na penúltima sílaba a não ser que o contrário se indique (i.e. na ortografia, ou na imitação). (71)

A última frase é de dúbia interpretação.⁽¹⁰⁾ Lipski ataca a denominação [-nativo] para palavras esdrúxulas visto que muitas destas formas estão ao alcance do povo, embora muitas apareçam em forma sincopada: *corrego* → *corgo*, etc. (Ver também, I.1§4.2.2)

§2 Critica a naturalidade dum /e/ abstracto em final de palavras alegando que tal vogal não se manifesta na superfície (Ver I.1§§2-3), que só aparece na formação de plurais e que a

asserção de que um falante nativo de português analisará uma forma como *favor em* /favore/, só porque o /e/ final aparece no plural *favores* dá ao conceito da pluralização uma proeminência cognitiva imerecida pela observação. (72)

Acrescenta:

A ... regra ... de apócope, longe de ser uma regra geral do português, deve restringir-se de uma forma tal que só não funcione em formação de plurais. Por exemplo, a palavra *favor* forma o diminutivo em *favorzinho*. Se o /e/ subjacente existisse, com a junção dum sufixo diminutivo, a forma superficial seria *favorzinho* ou, talvez, *favorinho*.

Lipski esquece que o plural de palavras como *favorzinho* é *favorezinhos*, o que apoia a existência subjacente do /e/ e o que reforça a íntima relação deste segmento com o traço [+ plural].⁽¹¹⁾

⁽¹⁰⁾ Lipski escreve *missivista* «missivista» e *tolice* «tólico».

⁽¹¹⁾ Pretende (72) mostrar dificuldades quanto à existência do /e/ citando, como exemplos contrários à hipótese, formas que não se pluralizam: *jamais*, e *devagar*, ambos advérbios, os quais não entram em consideração, visto não serem nominais. Alega, também, que os infinitos (formas nominais de verbos) não se pluralizam, o que tampouco é a verdade; e alega que não há plural de *calor*. Embora reconheça que o /e/ se acrescenta a certas palavras emprestadas ao português, diz que o facto não se verifica com *futebol*. Claro está que a regra de apócope o suprime no singular, mas a expressão portuguesa: «Eu quero lá saber de *futebóis*!» apoia a hipótese do /e/ subjacente como apoia a realidade da regra que suprime o /l/ intervocálico.

§3 Lipski não aceita a asserção de St. Clair (75) que diz que «as mudanças fonológicas que parecem acompanhar a formulação dos plurais não formam parte integral do processo.» Embora as mudanças e supressões aqui estudadas tenham paralelos em outros sectores da morfofonologia portuguesa, elas têm um dinamismo especial vistas do ponto de vista da pluralização e da componente morfológica. (Ver Apêndice A).

§4 Avança uma forma canónica para a pluralização:

plural: ... [-cons]s#

a qual provém duma restrição de estrutura superficial expressa na regra seguinte:

[+ seg] → [-cons] / — C#

Diz que às formas que terminam em vogais (inclui palavras como *comum* e *homem*) se acrescenta o -s simplesmente. Numa nota ele ataca a representação abstracta de *irmã* /irman + a/ dizendo não haver alternância morfofonémica que a justifique (Ver I.1§4.1) e diz que o morfema plural não se acrescenta a formas subjacentes de nomes — outra alegação insubstanciável visto a pluralização ou a falta dela engatilhar as alternâncias morfofonémicas até aqui observadas. Para gerar o plural de formas terminadas em consoantes ele propõe a regra:

∅ → e / C — s#

Usa esta regra como outra «prova» da inadequação do /e/ subjacente como hipótese explanatória, pois diz que a supressão da vogal depois das consoantes /l, r, z, n/ não pode ser gerada por uma regra em traços distintivos visto as consoantes não pertencerem a uma classe natural.⁽¹²⁾ Estas consoantes são as únicas da língua portuguesa que fecham sílabas. Uma crítica mais válida avançada por ele é o problema das palavras que terminam superficialmente em C/e/ onde o /e/ não se suprime: *bule*, *crise*, *árvore*, *imune*. Estas duas questões, por serem falhas sérias nas formulações dos generativistas ortodoxos, tratar-se-ão na segunda parte. (Ver II.3§1)

(12) Normalizei a formulação de Lipski quanto às consoantes que precedem o /e/. Ver-se-á que embora não formem uma classe natural com o sistema de traços distintivos avançado para o português, o problema jaz no sistema e não nas consoantes. (Ver II.3§1.2.2)

§5 Lipski considera aberrativa e excepcional a supressão do /l/ intervocálico em pluralizações — alegação muito difícil de se manter visto haver tantas palavras em que isto se passa e visto verificar-se em palavras emprestadas (*futebóis*). Ele menciona (78) que o /l/ não se suprime em outros processos morfológicos, o que sustém, ao seu pesar, a íntima relação da supressão do /l/ com a pluralização. Propõe a seguinte regra para produzir a supressão do /l/ em palavras pluralizadas:

$$/l/ \rightarrow i / V - s\#$$

Alega que as formas que terminam em *-il* cujas pluralizações terminam em *-eis* são «completamente irregulares, sincrónica e diacronicamente, e constituem, só, um punhado de exemplos. E por razões óbvias, nunca se fez o menor esforço para derivá-las duma maneira organizada e regularizada.» (78) Admite que a regra acima propõe uma mudança segmental pouco natural e que tal regra é de ordem morfofonémica especial e se deve a «acontecimentos prévios na história da língua.» (79) (Ver II. 3§1.1)

§6 Explica a não pluralização de palavras como *simples*, *ônibus*, e *pires* por terem uma terminação que já se parece com o plural e pelo facto de que, se fossem flexionadas para o plural, a flexão constituiria outra sílaba, final, átona, a qual é bastante fraca em palavras esdrúxulas mas ele esquece que tal sílaba ocorre em palavras como *análises* e *árvores*.

§7 Avança «provas» de que as pluralizações das palavras terminadas em *-ão* são, do ponto de vista do nativo, puramente idiomáticas, e que o nativo as memoriza tendendo a generalizar o plural em *-ões*.⁽¹³⁾ Indica, também, que palavras que terminam em vogais nasais não ditongadas tendem a ditongar-se conforme o padrão dominante: *bom* [bãw]. (Ver I.1§4.3)

(13) Lipski comete outro erro nesta secção quando diz que *castelão* quer dizer *castelhano*. Estas pluralizações, de facto, causam dificuldades ao nativo quando aprende o idioma. Em *Dom Casmurro* o narrador diz, ao falar da sua relação com o agregado da família, José Dias: «Aos oito anos os meus plurais careciam, alguma vez, da desinência exacta, ele a corregia, meio sério para dar autoridade à lição, meio risonho para obter o perdão da emenda.» Cap. XXIV (80).

§8 Recapitulando, as regras de pluralização propostas por Lipski vêm a ser estas:

1. plural $\rightarrow$ /s/
2. $\emptyset \rightarrow$ e /C — s#
3. /l/ $\rightarrow$ i /V — s#

Segundo ele o resto é idiomático e o nativo o decora, facto que uma gramática deve reflectir. Estas regras ou, melhor, estratégias, indubitavelmente as que um infante usaria ao aprender o português, e as que um estrangeiro que não soubesse outro idioma neo-latino usaria, são inadequadas se a gramática que o linguista constrói do idioma for mais generalizada e sistematizada — pois os fenómenos que ele diz serem assistemáticos são sistematizáveis.

I.3§0 *Crítica ao Naturalismo*. Como já foi dito, o movimento naturalista na linguística moderna vem a ser um neo-empirismo, um neo-estruturalismo. No campo da sintaxe outros modelos gramaticais foram propostos à medida que se via que o generativismo não espelhava a tática linguística do nativo. Investigadores como Yngve, Johnson, etc. construíram gramáticas de superfície que se aproximavam mais das estratégias usadas por nativos, mas as mesmas gramáticas mostraram-se inadequadas para explicar as relações latentes que o nativo reconhecia existir atrás das formas superficiais. Negando, assim, a estrutura profunda, tais «gramáticas» não atingiram a adequação descritiva (Greene 168-186). A fonologia generativa naturalista peca da mesma maneira, pois nega ligações de ordem profunda entre formas da superfície linguística.

§1 A viragem para dados de superfície representa, em termos Sausurianos, uma focalização na *parole* e não na *langue*. Em termos Chomskianos representa uma focalização na *performance* em vez da *competence*. As «regras» de superfície elaboradas por Lipski não passam de procedimentos de descoberta (*discovery procedures*) formalizados: são meras observações superficiais. Estas regras nem sequer satisfazem o requisito gramatical mais fraco, o de adequação observacional, já que se negam a gerar fenómenos regulares (plurais de palavras como *fácil*, pluralização das que terminam em -ão), relegando-os à memorização. O papel do linguista deve ser de aprofundar-se no sistema abstracto dum idioma, uma vez que tenha catalogados os dados de superfície. O linguista ame-

ricano Wallace Chafe diz o seguinte a respeito dos argumentos de ordem naturalista:

... [o falante nativo] ... indubitavelmente memoriza directamente a estrutura fonética de palavras e frases específicas muitas vezes. Agindo assim, deve-se frisar, consegue um tipo de economia circundando outro ... É só em termos da língua como totalidade, não em termos de itens individuais frequentes, que o estratagema de formas e processos subjacentes representa maior economia ... Se é verdade que actualmente não podemos separar os processos que são psicologicamente verdadeiros dos que não o são, e mesmo que seja provável que falantes diferentes do mesmo idioma os devam diferentemente, o que é que um linguista faz quando quer descrever um idioma? Talvez o melhor que possa fazer agora seja descrever a língua como se o falante aproveitasse maximamente as generalizações possíveis, como se a mente do falante fosse um aparelho da maior eficiência. Assim, muitas formas subjacentes e muitos processos que o linguista formula não têm validade psicológica para qualquer falante, enquanto outros processos serão válidos para alguns mas não para todos. (38)

Chafe, então, mantém que o nível de análise deve ser o da *langue* e não o da *parole*.

§2 A corrente naturalista perdeu de vista as recomendações de Saussure, as quais ainda hoje têm valor e devem servir de guia ao linguista. Segundo Saussure uma das metas da linguística é a auto-definição e a auto-delimitação (6). Diz (9) «... devemos ... usar a *langue* como norma de toda a manifestação da *parole*.» Ele define a *langue* como um sistema que paira sobre a comunidade linguística, que fornece uma organização de convenções que capacitam aos falantes a fala. A organização contida na *langue* e descrita pelo linguista é uma que nem todo o falante sente. Cada falante ataca os padrões dum idioma numa maneira particular e individual produzindo, assim, uma teoria (gramática) própria, inconsciente, do idioma que a comunidade linguística lhe entrega, teoria que o identifica, pelas manifestações que produz, dentro da comunidade. Estas teorias individuais e os produtos (falas, escritas) valem para conhecermos o indivíduo psicológica e estilisticamente, mas dizem-nos pouco a respeito do idioma, da *langue*. Saussure nega, também, que o estudar a aquisição dum idioma nos forneça dados importantes da *langue*. Tudo isto corrobora a asserção de Chafe e a minha posição quanto à descrição linguística: devemos, como linguistas, focalizar-nos

no sistema social e essencial, extra-individual, e devemos fornecer as nossas descrições ao psicólogo para que ele estude as estratégias empregadas por indivíduos na aprendizagem e utilização do sistema. O facto de que a língua é uma instituição humana sistemática, susceptível de descrição, mas extra-individual, é o que capacita cada ser nascido dentro de determinada comunidade para, mediante os poderes cognitivos, aprender e utilizar o som como meio expressivo.

§3 O «naturalismo» contribuiu, não obstante, para refrear o ímpeto à abstracção que se verifica no trabalho de muitos generativistas (Brasington, St. Clair, e Mira Mateus), pois a condição forte de naturalidade (*strong naturalness condition*) proíbe a entrada, na transcrição fonológica (morfofonémica), de segmentos não-especificados e de segmentos ou sequências de segmentos que não aparecem na superfície do idioma. Esta condição, encetada sob motivação psicológica, ainda serve o linguista que se declara linguista e não psicólogo: divide a gramática em níveis abstractos e físicos fazendo ligações e divisões nítidas entre estes níveis. Traços distintivos fonológicos e, por extensão, segmentos fonológicos começam a agir no nível lexical da gramática, um nível ainda bastante abstracto. A naturalidade faz com que as representações dos morfemas neste nível sejam parecidas pelo menos com uma manifestação da superfície. O nível morfofonémico é, assim uma transição entre a sintaxe e a fonologia: as regras ainda estão sujeitas a especificações gramaticais, mas estão sujeitas, também, a exigências fonológicas (e.g. à metáfora, à assimilação, à supressão).

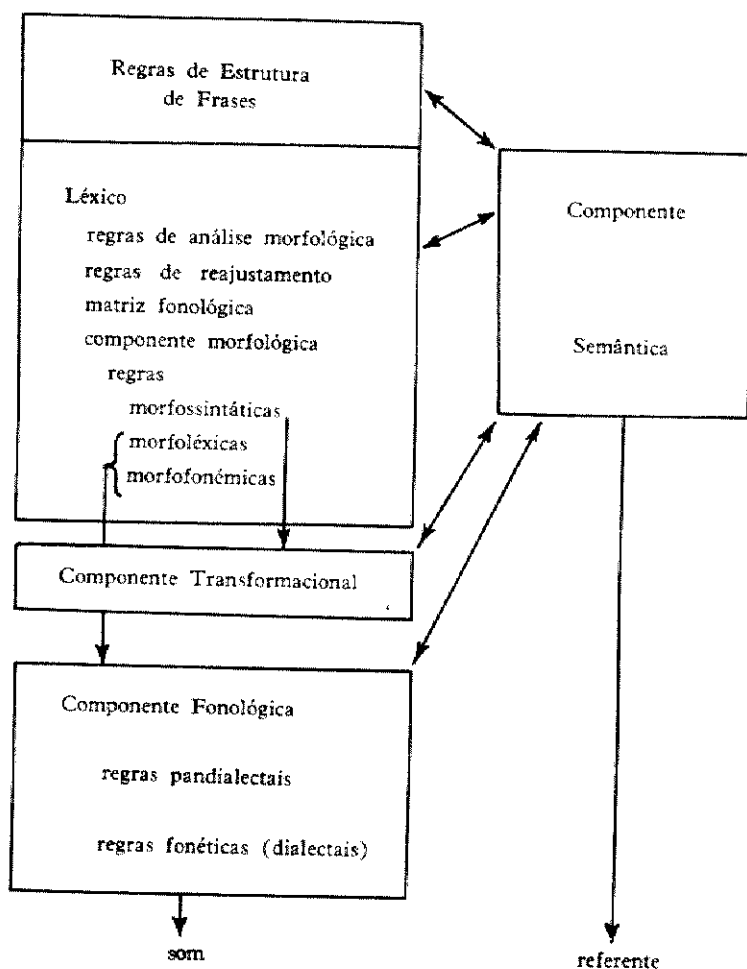
II

A PLURALIZAÇÃO DE NOVO

II.§1 *O Modelo Gramatical.* Esboçemos aqui o modelo gramatical adoptado para salientar o ponto de vista teórico do presente trabalho:

Modelo Gramatical «EST»

BASE



A organização avançada aqui é uma que vem surgindo em trabalhos recentes. Argumentei em favor de tal alhures apoiando-me em trabalhos de Karlsson, Botha, Halle, e Lipski. O trabalho de Aronoff, *Word Formation in Generative Grammar*, apoia, em termos gerais, tal organização. ⁽¹⁴⁾

§2 O grande passo em frente do generativismo foi o reconhecimento da originalidade inerente no uso cotidiano da língua. No período primordial do desenvolvimento teórico do generativismo considerações sobre a criação sintáctica dominaram e a morfologia, embora fosse reconhecida potencialmente produtiva, foi deixada de lado fazendo com que o léxico virasse uma «lata de lixo» para tudo o que não coubesse na componente sintáctica ou na fonologia. Como nem a componente fonológica nem a sintáctica chegassem a regular bem a morfologia, investigadores recentes interessaram-se de novo pela morfologia — salientando, desta vez, o aspecto produtivo (criador) dela.

§3.1 Convém distinguir três aspectos da morfologia: a análise, a flexão, e a produção. Grande parte do léxico português é analisável morfologicamente. Substantivos como *pagão*, *nação*; adjectivos como *possível*, *horível*; e verbos como *receber* e *compreender* são morfologicamente complexos: *pag* + *an* + *o*, *nas* + *sio* + *e*, *poss* + *i* + *bil* + *e*, *horr* + *i* + *bil* + *e*, *re* + *ceb* + *e* + *r*, *com* + *pre* + *end* + *e* + *r*. A composição destas palavras e palavras parecidas ainda influi o dinamismo

⁽¹⁴⁾ Aronoff, como não trata da morfofonologia da frase, não pondera regras que eu chamaria morfossintácticas. Ao que chamo regras morfoléxicas ele denomina regras de formação de palavras (*WFR's*). Ao que chamo regras morfofonémicas chama ele regras alomórficas. As regras morfofonémicas têm, aqui, um domínio mais amplo do que as de Aronoff. Sempre que for preciso mencionar segmentos ou traços distintivos em contextos gramaticais abstractos: fronteiras de morfema, palavras, categorias gramaticais, tempo ou modo verbal, etc. tratamos de regras morfofonémicas. Em contraste, a componente fonológica pode e deve funcionar autonomamente, sem referência a outros níveis.

A teoria de Aronoff tem a complicação seguinte: ele derivaria *nacional* de *nação*, inserindo o *-i-* e trocando o *-ão* por *-on-* mediante regras alomórficas (cf. 98-114). O presente trabalho motiva esta alternância sobre uma base abstracta que é, ainda, a palavra em questão, mas palavra esta que passa por regras morfofonémicas quando não se lhe juntam sufixos derivativos produtivos. Em outras palavras a morfofonologia que Aronoff propõe é uma consequência das regras de formação de palavras, ao passo que a morfofonologia proposta aqui funciona no sector do léxico onde a derivação morfológica não domina. Tal ponto de vista justificar-se-á adiante.

morfológico português, muitas regras morfofonémicas seriam impossíveis de formular sem referir às fronteiras de morfemas. Há, então, regras analíticas no léxico, regras estas que analisam substantivos, adjectivos, advérbios, e verbos morfológicamente. Depois de analisadas estas sequências de morfemas (palavras), regras de reajustamento transformam-nas em colunas de traços distintivos (cf. Mira Mateus, 147). Todas estas palavras estão sujeitas à flexão, isto é, a modificações morfológicas consequentes do ambiente sintáctico ou semântico. As regras morfossintácticas (flexionais) acomodam palavras ao contexto paradigmaticamente, facto este que une a flexão à sintaxe. Os nominais (adjectivos e substantivos) flexionam-se genericamente e numericamente: *nação-nações*, *pagão-pagãos*; os verbos, segundo a pessoa do sujeito, segundo o tempo, modo, e o ambiente sintáctico (em infinitos, gerúndios e participios).

§3.2 Em contraste com as palavras morfológicamente complexas (oriundas de processos já defuntos) e palavras flexionadas (analisáveis paradigmaticamente) temos o sector produtivo da componente morfológica que gera e regula a derivação morfológica, processo este, analisável, regular, mas não paradigmático. A derivação obedece a exigências semânticas sendo, assim, realmente produtiva, porque o resultado pode ser uma novidade nunca antes proferida mas imediatamente inteligível ao nativo. ⁽¹⁵⁾ A derivação é governada por regras morfológicas já que os afixos deste processo não se aplicam a toda a palavra, ⁽¹⁶⁾ pois elas geram formas como *conhecimento* /*koñes* + NOMINALIZADOR/, mas impedem a geração de formas como **conhecitura* e **conhecição*, mas por outro lado produzem formas como *formação* e *formatura*, impedindo **formamento*. Estas regras coordenam interpretações das junções visto nem sempre serem transparentes semânticamente. As palavras derivadas, contrariamente às outras, passam directamente à componente fonológica estabelecendo uma ligação directa entre a estrutura profunda das palavras e a superfície (Ver II.3§2.1; .2). As formas derivadas são transparentes enquanto as não-derivadas são opacas.

§3.3 Por sua vez as regras morfofonémicas tratam de modificações de segmentos e de traços distintivos em contextos gramaticais: i.e. plural, fronteiras de palavras, construções como a dos pronomes átonos com verbos

⁽¹⁵⁾ O escritor brasileiro, Guimarães Rosa, é o máximo aproveitador deste processo em português.

⁽¹⁶⁾ As junções e interpretações na derivação parecem arbitrárias; deve haver, porém, restrições morfofonémicas como em inglês, (cf. Aronoff, 98-114).

onde se verificam supressões e assimilações engatilhadas pela relação gramatical existente entre eles.

§4 A componente fonológica, uma vez que se estruture o léxico assim, pode agir automaticamente sobre qualquer segmento em qualquer ambiente. Ela deve dividir-se, ainda, em duas partes, uma que é válida para o idioma inteiro e outra que é nitidamente fonética e dialectal.

§5 Adoptando o modelo acima esboçado vê-se que aceitamos a realidade descritiva de segmentos abstractos subjacentes que estão completamente especificados, os quais se realizam, possivelmente, sob vários disfarces na superfície, mediante regras de reescrita. Deixamos de parte a questão da realidade psicológica de tais segmentos, impondo, sem embargo, a restrição da naturalidade sobre a representação lexical: a forma subjacente deve aparecer em, pelo menos, uma forma na superfície da língua. Banimos, assim, representações não-especificadas, como banimos consoantes geminadas subjacentes. Ainda assim, derivamos palavras de formas subjacentes que não são exactamente palavras, mas sequências de morfemas que dariam palavras não-derivadas morfologicamente mediante a aplicação de regras morfofonémicas. Estabelecemos estas formas abstractas pelo critério da naturalidade, motivando-as pelas formas que saem das regras morfológicas (as regras de formação de palavras). Atingimos, assim, uma nítida e económica transição entre a estrutura profunda e a fonologia, mediante a morfologia.

§6 A pluralização é um fenómeno universal da língua portuguesa e pertence à componente semântica, ao nível das regras analíticas, das de reajustamento, e das morfossintáticas. Ela repercute-se também no sector morfofonémico e, consequentemente, no nível pandialectal da componente fonológica. Vê-se a pluralização em termos da *langue*, na forma abstracta da língua padrão. Elementos de fonologia dialectal entrarão em consideração aqui só para esclarecer fenómenos que pertencem à *langue*.

II.2§1.1 *Requisitos para a Descrição de Processos Associados à Pluralização em Português*. O primeiro passo dum estudo que trata da pluralização em português deve ser a descrição da estrutura das formas pluralizáveis. ⁽¹⁷⁾ Estas formas são os nominais e incluem substantivos, adjectivos, pronomes pessoais da 3.^a pessoa, demonstrativos, e artigos definidos e indefinidos. Todas têm a mesma estrutura: radical + género

⁽¹⁷⁾ Brasington (159) e St. Clair (90) partem deste principio também.

+ número. Vale a pena expandir esta fórmula para salientar as possibilidades inerentes nela:

A Estrutura dos Nominais

1. Nominal → radical + gênero + número
2. Gênero → $\pm$ gramatical
3. Número → $\pm$ plural
4. + gramatical → $\pm$ feminino
5. — gramatical → /e/ ⁽¹⁸⁾
6. — feminino → /o/
7. + feminino → /a/ ⁽¹⁹⁾
8. + plural → /z/
9. — plural → /ø/

As regras 5 a 9 são regras de reajustamento (Ver II.1§1, §3).

§1.2 A asserção de que o gênero gramatical é [+ feminino] é mais do que uma medida de economia: unimos, desta maneira, o neutro com o masculino já que não há regras de concordância especiais para aquele, enquanto uma forma [+ feminino] exige concordância [+ feminino].

§1.3 A representação do número como [$\pm$ plural] em vez de «singular» e «plural» transcende, também, a economia, indica que o número marcado é o plural que contrasta com o não-marcado (singular). Separamos, assim, o conceito da pluralidade gramatical, morfológica, da pluralidade semântica (coletividade). A pluralidade gramatical normalmente exige concordância morfológica enquanto a pluralidade semântica pode variar, segundo o nível da linguagem, nas exigências: «A gente vamos ~ A gente vai».

§1.4 A regra número 5 que afirma ser /e/ morfema de gênero [—gramatical] baseia-se no seguinte: 1. O gênero de um substantivo que termina em /e/ é idiomático, de ordem lexical. O naturalista diria que o falante não tem qualquer indicação morfológica do gênero, decorei o de cada palavra, i. e. *a estante*, *o volante*. 2. Os adjetivos terminados nesta vogal são ambivalentes: *a casa grande*, *o homem grande*. 3. Os pronomes *lhe*, *se*, *te* designam, indiferentemente, entes masculinos e femininos.

§1.5 Todos os trabalhos até agora identificaram o morfema plural explícita ou implicitamente com a consoante /s/ ou se negaram a iden-

⁽¹⁸⁾ Entende-se uma coluna de traços distintivos abreviada em segmento.

⁽¹⁹⁾ O gênero pode ser idiomático: *a tribo*, *o sacana*.

tificá-lo. Tal identificação complica inutilmente a descrição, especialmente quando se trata da «fonologia sintática». O morfema plural em português tem certas semelhanças com o fonema estridente que ocorre em fim de sílaba, mas o morfema plural nem sempre ocorre em fim de sílaba. Não obstante, o estridente em final de sílaba identifica-se como /z/ também (Ver II.3§2.2.2). Vejamos as semelhanças:

- A. Ambos se realizam [—sonoro] antes de qualquer ambiente [—sonoro], inclusive pausas:

festa	[fésta]
vez	[vés]
casas típicas	[kázastípkas]

- B. Ambos se sonorizam antes de consoantes sonoras

mesmo	[mézmu]
casas velhas	[kázazvélas]

Em muitos dialectos a realização do estridente final de sílaba, seja o morfema plural ou não, é palatal, [š], [ž]. O mesmo não ocorre em dialecto algum quando o morfema plural se encontra antes de outra palavra que começa com vogal: *casas atrozes* [kázazatrózis].⁽²⁰⁾ Neste ambiente, neutro, onde o morfema plural não está em posição final de sílaba, isolamo-lo e identificamo-lo na sua forma primordial, subjacente. Uma vez que se queira incorporar todas as realizações do morfema plural, a regra da realização torna-se bastante complicada partindo da premissa que é /s/ ou, pior ainda, /S/:⁽²¹⁾

$$/s/ \rightarrow \left[\begin{array}{l} \alpha \text{ sonoro} / \text{ — } \emptyset \text{ } \alpha \text{ sonoro} \\ + \text{ sonoro} / \text{ — } \# \text{ } V \end{array} \right]$$

Identificados o morfema plural e a consoante estridente final de sílaba como /z/, a concordância sonora se deriva mediante uma regra fonológica pandialectal:

$$\left[\begin{array}{l} + \text{ estridente} \\ + \text{ sonoro} \end{array} \right] \rightarrow \alpha \text{ sonoro} / \text{ — } \alpha \text{ sonoro}$$

⁽²⁰⁾ Nos dialectos beirões o /s/ e o /z/ são cacuminais mas estruturalmente equivalentes aos alveolares ou dentais dos outros dialectos.

⁽²¹⁾ Esta regra mistura dados fonéticos ($\emptyset$ é um símbolo que indica fronteira silábica) e morfológicos ($\#$ indica fronteira de palavra). Cf. Mira Mateus (33), e Brasington (156, 170).

O que quer dizer que qualquer estridente sonoro terá a mesma sonoridade que o segmento seguinte, seja este homossilábico seja heterossilábico. Esta regra não interfere com a realização dos segmentos /z/ e /ž/ em outros ambientes, visto serem sempre seguidos de vogais que são, num nível fonológico pandialectal, sonoras. A realização em posição final de sílaba varia, como ficou dito, de dialecto em dialecto e por isso pertence ao nível fonético dialectal.

II.3§0 *Os Problemas da Pluralização Revistos.* Com a identidade do morfema plural estabelecida e aceite uma regra de tonicidade paroxítona, podemos seguir a outros problemas.

§1.0 A vogal subjacente criou problemas de identificação e supressão para os outros investigadores. Não trataram do aparecimento desta vogal nas formas do infinito pessoal, problema que trataremos aqui.

§1.1.1 Identifiquemos, desde logo, a vogal dita subjacente com o morfema de género [—gramatical], isto é, com o fonema /e/. Opção esta que pode, à primeira vista, parecer difícil de justificar já que impusemos a restrição de naturalidade à representação morfofonémica, pois as realizações deste segmento parecem ser de toda a espécie menos [e]. Depois de consoante e antes do morfema plural a realização principal brasileira é [i]: [flóris], [grándži] — a realização principal portuguesa é [ê]: [flórêis], [grándê]. A realização [+alto] ocorre também no português de Portugal quando o morfema /e/ ocorre em final de palavra seguida de outra palavra que começa com uma vogal [+recuado]: *sete horas* [setêoras]. Em todos os dialectos do português este morfema se realiza como [y] nos plurais tidos como «problemáticos» por Lipski *pães* [pãys], *leilões* [leylõys], *túneis* [túngys], etc. As formas ditas «completamente irregulares, sincrónica e diacronicamente» (Lipski, 78), *ágil* ~ *ágeis*, *útil* ~ *úteis*, etc. contêm o morfema /e/ na sua realização primordial: a pluralização de formas terminadas superficialmente em /il/ átono prossegue da maneira seguinte:

Forma Subjacente:	/fósil + e + z/
Supressão do /l/:	/fósi + e + z/ ⁽²²⁾
Metátese:	/fóseiz/ ⁽²³⁾
Ditongação:	[fóseys]

⁽²²⁾ Para o tratamento da supressão do /l/ ver II.3§4. Ver também o Apêndice B, *plurais*, *azuis*, *espanhóis*, *funis*, *túneis*, *úteis* e *Manuelas*.

⁽²³⁾ Há algumas palavras que estão isentas desta regra: *superfície*, *série*, *cárie*, etc. Marcam-se no léxico, [-metátese].

A regra de metátese:

$$\begin{bmatrix} + \text{voc} \\ + \text{alt} \\ - \text{ac} \end{bmatrix}_1 \quad \begin{bmatrix} + \text{voc} \\ - \text{alt} \\ - \text{ac} \end{bmatrix}_2 \rightarrow 2 \ 1$$

está generalizada e aparece no nível pandialectal da componente fonológica portuguesa, pois a forma canónica dos ditongos portugueses é $[-\text{alt}]_1 [+ \text{alt}]_2$. De outra forma, quando duas vogais seguidas, a primeira de igual ou maior altura do que a segunda, chegam à superfície, estão sempre em hiato. A regra de metátese precede a de ditongação: ⁽²⁴⁾

$$\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ - \text{ac} \\ - \text{cons} \end{bmatrix} \rightarrow [- \text{voc}] / \begin{bmatrix} \text{V} \\ - \text{alt} \end{bmatrix} \text{ —}$$

pois aquela fornece material a mais para esta (*feeding order*).

§1.1.2 Outras palavras que até agora não foram vistas como problemáticas estão sujeitas ao mesmo fenómeno, metátese e ditongação. As que terminam em *-vel* ou em *-(g)em* ⁽²⁵⁾ têm formas subjacentes que terminam em

$$\text{-vel: } / + \begin{Bmatrix} \acute{a} \\ \acute{i} \\ \acute{u} \end{Bmatrix} + \text{ bil} + \text{e} / \quad \text{-(g)em: } / + \begin{Bmatrix} \acute{a} \\ \acute{i} \\ \acute{u} \end{Bmatrix} + (\text{g}) + \text{in} + \text{e} /$$

Tais subjacências identificam-se com a variação morfofonémica a seguir: *móvel* ~ *mobilidade*, *possível* ~ *possibilidade*, *provável* ~ *probabilidade*, *virgem* ~ *virginia*, *homem* ~ *hominal*, *vertigem* ~ *vertiginoso*. A metá-

⁽²⁴⁾ Mira Mateus (38) mantém que não é preciso especificar $[-\text{alt}]$ para a vogal nuclear do ditongo. Quando ambas as vogais são $[+ \text{alt}]$ a ditongação é facultativa: *inclui*: [inklúy] [inklú.i] e por isso de ordem dialectal ou, até, idioléctica.

⁽²⁵⁾ O /g/ justifica-se como segmento subjacente com a variação morfofonémica: *virgo-virgem-virgineo* e *psicólogo-psicologia*. A regra de amolecimento velar: /g/ → /ž/ e /k/ → /s/ (*eléctrico-electricidade*) é morfofonémica:

$$\begin{bmatrix} + \text{oclusão} \\ + \text{rec} \\ < + \text{sonoro} > \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} - \text{oclusão} \\ + \text{coronal} \\ + \text{estridente} \\ \langle + \text{sonoro} \rangle \\ + \text{alt} \\ + \text{rec} \end{bmatrix} / \text{ — } + \begin{bmatrix} + \text{voc} \\ + \text{alt} \\ - \text{rec} \end{bmatrix}$$

tese ocorre nas pluralizações em *-vel* e ocorre tanto nas pluralizações como nas formas singulares em *-(g)em*.⁽²⁰⁾

prob + á + bil + e + z vert + í + g + in + e + z óm + in + e pos + í + bil + e

Supressão do /l/

prob + á + bi + e + z _____ _____ _____

Nasalização

_____ vert + í + g + in + e + z óm + in + e _____

Supressão do /n/

_____ vert + í + g + i + e + z óm + i + e _____

/b/ → /v/ [—DM] / $\begin{Bmatrix} V \\ C \end{Bmatrix}$ — V

prov + á + vi + e + z _____ _____ pos + í + vil + e

/i/ → /e/ / v — 1 $\begin{Bmatrix} \text{—DM} \\ \text{—plural} \end{Bmatrix}$

_____ _____ _____ pos + í + vel + e

Amolecimento velar

_____ vert + í + ž + i + e + z _____ _____

Supressão do /e/

_____ _____ _____ pos + í + vɛl

Metátese

prováveis vertižeiz ómei _____

Perda do traço silábico (Ditongação)

prováveys vertižeýs ómeý _____

A este ponto as palavras em *-vel*, *-veis* estão prontas para pronunciar-se. As em *-(g)em*, *-(g)ens* ainda estão sujeitas à regra de assimilação nasal: /ɥ/ tem a mesma especificação que a consoante /ñ/, isto é: [+ nasal,

⁽²⁰⁾ Todas estas regras encontram-se no Apêndice A, formalizadas.

+alt, —voc, etc.], porém, obedece à mesma regra fonológica assimilatória e, depois, num nível fonético e dialectal, causará as mesmas nasalizações:

Regra de Assimilação Nasal

$$\begin{bmatrix} + \text{nasal} \\ - \text{voc} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} \alpha \text{ alt} \\ \beta \text{ ant} \\ \gamma \text{ cor} \end{bmatrix} / \text{ — } \begin{bmatrix} - \text{voc} \\ \alpha \text{ alt} \\ \beta \text{ ant} \\ \gamma \text{ cor} \end{bmatrix}$$

isto é:

kánpu ténta éñši táñki hómeỹz vírzej̃ dóyda

Assimilação nasal

kámpu ténta éñši táñki hómenz víržen dóyda

O grau de nasalidade fonética das vogais que precedem consoantes nasais e a permanência destas perante consoantes seguintes ou, mesmo, perante pausas, é um factor dialectal. A derivação proposta aqui explica a consoante nasal em final de palavra verificada por Head (Ver, pp. 66, 67, 68; 74; 184). Contrariamente ao que diz St. Clair (96-97) em dialectos diferentes as pronúncias de *origem*, *homem*; *origens*, *homens* variam entre [orizê, ómê] e [orizêj̃, ômêj̃] e entre [orizêš, ómêš] e [orizêj̃š, ômêj̃š].

§1.2.1 Tratem os agora do problema da supressão desta vogal. Segundo o ponto de vista desenvolvido aqui, ela suprime-se em final de palavra depois dos fonemas /r, l, n, z/.⁽²⁷⁾ Lipski critica esta asserção (I.2§4) quando diz que tais fonemas não pertencem a uma classe natural.

§1.2.2 Não obstante as dificuldades vistas nas análises anteriores, estas consoantes pertencem a uma classe fonológica natural que ainda não foi devidamente identificada nos estudos da fonologia portuguesa. Como já foi dito, estas são as únicas consoantes capazes de fechar sílabas em português. São todas sonoras, são todas dentais (+ anterior, + coronal), mas a classe não se define só com estes traços, pois incluem /d/ que não

⁽²⁷⁾ Para a identificação do /n/ ver I.1§4.1 e II.3§2.1.

pode fechar sílabas. Examinemos a especificação destas consoantes em traços distintivos na matriz de Mira Mateus (72):

	n	z	l	r	d	s
sonoro	+	+	+	+	+	—
anterior	+	+	+	+	+	+
coronal	+	+	+	+	+	+
contínuo	—	+	+	+	—	+

Há duas falhas bastante sérias nesta especificação: /n/, se fosse [+ contínuo], daria uma classe natural para as quatro — se não houvesse uma segunda falha, o /r/ em português não pode especificar-se [+ contínuo], pois a sua articulação momentânea é diametralmente oposta ao conceito da continuidade. Nesta matriz /z, l, r/ distinguem-se do /d/ pelo traço [+ contínuo]. As fricativas distinguem-se das oclusivas com o mesmo traço. O /n/ distingue-se do /d/ só pelo traço [+ nasal] e o /s/ distingue-se do /z/ pelo traço [+ sonoro] ⁽²⁸⁾. O contraste entre fricativas e oclusivas não se deve basear na continuidade, deve, antes, basear-se na oclusão. Entende-se por oclusão o bloqueio total da saída do ar pelo aparelho fonador, traço típico das oclusivas só. Se, em vez de *contínuo* tivéssemos *oclusão*, as vogais, as soantes, as fricativas, e as vibrantes (/r/ e /r̃/) reunir-se-iam na classe [— oclusão], enquanto as oclusivas seriam [+ oclusão]. Esta especificação reuniria /r, n, l, z/ na classe natural: [+ sonoro, + anterior, + coronal, — oclusão] permitindo uma regra de supressão do /e/ formular-se com traços distintivos:

$$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \\ - \text{rec} \end{bmatrix} \rightarrow \emptyset / \begin{bmatrix} + \text{son} \\ + \text{ant} \\ + \text{cor} \\ - \text{ocl} \\ < + \text{nas} > \end{bmatrix} + - \left\{ \begin{array}{l} - \text{pl} \\ < + > \end{array} \right\} [- \text{DM}]$$

§1.2.3 Esta regra que suprime o /e/ quando ocorre depois de /n/ (agindo em conjunção com as regras morfofonémicas da secção II.3§2.1, ou as regras 4, 5 do Apêndice A) resolve um problema em que ninguém tocou até agora. Este /e/ mantém-se nas pluralizações de formas sub-jacentes como /fãs + ion + e + z, kapit + an + e + z, kabr + on + e + z/

⁽²⁸⁾ O facto de que as outras consoantes que fecham sílabas são sonoras reforça a asserção de que a estridente que as fecha é também sonora.

[řazõỹs, kapitãỹs, kabrõỹs] mas suprime-se tanto no singular como no plural de palavras como *comuns*, *bons*, *tons*, *sons*, *marrons* e *galãs*: [komũs, bõs, tõs, sõs, marrõs, galãs] ⁽²⁹⁾. É de supor que estas palavras têm a mesma estrutura profunda que os outros nominais: /komun+e+z, bon+e+z, son+e+z/, etc. Pois tal estrutura explica a tonicidade de cada uma. Ademais, a variação morfofonémica justifica tal estrutura profunda: *comunidade*, *bonito*, *sónico*, etc. Nas formas não-derivadas destas palavras o /n/ não nasaliza, num nível morfofonémico, a vogal que precede porque a estrutura não é a descrita na regra 4 do Apêndice A, regra esta que nasaliza a vogal anterior causando depois, com a regra 5, a supressão do /n/. Para que a regra 4 aja, precisa haver uma fronteira morfémica antes da vogal nasalizável, o que não há nestas palavras, pois têm a estrutura /XCVN+GEN+NUM/. A nasalização das vogais e a supressão dos consoantes nestas palavras é um factor fonológico regido pela regra de assimilação nasal e por regras dialectais de nasalização (cf. II.3§1.1.2).

§1.2.4 As excepções a esta regra na língua padrão: *árvore*, *crise*, *bule* e *impune* tem a seguinte representação abstracta: /árvore+e+NUM, kríze+e+NUM, búle+e+NUM, inpúne+e+NUM/. Tal estrutura faz com que a segunda vogal se suprima encontrando-se depois de vogal semelhante. A segunda vogal não recebe a regra de elevação (II.3§2.1, regra 5; Apêndice A, regra 12) porque ambas as vogais são [—alt, —bx, —ac], isentando-as de tal regra.

§1.3 O infinito flexionado deve considerar-se também, visto ter a possibilidade de combinar-se com o artigo definido: «O falares assim indica que és mal-criado». O /e/ vem à tona nas formas da segunda pessoa, *fazer* e nas da 6.ª, *trazerem*. O /e/ não aparece nas outras formas que se flexionam, *irmos* e *saberdes*, como não aparece nas que não se flexionam, *eu cantar*, *ela dizer*, o que indica que há uma regra especial para suprimir o /e/ nos infinitos:

$$/e/ \rightarrow \emptyset / \left\{ \begin{array}{l} + \text{ — } \# \\ + \text{ — } + \text{ CVC } \end{array} \right\} \text{ inf}$$

(29) As pronúncias populares brasileiras [kõmũỹs, bõỹs], etc. não evidenciam a permanência do /e/. Há uma regra dialectal que acrescenta a semivogal /y/ sempre que uma vogal tónica seja seguida de /zØ/.

§2.0 Como Lipski diz (79) «os generativistas esforçaram-se mais na derivação dos plurais da vi classe, sufixo *-ão*, do que em todas as outras classes juntas.» Vejamos se aqui despachamos os plurais das formas em *-ão* com menos tinta e mais intuição.

§2.1 Lipski (79) tem razão, como sabe qualquer estudante de gramática histórica portuguesa, quando diz que as formas singulares em *-ão* resultam duma fusão medieval das terminações latinas *-tionem*, *-anem*, *-anum* → *-āno* → *-ão*. Esta fusão deve-se à perda da distinção das declinações na passagem do latim vulgar para o português, e estava completa na segunda metade do século xv (Williams, 176-177). A distinção perdida com a especificação [— plural] mantém-se nas formas pluralizadas — o que reforça a hipótese duma íntima relação da pluralização com as formas subjacentes dos nominais. É de se esperar que a perda da distinção destes três sufixos em formas singulares gerasse confusões tanto de género (— *tionem* era feminino) como de forma subjacente, daí confusões quanto ao plural, e logo as palavras que têm duas ou três pluralizações aceitáveis: alão (3), alazão (2), aldeão (3), ancião (3), castelão (2), deão (2), hortelão (2), rufião (2), sultão (3), e vilão e verão (2) (Cunha, 126). Toda a palavra que tem mais do que uma pluralização tem uma em *-ões*, facto este que se deve ao grande número de palavras terminadas em /-ion+e+NUM/, como se deve, também, à preponderância e produtividade do sufixo aumentativo /-on+ $\begin{Bmatrix} a \\ e \end{Bmatrix}$ +NUM/, pois o padrão dominante tende a generalizar-se. A fusão destes três sufixos provém duma regra analítica do léxico português: ⁽³⁰⁾

$$\left[\begin{array}{l} + (s)ion+ \\ + on+ \\ + an+ \end{array} \right] \left[\begin{array}{l} \text{[— gramatical]} \\ \text{[— fem]} \\ \text{[— DM]} \end{array} \right] \rightarrow /+an+ / \left[\begin{array}{l} \text{[— fem]} \\ \text{[— DM]} \end{array} \right] / \text{ — } \left[\begin{array}{l} \text{[plu-}] \\ \text{[— DM]} \end{array} \right]$$

(³⁰) Estes sufixos são concretizações de símbolos categóricos: /+(s)ion+/ é nominalizador abstracto; /+an+/ é nominalizador que indica agente ou encarregado: *sacristão*, encarregado da *sacristia*; *tabelião*, encarregado da *tabela*; *capitão*, homem à cabeça duma *companhia*. O género destas formas em *-ão* é tido por idiomático ou semântico — Cunha (133) diz: «substantivos terminados em *-ão*: os concretos são masculinos e os abstractos são femininos.» O /s/ que acompanha o nominalizador abstracto ajuda o falante a determinar o género (feminino) das palavras formadas com este sufixo: *natação*, *informação*.

Estabelecida a regra analítica, podemos seguir à geração fonológica de formas em *-ão* reconhecendo que os processos morfofonémicos ocorrem quando tais formas não passam por derivação morfológica.

Forma Subjacente

pap+on+e+∅ fras+(s)ion+e+∅ eskriv+an+e+∅ pag+an+o+∅

1. Regra Analítica, Neutralização de Sufixos

pap+an+o fras+an+o eskriv+an+o ———

2. Regra Morfofonémica, Tonicidade: $V \rightarrow [+ac] / - C_0^1-CC_0^1 \#$

pap+ân+o fras+ân+o eskriv+ân+o pag+ân+o

3. Regra Morfofonémica, Nasalização: ⁽³¹⁾

$$V \rightarrow [+nasal] / + - \left[\begin{array}{c} + \text{ nasal} \\ + \text{ ant} \\ + \text{ cor} \end{array} \right] + V$$

pap+ãñ+o fras+ãñ+o eskriv+ãñ+o pag+ãñ+o

4 Regra Morfofonémica, Supressão da Consoante Nasal:

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ cons} \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{c} + \text{ voc} \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \text{ ——— } + V [-DM]$$

pap+ã+o fras+ã+o eskriv+ã+o pag+ã+o

⁽³¹⁾ Esta é, basicamente, a mesma regra proposta nos trabalhos anteriores. A adição de [-DM] restringe o domínio preservando o /n/ intervocálico em palavras derivadas, i.e. *fraccionar*, *paganismo*, *castelania*, etc. A nasalização das vogais em palavras morfológicamente derivadas é de ordem dialectal, porém aplica-se com regras inferiores a estas. Palavras como *fortuna*, *cano*, *comum*, etc. não se conformam à descrição estrutural da regra e por isso a vogal que precede o /n/ não se nasaliza, o que isenta as palavras da regra a seguir. As palavras morfológicamente complexas mas não derivadas (*pagão*, etc.) têm que encontrar-se em formas semi-abstractas (com as fronteiras de morfemas indicadas) no léxico, pois de outra forma a nasalização das vogais e a supressão das consoantes não se faria duma maneira principiada.

5. Regra Fonológica Pandialectal, Elevação da átona: ⁽³²⁾

$$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \end{bmatrix} \rightarrow [+ \text{alt}] / \left[\begin{array}{c} + \text{voc} \\ + \text{ac} \\ + \text{bx} \end{array} \right] -$$

papãu

frasãu

eskrivãu

pagãu

6. Regra Fonológica Pandialectal, Ditongação: ⁽³³⁾

$$\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ - \text{ac} \\ - \text{cens} \end{bmatrix} \rightarrow [- \text{voc}] / V [- \text{alt}] -$$

papãw

frasãw

eskrivãw

pagãw

7. Regra Fonológica Pandialectal, Nasalização Progressiva:

$$\begin{bmatrix} - \text{cons} \\ - \text{voc} \end{bmatrix} \rightarrow [+ \text{nasal}] / [+ \text{nasal}] -$$

papãw̃

frasãw̃

eskrivãw̃

pagãw̃

O resto da geração destas palavras e palavras com estruturas semelhantes está a cargo da fonética dialectal. A elevação de vogais nasalizadas ou átonas e o grau de nasalização variam de dialecto em dialecto e de falante em falante, pormenores que não nos interessam aqui. É fácil de ver que se os radicais tivessem sido especificados [+plural], todas as regras, menos a primeira, teriam agido para produzir as formas correctas: *papões*, *fracções*, *escrivães* e *pagãos*.

⁽³²⁾ Há versões diferentes desta regra em todos os trabalhos aqui estudados. A disjunção dos traços [+ac] e [+bx] é precisa para: A. assimilar o /e/ em palavras como *carril* /kařil+e+z/ → kaři+e+z/ → [kařiis]; B. dissimulá-lo em palavras como *túnel* /túnel+e+z/ → túne+e+z/ → [túneis]; C. preservá-lo para depois suprimi-lo com a regra que suprime segmentos iguais em palavras como *crise* /krize+e+z/ → [krizis]. (Ver II.3§1.1.1 e nota 24).

⁽³³⁾ Esta regra, de uso geral na língua portuguesa, é mais motivada aqui do que nas formulações anteriores, as quais geram esta glide com uma regra de acréscimo (cf. I.1§4.4). A glide tem origem no morfema [-fem] que, devido à supressão do /n/, passa a seguir a vogal tónica. Nas formas pluralizadas, *papões*, etc., a glide tem origem no morfema genérico [-gramatical].

§2.2 Até este ponto tentámos frisar que estas regras operam em formas que não estão derivadas morfologicamente e que estas últimas estão isentas das regras morfofonémicas. Examinemos, agora, a derivação (morfológica e fonológica) de palavras a partir das mesmas bases das regras anteriores justapostas aos sufixos *-ice*, *-ar*, *-ia*, e *-ismo*.

Formas Subjacentes ⁽³⁴⁾

pap+on+is+e fras+sion+ar+e eskriv+an+i+a pag+an+izm+o

Tonicidade

pap+on+is+e fras+sion+ár+e eskriv+an+í+a pag+an+izm+o

Supressão do /e/

_____ fras+sion+a+r _____ _____

Praticamente, ao aplicar-se a regra de tonicidade, as palavras [+DM] estão prontas para a componente fonológica. A derivação morfológica aproxima formas subjacentes à superfície do idioma e apoia a hipótese de consoantes nasais subjacentes.

§2.3 O género feminino aplicado às bases subjacentes bloqueia a geração presenciada acima. Sigamos a derivação de palavras semelhantes flexionadas para o género feminino.

Forma Subjacente ⁽³⁵⁾

bon+a leon+a+z aren+a pag+an+a

1. Regra Analítica Bloqueada (género = +fem)

2. Tonicidade

bón+a león+a+z arén+a pag+án+a

⁽³⁴⁾ *Paponice* não se encontra nos dicionários mas é plausível e inteligível, formada segundo regras de formação de palavras (morfoléxicas) que se justificam alhures no léxico português.

⁽³⁵⁾ N. B. /bon+a, leon+a, aren+a/ e palavras como /kan+e, pan+e/ não conformam à descrição estrutural da regra de nasalização (II.3§2.1). A nasalização das vogais e a supressão da consoante nasal nestas palavras provém da história do idioma, mas as formas subjacentes abstractas se justificam com a variação morfofonémica: *bonissimo*, *leónico*, *arenata*, *canino*, *panificação*. A susceptibilidade destas palavras à regra de nasalização marca-se no léxico.

3. Nasalização

bõn + a	leõn + a + z	arẽn + a	pag + ãn + a
---------	--------------	----------	--------------

4. Supressão da Consoante Nasal

bõ + a	leõ + a + z	arẽ + a	pag + ã + a
--------	-------------	---------	-------------

5., 6., e 7. não funcionam

8. Regra Fonológica Pandialectal. Supressão de Segmentos iguais ⁽³⁶⁾
[+ seg₁] [+ seg₂] → [+ seg₁] (condição 1 = 2)

pagã

9. R. F. Pandialectal, Desnasalização ⁽³⁷⁾

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ voc} \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \rightarrow [- \text{ nasal}] / - \left[\begin{array}{c} \{ + \text{ cons} \} \\ + \text{ voc} \\ - \text{ nasal} \end{array} \right]$$

bóa	leóa	aréa	_____
-----	------	------	-------

⁽³⁶⁾ Na eliminação de segmentos iguais seguidos, as consoantes estridentes causam problemas especiais: há dialectos que mantêm uma distinção entre *o sete* e *os sete* [uset̃] ~ [uʃs̃et̃]. A regra de concordância sonora da estridente /z/ segue a de eliminação de segmentos iguais, pois no nível da regra 8 a representação de *os sete* e *nascer*, etc. ainda é /uzsete/ e /nazzer/. Há, porém, muitos dialectos em que o /z/ final de sílaba se suprime sempre que for seguido de outra estridente:

livros sujos	/livroz súžoz/	[li.vru.sú.žus]
livros chatos	/livroz šátoz/	[li.vru.šá.tus]
livros zelados	/livroz zeládoz/	[li.vru.ze.lá.dus]
livros jurídicos	/livroz žurídikoz/	[li.vru.žu.ri.di.kus]
piscina	/pizsina/	[pi.si.na]

Estes dialectos têm uma regra fonética que elimina toda a estridente seguida de estridente [-oclusão]. Nos dialectos que mantêm o contraste *o sete* ~ *os sete* o morfema plural pode manter-se antes das outras estridentes numa forma levemente palatalizada na pronúncia cuidada, mas suprime-se antes das outras estridentes que não sejam /s/ na fala mais espontânea.

⁽³⁷⁾ Para a regra de desnasalização de vogais morfofonemicamente nasalizadas são precisos os traços [+voc] e [+cons] em disjunção. Quando o segmento a seguir é [-voc] este recebe a nasalização por assimilação progressiva (cf. II.3§2.1, regra 7). Contrariamente, quando uma vogal se nasaliza suprimindo depois uma consoante nasal: /pan+a+déyr+o → pãn+a+déyr+o → pã+a+déyr+o → pãdéyro/ → [padéyru], a nasalidade ainda se perde depois da supressão duma vogal seguinte igual, supressão esta que junta a vogal nasalizada à consoante a seguir (cf. Apêndice B, *geral*).

10. R. F. Pandialectal, Inserção da Glide ⁽³⁸⁾

$$\emptyset \rightarrow \begin{bmatrix} + \text{alt} \\ - \text{cons} \\ - \text{rec} \end{bmatrix} / \begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \\ - \text{rec} \\ + \text{ac} \end{bmatrix} - \begin{bmatrix} + \text{rec} \\ - \text{ac} \end{bmatrix}$$

aréya

Estas palavras estão prontas, já, para as regras fonéticas e dialectais. As regras 9 e 10 estão generalizadas na língua portuguesa e produzem palavras como: *lua*, *boa*, *soa*, *patroa*, etc., como produzem *passeio*, *recreio*, *odisseia*, etc.

§2.4 O sufixo aumentativo flexionado para o género feminino não está sujeito à regra de nasalização, pois aparecem, na superfície, formas como *grandona* e *mocetona*. Esta peculiaridade do sufixo aumentativo é governada por uma regra de excepção: Aumentativo + [+fem] → — R. M. Nasal. Em muitos dialectos o *o* deste sufixo é aberto: ou por influência analógica dos outros sufixos da forma /+o+C+FEM/ (i.e. [famoza]), ou porque o *o* subjacente é aberto e se conforma à regra de metafonia (Ver §5 adiante). Em outros dialectos esta vogal fecha-se devido à influência da nasalização fonética, que impede a realização de vogais baixas.

§3 A supressão do /l/ (cf. II.3§1.1 e Apêndices) embora um fenómeno paralelo à supressão do /n/, tem uma relação mais íntima com a pluralização, visto o /l/ manter-se no singular. ⁽³⁹⁾

A regra que o suprime é morfofonémica:

$$\begin{bmatrix} + \text{lat} \\ - \text{alt} \end{bmatrix} \rightarrow \emptyset / - + \begin{bmatrix} + \text{plural} \\ - \text{fem} \\ - \text{DM} \end{bmatrix}$$

⁽³⁸⁾ As regras 9 e 10 encontram formulação semelhante em *Aspectos...* (35 e 63). A regra que Mira Mateus propõe é mais específica devido à hipótese que ela mantém, de que existem consoantes nasais não-especificadas, facto que a leva a derivar *tinha* de /tiN+e+va/ onde a vogal do radical se nasaliza e o [ñ] se gera entre /i/ e /a/ (203-4). Tal derivação não lhe permite gerar *lua* nem *punha*. Para muitos dialectos a regra 10 não está restrita a agir depois de vogais anteriores, pois ela gera tanto [y] como [w] criando [liówa] e [bówa]. O traço [+ac] é preciso já que a glide só se gera quando o /e/ for tónico: *passeia* mas *passeamos*.

⁽³⁹⁾ A geração de formas como *pá*, de /pal+a/ e *pau*, de /pal+o/, etc. faz-se lexicamente por uma regra que as torna susceptíveis à regra de supressão do /l/ embora a descrição estrutural não seja a mesma. (cf. nota 36).

Palavras flexionadas para o género feminino ou morfologicamente derivadas mantêm o /l/:

Forma Subjacente

plural + idad + e + z a + funil + a + d + o + Ø espanhol + a + z

Tonicidade

plural + idád + e + z a + funil + á + d + o + Ø espanhól + a + z

Estas palavras já estão prontas para a componente fonológica.

§4 As palavras que não se flexionam para o plural terminam em /z/ que suprime o morfema plural com a regra que suprime sequências de segmentos iguais: /pírez + z → pírezz → pírez/ → os *píres* (cf. Apêndice B, *simples*).

§5 O último fenómeno correlacionado à pluralização é a metafoia /o-o/ que tem, também, relação com o género. O /o/ no radical tem origem no o curto latino (Williams, 120). A metafoia associa-se intimamente com a flexão: «Em português não é um fenómeno independente, associa-se indissolúvelmente com a flexão.» (Williams, 97). Por isso a regra que a gera é de ordem morfofonémica:

$$\left[\begin{array}{c} + \text{bx} \\ + \text{arr} \end{array} \right] \rightarrow [- \text{bx}] / - C_i^2 \left[\begin{array}{c} - \text{plural} \\ - \text{fem} \end{array} \right]$$

e produz formas como:

A. famoso	[famózu]	B. [famózus]	C. [famóza]
ovo	[óvu]	[óvus]	[óva]
porco	[pórku]	[pórkus]	[pórka]

II.4 Com isto, terminamos o trabalho sobre a pluralização em português e as suas consequências morfofonémicas. As formas aqui geradas (Ver Apêndices) já são formas aceitáveis dentro da comunidade luso-falante mundial. Resta, porém, aplicar regras de fonologia dialectal para produzir realizações de ordem regional ou social. A pluralização em português não é um processo morfofonológico nem fonológico, não se faz por meio de regras dinâmicas, faz-se por meio duma especificação semântico-sintáctica ([+ plural]) e uma regra de reajustamento: [+ plural] → /z/. Há só um processo directamente correlacionado à especificação [+ plural] que é a supressão do /l/. Há quatro

regras inversamente correlacionadas a ela: a neutralização dos sufixos /+(s)ion+e, +on+e, +an+e, +an+o/, a regra de metafonía, a regra morfofonémica que transforma o /i/ em /e/, e a regra da supressão do /e/. Ainda assim, estas regras utilizam-se para outros fenómenos na morfofonologia portuguesa.

APÊNDICE A

Regras

As regras a seguir são as desenvolvidas neste trabalho e aplicáveis na passagem de palavras do léxico para a superfície do português.

1. Regra Analítica — Neutralização dos sufixos

$$\left[\begin{array}{l} + (s)ion + \\ + on + \\ + an + \end{array} \right] [-gramatical] \rightarrow / + an + / \quad \begin{array}{l} [-fem] / - \\ [-pl] [-DM] \end{array}$$

2. Regra Morfofonémica — Tonicidade

$$V \rightarrow [+ac] / - \quad C_0^1 - CC_0^1 \#$$

3. Regra Morfofonémica — Supressão do /i/

$$\left[\begin{array}{l} + lat \\ - alt \end{array} \right] \rightarrow \emptyset / - + \left[\begin{array}{l} + plural \\ - gramatical \\ - DM \end{array} \right]$$

4. Regra Morfofonémica — Nasalização

$$V \rightarrow [+nasal] / + - \left[\begin{array}{l} + nasal \\ + ant \\ + coronal \end{array} \right] + V_{[-DM]}$$

5. Regra Morfofonémica — Supressão do /n/

$$[+ \text{ nasal}] \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{c} + \text{ nasal} \\ + \text{ voc} \end{array} \right] - + \text{ V}$$

6. Regra Morfofonémica — Supressão do /e/

$$\left[\begin{array}{c} - \text{ alt} \\ - \text{ bx} \\ - \text{ rec} \end{array} \right] \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{c} + \text{ ant} \\ + \text{ cor} \\ + \text{ son} \\ - \text{ ocl} \\ < + \text{ nasal} > \end{array} \right] + - \left\{ \begin{array}{c} \# \\ < + > \end{array} \right\}$$

7. Regra Morfofonémica — Sonorização

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ ocl} \\ \text{uos} - \end{array} \right] \rightarrow [+ \text{ sonoro}] / \text{V} - \text{V}_{[-\text{DM}]}$$

8. Regra Morfofonémica — Metafonia

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ bx} \\ + \text{ arr} \end{array} \right] \rightarrow [-\text{bx}] / - \text{C}^{\text{p}}_1 \left[\begin{array}{c} - \text{ plural} \\ - \text{ fem} \end{array} \right]$$

9. Regra Morfofonémica — /b/ → /v/

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ ant} \\ + \text{ son} \\ + \text{ ocl} \\ - \text{ cor} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{c} - \text{ ocl} \\ + \text{ dist} \end{array} \right] / \left\{ \begin{array}{c} \text{V} \\ \text{C} \end{array} \right\} - \text{V}_{[-\text{DM}]}$$

10. Regra Morfofonémica — /i/ → /e/

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ voc} \\ + \text{ alt} \\ - \text{ rec} \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{c} + \text{ bx} \\ - \text{ rec} \end{array} \right] / \text{v} - 1 \left[\begin{array}{c} - \text{ DM} \\ - \text{ plural} \end{array} \right]$$

11. Regra Morfofonémica ← Amolecimento Velar

$$\left[\begin{array}{c} + \text{ oclusão} \\ + \text{ rec} \\ < + \text{ sonoro} > \end{array} \right] \rightarrow \left[\begin{array}{c} - \text{ oclusão} \\ + \text{ coronal} \\ + \text{ estridente} \\ < + \text{ sonoro} > \\ + \text{ alto} \\ + \text{ rec} \end{array} \right] / - + \left[\begin{array}{c} + \text{ voc} \\ + \text{ alt} \\ - \text{ rec} \end{array} \right]$$

12. Regra Fonológica Pandialectal — Elevação da Vogal Átona

$$\begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \end{bmatrix} \rightarrow [+ \text{alt}] \left[\begin{array}{c} + \text{voc} \\ + \text{ac} \\ + \text{bx} \end{array} \right] -$$

13. Regra Fonológica Pandialectal — Supressão de Seg. Iguais

$$[+ \text{seg}]_1 [+ \text{seg}]_2 \rightarrow 1 \text{ (condição } 1 = 2)$$

14. Regra Fonológica Pandialectal — Metátese

$$\begin{bmatrix} + \text{voc} \\ + \text{alt} \\ - \text{ac} \end{bmatrix}_1 \quad \begin{bmatrix} + \text{voc} \\ - \text{alt} \\ - \text{ac} \end{bmatrix}_2 \rightarrow 2 \ 1$$

15. Regra Fonológica Pandialectal — Ditongação

$$\begin{bmatrix} + \text{alt} \\ - \text{ac} \\ - \text{cons} \end{bmatrix} \rightarrow [- \text{voc}] / V_{[- \text{alt}]} -$$

16. Regra Fonológica Pandialectal — Assimilação Nasal

$$\begin{bmatrix} + \text{nasal} \\ - \text{voc} \end{bmatrix} \rightarrow \begin{bmatrix} \alpha \text{ alt} \\ \beta \text{ ant} \\ \gamma \text{ cor} \end{bmatrix} / - \begin{bmatrix} - \text{voc} \\ \alpha \text{ alt} \\ \beta \text{ ant} \\ \gamma \text{ cor} \end{bmatrix}$$

17. Regra Fonológica Pandialectal — Nasalização Progressiva

$$\begin{bmatrix} - \text{cons} \\ - \text{voc} \end{bmatrix} \rightarrow [+ \text{nasal}] / [+ \text{nasal}] -$$

18. Regra Fonológica Pandialectal — Desnasalização Regressiva

$$\begin{bmatrix} + \text{voc} \\ + \text{nasal} \end{bmatrix} \rightarrow [- \text{nasal}] / - \left[\begin{array}{c} - \text{nasal} \\ + \text{cons} \\ + \text{voc} \end{array} \right]$$

19. Regra Fonológica Pandialectal — Inserção da glide

$$\emptyset \rightarrow \begin{bmatrix} + \text{alt} \\ - \text{cons} \\ - \text{rec} \end{bmatrix} / \begin{bmatrix} - \text{alt} \\ - \text{bx} \\ - \text{rec} \\ + \text{ac} \end{bmatrix} - [+ \text{rec}]$$

APÊNDICE B

*Derivações*Nominal $\rightarrow$ Radical + género + número

pan + e + z	šor + on + e + z	irman + o + z	komun + e + z	mó + bil + e + z
-------------	------------------	---------------	---------------	------------------

Regra Analítica

1. _____	_____	_____	_____	_____
----------	-------	-------	-------	-------

Regras Morfofonémicas

2. pán + e + z	šor + ōn + e + z	irmán + o + z	komún + e + z	_____
3. _____	_____	_____	_____	mó + bi + e + z
4. pān + e + z	šor + ōn + e + z	irmān + o + z	_____	_____
5. pǎ + e + z	šor + ō + e + z	irmǎ + o + z	_____	_____
6. _____	_____	_____	komun + z	_____
7. _____	_____	_____	_____	_____
8. _____	_____	_____	_____	_____
9. _____	_____	_____	_____	mó + v + i + e + z
10. _____	_____	_____	_____	_____
11. _____	_____	_____	_____	_____

Regras Fonológicas

12. pāiz	šorōiz	irmāuz	_____	_____
13. _____	_____	_____	_____	_____
14. _____	_____	_____	_____	móveiz
15. pāyz	šorōyz	irmīwz	_____	móveyz
16. _____	_____	_____	komunz	_____
17. pāỹz	šorōỹz	irmīw̃z	_____	_____
18. _____	_____	_____	_____	_____
19. _____	_____	_____	_____	_____
pāes	chorões	irmãos	comuns	móveis
azul + e + z	orig + in + e + z	nas + sion + e + ∅	plural + e + z	español + e + z

Regra Analítica

1. _____	_____	_____	nas + an + o	_____
----------	-------	-------	--------------	-------

Regras Morfofonémicas

2.	azúl + e + z	_____	nas + án + o	_____	plural + e + z	_____	español + e + z
3.	azú + e + z	_____	_____	_____	plurá + e + z	_____	español + e + z
4.	_____	oríg + ín + e + z	nas + ãn + o	_____	_____	_____	_____
5.	_____	oríg + ï + e + z	nas + ã + o	_____	_____	_____	_____
6. — 10.	não funcionam						
11.	_____	oriz + ï + e + z	_____	_____	_____	_____	_____

Regras Fonológicas

12.	azúiz	_____	nasãu	_____	pluráiz	_____	españoliz
13.	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
14.	_____	orizeiz	_____	_____	_____	_____	_____
15.	_____	orizeiz̃z	nasãw	_____	pluráyz	_____	españolyz
16.	_____	orizenz	_____	_____	_____	_____	_____
17.	_____	_____	nasãw̃	_____	_____	_____	_____
18. e 19.	não funcionam						
	azuis	origens	nação	_____	plurais	_____	espanhóis
	lun + a	mon + e + t + a	funil + e + z	_____	túnçl + e + z	_____	útil + e + z

Regra Analítica não funciona

Regras Morfofonémicas

2.	lún + a	mon + é + t + a	funil + e + z	_____	_____
3.	_____	_____	funi + e + z	túnç + e + z	úti + e + z
4.	lũn + a	mõn + é + t + a	_____	_____	_____
5.	lũ + a	mõ + é + t + a	_____	_____	_____
6.	_____	_____	_____	_____	_____
7.	_____	mõ + é + d + a	_____	_____	_____
8. — 11.	não funcionam				

Regras Fonológicas

12.	_____	_____	funiiz	túnçiz	_____
13.	_____	_____	funiz	_____	_____
14.	_____	_____	_____	_____	úteiz
15.	_____	_____	_____	túnçyz	úteyz
16.	_____	_____	_____	_____	_____

17.	_____	_____	_____	_____	_____
18.	lúa	moéda	_____	_____	_____
19.	_____	_____	_____	_____	_____
	lua	moeda	funis	túncis	úteis
	pov + o + z	pag + an + a	simplez + z	žen + e + r + al + e	

Regra Analítica não funciona

Regras Morfofonémicas

2.	póv + o + z	pag + án + a	simplez + z	žen + e + r + ál + e
3.	_____	_____	_____	_____
4.	_____	pag + ân + a	_____	žen + e + r + ál + e
5.	_____	pag + ã + a	_____	žẽ + e + r + ál + e
6.	_____	_____	_____	žẽ + e + r + ál
7. — 11.	não funcionam			

Regras Fonológicas

12.	_____	_____	_____	_____	
13.	_____	pagã	_____	žérál	
14. — 17.	não funcionam				
18.	_____	_____	_____	žérál	
19.	_____	_____	_____	_____	
	povos	pagã	simples	geral	
	óẽ + o	patr + on + a	aren + a	inpúne + e	manuêl + a + z

Regra Analítica não funciona

Regras Morfofonémicas

2.	ól + o	patr + ón + a	arén + a	_____	manuêl + a + z
3.	_____	_____	_____	_____	_____
4.	_____	patr + ôn + a	arên + a	_____	_____
5.	_____	patr + õ + a	arẽ + a	_____	_____
6. 7.	não funcionam				
8.	ól + o	_____	_____	_____	_____
9. — 11.	não funcionam				

Regras Fonológicas

12.	_____	_____	_____	_____	_____
13.	_____	_____	_____	inpúne	_____
14. 15. não funcionam					
16.	_____	_____	_____	impúne	_____
17.	_____	_____	_____	_____	_____
18.	_____	patróa	aréa	_____	_____
19.	_____	_____	aréya	_____	_____
	olho	patroa	areia	impune	manuelas
	kolér + e	am + á + bil + e	vírg + in + e	árbore + e	kapit _{DM} + an + e

Regra Analítica

1.	_____	_____	_____	_____	kapit _{DM} + an + e
----	-------	-------	-------	-------	------------------------------

Regras Morfofonémicas

2.	kolér + e	_____	_____	_____	kapit _{DM} + án + e
3.	_____	_____	_____	_____	_____
4.	_____	_____	vírg + ãn + e	_____	kapit _{DM} + ãn + e
5.	_____	_____	vírg + ã + e	_____	kapit _{DM} + ã + e
6.	kolér	am + á + bil	_____	_____	_____
7. 8. não funcionam					
9.	_____	am + á + vil	_____	árvore + e	_____
10.	_____	am + á + vël	_____	_____	_____
11.	_____	_____	vírž + ã + e	_____	_____

Regras Fonológicas

12.	_____	_____	_____	_____	kapitãu
13.	_____	_____	_____	árvore	_____
14.	_____	_____	víržei	_____	_____
15.	_____	_____	víržey	_____	kapitãw
16.	_____	_____	_____	_____	_____
17.	_____	_____	_____	_____	kapitãw
18. 19. não funcionam					
	colher	amável	vírgem	árvore	capitão

FONTES

- ARONOFF, Mark (1976) *Word Formation in Generative Grammar*. (Cambridge, Mass.: The MIT Press).
- BOTHA, Rudolf P. (1968) *The Function of the Lexicon in Transformational Generative Grammar* (Janua Linguarum, 38). (The Hague: Mouton).
- BRASINGTON, R. W. P. (1971) «Noun Pluralization in Brazilian Portuguese.» *Journal of Linguistics*, Vol. 7, Number 2 (Oct.) 151-177.
- CHAFE, Wallace L. (1970) *Meaning and the Structure of Language*, (Chicago: The University of Chicago Press).
- CUNHA, Celso (1970) *Gramática do português contemporâneo*, (Belo Horizonte, Brasil: Editora Bernardo Alvares, S.A.).
- GREENE, Judith (1972) *Psycholinguistics, Chomsky and Psychology*. (Middlesex, England: Penguin).
- HARRIS, James W. (1970) «A Note on Spanish Plural Formation», *Language*, 46, 928-930.
- HEAD, Brian F. (1964) *A Comparison of the Segmental Phonology of Lisbon and Rio de Janeiro*. (Tese doutoral da Universidade do Texas).
- HENSEY, Fritz (1968) «Questões de fonologia gerativa: as regras de pluralização», *Estudos Linguísticos*, Vol. III, 1-2, (Julho-Dezembro) 1-10.
- LIPSKI, John (1973) «The Surface Structure of Portuguese and Other Things», *Linguistics*, III, 67-82.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. (Amadora, Portugal: Livraria Bertrand).
- MIRA MATEUS, Maria Helena (1975) *Aspectos da fonologia portuguesa* (Lisboa: Centro de Estudos Filológicos).
- SACIUK, Bohdan (1970) «Some Basic Rules in Portuguese Phonology», *Studies Presented to Robert B. Lees by his Students*, ed. by J. Saddock and A. Vanek (Edmonton, Alberta, Canada: Linguistic Research) 197-222.

- ST. CLAIR, Robert N. (1971) «The Portuguese Plural Formation», *Linguistics*, 68, 90-102.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1959) *Course in General Linguistics*. (New York: Philosophical Library).
- WILLIAMS, Edwin B. (1962) *From Latin to Portuguese*, 2nd ed. (Philadelphia: U. of Penn. Press).

SINTAXE E SEMÂNTICA DAS CONSTRUÇÕES ENFÁTICAS COM É QUE (¹)

JOÃO MALACA CASTELEIRO
(LISBOA)

1 Introdução

Numa frase como «O Pedro é que tinha razão», *é que* é geralmente considerado pelas gramáticas como uma expressão de realce, desnecessária

(¹) O presente estudo faz parte de um trabalho mais vasto, em preparação, sobre a «Sintaxe das Construções com Clivagem». Basicamente, as construções com clivagem são as seguintes:

(i) Pseudo-clivadas.

Exemplo: *O que* o Rui comeu ontem *foi* bolos.

(ii) Clivadas:

Ex.: *Foi* bolos *(o)* *que* o Rui comeu ontem.

(iii) Semipseudo-clivadas:

Ex.: O Rui comeu ontem *foi* bolos.

(iv) Construções com *é que* (objecto do presente estudo):

Ex.: Bolos *é que* o Rui comeu ontem.

Para uma explicação sucinta das relações entre estas frases v.4.8. e 4.11 (no texto), nomeadamente (165), em 4.11.2.

Em gramática transformacional, a clivagem («cleft») é um processo sintáctico que implica a formação de uma frase relativa, falsa, no caso de (i), ou verdadeira, no caso de (ii). (iii) e (iv) são construções aparentadas com as duas primeiras, conforme se mostra no texto.

Este artigo pressupõe uma certa familiarização com a teoria da Gramática Generativa Transformacional, sobretudo com o modelo clássico, apresentado em Chomsky (1965). Para uma introdução a esta teoria, ver, por exemplo, Ruwet (1968), a Introdução à tradução portuguesa de Chomsky (1965), Dubois-Charlier (1975; trad. port.: 1976) ou ainda Nique (1974; trad. port.: 1977), entre outras obras.

Uma parte deste artigo, i.e., as secções 1 a 4.10 inclusive, foi objecto de uma comunicação apresentada no I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português, que se realizou na Faculdade de Letras de Lisboa, de 22 a 26 de Novembro de 1976, e saiu nas respectivas *Actas* (Centro de Linguística das Universidades de Lisboa, 1977, pp. 549-594).

ao sentido da frase⁽²⁾. Todavia, quem analise minimamente a sintaxe desta expressão, tão usual na língua falada, imediatamente reconhecerá que aquilo que as gramáticas dizem é muito pouco e está parcialmente errado. Durante essa breve análise, ocorrer-lhe-ão ao espírito, entre outras, as seguintes perguntas: Que tipo de expressão será esta? Qual a sua natureza categorial? Quais as suas propriedades semânticas? Como se distribui na frase? Haverá relação entre as frases com *é que*, as frases pseudo-clivadas e clivadas⁽³⁾ e as frases interrogativas? Qual a natureza da regra que introduz *é que* nas estruturas sintácticas?

É, pois, a esta série de perguntas e outras afins que vou tentar responder.

2. Natureza sintáctica e semântica de *é que*

2.1 *As três variedades de é que*

É que pode ocorrer nos seguintes contextos sintácticos:

- (1) Estes livros *é que* são caros.
- (2) De laranjas *é que* o Miguel gosta.
- (3) Onde *é que* apareceram esses discos?
- (4) O encontro não se realizou. *É que* surgiram dificuldades insuperáveis.

Quero expressar o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste artigo, nomeadamente a Eduardo Paiva Raposo, cuja leitura crítica da versão inicial me ajudou a melhorar em alguns aspectos o texto aqui apresentado, a José António Meireles, pelas observações que fez a alguns pontos da descrição, e ainda a Maria Antónia Mota, Maria Elisabete Marques Ranchhod e Maria Manuela Bettencourt de Oliveira, pela colaboração que me deram no julgamento da aceitabilidade de muitas das construções que constituem os dados empíricos sobre os quais se fundamenta a análise. As insuficiências e falhas que existam no presente texto, assim como as propostas de análise, são, contudo, da minha exclusiva responsabilidade.

(²) Veja-se, por exemplo, J. M. Nunes de Figueiredo e A. Gomes Ferreira, *Compêndio de Gramática Portuguesa* (Porto Editora, 1975, p. 69): «Há certas palavras e expressões que, embora desnecessárias ao sentido da oração, se empregam para dar mais vida e realce à frase e, por isso, se chamam expressões de realce. Tais são *que, cá, lá, não, onde, é que, foi que, era que*, etc.» E segue-se uma lista de exemplos, entre os quais «Eu *é que* quero ir».

(³) As frases clivadas, pseudo-clivadas e semipseudo-clivadas serão caracterizadas em 4.11.2; cf. a nota 1.

- (5) A verdade *é que* a bomba não rebentou.
- (6) Bom *é que* a inflação seja dominada.
- (7) O que parece *é que* as malas se extraviaram.
- (8) Acontece *é que* muitos não foram prevenidos.

Ao analisarmos as condições de ocorrência de *é que* nos contextos supracitados, verificamos que não se trata em todos eles da chamada expressão de realce. Assim em (1), (2), (3) e (4) *é que* pode suprimir-se sem que as frases se tornem agramaticais, mas o mesmo não sucede com as restantes. Assim em (5) e (6) temos formas copulativas do verbo *ser* e a chamada conjunção integrante *que*, subordinador de uma completa:

- (5a) Que a bomba não rebentou *é* a verdade (1).
- (6a) É bom que a inflação seja dominada.

(7) é uma frase pseudo-clivada (v. notas 1 e 3), em que a forma *é* está relacionada com a sequência *o que*, pois aquela só se pode suprimir se esta for primerio suprimida:

- (7a) Parece *é* que as malas se extraviaram.
- (7b) Parece que as malas se extraviaram.

Por último, a frase (8) tem uma estrutura semelhante à de (7a), devendo provavelmente derivar de uma estrutura subjacente semelhante à de (7). Se esta análise é correcta, podemos dar às frases do tipo de (8) a designação de semipseudo-clivadas (v. notas 1 e 3).

Excluídas, por conseguinte, as frases (5), (6), (7) e (8) do âmbito do presente estudo, por não conterem a expressão enfática *é que*, resta-nos agora analisar mais de perto as restantes frases, a fim de procurarmos determinar a natureza sintáctica e semântica de tal expressão. Entre as frases (1), (2) e (3), por um lado, e (4), por outro, há uma diferença saliente. Nos primeiros três exemplos *é que* aparece no interior de frases simples. Em (4) *é que* ocorre no início de uma frase e pressupõe um contexto como o que é expresso na frase precedente. Neste contexto há uma certa relação de causa-efeito entre a frase iniciada por *é que* e a

(1) A frase (5) deriva da estrutura subjacente a (5a) através da regra de *Permuta-Espelho* que inverte as posições da complementiva-sujeito e do predicativo. Cf. 4.11.2. V. a nota 25.

anterior. Do ponto de vista formal *é que* pode suprimir-se e então será possível estabelecer-se uma relação de subordinação sintáctica entre as duas frases:

- (4a) O encontro não se realizou porque surgiram dificuldades insuperáveis.

Contudo, a presença de *é que* impede qualquer relação de subordinação formal:

- (4b)* O encontro não se realizou porque *é que* surgiram dificuldades insuperáveis.

A relação formal possível seria apenas de coordenação, desde que se alterasse a ordem das duas frases:

- (4c) *É que* surgiram dificuldades insuperáveis e o encontro não se realizou.

Este *é que* do início de frase condiciona, pois, formalmente as estruturas frásicas em que ocorre, o que não sucede com o *é que* de (1), (2) e (3).

Ora esta distinção formal é corroborada por diferenças semânticas. Em (1) e (2) *é que* permite enfatizar o sintagma à sua esquerda, implicando simultaneamente uma certa ênfase contrastiva como a que é expressa pelas seguintes frases:

- (1a) Estes livros, e não aqueles, *é que* são caros.
(2a) De laranjas, e não de bananas, *é que* o Miguel gosta.

Em (3) *é que* é expressão puramente coloquial, ligada aos pronomes e advérbios interrogativos, parecendo não implicar qualquer ênfase contrastiva.

Em (4), porém, *é que* enfatiza de certo modo toda a frase à sua direita, podendo ser parafraseada por *acontece que* e, em certa medida, por *eis que*, sem que com isso se altere o valor semântico da frase, o que não sucederia se operássemos a mesma substituição em (1), (2) e (3).

Temos assim três variedades de *é que* como expressão de realce: *é que* enfático propriamente dito, ou seja o que ocorre em frases do tipo (1) e (2); *é que* interrogativo, isto é, a forma que aparece ligada aos pronomes e advérbios interrogativos, como a que ocorre em (3); *é que* apresentador de frase, como o que encontramos em (4).

2.2 É que: *um ou dois morfemas?*

Tentemos agora aprofundar um pouco mais a análise da natureza de cada uma destas variedades de *é que* em estrutura de superfície.

É que será em cada um destes casos um constituinte simples, isto é, não segmentável, ou, pelo contrário, será um constituinte complexo? Por outras palavras, em *é que* será possível distinguir funcionalmente a forma *é* do verbo *ser* e o subordinador (conjunção ou pronome?) *que*?

Para tentarmos encontrar a resposta adequada a estas perguntas, temos de ver se a forma *é* mantém as propriedades estruturais do verbo *ser* (e dos verbos em geral), como sejam, entre outras, a flexão em tempo e a concordância com o sujeito, se o verbo *ser* admite estruturas completivas e, finalmente, se *que*, não sendo conjunção integrante, pode ser pronome relativo ou conjunção adverbial.

Começemos, pois, por aplicar o teste de flexão em tempo (aliás o de aplicação mais geral) às quatro frases iniciais:

- (1b)* Estes livros *era que* eram caros.
- (2b)* De laranjas *foi que* o Miguel gostou.
- (3a) Onde *foi que* apareceram esses discos?
- (4d) O encontro não se realizou. **Foi que* surgiram dificuldades insuperáveis.

Aparentemente só (3a) aceita o teste de flexão em tempo, que é rejeitado pelas outras. Contudo, em (3a) *foi que* não parece resultar da flexão de *é que* no pretérito perfeito. Por um lado, esta expressão pode ser inserida naquela frase e não pode ser flexionada:

- (3b') Onde *é que* foi que apareceram esses discos?
- (3b'')* Onde *foi que* foi que apareceram esses discos?

Por outro lado, a forma *foi* de (3a) parece ter que ver com o seguinte contexto:

- (3c) Esses discos apareceram em determinado sítio.
 - Onde foi (o sítio em) que apareceram?
 - Foi em Lisboa (que apareceram esses discos).

Em (3a) *foi* é, por conseguinte, uma forma plena do verbo *ser*.

Uma outra propriedade formal importante que afecta os verbos é que eles devem concordar em pessoa e número com os respectivos sintagmas

nominais sujeitos. Sendo assim, sempre que à esquerda de *é que* se encontrasse o sintagma nominal sujeito, a forma *é* deveria concordar com ele. Mas tal não se verifica:

(1c)* Estes livros *são que* são caros.

Em suma, como resultado da aplicação destes dois testes devemos concluir que na expressão *é que*, *é* não é uma forma plena do verbo *ser*. Mas isso não implica necessariamente que não possa ser uma forma stereotipada do verbo, seguida de um subordinador de qualquer natureza.

Procuremos, pois, analisar a natureza do outro elemento que integra a expressão *é que*. Já vimos atrás (cf. as frases (5) e (6)) que certas estruturas predicativas constituídas pelo verbo *ser* e determinados adjetivos ou substantivos podem ter como sujeito uma frase completiva integrante. Relembremos, portanto, a frase (6) já citada:

(6) Bom *é que* a inflação seja dominada.

(6b) Que a inflação seja dominada *é bom*.

A frase (6) provém da estrutura subjacente a (6b) pelo mesmo processo por que (5) deriva da estrutura subjacente a (5a), isto é, permutando entre si a completiva sujeito e o predicativo (v. nota 4), assim se produzindo aparentemente a expressão *é que*.

Em frases como (5) e (6), o verbo copulativo *ser* funciona, pois, como elemento de ligação entre uma estrutura completiva sujeito, introduzida pela conjunção integrante *que*, e substantivos ou adjetivos predicativos dessa estrutura. Ora nada disto se passa com as construções em que aparece a expressão enfática *é que*, como se poderia ver, se analisássemos daquele modo as frases (1), (2) e (3):

(9) * Que são caros *é* estes livros.

(10)* Que o Miguel gosta *é* de laranjas.

(11)* Que apareceram esses discos *é* onde?

Daqui concluímos que o elemento *que*, componente da sequência *é que*, não é conjunção integrante.

Poderíamos ainda admitir que a forma *que* fosse um pronome relativo. Contudo, os pronomes relativos introduzem uma frase modificadora de um sintagma nominal, que funciona como antecedente daqueles e que fica em geral imediatamente à sua esquerda. Ora, nas construções que

estamos a analisar, o elemento imediatamente à esquerda de *que* é a forma *é*, com a qual aquele está solidário, não se podendo apagar um sem o outro:

(1d') Estes livros *é* são caros.

(1d'') Estes livros *que* são caros.
etc.

Repare-se que em (1d'') o apagamento da forma *é*, ao mesmo tempo que retira o estatuto de frase a (1), transforma esta num sintagma nominal, em que o elemento *que* é analisável como pronome relativo. A esta modificação formal está também associada uma alteração semântica profunda.

Desta análise parece podermos concluir que a expressão *é que* funciona nas estruturas sintáticas de superfície como um morfema, isto é, uma unidade mínima de significação, insusceptível de segmentação. As duas formas gráficas que a compõem só têm significado uma em função da outra.

Poderemos, contudo, perguntar-nos ainda se *é que* não será um morfema discontinuo, isto é, se não admitirá que outros morfemas se insiram entre *é* e *que*.

Aparentemente a resposta parece afirmativa. De facto, retomando as frases (1), (2), (3) e (4), podemos aí inserir novos elementos entre *é* e *que*:

(1e) Estes livros *é um facto* que são caros.

(2e) De laranjas *é verdade* que o Miguel gosta.

(3e) Onde *é o sítio em* que apareceram esses discos?

(4e) O encontro não se realizou. *É verdade* que surgiram dificuldades insuperáveis.

A inserção nestas frases dos elementos em itálico veio, porém, alterar profundamente a estrutura das frases em questão. Assim em (1e), (2e) e (4e) temos estruturas completivas:

(1f) Que estes livros são caros *é um facto*.

(2f) Que o Miguel gosta de laranjas *é verdade*.

(4f) Que surgiram dificuldades insuperáveis *é verdade*.

Em (3e) *é... que* não é a expressão enfática que estamos a analisar, porquanto aquela estrutura admite a inserção de *é que*:

(3f) Onde *é que* é o sítio em que apareceram esses discos?

Em qualquer dos casos *é... que* discontinuo não é expressão enfática, mas sim o morfema *é* (forma plena do verbo *ser*) e *que*, conjunção integrante ou pronome relativo.

Não parece, pois, possível, inserir, entre as duas formas gráficas de *é que*, qualquer morfema que não altere a estrutura da frase.

Qual será então a natureza categorial do morfema *é que*? Isto é, em que classe de palavras se deverá incluir?

2.3 É que: *advérbio modal*

Formalmente, *é que* é uma locução invariável estereotipada, como já vimos. Semanticamente, *é que* enfatiza o sintagma à sua esquerda, produzindo um efeito contrastivo do tipo já descrito atrás (cf. 1a), a seguir repetida como (12):

(12) Estes livros, e não aqueles, *é que* são caros.

O comportamento sintático e semântico de *é que* é semelhante ao dos advérbios *apenas*, *bem*, *mal*, *somente*, *já*, *logo*, *depressa*, etc., quando inseridos antes do verbo. Neste caso exercem a função de modificadores da frase, pois implicam uma atitude (modal) do falante relativamente ao conteúdo semântico dessa mesma frase.

Eis alguns exemplos:

(13) Os cómicos *bem* divertiram a assistência, mas não foram aplaudidos.

(14) Os bombeiros *depressa* resolveram a situação.

Se confrontarmos (13) e (14) com as frases a seguir indicadas, notaremos imediatamente a diferença de valor semântico dos advérbios *bem* e *depressa* nos dois casos:

(15) Os cómicos divertiram *bem* a assistência, mas não foram aplaudidos.

(16) Os bombeiros resolveram *depressa* a situação.

Em (15) e (16), isto é, na posição pós-verbal, os advérbios *bem* e *depressa* são modificadores das acções expressas pelos verbos, ao passo que em (13) e (14) são modificadores de frase. Como modificadores de frase, estes advérbios implicam uma determinada atitude do falante em relação ao conteúdo da frase. Tal atitude é, pois, de natureza modal, sensivelmente depreciativa no caso de *bem*, em (13), e valorativa no caso de *depressa*, em (14).

Repare-se que estes advérbios modais implicam determinadas restrições sintácticas. Uma delas relaciona-se com a colocação dos pronomes pessoais clíticos, que são atraídos para antes do verbo:

- (17)a. Os cómicos *bem* *a* divertiram...
- b.* Os cómicos *bem* divertiram-na...
- (18)a. Os bombeiros *depressa* *a* resolveram.
- b.* Os bombeiros *depressa* resolveram-na.

Ora, *é que* tem um comportamento semântico e sintáctico idêntico ao de tais advérbios. De facto implica uma atitude modal do falante relativamente ao conteúdo da frase, de natureza enfático-contrastiva, isto é, valorativa (ou de apreço) da asserção nela contida:

- (19) Este livro (e não aquele) *é que* contém um valor incalculável.

Repare-se que o efeito contrastivo incide sobre o sintagma à esquerda de *é que*, mas a atitude valorativa abrange toda a asserção e não apenas parte dela, como se pode comprovar através da impossibilidade da frase seguinte, de modalidade negativa:

- (19)* Este livro *é que* não contém um valor incalculável.

Do ponto de vista sintáctico, *é que* tem o mesmo comportamento dos advérbios modais, relativamente à colocação dos pronomes clíticos:

- (20)a. Este livro *é que* *a* contém.
- b.* Este livro *é que* contém-na.

Definidas assim as propriedades semânticas e sintácticas do *é que* enfático propriamente dito, podemos ver agora se elas são generalizáveis às outras duas variedades de *é que*, ou seja, o *é que* interrogativo e o *é que* apresentador de frase.

Convém notar que o *é que* enfático propriamente dito pode aparecer nas chamadas frases interrogativas totais (ou do tipo *sim/não*):

- (21) Os estudantes *é que* contestaram a direcção?

E pode surgir também nas chamadas interrogativas parciais (pronominais ou adverbiais), desde que o elemento interrogado fique na posição de base:

- (22) O sindicato *é que* reclamou o quê?

O *é que* que aparece nestas frases mantém as propriedades semânticas e sintácticas da expressão enfática. O mesmo parece não suceder, porém, com o *é que* interrogativo, como vamos ver.

Se confrontarmos a frase (22) com a seguinte:

- (23) O que *é que* o sindicato reclamou?

verificamos que elas não são sinónimas. Em (22) *é que* enfatiza o SN sujeito e veicula uma atitude modal valorativa do falante em relação ao conteúdo da frase. Em (23) *é que* aparece num contexto sintáctico diferente. À sua esquerda está o pronome interrogativo e não já o SN sujeito como em (22). Intuitivamente, sentimos que em (23) *é que* tem pouco valor enfático-modal, o que poderá explicar-se pelo facto de o pronome interrogativo à esquerda de *é que* ser um morfema quase não especificado semanticamente. Contudo, verificamos que, no contexto sintáctico de perguntas e respostas, *é que* interrogativo e *é que* enfático estão em relativa correlação. Assim, por exemplo:

- (24)a. — Quem contestou o ministro?

b. — O sindicato.

c. — Foi o sindicato (que contestou o ministro).

d. — O sindicato *é que* contestou o ministro.

- (25)a. — Quem *é que* contestou o ministro?

b. — O sindicato.

c. — Foi o sindicato (que contestou o ministro).

d. — O sindicato *é que* contestou o ministro.

e. — Foi o sindicato *é que* contestou o ministro.

Em (24), a frase *d* (com *é que* enfático) é admissível, porque constitui uma resposta possível a *a*, apesar de esta não conter *é que*. Em (25), a resposta *d* justifica-se ainda mais, porque a pergunta *a* contém *é que*. Neste mesmo contexto, a resposta *e*, ocorrente na linguagem popular, representa uma espécie de aglutinação da construção clivada (cf. *c*) com a construção enfática com *é que* (cf. *d*). A questão da relação entre *é que* interrogativo e *é que* enfático será mais desenvolvida em 4.9. Todavia, em face destes dados, podemos concluir que *é que* interrogativo e *é que* enfático se aparentam semanticamente. Do ponto de vista sintáctico, ambos possuem as mesmas propriedades formais. De facto, o *é que* interrogativo constitui um morfema não segmentável, como já vimos, surge numa posição semelhante à do *é que* enfático, ou seja, à esquerda do SV, e pode geralmente suprimir-se sem afectar a gramaticalidade das frases. Contudo, a regra que introduz *é que* interrogativo nas estruturas frásicas (veremos em 4.9 se se trata da mesma regra que insere *é que* enfático) opera em correlação com a regra de inversão do sujeito.

Em (23) — O que *é que* o sindicato reclamou? —, se não inseríssemos *é que*, teríamos que deslocar o sujeito para depois do verbo, isto é, teríamos que aplicar a regra de *Inversão Sujeito-Verbo* (v. 4.5):

(23a)* O que o sindicato reclamou?

(23b) O que reclamou o sindicato?

Falta-nos agora analisar a natureza categorial de *é que* como apresentador de frase.

Propriedades semânticas:

- a) enfatiza, de certo modo, o conteúdo da frase à sua direita;
- b) pode ser parafraseado por *acontece que*, *o facto é que*, sem se alterar o significado da frase.

Propriedades formais:

- a) pode ser apagado sem alterar a gramaticalidade da frase;
- b) surge à cabeça da frase e não à esquerda do SV, como no caso das outras duas variedades de *é que* já analisadas;

- c) não atrai para antes do verbo os pronomes pessoais clíticos, ao contrário do *é que* enfático:

- (26)a. Os canários já não estão na gaiola. *É que* o Pedro libertou-os.
b. Os canários já não estão na gaiola. **É que* o Pedro os libertou.

Em suma, confrontando as propriedades semânticas e sintácticas de *é que* apresentador de frase com as das outras duas variedades de *é que*, verificamos que aquelas são bastante diversas. A propriedade semântica *b* e a propriedade formal *b* levam-nos a considerar que *é que* é neste caso analisável em dois morfemas: a forma *é* (*ser*), empregada na função de verbo de existência, e o subordinador integrante *que*. *Ser* apresentar-se-ia neste caso como um verbo que se constrói com completiva sujeito, do mesmo modo que *acontecer*, *suced*, etc. Contudo, a impossibilidade de o flexionar em tempo, como já vimos atrás, torna esta construção muito específica. Por outro lado, a propriedade formal *c* poderá parecer um contra-argumento à análise de *é que* + *F* em verbo — *que* + *F* completiva, na medida em que nas frases subordinadas os pronomes pessoais clíticos ocupam a posição pré-verbal e aqui isso não acontece. Contudo, é preciso notar que há outros contextos de frases subordinadas em que não é obrigatória a colocação dos clíticos na posição pré-verbal. Assim, por exemplo:

- (27) Os canários podiam estar na gaiola. Mas acontece que o Pedro libertou-os e já não há nada a fazer.

A colocação do clítico depois do verbo implica, de certo modo, uma visão analítica da acção verbal e do seu efeito sobre o objecto, ao contrário do que sucederia, se o clítico ocupasse a posição pré-verbal. O objecto do verbo é, pois, enfatizado.

É que, apresentador de frase, tem, pois, propriedades específicas que o separam das outras duas variedades de *é que* analisadas e que nos levam a excluí-lo do objecto deste estudo. Dele apenas acrescentarei que pode surgir à cabeça de frases subordinadas, mantendo embora as mesmas propriedades:

- (28) Os resultados são os seguintes, se *é que* as contas estão certas.

3. Distribuição de *é que* nas estruturas sintáticas

3.1 *É que* e tipos de frases

É que representa um meio de expressão da ênfase. Em princípio os quatro tipos de frases — declarativas, interrogativas, imperativas e exclamativas — podem assumir forma enfática. Contudo, *é que* só ocorre livremente nas frases declarativas e interrogativas. Nas frases exclamativas emprega-se com algumas restrições e nas frases imperativas é completamente impossível.

3.2 A não ocorrência de *é que* nas frases imperativas

É que é impossível em frases imperativas:

- (29)a. Tu realiza o teu trabalho a tempo!
b.* Tu *é que* realiza o teu trabalho a tempo!
- (30)a. Vocês saiam imediatamente!
b.* Vocês *é que* saiam imediatamente!
- (31)a. Que estas crianças não se atrevam a sair à rua!
b.* Que estas crianças *é que* não se atrevam a sair à rua!
- (32)a. A rua, vocês não saiam!
b.* A rua *é que* vocês não saiam!

A razão da incompatibilidade entre *é que* e as frases imperativas parece resultar da própria natureza semântica desta locução. De facto, *é que* implica, como vimos atrás, uma certa ênfase contrastiva:

- (1a) Estes livros, e não aqueles, *é que* são caros.

Ora, nestas frases imperativas tal ênfase contrastiva parece difícil, se não impossível:

- (33)?* Estas crianças, e não aquelas, saiam imediatamente.

Nas frases imperativas, o executante da vontade expressa pelo falante é designado por este de uma forma perfeitamente determinada.

A impossibilidade de ocorrência de *é que* nas frases imperativas parece constituir um argumento em favor da análise segundo a qual aquelas

frases derivam duma estrutura subjacente performativa (³), aproximadamente com a forma seguinte:

- (34)a. Eu quero que vocês saiam imediatamente!
b. Vocês saiam imediatamente!

Segundo a análise referida, *b* derivaria da estrutura subjacente a *a*, com apagamento da frase superior performativa («eu quero») e do subordinador *que*.

Repare-se que, efectivamente, a expressão *é que* pode ocorrer em estruturas completivas com *que-indicativo*, mas não com *que-conjuntivo*;

- (35)a. Eu admito que vocês *é que* têm razão.
b.* Eu admito que vocês *é que* tenham razão.

Sem *é que*, o verbo *admitir* aceita perfeitamente o conjuntivo:

- (35c) Eu admito que vocês *tenham* razão.

Em estruturas completivas dominadas por verbos performativos de ordem (⁴), tais como *querer*, *ordenar*, *exigir*, etc., que se constroem com *conjuntivo*, *é que* também não pode ocorrer:

- (34c)* Eu quero que vocês *é que* saiam imediatamente!

Em 4.11.2 será justificada, com mais rigor, a impossibilidade de ocorrência de *é que* em frases como (34c) e (35b).

(³) Estruturas performativas são frases que contêm verbos performativos. Verbo performativo, segundo Austin (1970: pp. 41-42), é aquele que «indica que produzir a enunciação é executar uma acção». *Eu digo, eu prometo, eu quero, ou exijo*, etc. são, pois, verbos performativos, na medida em que descrevem acções do sujeito falante. Por isso, tais verbos só são performativos quando ocorrem na 1.ª pessoa do singular, no presente do indicativo e na forma afirmativa.

Segundo a teoria defendida por Ross (1970) e outros linguistas, todas as frases teriam estruturas performativas subjacentes semelhantes àquela que é referida em (34).

(⁴) Sobre o tratamento das frases imperativas e verbos performativos de ordem v. Casteleiro (1961) e Faria (1973), (1974).

3.3 Ocorrência de *é que* em frases exclamativas

Observemos:

- (36)a. O Pedro apanhou cá um empurrão!
b. O Pedro *é que* apanhou cá um empurrão!
- (37)a. Que cidade maravilhosa é Paris!
b.* Que cidade maravilhosa *é que* é Paris!
- (38)a. Quantos meses não esperamos pela resolução deste problema!
b. Quantos meses *é que* não esperamos pela resolução deste problema!
- (39)a. Quão difícil se torna suportar as contrariedades!
b.* Quão difícil *é que* se torna suportar as contrariedades!
- (40)a. Este encontro complicou-se de um tal modo!
b. Este encontro *é que* se complicou de um tal modo!
- (41)a. Onde ele foi parar!
b. Onde *é que* ele foi parar!

Da análise destas frases parece podermos concluir que nas exclamativas *é que* não ocorre quando estas contêm pronomes ou advérbios de natureza exclamativa (intensiva).

3.4 Distribuição de *é que* nas frases interrogativas

Nas frases interrogativas pronominais e adverbiais *é que* ocorre sempre e exclusivamente à direita do pronome ou advérbio interrogativo ou locução equivalente, quando colocados à cabeça da frase.

- (42) Quem *é que* decretou a greve?
- (43) Quando *é que* o sindicato decretou a greve?
- (44) O sindicato decretou a greve quando?
- (45) *O sindicato decretou a greve quando *é que*?
- (46) Em que empresa *é que* o sindicato decretou a greve?
- (47) *Em que *é que* empresa o sindicato decretou a greve?

É que ocorre também nas chamadas interrogativas indirectas, sempre e exclusivamente à direita do subordinador da interrogativa, desde que este seja pronome ou advérbio:

- (48) O deputado perguntou o que *é que* o governo pretendia fazer para debelar a crise.

(49) O Miguel perguntou quando *é que* a escola abria.

(50) *O Miguel perguntou quando a escola *é que* abria.

Todavia, se a interrogativa indirecta for introduzida por *se*, *é que* não pode ser inserido à direita deste subordinador:

(51)a. Eles perguntaram-nos se o Pedro vai hoje ao teatro.

b.* Eles perguntaram-nos se *é que* o Pedro vai hoje ao teatro.

A razão desta impossibilidade é evidente. *Se* é, neste caso, subordinador de uma interrogativa total, em que a dúvida do falante incide sobre a totalidade do conteúdo da frase e não apenas sobre uma parte dele, como acontece nas interrogativas pronominais e adverbiais mencionadas atrás. Ora, as interrogativas totais, que admitem uma resposta do tipo *sim* ou *não*, têm uma estrutura sintáctica semelhante à das frases declarativas. Por isso, (51a) poderá admitir *é que* à direita do SN sujeito da frase interrogativa:

(51c) Eles perguntaram-nos se o Pedro *é que* vai hoje ao teatro.

Este *se*, subordinador das interrogativas indirectas, tem, pois, um comportamento sintáctico semelhante ao do *que* integrante. Perante a expressão *é que*, este tem comportamento idêntico:

(52)a. O ministro comunicou que os preços vão baixar.

b.* O ministro comunicou que *é que* os preços vão baixar.

c. O ministro comunicou que os preços *é que* vão baixar.

Se e *que* desempenham, pois, funções sintácticas paralelas. São morfemas de subordinação vazios de sentido. O valor modal de dúvida que *se* parece veicular é inerente às estruturas sintácticas em que se insere e ao verbo subordinante de que ele depende. Sendo assim, parece justificar-se que certos gramáticos incluam *se* entre as conjunções integrantes, a par de *que*. *Que* é subordinador das completivas integrantes. *Se* é subordinador das completivas interrogativas.

3.5 Distribuição de *é que* nas frases declarativas

3.5.1 *É que* em frases simples

É que ocorre sempre à esquerda do verbo, como já vimos. Geralmente, ou enfatiza o SN sujeito ou qualquer outro sintagma constituinte

da frase, desde que este colocado à esquerda do verbo ou do SN sujeito:

- (53) Os nossos amigos *é que* deram esse livro ao Pedro, ontem, no Porto.
- (54) Esse livro *é que* os nossos amigos deram ao Pedro, ontem, no no Porto.
- (55) Esse livro *é que* deram ao Pedro, ontem, no Porto.
- (56) Ao Pedro *é que* os nossos amigos deram esse livro, ontem, no Porto.
- (57) Ontem *é que* os nossos amigos deram esse livro ao Pedro, no Porto.
- (58) No Porto *é que* os nossos amigos deram esse livro ao Pedro, ontem.
- (59) No Porto, ontem *é que* os nossos amigos deram esse livro ao Pedro.
- (60) *No Porto *é que* ontem (os nossos amigos) deram esse livro ao Pedro.

A impossibilidade desta última frase, tenha ou não tenha sujeito presente, mostra-nos, pois, que a sequência *é que* não pode ser inserida para além da posição imediatamente à esquerda do verbo ou do SN sujeito.

Nas frases simples que acabamos de ver, *é que* enfatiza sucessivamente o SN sujeito, o SN objecto directo, o SN objecto indirecto, o S Adv de tempo e o S Adv de lugar.

Em relação aos advérbios de modo, classe lexical heterogénea, o comportamento sintáctico de *é que* parece irregular. Assim, confrontemos:

- (61) Desagradavelmente *é que* tudo se passou.
- (62) Mortalmente *é que* o leão feriu a presa
- (63) Pessoalmente *é que* (eu) me comprometi.
- (64) *Felizmente *é que* todos se salvaram.
- (65) *Eles *é que* bem sabiam disso.

Da consideração de casos como estes parece poder depreender-se que *é que* só não é compatível com advérbios modais modificadores de frase (é o caso de (64) e (65)). Duas justificações parecem possíveis. Sendo *é que* um advérbio modal modificador de frase, como vimos, ele seria incompatível, na mesma estrutura frásica, com outros advérbios modais modificadores de frase. Ou então a impossibilidade de ocorrência de *é que*

em frases como (64) e (65) estará relacionada com a origem sintáctico-semântica dos advérbios modificadores de frase.

3.5.2 É que em frases complexas

As frases complexas são formadas por coordenação e/ou subordinação. A subordinação pode ser relativa, completiva ou adverbial.

No que respeita às frases coordenadas, verificamos que a expressão *é que* pode ocorrer simultaneamente em duas ou mais dessas frases, nas mesmas condições de ocorrência verificadas nas frases simples:

- (66) O Pedro *é que* foi ao cinema e o Paulo *é que* foi ao teatro.
- (67) O Pedro, ontem *é que* foi ao cinema, mas hoje *é que* vai ao teatro.
- (68) Na semana passada *é que* se planeou o encontro, esta semana *é que* se enviaram as convocatórias e na próxima *é que* se recebem os delegados.

Todavia, como podemos verificar, nas frases coordenadas só é possível enfatizar com *é que* constituintes com a mesma função sintáctica (restrição esta que tem que ver propriamente com a coordenação):

- (69) *Ao Porto *é que* o Pedro vai esta semana e ao museu *é que* oferece um quadro.

Quanto às frases subordinadas, verificamos que o advérbio *é que* só ocorre no interior das completivas integrantes nas condições já verificadas para as frases simples. Todas as outras subordinadas, incluindo as completivas infinitivas, excluem *é que*:

- (70) Eles esperavam que nós *é que* chegaríamos a horas.
- (71) Eles julgam que ao Pedro *é que* demos esse livro.
- (72) *Algumas pessoas afirmam nós *é que* termos sido enganados.
- (73) *Os livros *é que* que comprámos são-nos muito úteis.
- (74) *Quando o helicóptero *é que* caiu, o piloto saltou em pára-quedas.
- (75) *Desde que eles *é que* se despachem, tudo se resolverá.

É que, porém, pode ser inserido entre a frase subordinada e a frase subordinante, se aquela estiver colocada à esquerda desta. Neste aspecto, as frases subordinadas comportam-se, relativamente à inserção de *é que*,

como os SNs, SPreps e SAdv, quando colocados à esquerda do verbo, conforme vimos atrás:

- (76) Que nós chegaríamos a horas *é que* eles esperavam.
- (77) Nós termos sido enganados *é que* algumas pessoas afirmam.
- (78) Os livros que comprámos *é que* são muito úteis.
- (79) Quando o helicóptero caiu *é que* o piloto saltou em pára-quedas.
- (80) Desde que eles se despachem *é que* tudo se resolverá.

Tal comportamento sintáctico das subordinadas parece, pois, constituir um argumento em favor da análise segundo a qual as frases relativas e completivas pertencem à categoria de SNs e as frases adverbiais têm o estatuto de SAdv.

4. A natureza da regra de Inserção de É QUE nas estruturas sintácticas

4.1 Introdução

Uma gramática adequada do português deve definir e caracterizar com rigor a regra que insere *é que* nas estruturas sintácticas.

Todavia, a regra de *Inserção de É QUE*, como qualquer regra da gramática, tem relações com outras regras. Uma regra só ficará bem definida e caracterizada depois de estabelecidas tais relações. Ora, a regra de *Inserção de É QUE*, como vimos pela análise da distribuição desta sequência nas estruturas frásicas, só actua à esquerda do Verbo, quer sobre o SN sujeito, quer sobre outros sintagmas da frase entretanto deslocados para aquela posição. Por conseguinte, a regra de *Inserção de É QUE* só opera depois de terem actuado certas regras de movimento que deslocam tais sintagmas para a esquerda do Verbo e do SN sujeito. Vamos, pois, procurar determinar, por um lado, como se articula a regra de *Inserção de É QUE* com essas regras de movimento e, por outro, qual a natureza específica de tal regra.

4.2 A regra de Inserção de É QUE e a regra de Deslocação Y Esquerda

Uma gramática adequada do português deve definir a relação existente entre as frases *a*, *b* e *c* dos exemplos seguintes:

- (81)a. O Pedro estava calado.
- b. O Pedro, esse estava calado.
- c. O Pedro, estava calado.

- (82)a. Ele gostava de mastigar os rebuçados.
- b. Os rebuçados, ele gostava de mastigá-los.
- c. Os rebuçados, ele gostava de mastigar.
- (83)a. O pai ofereceu um triciclo ao Paulo.
- b. Ao Paulo, o pai ofereceu-lhe um triciclo.
- c. Ao Paulo, o pai ofereceu um triciclo.

As três frases de cada série possuem, aproximadamente (v., contudo, 4.8) o mesmo significado e contêm o mesmo material morfémico, sendo as diferenças entre elas de natureza estrutural.

A relação existente entre as frases de cada trio pode, pois, ser definida através das seguintes regras transformacionais:

(84)a. Regra de *Deslocação Y Esquerda* (¹), que permite derivar as frases *b* da estrutura subjacente às frases *a* e que consiste em fazer deslocar, respectivamente, o SN objecto directo e o SPrep objecto indirecto para a cabeça da frase, ficando no lugar de origem destes sintagmas uma cópia pronominal ou pronome-sombra.

b. Regra de *Apagamento do Pronome-Sombra* (¹), que permite obter as frases *c* da estrutura subjacente às frases *b* e que consiste na supressão da cópia pronominal deixada pelos sintagmas deslocados.

(¹) Em relação à regra de *Deslocação Y Esquerda* aceito aqui a hipótese proposta em Raposo (1975: p. 183, nota 13), retomada aliás de Perlmutter (1972a), segundo a qual esta regra consiste na fusão da regra de *Movimento Y Esquerdo* ou *Topicalização*, que derivaria em (81), (82) e (83) as frases *c* directamente da estrutura subjacente às frases *a*, com a regra de *Deslocação Esquerda*, que em (81), (82) e (83), permitiria obter as frases *b* a partir da estrutura subjacente às frases *a*. *Deslocação Y Esquerda* engloba portanto a regra de *Movimento Y Esquerdo* (ou *Topicalização*), que, ao derivar em (81), (82) e (83), as frases *c* a partir de *a*, não deixa cópia pronominal, e a regra de *Deslocação Esquerda*, que deixa cópia pronominal, ao derivar em (81), (82) e (83) as frases *b* a partir de *a*. De facto, se admitirmos a regra de *Apagamento de Pronome-Sombra*, cuja motivação é definida em Perlmutter (1972a) — v. também Raposo (1975: p. 169 e segs.) — a regra de *Movimento Y Esquerdo* é desnecessária, pois as estruturas que esta regra permitiria derivar são obtidas através da aplicação daquela regra de apagamento à saída («output») provocada por *Deslocação Esquerda*. Esta hipótese permite uma melhor relação entre as frases *a*, *b* e *c* de (81), (82) e (83), conforme é salientado no texto. O único óbice a esta hipótese é que certas construções do tipo de (82c), isto é, sem cópia pronominal, não são bem aceites por alguns falantes. Todavia não cabe aqui discutir tal óbice.

Repare-se que a relação entre estas frases poderia ser formulada de outro modo. Poderíamos admitir, por exemplo, que as frases *c* derivavam da estrutura subjacente às frases *a* por meio de uma outra regra que apenas diferia da regra de *Deslocação Y Esquerda* por não deixar cópia pronominal. Mas, se assim procedêssemos, apenas estabeleceríamos relação entre *a* e *b*, por um lado, e *a* e *c*, por outro, deixando de parte a relação evidente entre *b* e *c*.

As regras de *Deslocação Y Esquerda* e de *Apagamento do Pronome-Sombra* criam sucessivamente as condições estruturais necessárias para que possa operar a regra de *Inserção de É QUE*. De facto esta regra só pode operar em *c*, e não em *b*:

- (81)b.1. *O Pedro *é que* esse estava calado.
c.1. O Pedro *é que* estava calado.
- (82)b.1. *Os reбуçados *é que* ele gostava de mastigá-los.
c.1. Os reбуçados *é que* ele gostava de mastigar.
- (83)b.1. *Ao Paulo *é que* o pai ofereceu-lhe um triciclo.
c.1. Ao Paulo *é que* o pai ofereceu um triciclo.

Quer dizer, a gramática deve conter estas três regras ordenadas do seguinte modo:

- (85) *Deslocação Y Esquerda*
Apagamento do Pronome Sombra
Inserção de É QUE

A regra de *Deslocação Y Esquerda*, tal como ficou formulada em (84a), abrange não apenas SNs, mas também Sintagmas Preposicionais.

Por outro lado, na descrição estrutural desta regra apenas têm sido contemplados SNs com estrutura simples (Det+N). Ora não será de admitir que a mesma regra abrange também SNs e SPreps complexos, isto é, com estrutura de frase? Vejamos os seguintes exemplos:

- (86)a. Estarmos de pé duas horas *é* muito fatigante.
b. Estarmos de pé duas horas, isso *é* muito fatigante.
c. Estarmos de pé duas horas, *é* muito fatigante
d. Estarmos de pé duas horas *é que* *é* muito fatigante.
- (87)a. Algumas crianças aceitam a ideia de que o Pai Natal chega na próxima semana.

- b. A ideia de que o Pai Natal chega na próxima semana, algumas crianças aceitam-na.
 - c. A ideia de que o Pai Natal chega na próxima semana, algumas crianças aceitam.
 - d. A ideia de que o Pai Natal chega na próxima semana *é que* algumas crianças aceitam.
- (88)a. O Pedro está consciente de que as dificuldades serão grandes.
- b.? De que as dificuldades serão grandes, o Pedro está consciente disso.
 - c. De que as dificuldades serão grandes, o Pedro está consciente.
 - d. De que as dificuldades serão grandes *é que* o Pedro está consciente.

Estes factos parecem ser igualmente abrangidos pela regra de *Deslocação Y Esquerda*. Para isso a descrição estrutural desta regra apenas terá de mencionar que os SNs e SPreps movidos podem ter estrutura simples ou complexa.

4.3 A regra de Inserção de É QUE e a regra de Deslocação do Averbial

A regra de *Deslocação do Averbial* é aquela que permite derivar as frases *b* (e *d*) a partir da estrutura subjacente às frases *a* dos exemplos a seguir indicados e que consiste na deslocação de um SAdv simples ou complexo (isto é, Frase Adverbial) para a esquerda da frase principal. Uma vez aplicada esta regra, *Inserção de É QUE* pode actuar.

- (89)a. Eles vão ao Porto no sábado.
- b. No sábado, eles vão ao Porto.
 - c. No sábado *é que* eles vão ao Porto.
 - d. Ao Porto eles vão no sábado.
 - e. Ao Porto *é que* eles vão no sábado.
- (90)a. Eles vão passear quando está sol.
- b. Quando está sol, eles vão passear.
 - c. Quando está sol *é que* eles vão passear.

A regra de *Deslocação do Averbial* apenas difere da regra de *Deslocação Y Esquerda* por não deixar cópia pronominal e por actuar sobre

constituintes da frase com função adverbial, embora alguns deles tenham estrutura prepositiva. Todavia há casos em que o SAdv pode deixar cópia predominial:

(89)d.1. Ao Porto, eles vão lá no sábado.

Nestes casos *Inserção de É QUE* não poderia actuar sem apagamento da cópia pronominal:

(89)d.2. *Ao Porto é que eles vão lá no sábado.

4.4 A regra de Inserção de É QUE e a regra de Avançada do Sujeito (*)

Avançada do Sujeito é a regra que permite derivar as frases *b* a partir da estrutura subjacente às frases *a* dos exemplos a seguir indicados e que consiste em extrair o SN sujeito da frase dependente para a cabeça da frase principal, sendo então possível a inserção de *é que*, à direita do sintagma deslocado:

- (91)a. É possível que os patrões tenham desistido.
- b. Os patrões é possível que tenham desistido.
- c. Os patrões é que é possível que tenham desistido.

- (92)a. É possível os patrões terem desistido.
- b. Os patrões é possível terem desistido.
- c. Os patrões é que é possível terem desistido.

A regra de *Avançada do Sujeito* distingue-se de *Deslocação Y Esquerda*, por um lado, porque aquela regra apenas move para a cabeça da frase SNs sujeitos e, por outro, porque estes não podem deixar cópia pronominal. É ainda de notar que entre o SN deslocado por *Avançada do Sujeito* e o SV da frase principal não pode haver concordância (cf.: *Os patrões são possíveis que tenham desistido).

(*) A proposta de uma regra como *Avançada do Sujeito* para o português, distinta de uma outra regra aparentemente semelhante — *Elevação do Sujeito* — é devida a Quicoli (1972: Cap. II, pp. 65 e segs.), que lhe dá a designação, em inglês, de «NP Detachment». Perlmutter (1973) rebaptiza esta mesma regra como «Head Start».

4.5 A regra de Inserção de É QUE e as regras de Movimento QU-Interrogativo e Inversão Sujeito-Verbo

Movimento QU-Interrogativo é a regra que permite derivar *b* a partir da estrutura subjacente a *a*, podendo então inserir-se *é que*:

- (93)a. Os gatos comem o quê?
- b. *O que os gatos comem?
- c. O que *é que* os gatos comem?

Para que *b* seja gramatical sem inserção de *é que*, torna-se necessário aplicar a regra de *Inversão entre o Sujeito e o Verbo*, que move o SN sujeito para depois do Verbo:

- (93)b.1. O que comem os gatos?

Nesta estrutura pode igualmente inserir-se *é que*:

- (93)b.2. O que *é que* comem os gatos?

Existem em português certas construções não interrogativas, mas de certo modo exclamativas, que parecem resultar da aplicação da regra de *Inversão Sujeito-Verbo*:

- (94) Os reбуçados gostava ele de comer!

Neste caso a inserção de *é que* é impossível, apesar de o sentido contrastivo desta sequência dever incidir sobre o SN à esquerda:

- (95) *Os reбуçados *é que* gostava ele de comer!

Esta impossibilidade parece relacionar-se com as restrições apresentadas pelas frases exclamativas em relação à *Inserção de É QUE*, como vimos atrás.

4.6 A regra de Inserção de É QUE e as regras de Transformação Passiva e Elevação do Sujeito.

Transformação Passiva é a regra que permite derivar *b* a partir da estrutura subjacente a *a* dos exemplos seguintes:

- (96)a. A criança comeu o bolo.
- b. O bolo foi comido pela criança.

É que pode ser inserido quer na frase activa, quer na frase passiva:

- (97)a. A criança *é que* comeu o bolo.
b. O bolo *é que* foi comido pela criança.

Como é evidente, *é que* só pode ser inserido na frase passiva após a aplicação da regra de *Transformação Passiva*, que permite derivar (96b) a partir da estrutura subjacente a (96a).

Elevação do Sujeito é a regra que permite derivar (98b) da estrutura subjacente a (98a):

- (98)a. Eles consideram que os ovnis são perigosos.
b. Eles consideram os ovnis perigosos.

Esta regra permite, pois, elevar o SN sujeito (*os ovnis*) da frase subordinada completiva (ou inferior) para a frase subordinante (ou superior) onde passa a desempenhar a função sintáctica de objecto directo (*). Esta regra implica que se faça o apagamento do subordinador da frase completiva (*que*), assim como do verbo copulativo (*ser*).

(*) Há, contudo, outros verbos, como por exemplo *parecer*, em relação aos quais a regra de *Elevação do Sujeito* move o SN sujeito da frase inferior para sujeito da frase superior:

- (i) Parece que algumas pessoas andam preocupadas.
(ii) Algumas pessoas parecem andar preocupadas.

Elevação do Sujeito permite, pois, derivar igualmente (ii) a partir da estrutura subjacente a (i). *Elevação do Sujeito* terá assim duas variantes. É contudo discutível se estas duas variantes não serão antes duas regras distintas. Há linguistas que admitem esta última hipótese, considerando *Elevação do Sujeito* apenas a regra que relaciona (i) e (ii) e dando à regra que deriva (98b) de (98a) a designação de *Formação do Objecto*. É o caso, por exemplo, de Ruwet (1972: p. 190). Sobre a descrição da regra de *Elevação do Sujeito*, v. Raposo (1975: pp. 104 e segs.). Para um tratamento aprofundado da mesma regra em inglês e suas implicações teóricas, v. Postal (1974).

Não queria ainda deixar de salientar a diferença entre a regra de *Elevação do Sujeito* (na variante apontada nesta nota) e *Avançada do Sujeito*, que permitiria derivar, por exemplo, (iii) da estrutura subjacente a (i):

- (iii) Algumas pessoas parece andarem preocupadas.

Como se vê, nesta frase, o SN deslocado da frase subordinada não concorda com o verbo superior (*parece*), mas sim com o verbo inferior (*andarem*), ao passo que em (ii) o mesmo SN concorda com o verbo superior.

Sobre a estrutura subjacente a (98b), obtida através de *Elevação do Sujeito* pode operar a regra de *Transformação Passiva*, que derivaria (98c):

(98)c. Os ovnis são considerados perigosos por eles.

Nesta frase pode inserir-se *é que* à direita do SN sujeito passivo:

(98)d. Os ovnis *é que* são considerados perigosos por eles.

Verificamos assim que *Inserção de É QUE* se pode aplicar após a actuação sucessiva das regras de *Elevação do Sujeito* e de *Transformação Passiva*.

4.7 Inserção de É QUE *parece ser uma regra pós-cíclica*

4.7.1 *O princípio do ciclo transformacional*

Uma das hipóteses basilares da gramática generativa consiste no facto de as regras transformacionais se aplicarem sequencialmente, ou seja, uma por uma, e de forma ordenada, na derivação das frases.

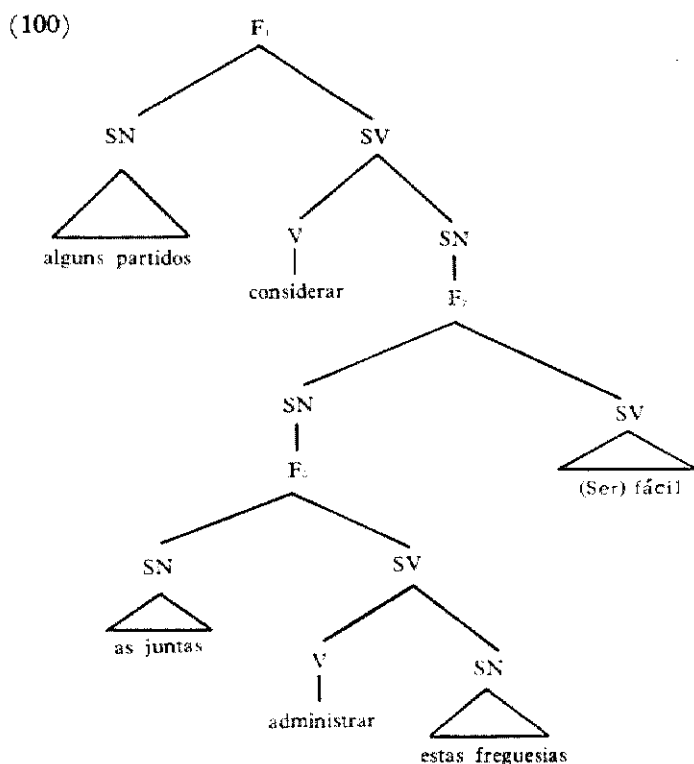
Na derivação de frases complexas, certas transformações aplicam-se mais de uma vez. Estas transformações são, por isso, consideradas *regras cíclicas*. São igualmente consideradas cíclicas aquelas transformações que têm de ser aplicadas entre duas regras cíclicas ou entre duas aplicações da mesma regra cíclica. As transformações que eventualmente se apliquem às estruturas frásicas antes das regras cíclicas são chamadas *pré-cíclicas*. E aquelas que se aplicam, na derivação das frases, depois de as regras cíclicas terem operado, são designadas como *pós-cíclicas*. É a este mecanismo, definidor e regulador da aplicação das transformações na derivação das estruturas frásicas, que se dá a designação de *princípio do ciclo transformacional* ⁽¹⁰⁾.

⁽¹⁰⁾ O princípio do ciclo transformacional foi formulado pela primeira vez em Chomsky (1965: Cap. III; trad. port.: p. 224) e posteriormente explicado e ilustrado em Lakoff (1966). V., a propósito deste mesmo princípio, a Introdução à tradução portuguesa de Chomsky (1965), a pp. 72 e segs., ou ainda Burt (1971: pp. 157 e segs.).

Vejamos um exemplo:

- (99) Estas freguesias são consideradas por alguns partidos fáceis de serem administradas pelas juntas.

A estrutura subjacente a esta frase complexa pode ser sensivelmente representada do seguinte modo, deixando de lado aspectos não relevantes para o objectivo desta exposição, como sejam o tempo verbal, a inserção do infinitivo, assim como a possibilidade de *ser* aparecer ou não no SV de F_2 , etc.:



Em (100) há tantos ciclos quantos os nós F existentes, ou seja, três ciclos. Começando pela Frase mais profundamente encaixada, como o exige o princípio do ciclo transformacional, temos, pois:

- (101) F_3 — 1.º ciclo
 F_2 — 2.º ciclo
 F_1 — 3.º ciclo.

Na derivação de (99) a partir de (100) intervêm, pelo menos, as seguintes transformações:

- (102) T_1 — *Passiva*
 T_2 — *Concordância Sujeito-Verbo*
 T_3 — *Elevação do Sujeito*
 T_4 — *Extração*.

Vejamos agora como é que estas transformações se aplicam, a partir do ciclo de F_3 . F_3 satisfaz à descrição estrutural requerida por T_1 — *Passiva* (ou seja: $SP_1 + V + SN_2$). Com a aplicação desta regra obteríamos a seguinte modificação estrutural de F_3 :

- (103) F_3 : [estas freguesias + ser administra - pp. + por as juntas].

At esta estrutura resultante da aplicação de T_1 — *Passiva* devemos agora aplicar T_2 — *Concordância Sujeito-Verbo* ⁽¹⁾, que dará como resultado:

- (104) F_3 : [estas freguesias + serem administradas + por as juntas].

⁽¹⁾ Assumo aqui que a regra de *Concordância entre o Sujeito e o Verbo* é uma transformação cíclica. Tal assunção é extremamente discutível e provavelmente errada. Linguistas como Quicoli (1972: Cap. II, pp. 52 e segs.) e Raposo (1975: Cap. 3.4., pp. 78 e segs.), que estudaram, bastante aprofundadamente, a sintaxe desta regra em português, consideram-na pós-cíclica, com adução de vários argumentos; também Meireles (1972: Cap. IV, pp. 128 e segs.) a considera como pós-cíclica. Outros linguistas, porém, entre os quais Burt (1971: pp. 207 e segs.), por exemplo, que designa uma tal regra como «Number Agreement», consideram-na cíclica, tendo em conta fenómenos do inglês.

Por outro lado ainda, é extremamente discutível se uma tal regra não deveria antes ser desdobrada em duas regras: uma regra de *Concordância Sujeito-Verbo* e uma regra de *Concordância em Género e Número*, sendo esta última motivada por frases como (i), já citada na nota 9, como (ii):

- (i) Algumas pessoas parecem andar preocupadas.

em que não há concordância entre o SN sujeito deslocado («algumas pessoas») e o verbo («andar»), mas em que existe concordância em género e número desse mesmo SN sujeito com o participio passado («preocupadas»). São defensores desta última hipótese, para o português, Quicoli (1972: Cap. III, p. 26 e segs.) e Perlmutter (1973: 3.1.3.), que consideram a regra de *Concordância em Género e Número* como cíclica, ao contrário da regra de *Concordância Sujeito-Verbo*, que seria pós-cíclica. Raposo (1975: pp. 40-41 e pp. 150 e segs.) não especifica tal diferença, considerando apenas a regra de *Concordância Sujeito-Verbo*. No

Passando agora ao ciclo de F_2 (2.º ciclo) devemos aplicar T_3 — *Elevação do Sujeito* ⁽¹²⁾, que fará subir o sujeito (passivo) de F_3 para o domínio de F_2 , transformando-o em sujeito desta última frase:

(105) F_2 : [estas freguesias —_{F₃SV} [serem administradas por as juntas]_{SV-F₃} — (ser) fácil].

presente artigo deixo de lado as duas questões apontadas, pois elas não são relevantes para o objectivo em vista, o qual visa apenas ilustrar de uma forma genérica o princípio do ciclo transformacional, a fim de demonstrar que *Inserção de É QUE* seria uma regra pós-cíclica.

⁽¹²⁾ É discutível, neste caso, se a transformação que faz elevar o SN «estas freguesias» do domínio de F_3 para o de F_2 é a regra de *Elevação do Sujeito* (cf., a propósito desta regra, a nota 9) ou se não será antes uma outra regra afim, como vamos ver.

Repare-se que na estrutura básica de F_3 (cf. (100)) aquele SN desempenhava a função sintáctica de objecto directo do verbo *administrar*. Antes, porém, de ser elevado para F_2 , tal SN tornou-se sujeito derivado de F_3 através da aplicação de *Passiva* a esta frase. Se F_3 não tivesse sofrido *Passiva*, o SN «estas freguesias» não poderia ter sido elevado para F_2 , como no-lo prova a agramaticalidade da sequência seguinte:

(i) *Estas freguesias são fáceis de as juntas administrar.

A agramaticalidade de (i) é devida ao facto de o sujeito de *administrar* se encontrar especificado («as juntas»). Se esse sujeito não fosse especificado, a frase resultante da aplicação de uma regra de *Elevação* ao objecto de *administrar* seria perfeitamente gramatical, como se prova a seguir:

(ii) Estas freguesias são fáceis de administrar.

Ora neste caso é evidente que a regra de *Elevação* aplicada não actuou sobre um sujeito mas sobre um objecto. Sendo assim tal regra deveria designar-se *Elevação do Objecto*. O linguista que primeiro propôs uma regra deste tipo para o inglês foi Postal (1971), que a designa como «Tough Movement» (*Movimento difícil*), justamente porque *tough* é um elemento da classe de predicados que suportam a aplicação daquela regra, como acontece também com os adjectivos *difícil* e *fácil* em português. Perlmutter (1972b) foi quem primeiro estudou a sintaxe desta regra no português, rebaptizando-a como «Object Raising». Raposo (1975: pp. 129 e segs.) analisa também alguns aspectos do funcionamento desta regra em português, dando-lhe a designação de *Elevação do Objecto*.

Todavia, é muito possível que *Elevação do Sujeito* e *Elevação do Objecto* possam ser unificadas numa única regra, segundo argumentação de Ross, citado por Raposo (1975: p. 137, nota 26). Resolvi, por isso, manter no texto que a regra que eleva o SN «estas freguesias» de F_3 para F_2 (cf. (105)) é *Elevação do Sujeito*, para além de tudo o mais porque ela actua sobre um sujeito, embora derivado ou passivo, e ainda porque o objectivo fundamental daquela subsecção é ilustrar, em linhas gerais, o funcionamento do princípio do ciclo transformacional.

A (105) aplica-se agora T_4 — *Extraposição* ⁽¹³⁾, que leva à deslocação de (F_3 -SV) para a direita do SV de F_2 :

- (106) F_2 : [estas freguesias + (ser) fácil + de serem administradas por as juntas].

A (106) aplica-se agora novamente T_2 — *Concordância Sujeito-Verbo*, de que resultará:

- (107) F_2 : [estas freguesias + (ser) fáceis + de serem administradas por as juntas].

Seguidamente passemos ao ciclo de F_1 (3.º ciclo). Se aplicarmos novamente T_3 — *Elevação do Sujeito*, que fará elevar o sujeito de F_2 («estas freguesias») para a posição de objecto de F_1 , obteremos:

- (108) F_1 : [alguns partidos considerar estas freguesias — fáceis de serem administradas por as juntas].

Sobre a estrutura resultante da aplicação de T_3 — *Elevação do Sujeito* podemos agora fazer operar mais uma vez T_1 — *Passiva*, pois encontramos novamente a descrição estrutural requerida por esta regra ($SN_1 + V + SN_2$), o que dará como resultado:

- (109) F_1 : [estas freguesias + ser considera-p.p. + por alguns partidos — fáceis de serem administradas por as juntas].

Aplicando de novo a esta estrutura T_2 — *Concordância Sujeito-Verbo*, obteremos:

- (110) F_1 : [estas freguesias + são consideradas + por alguns partidos — fáceis de serem administradas por as juntas].

⁽¹³⁾ Assumo aqui que a regra que desloca o SV de F_3 para a direita do SV de F_2 (cf. (106)) é *Extraposição*, de acordo com a hipótese postulada por Rosenbaum (1967). Todavia, actualmente, esta hipótese não é considerada como a mais correcta. De facto, Lakoff (1966) sustenta com fundamento que o referido SV de F_3 é deslocado pela própria regra de *Elevação do Sujeito* (v., contudo, a nota 12). Esta última hipótese é igualmente retomada por Postal (1974). Não assumi, no entanto, a hipótese de Lakoff, porque esta questão é secundária relativamente ao objectivo essencial da minha exposição neste caso, que é o de explicar o funcionamento genérico do princípio do ciclo transformacional.

E assim chegaríamos a (99) após a aplicação de outras transformações não relevantes para o objectivo em vista.

Resumindo, verificamos, pois, que empregámos sucessivamente e do seguinte modo a lista de transformações (102):

(111)a. No ciclo de F_3 (1.º ciclo):

T_1 — *Passiva*

T_2 — *Concordância Sujeito-Verbo*

b. No ciclo de F_2 (2.º ciclo):

T_3 — *Elevação do Sujeito*

T_4 — *Extraposição*

T_2 — *Concordância Sujeito-Verbo*

c. No ciclo de F_1 (3.º ciclo):

T_3 — *Elevação do sujeito*

T_1 — *Passiva*

T_2 — *Concordância Sujeito-Verbo*

Desta exposição podemos, por conseguinte, concluir que, por se terem aplicado mais de um a vez, ou seja, em mais de um ciclo, na derivação da frase complexa (99), são *regras cíclicas* as seguintes transformações: *Passiva*, *Concordância Sujeito-Verbo* (cf. nota 11), *Elevação do Sujeito*. E devemos concluir ainda que *Extraposição* também é uma *regra cíclica*, pois a sua aplicação se fez entre duas regras cíclicas.

4.7.2 A pós-ciclicidade de Inserção de É QUE

Procuremos agora determinar o estatuto da regra de *Inserção de É QUE*. Imaginemos que queremos fazer incidir o efeito contrastivo de *é que* sobre o SN «estas freguesias». Ora no ciclo de F_3 esta regra nunca se poderia aplicar antes de *Passiva* ou de uma regra de movimento que deslocasse aquele constituinte para a esquerda do verbo. De facto, já vimos atrás que *é que* só pode inserir-se à esquerda do SV da frase. Daqui concluímos que *Inserção de É QUE* não pode ser considerada uma regra pré-cíclica. No caso em questão, teremos de aguardar que o SN «estas freguesias» suba até à posição de sujeito (passivo) de F_1 , o que só se torna possível após a actuação da lista de regras cíclicas (102), para de seguida podermos inserir *é que*, obtendo assim:

(112) Estas freguesias *é que* são consideradas por alguns partidos fáceis de serem administradas pelas juntas.

Se se confirmar que *é que* só pode ser inserido nas estruturas frásicas depois da actuação de certas regras, entre as quais as regras cíclicas, como parece depreender-se da análise de (112), e que, depois de inserirmos *é que*, nenhuma regra cíclica pode operar, então *Inserção de É QUE* será uma *regra pós-cíclica*.

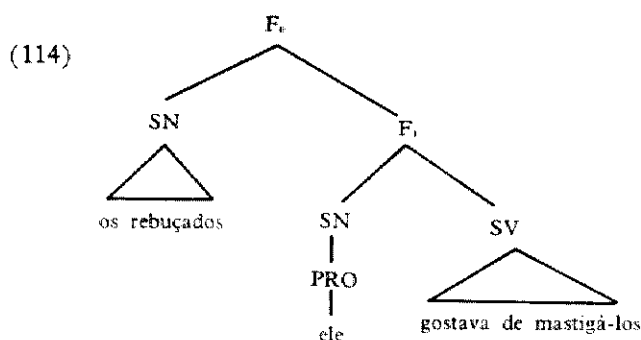
Convém lembrar, por outro lado, em reforço desta previsão, que alguns linguistas, entre os quais Emonds (1970: Cap. I), têm demonstrado que as regras pós-cíclicas tendem a alterar de maneira bastante radical a estrutura das frases a que se aplicam, ao contrário do que sucede com as regras cíclicas. Assim, por exemplo, a *Transformação Passiva* (regra cíclica) preserva relativamente a estrutura de base das frases a que se aplica.

De facto, a sequência $SN_1 + V + SN_2$ é modificada por aplicação de *Passiva* em $SN_2 + SER - V_{pp} + prep - SN_1$. Do ponto de vista formal, a estrutura frásica passiva mantém-se semelhante à estrutura de base activa, após a permuta de SN_1 e SN_2 e a inserção do auxiliar *ser*.

O mesmo não sucede, porém, com certas regras de movimento que analisámos atrás. *Deslocação Y Esquerda*, por exemplo, provoca alterações radicais nas estruturas frásicas. Assim acontece, por exemplo, em (82 b), que aqui repito como (113):

(113) Os rebuçados, ele gostava de mastigá-los.

A regra de *Deslocação Y Esquerda* movimentou o SN objecto para a esquerda da frase, de tal modo que da modificação estrutural operada resulta a seguinte representação aproximada:



Quer dizer, esta regra modificou de tal modo a estrutura frásica de base que obrigou à criação de um nó F_0 , superior a F_1 , do qual passa a depender o SN objecto deslocado para fora de F_1 . A uma modificação estrutural deste tipo dá-se a designação de *Adjunção-Chomsky*.

Ora, só depois de sobre (114) operar a regra de *Apagamento do Pronome-Sombra*, produzindo (82c) («os reбуçados, ele gostava de mastigar»), é que pode aplicar-se a regra de *Inserção de É QUE*. Se de facto é correcto que as regras de movimento do tipo de *Deslocação Y Esquerda* são regras pós-cíclicas, então regra de *Inserção de É QUE* também será uma regra pós-cíclica, visto que actua sobre as estruturas resultantes da aplicação daquelas.

4.8 *A questão da veiculação de conteúdo semântico pela regra de Inserção de É QUE*

Assumi até agora que a sequência *é que* imprime um valor enfático-contrastivo ao sintagma colocado à sua esquerda. Se tal valor semântico estiver directamente associado a *é que*, então a transformação que insere esta sequência nas estruturas frásicas será regra portadora de significado. Ora, uma das versões da teoria da gramática generativa transformacional, o chamado modelo clássico alargado ⁽¹⁾ (cf. Chomsky (1965) e (1971)), admite a existência de tal tipo de transformações, ou seja, regras que provocam alterações de significado nas estruturas frásicas a que se aplicam.

É o que acontece com certas regras designadas como «transformações de adjudicação» («assignment transformations», cf. Chomsky (1971) e Jackendoff (1972)). Serão exemplos deste tipo certas regras que podem adjudicar determinados advérbios e quantificadores a diversos constituintes

⁽¹⁾ Basicamente, a corrente da teoria clássica alargada, defendida por Chomsky e outros linguistas, tem como base o modelo gramatical apresentado em *Aspects of the Theory of Syntax*, embora com algumas modificações, aduzidas sobretudo em Chomsky (1971). Este modelo considera a Sintaxe como a componente generativa da Gramática, separada da Semântica, que é componente interpretativa das estruturas sintáticas; daí o facto de se lhe dar também a designação de Semântica Interpretativa. Todavia admite, ao contrário dos *Aspects*, que as regras de interpretação semântica actuam não apenas sobre as estruturas profundas geradas pela Sintaxe, mas também sobre as estruturas intermédias e de superfície (derivadas a partir daquelas através das transformações), sobretudo no que diz respeito a certos fenómenos como sejam o *focus* e *tópico*, etc. Quanto à noção de *focus*, v. o texto (ainda em 4.8.). No que toca à noção de *tópico*, ela está relacionada sensivelmente com a regra de *Deslocação Y Esquerda* (cf. 4.2. e nota 7) e outras regras de movimento afins, que destacam determinados sintagmas para a cabeça da frase (fazendo deles o *tópico* da frase), passando aqueles a assumir uma posição de maior relevo, nomeadamente enfática, por exemplo (cf., como ilustração, a análise que faço em 4.8. de frases como (124b)).

da frase, implicando cada adjudicação uma leitura diferente. Assim, por exemplo:

- (115)a. *Só* o Pedro não tem razão.
- b. O Pedro *só* não tem razão.
- (116)a. Muitos manifestantes *não* apedrejaram a polícia.
- b. Apedrejaram a polícia *não* muitos manifestantes.

Em (115a) *só* está adjudicado ao SN sujeito (*o Pedro*), em posição pré-nominal, e é sinónimo de *apenas*; a leitura da frase é que todos têm razão menos o Pedro. A frase (115b) é ambígua e tem duas leituras; numa delas *só* continua adjudicado ao SN sujeito, mas em posição pós-nominal, e é sinónimo de *sozinho*, significando a frase, aproximadamente, que é necessário alguém juntar-se ao Pedro para que ele tenha plenamente razão; na outra leitura de (115b), *só* está adjudicado ao SV e é sinónimo de *apenas*, tendo a frase sensivelmente o significado de que o Pedro pode ter tudo menos razão.

Em (116a) o advérbio *não* está adstrito ao SV, significando a frase que foram muitos os manifestantes que não apedrejaram a polícia. Em (115b) o mesmo advérbio está adjudicado ao SN sujeito, posposto, tendo a frase o significado de que foram poucos os manifestantes que apedrejaram a polícia.

Todavia, o mesmo valor enfático-contrastivo, que é expresso com a inserção de *é que*, pode também ser realizado por outros meios. Concretamente, vamos demonstrar que o referido valor pode ser expresso tanto por meios fonéticos (acento enfático) como por meios sintácticos. Neste caso *é que* funciona como um processo sintáctico marcador da ênfase, a par dos chamados processos de clivagem, que também abordaremos sucintamente.

Um tratamento adequado da ênfase⁽¹⁵⁾ obriga-nos a recorrer às noções de *focus* e *pressuposição*, introduzidas na descrição linguística, se não estou em erro, por Chomsky (1971)⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁵⁾ *Ênfase*, termo proveniente da Retórica, designa na gramática transformacional um acento especial que incide sobre determinado sintagma da frase. Este acento pode ser realizado apenas por processos fonéticos (acento enfático) como, por exemplo, em:

(i) — Essa sala *é grande*?

— Não, *é pequena*.

ou então por processos sintácticos, como em:

(ii) — *O Pedro*, encontrei-o na rua.

⁽¹⁶⁾ Aliás Lakoff (1971: pp. 260-261) dá como autor da noção de *focus* Halliday.

Tomemos para exemplificação as frases seguintes:

- (117)a. Então o Pedro comeu *a maçã*?
b. Não, o Pedro comeu *a pera*.
c. *Não, foi o Miguel que comeu a maçã.
d. *Não, o Miguel comeu a pera.

Repare-se que na pergunta *a* existe uma parte do conteúdo semântico da frase que é admitido pelo falante como conhecido quer dele, quer do ouvinte, ou seja, concretamente, 'o Pedro comeu alguma coisa'. Ora é justamente a esta parte da frase admitida pelo falante como conhecida que se chama *pressuposição* da frase. As respostas possíveis à pergunta *a*, para que constituam frases naturais, não podem violar tal pressuposição. Assim a resposta *b* é natural, pois respeita a pressuposição contida em *a*, mas *c* e *d* já não são respostas naturais a *a*, pois violam essa mesma pressuposição. O *focus* é a parte não conhecida da pergunta, aquela sobre a qual incide a dúvida do falante. O *focus* constitui, pois, a parte eventualmente variável no binómio pergunta-resposta, ou seja, a parte da frase conhecida apenas do ouvinte.

Nas frases (117a, b) o *focus* deve ser assinalado na língua oral com um acento enfático (ou intensivo), isto é, através de um processo fonético. Mas ele poderia ser também assinalado pelos seguintes processos sintáticos:

- (118)a. Então, *o que* o Pedro comeu *foi* a maçã?
b. Não, *o que* o Pedro comeu *foi* a pera.
(119)a. Então, o Pedro comeu *foi* a maçã?
b. Não, o Pedro comeu *foi* a pera.

Em (118 a, b) temos um processo de pseudo-clivagem, que comporta a presença das sequências *o que... foi*, respectivamente à esquerda do SN sujeito e à direita do verbo. O *focus* é o sintagma que fica à direita do segundo elemento do processo de pseudo-clivagem (no caso presente: *foi*), que é sempre uma forma do verbo *ser*.⁽¹⁷⁾

(17) Nos processos de pseudo-clivagem encontramos, porém, diversos tipos de sequências clivadoras no género de *o que... foi*, utilizada em (118), como por exemplo:

- (i) *Quem* comeu a maçã *foi* o Pedro.
(ii) *Aquilo* que caiu da estante *foi* o livro.

Em (119 a, b) temos um processo de semipseudo-clivagem, semanticamente equivalente ao anterior, o qual apenas se distingue daquele pelo apagamento da sequência pronominal do início de frase (neste caso: *o que*). O *focus* é o mesmo, ou seja, o sintagma que fica à direita do verbo *ser* (*foi*, no caso presente).

A pseudo-clivagem e semipseudo-clivagem são dois processos sintácticos que permitem assinalar como *focus* constituintes da frase à direita do verbo.

Paralelamente a estes dois processos, que geram *focus* à direita do verbo, existem dois outros processos, que assinalam *focus* à esquerda do verbo. Um deles é o que constitui o objecto do presente estudo: as construções com *é que*. O outro é o processo de clivagem já referenciado atrás e que exemplifico novamente a seguir:

(120) *É o Paulo que gosta de lulas.*

(121) *É de lulas que o Paulo gosta.*

Este processo comporta as formas *ser... que*, respectivamente à esquerda e à direita do sintagma que se pretende assinalar como *focus*. Este processo parece ser semanticamente equivalente ao processo de inserção de *é que*, como se pode verificar comparando (120) com (122) e (121) com (123):

(122) *O Paulo é que gosta de lulas.*

(123) *De lulas é que o Paulo gosta.*

A inserção de *é que* permite, pois, assinalar como *focus* da frase o sintagma colocado à esquerda desta sequência. A possível relação formal entre frases clivadas como (120) e (121) e as frases com a sequência *é que* (cf. (122) e (123)), será abordada em 4.11.1.

(iii) *(O sítio) onde nos vamos encontrar é na Madeira.*

(iv) *Quando se realiza o congresso é em Março.*

Como estamos a ver, a natureza e a função sintáctica dos constituintes à direita de cada um dos dois elementos da sequência clivadora são diversas daquelas que se verificam em (118). Todavia, existe sempre uma constante em todos os casos de pseudo-clivagem: o *focus* está sempre à direita do segundo elemento da sequência clivadora.

O problema que agora nos interessa particularmente averiguar é o de sabermos se existe um processo fonético semanticamente equivalente ao processo sintáctico de inserção de *é que*. Ou seja, se há um processo fonético de assinalar como *focus* sintagmas colocados à esquerda do verbo, tal como existe um processo fonético, equivalente semântico dos processos sintácticos de pseudo-clivagem e semipseudo-clivagem.

Nós vimos atrás que a regra de *Inserção de É QUE* só actuava depois das regras cíclicas e depois de certas regras de movimento. Uma questão que não levantámos, porém, foi a de sabermos se as regras de movimento têm apenas valor estilístico ou se, pelo contrário, podem conduzir a modificações semânticas, relativamente às estruturas frásicas iniciais. Concretamente temos de averiguar se tais regras geram configurações sintácticas adequadas à criação de *focus*, por meio de acento enfático.

Confrontemos, pois, as seguintes frases:

- (124)a. O Paulo gosta *de lulas*.
- b. *De lulas*, o Paulo gosta.

A frase *b*, como vimos, é derivada da estrutura subjacente a *a* através da regra de *Deslocação Y Esquerda*. Deixamos de lado, por não ser relevante neste caso, o problema da cópia pronominal do sintagma deslocado e consequente apagamento.

A regra de *Deslocação Y Esquerda* é uma transformação radical («root transformation», cf. Emonds, 1970: Cap. I), na medida em que altera profundamente a estrutura inicial da frase, gerada pelas regras categorais ou de base, criando uma *Adjunção-Chomsky* (cf. 4.7.2.). O sintagma deslocado por esta regra passa assim a constituir o tópico da frase e sobre ele pode facilmente incidir um acento enfático (ou intensivo) de valor contrastivo, equivalente àquele que a inserção de *é que* provoca. Tal sintagma passará então a constituir o *focus* da frase, obedecendo a um esquema semelhante ao que foi proposto para a análise de (117) e (123), por exemplo.

De facto, se a (124b) atribuímos modalidade interrogativa, o valor de *focus* do sintagma deslocado ressalta imediatamente, como se pode verificar em (125):

- (125)a. *De lulas*, o Paulo gosta?
- b. Não, ele só gosta *de caracóis*.

Repare-se que (125a) contém a pressuposição de que 'o Paulo gosta de alguma coisa'. É sobre este «alguma coisa», realizado na pergunta

através do sintagma «*de lulas*», que incide a dúvida do falante. O sintagma «*de lulas*» é, pois, o *focus* da frase, substituído em (125b) pela variável «*de caracóis*», respondendo assim o ouvinte adequadamente à dúvida do falante.

Se submetermos (124 b) ao teste da negação, obteremos um argumento suplementar em favor da análise que estou a propor.

Assim, vejamos:

(126) De lulas o Paulo *não* gosta.

A frase (126) contém a mesma pressuposição de (124b) e (125a), ou seja, que 'o Paulo gosta de alguma coisa'. A negação não afecta, portanto, a pressuposição, mas sim o *focus*, como se pode verificar através das seguintes paráfrases:

(127) De lulas o Paulo não gosta; ele gosta é de caracóis.

(128)? De lulas o Paulo não gosta; ele não gosta é de caracóis.

Em (127) a segunda frase («ele gosta é de caracóis») constitui uma sequência natural da primeira («De lulas o Paulo não gosta»), pois contém a mesma pressuposição ('o Paulo gosta de alguma coisa'), apenas variando o *focus*.

Em (128) a segunda frase («ele não gosta é de caracóis») já não constitui uma sequência natural da primeira, porque viola a pressuposição desta, admitindo antes que 'o Paulo *não* gosta de alguma coisa'. Quer dizer, neste caso admite-se que a negação afecta a pressuposição e não o *focus*.

É ainda interessante notar que em (126) a pausa entre o *focus* e o resto da sequência não é relevante, do mesmo modo que não é relevante o acento enfático (ou intensivo) sobre o *focus*, pois existe na frase um elemento sintáctico, o advérbio de negação *não*, que permite dispensar o recurso àqueles processos fonéticos. Este fenómeno verifica-se, aliás, em outros domínios da gramática. Por exemplo, nas interrogativas pronominais e adverbiais (iniciadas por *quem*, *quando*, etc.), a entoação interrogativa é dispensável, pois aqueles pronomes e advérbios funcionam como marcadores da interrogação.

Da análise exposta podemos tirar as seguintes conclusões:

(129)a. As transformações de movimento que deslocam constituintes para a esquerda da frase geram configurações sintácticas adequadas à criação de *focus*.

- b. Tal *focus* pode ser assinalado por meio de processos fonéticos, isto é, através de um acento enfático ou intensivo.
- c. Esse mesmo *focus* pode ser destacado por meio de processos sintáticos, entre os quais o da inserção de *é que*.
- d. O estatuto de *focus* do sintagma em causa parece ser função não propriamente de *é que*, mas do facto de ele aparecer no início da frase.

4.9 *É que interrogativo e é que enfático são introduzidos nas estruturas sintáticas pela mesma regra*

Em 2.1 descrevemos o *é que* interrogativo, ou seja, a expressão coloquial associada aos pronomes e advérbios interrogativos, e o *é que* enfático propriamente dito como duas variedades de *é que*.

Em 2.3 punha-se a questão de sabermos se aquelas duas variedades de *é que* eram introduzidas nas estruturas sintáticas através da mesma regra. Estamos agora em condições de resolver este problema.

Vimos em 4.8 que *é que* e acento enfático são dois processos de assinalar o *focus* da frase. Se os dois processos forem utilizados para assinalar o mesmo *focus* — e isso é possível — verifica-se redundância gramatical. Igualmente se verifica redundância, se utilizarmos dois processos sintáticos para destacar o mesmo *focus*. Assim, se em (125a) ou (126) inserirmos *é que*, esta sequência torna-se redundante, pois o *focus* já está assinalado, na primeira frase, através da entoação interrogativa e, na segunda, através do advérbio *não*:

(130) De lulas *é que* o Paulo gosta?

(131) De lulas *é que* o Paulo *não* gosta.

Ora o mesmo tipo de redundância existe nas interrogativas pronominais e adverbiais, quando assinalamos o *focus*, ou seja, o pronome ou advérbio interrogativos, com *é que*:

(132)a. *Quem* gosta de lulas?

b. *Quem é que* gosta de lulas?

(133)a. *O que* quer o Paulo?

b. *O que é que* quer o Paulo?

(134)a. *Quando* vem o Paulo?

b. *Quando é que* vem o Paulo?

A frase (132a) contém a pressuposição de que 'alguém gosta de lulas'; *quem*, pronome que designa pessoas, é o *focus* da frase, elemento sobre o qual incide a dúvida do falante e sobre o qual incidirá também a resposta do ouvinte. Em (133a) existe a pressuposição de que 'o Paulo quer alguma coisa', sendo *focus* a sequência pronominal *o que*. Em (134a) há a pressuposição de que 'o Paulo vem em determinada data (ou momento)', sendo *focus* o advérbio *quando*. Quer dizer, nas interrogativas pronominais e adverbiais, o pronome ou advérbio interrogativos constituem sempre o *focus* da frase. É por consequência redundante inserir nestes casos a sequência *é que* para assinalar um *focus* que já está assinalado, como acontece em (132 b), (133 b) e (134 b). *É que* interrogativo é, pois, inserido à direita do *focus*, tal como nos casos da variedade de *é que* a que chamámos enfático propriamente dito. *É que* só pode ser inserido nas interrogativas pronominais e adverbiais quando o pronome ou advérbio interrogativos estão à esquerda do SV da frase, conforme vimos em 3.4, o que está de acordo, aliás, com o princípio geral de inserção de *é que* nas estruturas frásicas.

Um argumento suplementar a favor da hipótese de que *é que* interrogativo e *é que* enfático são idênticos e, portanto, introduzidos pela mesma regra, encontramos-lo em frases como as seguintes:

- (135)a. *Quem* gosta de lulas?
 b?* O Paulo gosta de lulas.
 c. O Paulo *é que* gosta de lulas.

Em (135), *b* não é uma resposta natural a *a*, porque o *focus* não é assinalado; pelo contrário, *c* é uma resposta natural a *a*, justamente porque o *focus* é assinalado através da inserção de *é que*. Todavia, o *focus* poderia ser destacado através de um acento enfático, que implica uma pausa entre ele e o resto da frase, ou seja, a aplicação de *Deslocação Y Esquerda* à estrutura subjacente a (135 b), dando como resultado:

- (136) O Paulo, gosta de lulas.

4.10 A Semântica Interpretativa ⁽¹⁸⁾ e a regra de Inserção de É QUE

⁽¹⁸⁾ A propósito de Semântica Interpretativa e de regras interpretativas, v. nota 14. Cf. Chomsky (1971) e Jackendoff (1972) para este assunto.

A inserção de *é que* nas estruturas frásicas implica, de acordo com o que acabamos de ver, a análise da frase numa combinação de *focus* + *pressuposição*. O *focus* é o sintagma à esquerda de *é que* e a pressuposição está contida na parte da frase à direita de *é que*. Assim sucede de facto em todas as frases com *é que* enfático, como por exemplo:

- (137) Ao almoço *é que* o Paulo comeu lulas.
- (138) O comboio da Baira Alta *é que* descarrilou.
- (139) Quando chegar a Primavera *é que* vamos a Paris.

A pressuposição de (137) é que 'o Paulo comeu lulas em dado momento'; o *focus* é o sintagma «ao almoço», variável que substitui 'em dado momento'. (138) tem como pressuposição que 'algo descarrilou' e como *focus* a variável que substitui 'algo', ou seja, «o comboio da Beira Alta». Em (139) existe a pressuposição de que 'vamos a Paris em dado momento', funcionando como *focus* a variável que substitui 'em dado momento', isto é, a frase adverbial «quando chegar a Primavera».

A gramática do português deve conter, portanto, uma regra de interpretação semântica, associada à regra sintáctica de *Inserção de É QUE*, com a seguinte formulação:

- (140) A inserção de *é que* numa dada frase implica sempre que essa frase seja interpretada como constituída por uma *pressuposição*, que está contida na sequência à direita de *é que*, e um *focus*, o sintagma que fica à esquerda de *é que*, o qual funciona como complemento da pressuposição.

Sendo assim, a regra de *Inserção de É QUE* não se poderá aplicar numa estrutura frásica, quando esta não seja analisável numa combinação de *focus* + *pressuposição*. De facto, parece ser uma restrição deste tipo que explica a incompatibilidade de *é que* com o imperativo e com o conjuntivo, como vimos, por exemplo, em (29 b), (35 b) e (34 c), que aqui repito como (141), (142) e (143), respectivamente:

- (141) *Tu *é que* realiza o teu trabalho a tempo!
- (142) *Eu admito que vocês *é que* tenham razão.
- (143) *Eu quero que vocês *é que* saiam imediatamente!

Efectivamente, estas frases contêm pressuposições diversas daquelas que encontrámos nas construções com *é que*. Assim, nestas a pressuposição é assumida pelo falante como verdadeira, embora com um dos seus

elementos encarado como variável (*focus*): 'O Paulo gosta de alguma coisa'; esse «alguma coisa» é *lulas* (cf. (13)).

Nas frases (141), (142) e (143), a pressuposição é assumida pelo falante como *potencialmente verdadeira*⁽¹⁸⁾, mas sem qualquer elemento como variável, isto é, sem *focus*: 'você*s* saiam imediatamente', saída encarada como potencial ou provável; (cf. (143)).

A regra interpretativa (140) permite igualmente explicar a ocorrência de *é que* nas frases exclamativas. Assim em (36 b), *é que* pode ser inserida porque a frase é analisável em *focus* («o Pedro») + *pressuposição* (verdadeira para o falante): 'alguém apanhou cá um empurrão'. Mas (37 b), por exemplo, já não admite *é que*, pois esta frase contém a pressuposição (assumida como verdadeira pelo falante) de que 'Paris é uma cidade maravilhosa', não comportando qualquer *focus*.

Em 4.11.2 será apresentada outra explicação possível para a não ocorrência de *é que* em frases com conjuntivo, nas imperativas e nas exclamativas.

4.11 Outras hipóteses de derivação das construções com *é que*

Admiti até agora que a sequência *é que* é introduzida nas estruturas frásicas através de uma regra de inserção. Contudo, em 4.8 fiz referência à relação formal e semântica das construções contendo *é que* com as frases clivadas e pseudo-clivadas. Vamos, pois, tentar descobrir agora a natureza dessa relação, primeiro com as clivadas (em 4.11.1) e depois com as pseudo-clivadas (em 4.11.2).

4.11.1 Impossibilidade de derivar as construções com *é que* a partir das frases clivadas

Existe uma relação estrutural e semântica evidente entre as duas frases seguintes:

(144) *É a carne que aumenta de preço.*

(145) *A carne é que aumenta de preço.*

⁽¹⁸⁾ A propósito dos valores da pressuposição relativamente ao conjuntivo v. Faria (1974).

A frase (144) tem duas leituras possíveis. Uma leitura como frase clivada, ou seja, aquela em que o SN integrado no contexto *é... que* constitui o *focus* da frase, podendo neste caso ser parafraseada por (146):

(146) É a carne (o + aquilo) que aumenta de preço. ⁽²⁰⁾

A outra leitura possível de (144) implica que esta contém uma frase relativa restritiva, modificadora do SN à esquerda de *que* ⁽²¹⁾; nesta segunda leitura poderíamos parafrasear (144) por (147):

(147)a. Esta é a carne que aumenta de preço.

b. Eis a carne que aumenta de preço.

Ora, na primeira leitura apontada, a única que agora nos interessa destacar nesta frase, assim como nas frases semelhantes a que recorro no decurso desta análise, (144) parece sinónima de (145), pois ambas contêm o mesmo *focus* («a carne») e a mesma pressuposição ('alguma coisa vai aumentar de preço'). Como contêm, além disso, o mesmo material morféxico, seríamos tentados a postular uma regra transformacional que as relacionasse, regra essa que derivaria (145) a partir da estrutura subjacente a (144), modificando a ordem V — SN para SN — V ⁽²²⁾.

Esta hipótese de derivação depara, todavia, com algumas dificuldades que parecem torná-la inviável.

Algumas dessas dificuldades, que implicam fenómenos de concorância, são postas em evidência por frases como as seguintes:

(148)a. (*É + era) a carne que aumentava de preço.

b. A carne (é + *era) que aumentava de preço.

⁽²⁰⁾ Cada elemento indicado entre parênteses curvos representa uma possibilidade de formar a frase. O sinal «+» deve, portanto, ser interpretado neste caso e nos seguintes como o *ou* lógico.

⁽²¹⁾ Para uma análise das relações entre as construções clivadas e construções com relativas restritivas, como as que aqui aponto, v. Schachter (1973).

⁽²²⁾ É evidente que poderíamos também admitir a transformação inversa, ou seja aquela que derivaria antes (144) da estrutura subjacente a (145) modificando a ordem SN — V para V — SN. Não exploro, contudo, esta via aqui, na medida em que já ficou demonstrado que a sequência *é que* se comporta como um morfema inflexível e insegmentável, ao nível da estrutura de superfície. Por outro lado, o objectivo do presente artigo é descrever e explicar as construções com *é que*, incluindo a origem de tal sequência.

- (149)a. (?É + são) alguns tipos de carne que aumentam de preço.
 b. Alguns tipos de carne (é + *são) que aumentam de preço.
- (150)a. (Foi + *foram) os preços dos transportes que o governo aumentou.
 b. Os preços dos transportes (*foi + *foram) que o governo aumentou.
- (151)a. (*É + és) tu que (*tem + tens) razão.
 b. Tu (é + *és) que (*tem + tens) razão.

Quer dizer, nas construções clivadas, conforme sucede nas frases *a* dos exemplos supracitados, a forma do verbo *ser* que aparece à cabeça da frase concorda em tempo com o verbo à direita de *que*. Mais ainda, o mesmo verbo *ser* concorda em pessoa e número com o *focus*, se este é o sujeito do verbo à direita de *que*, conforme sucede em (149 a) e (151 a). Se o *focus* não é o sujeito do verbo à direita de *que*, a concordância em pessoa e número já se não verifica, como acontece em (150a). Ora *é que* apresenta-se como uma sequência estereotipada, impossível de flexionar, como ficou demonstrado em 2.2 e as frases *b* de (148), (149), (150) e (151) evidenciam.

Talvez uma parte deste contra-argumento pudesse ser removida, se aceitássemos, como o faz Raposo (1975), que a regra de *Concordância Sujeito-Verbo* é pós-cíclica e não cíclica, conforme admiti em 4.7.1 (v. a propósito a nota 11), e que a sequência *é que* seria formada antes da aplicação daquela regra. Apesar de tudo, a solução não seria fácil, pois os problemas de concordância são dos mais difíceis que estas construções apresentam.

Assim, além dos problemas levantados pela formação da regra de *Concordância Sujeito-Verbo*, fica ainda de pé a seguinte questão: Como explicar a exigência da concordância de tempos entre *ser*, quando à esquerda do *focus*, e o verbo à direita de *que*, como sucede, por exemplo, em (148 a) e a impossibilidade de tal concordância, se a forma verbal *ser* for atraída para junto de *que*, conforme põe em evidência (150b)? Esta é, pois, mais outra dificuldade, levantada desta vez pela regra de *Concordância de Tempos* (entre verbos), contra a derivação das construções com *é que* a partir das frases clivadas.

Existe, porém, um terceiro argumento que confirma a impossibilidade de derivar as frases com *é que* a partir da estrutura subjacente às frases

clivadas. Tal argumento já foi indirectamente apresentado em 2.3, particularmente através da frase (25 e), que aqui repito como (152):

(152) Foi o sindicato *é que* contestou o ministro.

Na medida em que esta frase, ocorrente na linguagem popular, representa uma aglutinação entre a frase clivada e a construção com *é que*, torna-se impossível derivar esta a partir daquela.

Mas há ainda um quarto argumento contra uma tal derivação. É que ela iria destruir a unidade já demonstrada (cf. 4.9) entre o *é que* enfático e o *é que* interrogativo. De facto, é impossível admitir construções clivadas como base das interrogativas (pronominais ou adverbiais) com *é que*:

(153)a. *É quem *que* vai ao Porto? ⁽²³⁾

b. Quem *é que* vai ao Porto?

(154)a. *É quando *que* tu vais ao Porto?

b. Quando *é que* tu vais ao Porto?

Um quinto argumento contra a derivação das construções com *é que* a partir das frases clivadas é-nos oferecido por certas expressões de polaridade negativa, isto é, que só se empregam na forma negativa, como acontece, por exemplo, com *não perceber patavina (de alguma coisa)*. Ora verifica-se que a construção com *é que* aceita *patavina* como *focus*, mas a frase clivada não:

(155) Patavina disse *é que* ele não percebe.

(156) *É patavina disse *que* ele não percebe.

A leitura de (155) implica que 'ele percebe alguma coisa', mas 'não patavina disso'. A negação nega, pois, o *focus*, como já se viu, aliás, a propósito de (126), analisada em 4.8. Sendo assim, não é possível derivar (155) de (156).

⁽²³⁾ Frases como (153a) são, contudo, aceitáveis em situações muito específicas. Imagine-se que num dado grupo de pessoas alguém afirmou: — «O Paulo vai ao Porto». Determinado ouvinte não percebeu, porém, a pergunta: — «Afinal, é quem *que* vai ao Porto?» Esta frase necessita duma entoação muito específica, além dum contexto situacional e pressuposicional como o que expliquei. Tal possibilidade não me parece, contudo, que altere grandemente o argumento que apresento no texto.

Posta de lado a hipótese da derivação sintáctica, fica contudo de pé a questão da sinonímia entre as frases clivadas e as construções com *é que*. A gramática poderá dar conta de tal sinonímia através duma regra interpretativa aproximadamente com a seguinte formulação:

(157) São equivalentes semanticamente as construções com as seguintes configurações sintácticas:

- a. SER — FOCUS — QUE + F
- b. FOCUS — É QUE + F

desde que: (i) o *Focus* de *a* seja idêntico ao *Focus* de *b*; (ii) QUE + F contenha o mesmo material morfémico em *a* e *b*.

Veremos, contudo, em 4.11.2 que existe uma explicação mais adequada para a sinonímia entre estes dois tipos de construções. Tal explicação fundamenta-se na hipótese de que ambas as construções têm uma estrutura de base comum.

4.11.2 *Derivação das construções com é que a partir das frases pseudo-clivadas*

Uma hipótese alternativa para a derivação das construções com *é que* consiste em admitirmos que tais construções provêm de frases pseudo-clivadas, sinónimas daquelas. De facto apresenta-se como evidente a sinonímia entre as seguintes frases:

- (158) O *que* o Miguel come *é* bolos.
- (159) Bolos *é que* o Miguel come.

Ambas as construções admitem a mesma pressuposição ('O Miguel come alguma coisa') e o mesmo *focus* («*bolos*»). Ambas são constituídas pelo mesmo material morfémico. A hipótese que pretendo aqui apresentar consiste, pois, em admitir que (159) deriva da estrutura subjacente a (158).

A estrutura de base de (158) seria aproximadamente a seguinte ⁽²⁴⁾:

- (160) [O *que* o Miguel come] *é* bolos.

⁽²⁴⁾ Quanto à estrutura de base das frases pseudo-clivadas, como (158), e sua relação com as frases clivadas, v. Akmajian (1970). A estrutura de base que apresento em (160) é muito imperfeita, mas serve ao objectivo em vista, que consiste em demonstrar que as construções com *é que* derivam de estruturas como aquela.

A frase (159) pode facilmente ser derivada de (158), se aplicarmos a esta a transformação de *Permuta-Espelho* ⁽²⁵⁾, que obriga os constituintes à esquerda e à direita da forma verbal *ser (é)* a permutarem entre si, produzindo o seguinte resultado:

(161) Bolos é o que o Miguel come.

⁽²⁵⁾ A regra de *Permuta-Espelho* é descrita em Moreau (1971: pp. 80 e segs.), cuja designação é tomada de Harris, como a própria autora refere. Esta transformação é necessária para relacionar as seguintes frases (traduzidas de Moreau):

(i) A Terra é o centro do Universo.

(ii) O centro do Universo é a Terra.

Segundo Moreau, (ii) deriva da estrutura subjacente a (i) através de *Permuta-Espelho*, que permuta entre si o Sujeito e o Atributo ou Predicativo. Eis alguns testes que nos permitem determinar que em (i), «Terra» é o SN sujeito e o SN «o centro do Universo» é o atributo ou predicativo:

a) Interrogando o sujeito por meio da forma pronominal *o que*, obtemos o predicativo, mas a inversa não é possível:

P. 1 — O que é a Terra?

R. 1 — O centro do Universo.

P. 2 — O que é o centro do Universo?

R. 2 — *A Terra.

b) O predicativo pode ser interrogado através de *qual*, mas o sujeito não:

P. 1 — Qual é o centro do Universo?

R. 1 — A Terra.

P. 2 — *Qual é a Terra?

R. 2 — *O centro do Universo.

c) O sujeito em construções do tipo (i) e (ii) pode tornar-se objecto de verbos como *considerar*, mas o predicativo não:

a. Muitas pessoas consideram a Terra como o centro do Universo.

b. *Muitas pessoas consideram o centro do Universo como a Terra.

d) O predicativo pode ser tomado como *focus* através das construções com clivagem, mas o sujeito não:

I — a. O que a Terra é é o centro do Universo.

b. A Terra é é o centro do Universo.

c. É o centro do Universo (o) que a Terra é.

d. O centro do Universo é que a Terra é.

II — a. *O que o centro do Universo é é a Terra.

b. O centro do Universo é é a Terra.

c. *É a Terra (o) que o centro do Universo é.

d. *A Terra é que o centro do Universo é.

Na série (II) apenas a semipseudo-clivada é gramatical, o que parece constituir um contra-argumento à hipótese de derivação daquelas frases a partir das pseudo-clivadas, conforme é proposto no texto.

Se a (161) aplicarmos a regra de *Apagamento de PRO pré-QUE* ⁽²⁰⁾, obteremos então (159).

Uma tal análise tem a grande vantagem de dar conta airosoamente das relações de sinonímia entre (158) e (159), recorrendo apenas a transformações já motivadas, isto é, necessárias para explicar outras relações gramaticais entre frases, já admitidas portanto na gramática.

De resto (I) e (II) constituem motivação empírica para a proposta defendida no texto (cf. esquema (165)). A proposta que defendo, no texto, de derivar as construções com *é que* a partir das frases pseudo-clivadas correspondentes, através de *Permuta-Espelho*, implica, contudo, um alargamento do campo de acção desta regra para além das estruturas predicativas, em sentido restrito, como são (i) e (ii). Só num sentido lato, frases como (158), no texto, são estruturas predicativas: «Aquilo — ou seja, que o Miguel come — é bolos».

Repare-se, contudo, que, se tomarmos como matriz da pseudo-clivada (158) a frase «Aquilo é bolos», encontramos o mesmo paralelismo relativamente aos testes apontados em a), c) e d) desta nota. Verifiquemos:

e), como a):

P. 1 — O que é aquilo?

R. 1 — Bolos.

P. 2 — ? O que é bolos?

R. 2 — *Aquilo.

f), como c):

a. Eles consideram aquilo como bolos.

b. *Eles consideram bolos como aquilo.

g), como d):

I — a. O que aquilo é é *bolos*.

b. Aquilo é é *bolos*.

c. É *bolos* (o) que aquilo é.

d. *Bolos* é que aquilo é.

II — a. *O que bolos é é *aquilo*.

b. Bolos é é *aquilo*.

c. *É *aquilo* o que bolos é.

d. **Aquilo* é que bolos é.

Contudo, este problema carece de uma investigação mais aturada, que este artigo não comporta. Nas suas linhas gerais, porém, a hipótese postulada parece-me bastante fundamentada.

⁽²⁰⁾ Uma regra como *Apagamento de PRO pré-QUE* (ou seja, *o*, no caso de (161)) parece ser igualmente motivada. Ela é necessária não apenas neste caso, mas também em relação a frases clivadas como as seguintes:

(i) É frio o que ele tem.

(ii) É frio que ele tem.

Outra grande vantagem (sem dúvida, a maior) desta análise é que ela permitiria uniformizar o tratamento das construções pseudo-clivadas, clivadas, semipseudo-clivagens e enfáticas com *é que*, cujas relações formais e semânticas já foram mencionadas em 4.8. De facto, a demonstração efectuada em Akmajian (1970) de que, em inglês, as frases clivadas derivam das frases pseudo-clivadas afigura-se também como válida para o português. Assim, de (160), estrutura-subjacente à frase pseudo-clivada (158), poderíamos derivar a seguinte frase clivada:

(162) É bolos que o Miguel come.

Esta frase é obtida através da aplicação de uma regra igualmente motivada — a regra de *Extraposição* — à estrutura (160), que produz a deslocação da sequência entre parênteses rectos para a direita do SV («é bolos»), conforme (163) evidencia:

(163) É bolos o que o Miguel come.

Aplicando a (163) a regra de *Apagamento de PRO pré-QUE*, obteremos (162).

A frase (ii) deriva de (i) através do apagamento do pronome *o*.

Por outro lado, existe uma relação entre as construções com clivagem e as frases interrogativas, como já salientámos. A forma pronominal *o que* e outras semelhantes que ocorrem nas construções com clivagem parecem ser as mesmas que encontramos nas frases interrogativas:

(iii) O que tem ele?

(iv) Que tem ele?

Também aqui se verifica, pois, apagamento do mesmo pronome.

Há, contudo, outros pronomes, conforme veremos adiante, no texto, que podem sofrer idêntico apagamento, tais como *aquilo*, *aquele*, etc:

(v) É frio (aquilo) que ele tem.

(vi) Foi o Filipe (aquele) que encontrei.

Todavia, estes pronomes não ocorrem nas interrogativas do mesmo modo que a forma (*o*) *que*:

(vii) *Aquilo que tem ele?

Por outro lado ainda, há certas sequências «nominais», à esquerda de *que*, nas frases clivadas, que podem sofrer apagamento, conforme também se aponta no texto:

(viii) Foi em Setembro (a ocasião em) que tudo se complicou.

(ix) É na Serra da Estrela (o sítio em) que tu vais ficar.

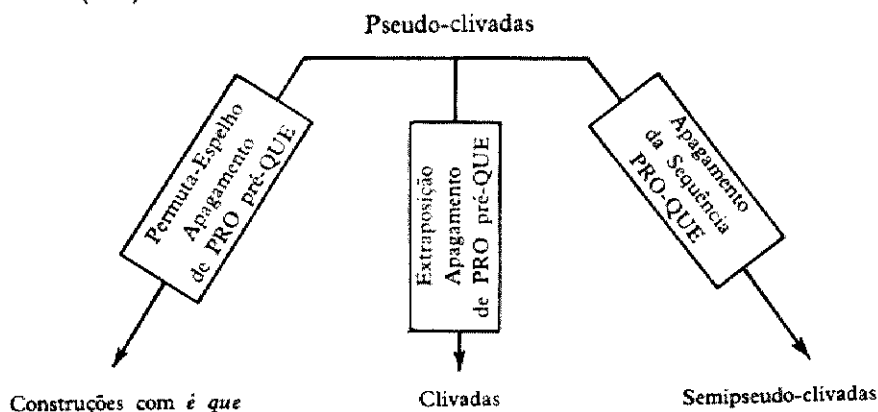
Estes fenómenos de apagamento necessitam, contudo, de maior aprofundamento do que aquele que é possível dar-lhe no âmbito deste artigo.

Por outro lado ainda, se aplicarmos à estrutura subjacente a (158) a regra de *Apagamento da Sequência PRO-QUE*, a qual suprime o *que*, obteremos a frase semipseudo-clivada (164), que é sinónima daquela:

(164) O Miguel come é bolos.

Se toda esta análise se evidenciar correcta, teremos então o seguinte esquema derivacional para as construções com clivagem:

(165)



A estrutura de base de todas as construções com clivagem seria a estrutura subjacente às frases pseudo-clivadas. Deste modo explicaríamos as relações de sinonímia existentes entre elas no que respeita ao *focus* e *pressuposição*. Todavia, esta análise levanta algumas dificuldades, nem todas fáceis de resolver. Deixarei para estudo posterior (cf. nota 1) o aprofundamento das relações sintácticas e semânticas entre todas as construções com clivagem. Apenas abordarei seguidamente algumas dificuldades levantadas pela derivação das construções com *é que* a partir das frases pseudo-clivadas.

Uma dificuldade aparente encontramos-na no processo de impedir que a gramática gere construções como as seguintes, através da aplicação a (159) da regra de *Concordância Sujeito-Verbo*, à semelhança do que sucedia com a derivação das construções com *é que* a partir das frases clivadas (cf. 4.11.1):

(166) *Bolos são que o Miguel come.

A dificuldade representada pela frase (166) não só é aparente, como parece constituir, pelo contrário, um argumento favorável à nova hipótese de derivação agora proposta. De facto não pode haver concordância entre o SN *bolos* e o verbo *ser* à sua direita, porque aquele não é sujeito deste verbo, mas antes predicativo, como no-lo mostra a estrutura subjacente a (166), ou seja (160). Em (160) o SN sujeito é a estrutura frásica «o que o Miguel come», estrutura esta comandada por um pronome neutro singular «o», que exige, portanto, o verbo *ser* no singular e na terceira pessoa.

Por outro lado, existe em português a possibilidade de o verbo copulativo *ser* concordar com o predicativo, sobretudo quando o sujeito é um pronome neutro, como na frase seguinte:

(167) Isto são bolos.

A frase (167) é mesmo mais natural do que a sua equivalente com o verbo no singular:

(168) ?Isto é bolos.

Ora, situação paralela se pode verificar nas construções pseudo-clivadas, com a diferença de que aqui as frases mais naturais são as que contêm o verbo *ser* no singular. A frase (158), que aqui repito como (169a), é, pois, mais natural que (169b):

- (169)a. O que o Miguel come é bolos.
b. ?O que o Miguel come são bolos.

Nas construções semipseudo-clivadas apenas o singular é permitido:

- (170)a. O Miguel come é bolos.
b. *O Miguel come são bolos.

Se, além disso, admitirmos que as frases clivadas derivam da estrutura subjacente às frases pseudo-clivadas correspondentes, encontramos igualmente uma explicação para os fenómenos de concordância apontados em (149a), aqui repetida novamente como (171b,d), e ainda em (172):

- (171)a.? É alguns tipos de carne o que aumenta de preço.
b.? É alguns tipos de carne que aumentam de preço.

- c. São alguns tipos de carne o que aumenta de preço.
 - d. São alguns tipos de carne que aumentam de preço.
- (172)a. É bolos o que o Miguel come.
- b. É bolos que o Miguel come.
 - c. São bolos o que o Miguel come.
 - d.*São bolos que o Miguel come.

Repare-se, aliás, que (172 d) seria gramatical desde que interpretada como contendo uma frase relativa restritiva, à semelhança de (144), conforme se viu em 4.11.1. A própria frase (171 d) pode ter também interpretação semelhante.

Levantam igualmente problemas de concordância entre o sujeito e o verbo, por um lado, e entre o verbo e o predicativo, por outro, frases como as seguintes, que contêm formas de pronome pessoal sujeito:

- (173)a. *O que tem razão é eu.
b. O que tem razão sou eu.
- (174)a. *Eu é o que tem razão.
b. Eu sou o que tem razão.
- (175)a. *Eu é que tem razão.
b. Eu é que tenho razão.
- (176)a. *Eu sou que tem razão.
b. *Eu sou que tenho razão.

A análise de todos estes casos, que envolvem fenómenos de concordância, levam-nos a admitir duas regras de concordância distintas. Por um lado, a regra de *Concordância Sujeito-Verbo*, a que já me referi, e, por outro, a regra de *Concordância entre o Verbo SER e o Focus Predicativo do Sujeito*, ou abreviando, *Concordância SER — Focus Predicativo*.

De facto, esta última regra é necessária para darmos conta, por um lado, de frases como (173 b) e (174 b) e, por outro, de construções como (169 b), (171 c, d) e (172 c), entre outras, nas quais o verbo *ser* concorda com o *focus* predicativo do sujeito (tomando predicativo em sentido lato), e não com o próprio sujeito. Deixo aqui de lado a questão de sabermos se a regra de *Concordância SER — Focus Predicativo* é ou não distinta de *Concordância em Género e Número* (cf. a nota 11). Apenas apontarei quatro diferenças importantes entre as duas regras. *Concordância SER — Focus Predicativo* afecta o número, mas não o

género, e nem sempre é obrigatória (v. as frases (169), (171) e (172), por exemplo), ao contrário de *Concordância em Género e Número*:

- (177)a. Os bolos já foram comidos.
b. *Os bolos já foram comido.

Além disso, *Concordância SER — Focus Predicativo* afecta também a pessoa gramatical, conforme no-lo mostram as frases (173 b) e (174 b).

Por outro lado ainda, a regra de *Concordância em Género e Número* afecta frases com *estar* e com verbos para-copulativos e não apenas com *ser*:

- (178)a. A praça está ocupada.
b. As moças ficaram contentes.

Talvez seja, contudo, possível formular uma regra de concordância do predicativo de modo a dar conta de todos estes casos e a abarcar assim as duas mencionadas regras, mas tal hipótese não pode ser desenvolvida no âmbito deste artigo.

A regra de *Concordância SER — Focus Predicativo* opera no seguinte contexto:

- (179) PRO QUE F — SER — SN Pred

E deve ser formulada com as seguintes restrições:

- (180) *Concordância SER — Focus Predicativo*

- a. *Obrigatória*, se o *Focus Predicativo* é um pronome pessoal, forma de sujeito.
b. *Facultativa*, nos outros casos.

A restrição (180 a) explica as agramaticalidades de (173 a) e (174 a), por exemplo. A restrição (180 b) explica as possibilidades de concordância admitidas em (169 a, b). Contudo, talvez esta última restrição devesse ser formulada de modo a tornar a regra de *Concordância SER — Focus Predicativo* sensível à função sintáctico-semântica do próprio *focus* relativamente à pressuposição contida na frase clivada. De facto, quando o *focus* é complemento sujeito da pressuposição, a construção com concordância entre *ser* e o *focus* predicativo é mais natural, como sucede na frase seguinte (181), e menos natural quando o *focus* é

complemento objecto da pressuposição, conforme acontece em (169 a,b), que aqui repito como (182):

- (181) O que aumenta de preço (?é+são) alguns tipos de carne.
 (182) O que o Miguel como (é + ?são) bolos.

Por outro lado, a regra de *Concordância SER — Focus Predicativo* parece que deve ser igualmente sensível ao contexto das frases clivadas, ou seja:

- (183) SER — SN Pred — PRO QUE F

(183) representa, aliás, aproximadamente, a modificação estrutural operada pela regra de *Extraposição* sobre (179).

O ponto sensível da interferência da regra de *Concordância SER — Focus Predicativo* com o contexto das frases clivadas relaciona-se precisamente com o apagamento ou não apagamento do PRO antecedente de *que*. Repare-se que o apagamento de PRO em (172 d), aqui repetida como (184), torna a aplicação daquela regra impossível (na interpretação da frase como clivada, claro está):

- (184) *São bolos que o Miguel come.

Esta interferência só se verifica quando o *focus* predicativo é complemento objecto da pressuposição contida na frase clivada, e não quando aquele *focus* é sujeito, facto que explica a gramaticalidade de (171 d).

Concluindo, sobre este aspecto da concordância entre o verbo e o sujeito e entre *ser* e o *focus* predicativo, verificamos que na derivação das construções com clivagem a partir da estrutura subjacente às frases pseudo-clivadas intervêm, pelo menos, as seguintes regras:

- (185) *Permuta-Espelho*
Extraposição
Apagamento de PRO pré-QUE
Apagamento da Sequência PRO-QUE
Concordância Sujeito-Verbo
Concordância SER — Focus Predicativo

Acontece, porém, que na derivação das construções com *é que* apenas intervêm algumas daquelas regras, provavelmente as seguintes:

- (186) *Concordância Sujeito-Verbo*
Permuta-Espelho
Apagamento de PRO pré-QUE

Tentemos agora aplicar estas regras, e pela ordem indicada, na derivação de (159), que repito novamente como (187):

- (187) Bolos é que o Miguel come.

A estrutura subjacente a (159), agora (187), foi representada em (160), que aqui repito de forma mais aproximada, excepto no que toca à frase clivada contida nos parênteses:

- (188) [O que o Miguel come] *Pres-ser* bolos.

Se aplicarmos a (188) a regra de *Concordância Sujeito-Verbo*, obteremos (189), igual a (158):

- (189) O que o Miguel come é bolos.

A concordância efectuou-se, pois, entre o pronome *o*, antecedente de *que*, e o verbo *ser*, dando como resultado a 3.ª pessoa gramatical (*é*). Deixo agora de lado a questão da *Transformação de Afixo*, que afecta o afixo de *Pres* (Presente) ao radial do verbo *ser*, por não ser relevante neste momento.

Se agora a (189) aplicarmos a regra de *Permuta-Espelho*, obteremos (161), novamente repetida como (190):

- (190) Bolos é o que o Miguel come.

E, finalmente, aplicando a (190) a regra de *Apagamento de PRO pré-QUE*, derivaremos (187).

As construções com *é que*, semelhantes a (187), parecem, pois, fáceis de derivar por meio da lista de regras (186).

Contudo, construções mais complexas como (175 b), por exemplo, não poderão ser derivadas através da aplicação das regras de (186), pela ordem ali mencionada, como vamos verificar.

Suponhamos que a estrutura subjacente a (175 b), que repito a seguir como (191), é (192):

(191) Eu é que tenho razão.

(192) [O que tem razão] *Pres-ser* eu.

De (192) obteríamos através de *Concordância Sujeito-Verbo*:

(193) *O que tem razão é eu.

Ora (193), idêntica a (173 a), é agramatical. Tal agramaticalidade seria, porém, evitada se a (192) se aplicasse antes a regra de *Concordância SER — Focus Predicativo*, tendo em conta a restrição (180 a) desta regra, o que daria como resultado (173 b), aqui repetida como (194):

(194) O que tem razão sou eu.

Mas, para chegarmos a (191), precisamos da sequência agramatical (193), o que já representa uma irregularidade.

Se a (193) aplicarmos *Permuta-Espelho*, derivaremos (174 a), sequência igualmente agramatical, que repito a seguir como (195):

(195) *Eu é o que tem razão.

Aplicando a (195) a regra de *Apagamento* de *PRO pré-QUE*, obteremos a frase, igualmente agramatical, (175a), repetida a seguir como (196):

(196) *Eu é que tem razão.

Para obtermos (191) teríamos que modificar a concordância do verbo *ter*, contido na frase clivada, a qual se efectuou por influência do pronome *o*, antecedente de *que*, agora apagado. Mas uma tal modificação, que tornaria sensível à concordância o pronome *eu*, novo antecedente de *que*, seria puramente *ad hoc*. Teremos, por conseguinte, de procurar outra solução.

A nova solução que proponho consiste numa ordenação diferente para as regras da lista (186) e do seguinte modo:

(197) *Permuta-Espelho*

Apagamento de PRO pré-QUE

Concordância Sujeito-Verbo

Assim, se modificarmos (192) de modo a analisarmos mais adequadamente a estrutura contida na frase clivada, teremos:

(198) [O que *Pres-ter* razão] *Pres-ser* eu.

Aplicando agora a (198) *Permuta-Espelho* obteremos:

(199) Eu *Pres-ser* o que *Pres-ter* razão.

Se a (199) aplicarmos *Apagamento de PRO pré-QUE*, derivaremos:

(200) Eu *Pres-ser* que *Pres-ter* razão.

Ora, com o apagamento do pronome *o*, antecedente de *que* e sujeito de *ser*, destruiu-se a configuração estrutural necessária à aplicação da regra de *Concordância Sujeito-Verbo*. De facto, se na nova configuração estrutural de (200) o pronome *eu* fosse tomado como novo sujeito de *ser*, o resultado seria agramatical, como no-lo mostram as sequências (176 a, b), aqui repetidas de novo como (201):

(201)a. *Eu sou que tem razão.

b. *Eu sou que tenho razão.

Como surge então a forma *é* na configuração estrutural de (200), ou seja:

(202) Eu *é* que *Pres-ter* razão.

A forma *é* parece surgir por efeito da *Transformação de Afixo*, que afecta o morfema de *Presente* ao radical do verbo *ser*. Não tendo havido aplicação de *Concordância Sujeito-Verbo*, como é o caso, a forma seleccionada por *Transformação de Afixo* seria a 3.ª pessoa do singular, ou seja, a pessoa não marcada gramaticalmente, aquela justamente a que certos linguistas chamam a não-pessoa. De facto, repare-se que na configuração estrutural de (202) é impossível admitir qualquer outra forma que não seja *é*.

Por fim, a aplicação de *Concordância Sujeito-Verbo* na frase clivada de (202), na qual o novo antecedente de *que* passa a ser o pronome *eu*, daria como resultado (191).

Este último processo de derivação parece ser generalizável a todas as construções com *é que*, incluindo (187).

Os fenómenos de concordância apontados necessitariam, contudo, de mais investigação, que remeto para trabalho posterior (cf. a nota 1).

Um outro problema de concordância, já mencionado em 4.11.1, é o que afecta a compatibilidade de tempos nas construções clivadas:

- (203)a. O que o Miguel comia era bolos.
- b. Era bolos (o) que o Miguel comia.
- c. *Bolos era que o Miguel comia.
- d. Bolos é que o Miguel comia.

Como impedir, portanto, que a gramática gere frases como (203 c), derivada da estrutura subjacente a (203 a)?

Aliás, a questão da compatibilidade dos tempos não tem sido muito estudada no âmbito da gramática transformacional (cf., contudo, Gross (1968)).

No caso agora em questão, existem, pelo menos, duas hipóteses para impedir que a gramática gere (203 c). A primeira hipótese consistiria em impor, por exemplo, uma restrição à regra de *Permuta-Espelho* do seguinte tipo:

- (204) A regra de *Permuta-Espelho* só poderá aplicar-se a construções pseudo-clivadas se estas contiverem *Pres-ser*.

Mas uma tal restrição impediria que de (203 a) derivássemos (205), que é perfeitamente gramatical:

- (205) Bolos era o que o Miguel comia.

Mais uma vez é o apagamento do pronome *o* que torna (203 c) agramatical. Outra hipótese seria, portanto, impor uma restrição a esta regra de apagamento que a impedisse de actuar, se a *Transformação de Afixo* afectasse ao verbo *ser* outro morfema que não o *presente*, em configurações estruturais semelhantes a (205).

Outra hipótese, sensivelmente equivalente à anterior, poderia consistir em impor a estruturas como (203 c) uma restrição de estrutura de superfície, semelhante às que são propostas em Ross (1967) e em Perlmutter (1971); cf. também Raposo (1975, pp. 200 e sgs.).

A finalidade de uma tal restrição seria actuar como filtro sobre a saída («output») da componente sintáctica, marcando como agramaticais sequências do tipo **era que*, etc. Poderia ter a seguinte formulação:

(206) Restrição sobre SER-QUE:

são agramaticais as frases que contenham a sequência *ser-que*, resultante do apagamento de um PRO intermédio, desde que o morfema de tempo que afecte o verbo *ser* não seja o *presente*.

Com qualquer destas duas últimas hipóteses resolveríamos, por conseguinte, a dificuldade levantada por frases como (203 c).

A solução que estou a propor para a derivação das construções com *é que* a partir da estrutura subjacente às frases pseudo-clivadas revela-se, portanto, mais apta do que as anteriormente propostas.

Podemos ainda verificá-lo a propósito de outros casos.

Assim, por exemplo, as frases interrogativas, pronominais ou adverbiais, com *é que* não oferecem dificuldades de maior quanto à hipótese de serem derivadas a partir de frases pseudo-clivadas. Vejamos:

(207)a. Quem é que acertou no totobola?

b. ?O que acertou no totobola é quem⁽²⁷⁾?

(208)a. Quando é que eles vão a Paris?

b. ?A ocasião em que eles vão a Paris é quando⁽²⁷⁾?

A frase (207 a) será derivada da estrutura subjacente a (207 b) através das regras já postuladas, ou seja *Permuta-Espelho* e *Apagamento de PRO pré-QUE*. (208 a) será derivada de (208 b) através de *Permuta-Espelho* e uma regra que apague a sequência antecedente de *que* («a ocasião em»), a qual é, portanto, semelhante a regra de *Apagamento de PRO pré-QUE* (v. nota 26).

⁽²⁷⁾ Frases como (207b) e (208b) são gramaticais, embora não usuais (daí o ponto de interrogação). Contudo, há frases simples do mesmo tipo que são muito usuais, como por exemplo:

(i) Ele faz o quê?

(ii) Ele vem quando?

Tais frases não sofreram a regra de *Movimento QU-Interrogativo* a que já me referi no texto (cf. 4.5.). Observações semelhantes poderiam fazer-se a propósito de (211) e (212) no texto. Sobre as frases interrogativas em português poderá ler-se Brito e Matos (1974).

Contudo, algumas das frases a seguir indicadas parecem apresentar uma certa dificuldade de derivação a partir das pseudo-clivadas:

- (209) a. Quem é que gosta de lulas?
- b. Quem é o que gosta de lulas?
- c. Quem é *que* é o que gosta de lulas?
- d. *Quem é que é que gosta de lulas?
- (210) a. O Paulo é que gosta de lulas.
- b. O Paulo é o que gosta de lulas.
- c. O Paulo é *que* é o que gosta de lulas.
- d. *O Paulo é que é que gosta de lulas.

As frases (209 c) e (210 c) parecem conter uma inserção de *é que* difícil de explicar. Todavia, esta dificuldade é apenas aparente, como no-lo mostram as paráfrases seguintes (v. nota 27):

- (211) ?Aquele que é o que gosta de lulas é quem?
- (212) Aquele que é o que gosta de lulas é o Paulo.

A partir das estruturas subjacentes a (211) e (212) é fácil derivar (209 c) e (210 c), respectivamente. Assim, aplicando *Permuta-Espelho*, obteríamos:

- (213) Quem é aquele que é o que gosta de lulas?
- (214) O Paulo é aquele que é o que gosta de lulas.

E, finalmente, através de *Apagamento de PRO pré-QUE* derivariamos (209 c) e (210 c), respectivamente. Mais ainda, esta derivação permite explicar a impossibilidade de (209d) e (210d), sem necessidade de se incluir na gramática uma restrição *ad hoc* que proíba a inserção de mais do que uma sequência *é que* na mesma frase para enfatizar o mesmo sintagma. Com efeito, a regra de *Apagamento de PRO pré-QUE* apenas se aplica sobre o pronome imediatamente à direita da forma *é*, base da permuta-espelho. Ora, essa forma é o primeiro *é* da frase (cf. (213)), e não o segundo.

Uma outra dificuldade para esta derivação reside na frase (25 e), já repetida como (152) e que aqui aponto novamente como (215):

- (215) Foi o sindicato *é que* contestou o ministro.

Esta fase, como já vimos, aglutina a construção clivada («Foi o sindicato que contestou o ministro») com a estrutura frásica inserindo *é que* («O sindicato *é que* contestou o ministro»). Contudo, frases como (215) não representam um argumento contra a hipótese de derivação que estamos a postular. Por um lado, tais construções não são aceites por todos os falantes, o que indica que elas representam um certo desvio relativamente às regras da gramática. Por outro lado, o facto de tanto as construções clivadas como as construções com *é que* serem derivadas da mesma base, ou seja, as frases pseudo-clivadas, explica aquele desvio. Além disso o aparecimento da forma verbal *foi* à esquerda do SN «o sindicato» em (215), é permitido justamente por a forma *é* ter perdido parte das suas propriedades de verbo, pois que não é sensível à *Concordância Sujeito-Verbo*, como vimos, nem aceita um tempo diverso do presente.

Esta hipótese de derivação permite ainda explicar de uma forma airosa o aparecimento de *é que* nas frases subordinadas com indicativo e a sua impossibilidade de ocorrência em frases subordinadas com conjuntivo, como por exemplo:

(216) O Miguel afirma que o Paulo *é que* guarda a bola.

(217) *O Miguel quer que o Paulo *é que* guarde a bola ⁽²⁸⁾.

Se *é que* fosse introduzido nas estruturas frásicas através de uma regra de inserção, teríamos de impor a esta regra uma restrição, segundo a qual ela não poderia aplicar-se nas frases subordinadas com conjuntivo.

(²⁸) Certos falantes parecem aceitar, contudo, frases como (217). Não foi possível, porém, no quadro deste artigo, averiguar suficientemente o âmbito de uma tal aceitação. Por um lado, *é que* parece não aceitável por tais falantes, quando a frase exprime uma ordem categórica, como sucede com (34 c), aqui repetida como (i):

(i) *Eu quero que vocês *é que* saiam imediatamente!

Por outro lado, a aceitabilidade de tais construções parece variar com a natureza semântica dos verbos que dominam a frase subordinada (verbos superiores) e, provavelmente, com o contexto em que tais frases são utilizadas. Como não me foi possível, por agora, chegar a uma sistematização deste problema, no texto, e neste particular, apenas arrisco o meu próprio idiolecto. É evidente que a possível aceitação de frases como (217) constitui um óbice à teoria defendida no texto, quanto à incompatibilidade de *é que* com conjuntivo. De facto, uma frase como (218) é completamente rejeitada por aqueles mesmos falantes que aceitam (217).

Todavia, se admitirmos que frases como (217) são derivadas de estruturas pseudo-clivadas subjacentes, tal restrição torna-se desnecessária, pois existe uma explicação natural para a não-ocorrência de *é que* com conjuntivo. Sendo assim, (217) é impossível, porque a pseudo-clivada (218) também é impossível:

(218) *O Miguel quer que o que (guarde + guarda) a bola é o Paulo.

De facto, o verbo *querer* exige *que-conjuntivo* na frase completa, quando o sujeito desta não é co-referente do sujeito daquele verbo, conforme acontece em (218). Neste caso a forma verbal *ser* (*é*) é obrigatoriamente sensível ao conjuntivo, pois se encontra no 2.º ciclo, ou seja, o ciclo imediatamente dominado por *querer*:

(219) O Miguel quer que o que guarda a bola seja o Paulo.

A forma verbal *guardar* (*guarda*) não é sensível ao conjuntivo, pois se encontra no 1.º ciclo, em que não é imediatamente dominada por *querer*, embora possa também admitir o conjuntivo, mas por outras razões:

(220) O Miguel quer que o que guarde a bola seja o Paulo.

De (219) ou (220) apenas podemos derivar as clivadas correspondentes:

- (221)a. O Miguel quer que seja o Paulo o que guarda a bola.
- b. O Miguel quer que seja o Paulo o que guarde a bola.

Se admitirmos que o conjuntivo ⁽²⁰⁾ foi inserido em (219), afectando por conseguinte a forma verbal *ser* (*seja*), a aplicação de *Permuta-Espelho* daria o seguinte resultado:

(222) O Miguel quer que o Paulo seja o que (guarde + guarda) a bola.

⁽²⁰⁾ Sobre a teoria de inserção do *conjuntivo* e outros «modos», como o *infinitivo*, nas estruturas frásicas v., por exemplo, Raposo (1975), em especial o cap. I.

Se a (222) aplicássemos a regra de *Apagamento de PRO pré-QUE*, teríamos uma sequência agramatical:

(229) *O Miguel quer que o Paulo seja que (guarde + guarda) a bola.

Novamente temos duas hipóteses para excluir frases como estas, tal como aconteceu com a questão do tempo. Ou impomos mais uma restrição àquela regra de apagamento, impedindo-a de actuar no contexto *CONJ-QUE*, em configurações estruturais semelhantes a (223). Ou reformulamos a restrição de estrutura de superfície (206) de modo a excluir sequências como (223):

(224) Restrição sobre *SER-QUE*:

São agramaticais as frases que contenham a sequência *ser-que*, resultante do apagamento de um *PRO* intermédio, desde que:

- a. O morfema de tempo que afecte o verbo *ser* não seja o *Presente*.
- b. O morfema de «modo» que afecte o verbo *ser* não seja o *Indicativo*.

Nesta mesma ordem de ideias, encontraremos igualmente explicação para a impossibilidade de ocorrência de *é que* nas frases infinitivas, como sucede em (72), que aqui repito como (225):

(225) *Algumas pessoas afirmam nós *é que* termos sido enganados.

Se derivarmos as construções com *é que* a partir das frases pseudo-clivadas, verificamos que *que* funciona nestas frases como subordinador ligado ao *indicativo*, mas não ao *infinitivo* ⁽³⁰⁾, justamente porque este funciona também ele próprio como subordinador, conforme podemos verificar:

- (226)a. O Miguel afirma que tem razão.
- b. O Miguel afirma ter razão.
- c. *O Miguel afirma que ter razão.

(*) Há, contudo, certas construções com o verbo *ter* (= possuir) que admitem *que-infinitivo*:

(i) Eles têm *que comer* no frigorífico.

Que é neste caso um pronome relativo, com um antecedente apagado («algo» ou «alguma coisa»).

Por último, frases como (155), que repito a seguir como (227), encontram explicação segundo a hipótese de derivação com base nas pseudo-clivadas, conforme (228) evidencia:

(277) Patavina disso é que ele não percebe.

(228) O que ele não percebe é patavina disso.

5. Conclusão

Na análise das construções enfáticas com *é que* percorremos sucessivamente duas etapas.

Na primeira vimos qual era o comportamento sintático e semântico de *é que* em termos de estrutura de superfície e tentámos descrever a sua distribuição nas estruturas frásicas.

Como propriedades sintáticas e semânticas mais salientes, referimos as seguintes:

- (229)a. *É que* comporta-se ao nível da estrutura de superfície como um morfema insegmentável e inflexível.
- b. *É que* comporta-se semântica e sintacticamente como uma espécie de advérbio modal.
- c. *É que* permite atribuir um valor enfático-contrastivo ao sintagma colocado à sua esquerda.
- d. *É que* enfático e *é que* interrogativo contêm as mesmas propriedades.

Quanto à distribuição de *é que* nas estruturas frásicas, verificámos o seguinte:

- (230)a. *É que* não ocorre em frases imperativas.
- b. *É que* aparece nas frases interrogativas parciais, à direita do pronome ou advérbio, quando estes ocupam uma posição à esquerda do verbo.
- c. *É que* ocorre com algumas restrições em frases exclamativas.
- d. Nas frases declarativas simples ou nas frases subordinantes, *é que* pode ocorrer à direita de qualquer sintagma, desde que este esteja colocado à esquerda do verbo.

- e. Nas frases subordinadas *é que* não é compatível com o *conjuntivo*.
- f. *É que* pode ainda ocorrer entre a frase subordinada e a frase subordinante, desde que aquela preceda esta.

Na segunda etapa deste trabalho, procurámos averiguar a natureza da regra que insere *é que* nas estruturas frásicas, encarando sucessivamente três hipóteses.

De acordo com a primeira hipótese, aquela sequência seria introduzida nas estruturas frásicas através da regra de *Inserção de É QUE*, entre cujas propriedades destacámos as seguintes:

- (231)a. *Inserção de É QUE* só opera nas estruturas frásicas após a actuação de certas regras de movimento, tais como *Deslocação Y Esquerda*, *Deslocação do Adverbial*, *Avançada do Sujeito*, *Movimento QU-Interrogativo*, que deslocam constituintes do interior da frase para a cabeça da frase (à esquerda do Verbo).
- b. *Inserção de É QUE* é uma regra pós-cíclica, pois só opera no último ciclo da frase, após a aplicação das regras cíclicas, tais como *Passiva*, *Extraposição*, *Elevação do Sujeito*, etc.

Esta hipótese depara com as seguintes dificuldades:

- (232)a. *Inserção de É QUE* é uma regra transformacional portadora (pelo menos parcialmente) de conteúdo semântico.
- b. *Inserção de É QUE* exige que lhe seja associada uma regra interpretativa (restritiva) que analise as frases em que aquela regra se aplica como constituídas por uma combinação de *focus* + *pressuposição*.
- c. *Inserção de É QUE* não permite explicar as relações de estrutura e de sinonímia existentes entre as frases pseudo-clivadas, semipseudo-clivadas e clivadas, a não ser através de mais uma regra de interpretação semântica puramente *ad hoc*. ✕

Em consequência destas insuficiências, tentei pois averiguar outras hipóteses de derivação das construções enfáticas com *é que*.

A segunda hipótese que postulei foi a de derivar tais construções a partir das frases clivadas, que são, de entre as construções com clivagem, aquelas que mais próximas ficam das frases com *é que*.

Esta segunda hipótese encontra, porém, os seguintes obstáculos:

- (233)a. Uma tal derivação impõe restrições às regras de *Concordância Sujeito-Verbo* e *Concordância de Tempos*.
- b. A inversão entre a forma verbal *ser*, colocada à cabeça da frase clivada, e o sintagma entre aquele verbo e *que* não constitui uma regra motivada, pois teria de ser admitida apenas para este caso.
- c. Uma tal derivação continuaria a não dar conta da relação sintáctica e semântica entre aqueles dois tipos de construções e as frases pseudo-clivadas e semipseudo-clivadas.

A terceira hipótese que investiguei foi a de derivar as construções com *é que* a partir das frases pseudo-clivadas. Esta hipótese é aquela que me parece correcta, pois aferece as seguintes vantagens:

- (234)a. Admite como base de todas as construções com clivagem (pseudo-clivadas, semipseudo-clivadas, clivadas e com *é que*) as frases pseudo-clivadas, tornando-se assim uma hipótese explicativa das relações de estrutura e de sinonímia entre tais construções.
- b. A derivação das construções com *é que* a partir das frases pseudo-clivadas faz uso de uma regra transformacional, *Permuta-Espelho*, necessária na gramática por outros motivos que não apenas este.
- c. Esta hipótese dispensa o recurso a qualquer regra interpretativa, como aquela que era exigida por *Inserção de É QUE*, respeitando assim um princípio universal, postulado pela Semântica Generativa⁽³¹⁾, segundo o qual as trans-

(31) A Semântica Generativa constitui uma corrente da teoria da gramática generativa que se opõe ao chamado modelo clássico dessa mesma teoria, exposto em Chomsky (1965). V., a propósito deste modelo, a nota 14.

Para a Semântica Generativa não existe separação entre a Sintaxe e a Semântica, como acontece em Chomsky (1965). No modelo clássico as regras de base da Sintaxe geram estruturas profundas que são, por sua vez, interpretadas pela componente semântica da Gramática (donde a designação de Semântica

formações não modificam o significado das estruturas a que se aplicam, pois esta teoria admite que o *focus* e a *pres-suposição* são definidos pela estrutura lógico-semântica de base das frases.

- d. Esta hipótese explica a origem morfémica da sequência *é que* e, consequentemente, o motivo por que tal sequência não é compatível nem com o conjuntivo e o imperativo nem com o infinitivo.
- e. Esta hipótese explica de uma forma natural a impossibilidade de ocorrência de *é que* em certas estruturas frásicas, justamente por estas não serem constituídas por uma combinação de *focus* + *presuposição*.
- f. Esta hipótese de derivação apenas exige uma restrição de estrutura de superfície como (224).

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.

Interpretativa). No modelo da Semântica Generativa, não existem estruturas profundas sintáticas. As estruturas de base das frases são de natureza lógico-semântica e reflectem directamente a representação semântica das frases. É, pois, a Semântica que gera as estruturas sintáticas (donde a designação de Semântica Generativa).

Sobre o modelo da Semântica Generativa v., nomeadamente, Lakoff (1971), entre outros. Para uma visão de conjunto dos vários problemas que conduziram à formulação da teoria da Semântica Generativa e sucessivas etapas por esta percorridas, v. Galmiche (1975).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKMAJIAN, Adrian (1970), «On Deriving Cleft Sentences from Pseudo-Cleft Sentences», *Linguistic Inquiry* I. 2 : 149-168.
- AUSTIN, J. L. (1970), *Quand Dire, C'est Faire*. Paris, Éditions du Seuil (tradução de *How to do Things with Words*. Oxford University Press, 1962).
- BAKER, C. L. (1970), «Double Negatives», *Linguistic Inquiry* I. 2 : 169-186.
- BRITO, Ana Maria, e M. Gabriela A. Pereira de Matos (1974), «Introdução ao Estudo das Interrogativas em Português», *Boletim de Filologia* XXIII : 191-254.
- BURT, Marina K. (1971), *From Deep to Surface Structure. An Introduction to Transformational Syntax*. New York, Harper and Row, Publishers.
- CASTELEIRO, João Malaca (1961), *A Expressão da «Ordem» na Língua Portuguesa do Séc. XX. Estudo Sintático-Estilístico Baseado em Autores Portugueses e Brasileiros*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica. Lisboa, Faculdade de Letras (não publicada).
- CASTELEIRO, João Malaca (1975a), «Aspectos da Sintaxe do Português Falado no Interior do País», *Boletim de Filologia* XXIV : 57-74.
- † CASTELEIRO, João Malaca (1975b), «L'Emploi de l'Indicatif, du Subjonctif et de l'Infinitif dans les Phrases Complétives en Portugais», in Gerhard Nickel (ed.), *Proceedings of the Fourth International Congress of Applied Linguistics*, Stuttgart, Hochschul Verlag, 1976, vol. 3, pp. 31-44.
- CHOMSKY, Noam (1965), *Aspects of the Theory of Syntax*. The M. I. T. Press, Cambridge, Massachusetts. Trad. port. de J. A. Meireles e E. Paiva Raposo: *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra, Arménio Amado, 1975 (com uma «Introdução a alguns conceitos da gramática generativa transformacional» feita pelos tradutores).
- CHOMSKY, Noam (1971), «Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation», in D. D. Steinberg e L. A. Jakobovits (1971). Trad. francesa incluída em N. Chomsky, *Questions de Sémantique*. Paris, Éditions du Seuil, 1975.

- CUNHA, Celso (1969), *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte, Editora Bernardo Álvares, S.A.
- DUBOIS-CHARLIER, Françoise (1975), *Comment s'initier à la Linguistique*. Paris, Librairie Larousse. Trad. port. de João A. Peres: *Bases de Análise Linguística*. Coimbra, Livraria Almedina, 1976.
- EMONDS, Joseph E. (1970), *Root and Structure-Preserving Transformations*. Dissertação para Ph. D. M. I. T. (não publicada; distribuída por Indiana University Linguistics Club).
- FARIA, Isabel Hub (1973), «Sobre a Formação das Imperativas em Português», *Boletim de Filologia XXII* : 341-359.
- FARIA, Isabel Hub (1974), «Conjuntivo e a Restrição da Frase-Mais-Alta», *Boletim de Filologia XXIII* : 81-190.
- FIGUEIREDO, J. M. Nunes de, e A. Gomes Ferreira (1975), *Compêndio de Gramática Portuguesa*. Porto, Porto Editora.
- GALMICHE, Michel (1975), *Sémantique Générative*. Paris, Librairie Larousse.
- GROSS, Maurice (1968), *Grammaire Transformationnelle du Français: Syntaxe du Verbe*. Paris, Librairie Larousse.
- GROSS, Maurice (1975), *Méthodes en Syntaxe*. Paris, Hermann.
- JACKENDOFF, Ray S. (1972), *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachusetts, the M. I. T. Press.
- LAKOFF, George (1966), «Deep and Surface Grammar», Universidade de Harvard (não publicado; distribuído por Indiana University Linguistics Club).
- LAKOFF, George (1971), «On Generative Semantics», in D. D. Steinberg e L. A. Jakobovits (1971), pp. 232-296.
- LEECH, Geoffrey (1974), *Semantics*. Penguin Books.
- MEIRELES, José António E. C. (1972), *Estruturas de Complementação em Português*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Lisboa, Faculdade de Letras (não publicada).
- MOREAU, Marie-Louise (1971), *Grammaire Transformationnelle du Français. Trois Aspects de la Syntaxe de C'Est*. Thèse de Doctorat, Université de Liège (não publicada).
- NIQUE, Christian (1974), *Initiation Méthodique à la Grammaire Générative*. Paris, Librairie Armand Colin. Trad. port.: *Iniciação à Gramática Generativa*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1977.
- PERLMUTTER, David M. (1971), *Deep and Surface Structure Constraints in Syntax*. New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- PERLMUTTER, David M. (1972a), «Evidence for Shadow Pronouns in French Relativization», in P. M. Parenteau et al. (eds.), *The Chicago Which Hunt: Papers from the Relative Clause Festival*. Chicago, Illinois, Chicago Linguistic Society.

- PERLMUTTER, David M. (1972b), «The Globality of Object Raising in Portuguese», não publicado (M. I. T.).
- PERLMUTTER, David M. (1973), «Evidence for Subject Downgrading in Portuguese», in J. Schmidt-Radefeldt (ed.), *Readings in Portuguese Linguistics*. North-Holland Publishing Company, 1976.
- POSTAL, Paul M. (1971), *Cross-Over Phenomena*. New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- POSTAL, Paul M. (1974), *On Raising: One Rule of English Grammar and Its Theoretical Implications*, Cambridge, Massachusetts, The M. I. T. Press.
- QUICOLI, António C. (1972), *Aspects of Portuguese Complementation*. Dissertação para Ph. D. State University of New York at Buffalo (não publicada).
- RAPOSO, Eduardo Paiva (1975), *Uma Restrição Derivacional Global sobre o Infinitivo em Português*, separata do *Boletim de Filologia XXIV* (nas citações sigo a paginação da separata e não a do B. F., cuja diferença é de, aproximadamente, mais 75 págs.).
- ROSENBAUM, Peter S. (1967), *The Grammar of English Predicate Complement Constructions*. Cambridge, Mass., The M. I. T. Press.
- ROSS, John R. (1967), *Constraints on Variables in Syntax*. Dissertação para Ph. D. Massachusetts Institute of Technology (não publicada; distribuída por Indiana University Linguistics Club).
- ROSS, John R. (1970), «On Declarative Sentences», in R. A. Jacobs e P. S. Rosenbaum (eds.), *Readings in English Transformational Grammar*. London, Ginn and Company, pp. 22-277.
- SCHACHTER, Paul (1973), «Focus and Relativization», *Language* 49. 1 : 19-46.
- STEINBERG, Danny D., e Leon A. Jakobovits (eds.) (1971), *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge, at the University Press.
- RODMAN, Robert (1974), «On Left Dislocation», *Papers in Linguistics*, VII. 3-4 : 437-466.
- RUWET, Nicolas (1968), *Introduction à la Grammaire Générative*. Paris, Librairie Plon. Trad. e adaptação ao português de Carlos Vogt: *Introdução à Gramática Gerativa*. São Paulo, Perspectiva, Editora da Universidade de S. Paulo, 1975.
- RUWET, Nicolas (1972), *Théorie Syntaxique et Syntaxe du Français*. Paris, Editions du Seuil.

A COLECÇÃO DE MANUSCRITOS PORTUGUESES NA DIVISÃO DOS MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA DO CONGRESSO

CHRISTOPHER C. LUND

(RUTGERS COLLEGE, NEW BRUNSWICK, N. J.)

Em Outubro de 1927, a Biblioteca do Congresso recebeu uma oferta de Maggs Brothers, mercadores londrinos de gravuras e livros raros, para comprar uma importante colecção de livros e manuscritos portugueses. A oferta veio por intermédio de Maurice Leon Ettinghausen, comprador de livros do rei Dom Manuel II, e representante dos Maggs Brothers, que queria que «a Biblioteca do Congresso tivesse de um só golpe a melhor colecção de história portuguesa de todas as bibliotecas nos Estados Unidos» ⁽¹⁾. A notícia da aquisição foi publicada na *Report of the Library of Congress*:

An important purchase was that of a collection of books and manuscripts on Portugal, nearly all of them coming from the private library of a Portuguese collector. Some of the manuscripts are original works, others are transcripts. The entire collection numbers 1.555 volumes, 344 pamphlets, 117 composite volumes of manuscripts, and 5 broadsides ⁽²⁾.

Começou logo a catalogar-se a colecção de livros impressos, mas pouco se fez naquela altura com os manuscritos — 215 vols., 80 caixas, 7 pastas e 2 pacotes, como Hamer mais acertadamente descreveu no seu *Guide to Manuscripts and Archives in America* — que foram parar à Divisão de Manuscritos, onde permanecem hoje. Em 1960, a jovem

⁽¹⁾ Ver Ettinghausen, *Rare Books and Royal Collectors, memoirs of an antiquarian bookseller* (New York, Simon and Schuster, 1966), pág. 97, onde o autor menciona a compra, e págs. 87-103, onde dá amplos detalhes do seu ofício no serviço de D. Manuel II.

⁽²⁾ (United States Government Printing Office, Washington, 1928), pág. 35.

bibliotecária Mary Ellis Kahler esboçou a primeira tentativa de organizar e descrever a colecção de manuscritos, que foi interrompida, porém, quando ela assumiu novas responsabilidades. Hoje, a Doutora Mary Ellis Kahler, actual Directora da Divisão da América Latina, Portugal e Espanha da mesma biblioteca, e nós próprios estamos a co-editar um catálogo descritivo desta valiosa e importante colecção de manuscritos.

Um breve escrutínio das estampas de armas nos *super-libris* e nos *ex-libris* dos manuscritos encadernados, bem como uma análise das inscrições, correspondência, e outras evidências internas, revela que a presente colecção provém, na sua grande maioria, de dois bibliófilos portugueses muito conhecidos: José de Araújo Pinto Leite, 2.º Conde de Olivais e Penha Longa (1871-1956), e António Augusto de Carvalho Monteiro (1850-1920). Outros nomes que figuram na ascendência da colecção são: T. Norton, Judice Biker, Pedro de Carvalho Burnay e Sir Charles Stuart de Rothesay.

Os manuscritos que levam o *super-libris* do Conde de Olivais e Penha Longa tratam em geral da história de Portugal e, especificamente, do fenómeno do sebastianismo. Há mais de 50 códices cujo conteúdo diz respeito a Dom Sebastião. A maioria deles são cópias de profecias e vaticínios conhecidos e registados por Lúcio de Azevedo e outros que se têm dedicado ao caso. Há outras relações, porém, que nos parecem desconhecidas, e ainda outras, também desconhecidas, que pretendem uma objectividade histórica e tratam de observações biográficas relativas ao dito rei. De história portuguesa há tratados italianos, latinos e franceses, além dos nacionais.

A maior e mais ecléctica colecção é a que foi compilada por Carvalho Monteiro — abastado filantropo e patrono das artes — conhecido durante a sua vida como Monteiro «Milhões», por causa da sua fortuna. Há correspondência e vária memorabilia dele nesta colecção; muitas cartas são hológrafas. Carvalho Monteiro foi ávido coleccionador de Camonianiana. Não só adquiriu volumes raros, mas também patrocinou edições especiais como alguns trabalhos caligráficos de Manuel Nunes Godinho. Entre eles está a sua magnífica e única cópia manuscrita, a 8 cores, in fólio, de «Os Luziadas [...] comentados [...] por Manuel Faria Sousa [Sic], traduzidos por Manuel Nunes Godinho e feito a penna por Domingos Nunes Godinho», que se acha hoje na Sala dos Livros Raros da Biblioteca do Congresso.

Há mais de 50 códices e lotes de documentos camonianos que incluem o borrão original de *Camões: epoca, vida e obra* de Teófilo Braga, o borrão original de *Pretidão de Amor* de Xavier da Cunha, e estudos

camonianos de Francisco Manuel do Nascimento que enfocam o problema de uma falsificação de um manuscrito d'*Os Lusíadas*.

De ascendência incerta, pois parece que os manuscritos de Carvalho Monteiro passaram às mãos do Conde de Olivais e Penha Longa antes da sua venda final à Biblioteca do Congresso, onde os números de aquisição não distinguem a proveniência dos manuscritos, há uma multidão de escritos que representa toda a gama de interesses culturais portugueses dos séculos XV a XX. O documento mais antigo é um pergaminho que leva a data de 1438, escrito em Elvas, sobre os direitos senhoriais de uma vinha. Há também uma cópia quinhentista de «La coronyc de Vizcaya... copilada por Lope Garcia de Salazar... en... mill e quatrocient e Cinquenta e quatro», em espanhol.

As ordens religiosas e militares estão bem representadas em cerca de 75 códices, entre os quais há centenas de documentos originais e cópias registadas. As três ordens principais, de Cristo, de Avis, e de Santiago, ocupam a atenção da maioria dos escritores e compiladores, embora haja também referências extensas às de Calatrava e do Hospital. Há dez códices cheios dos processos e regras da Mesa de Consciência. Representa-se também a Inquisição em folhas volantes e em alguns manuscritos.

Há lotes de documentos referentes às Guerras Peninsular e Miguelista, em que se acham cartas originais de uma dúzia de homens importantes bem como mapas e relatórios sobre munições e exercícios de campo. As guerras da Restauração são referidas tanto nas histórias como em obras ufanosas, como a «Comédia Famosa. tem por titolo Vitoria Repetida... Representouse no Cano que corre pera o mûdo todo sangue, & fama, portugueza, & castellana. Figvras. Vedeas na obra. aqui não cabe. Em junho, Anno do Sr: 663», pelo óbvio pseudónimo Vitor Luzitano de Avstria.

Há extensa correspondência, cópias e originais, dos seguintes notáveis homens de estado: Gil Eanes da Costa, José da Costa, José da Cunha Brochado, Manuel da Cunha Meneses, o Conde da Ericeira, Alexandre Gusmão, o Marquês de Pombal, José Seabra da Silva, Diogo de Sousa, o Marquês de Tancos. Há também escritos de Joaquim de Araújo, Almeida Garrett, José Agostinho de Macedo, António Ribeiro dos Santos; são estudos, rascunhos, documentos oficiais, e cópias de documentos.

Há pombalina. Há tratados e documentos relativos à Universidade de Coimbra. Há relatórios oficiais sobre a agricultura dos séculos XVIII e XIX. Há um tratado de botânica. Há numismática. Há horóscopos e calendários, terremotos e cometas. Há lapidaria.

Há tratados sobre direito civil e canónico dos séculos XVII e XVIII. Há documentos diplomáticos luso-americanos, luso-franceses e luso-ingleses. Há relatórios de viagens reais. Há manuscritos que tratam das províncias ultramarinas dos séculos XVI e XVII.

Há documentos oficiais relativos ao Brasil (1576-1903), num dos quais Luís de Brito de Almeida, Governador-geral do Brasil, dá a ordem de cavalaria a António Lopes d'Ilhoa em Salvador a 20 de Junho de 1576. Há até um romance obsceno chamado «Anselmo», provavelmente escrito durante a segunda metade do século XIX e atribuído «a um bem conhecido, festejado, e fecundo escriptor brasileiro.»

Há ritos funerários de muitos reis portugueses. Há escritos pró e contra os jesuítas. Há volumes de genealogias.

Há cerca de 25 códices poéticos, muitos dos quais são cancioneiros eclécticos do tipo que abunda nos arquivos portugueses, mas de considerável interesse. Dois volumes de poesias de Gregório de Matos contribuíram substancialmente para a edição da sua obra por James Amado *Crónica do viver baiano seiscentista* (1969). Há uma «Filis e Demofonte» de António da Fonseca Soares. E há «versos de Fialho de Almeida feitos e escriptos pela sua propria letra em 1872, quando tinha 15 annos, no Collegio Europeu, onde era aluno interno... foram-me dados por elle quando, annos depois de feitos, pretendia rasgal-os. Arthur Migueus», que pretendemos publicar em breve.

Finalmente, há um manuscrito de alto interesse que estamos a editar para publicação próxima na Livraria Almedina, em Coimbra, que cremos ter escapado à curiosidade dos que o possuíam antes por talvez parecer superficialmente mais um códice sebastianista. Não o é. Leva um título a lápis, quase ilegível, e escrito por mão ulterior que o chama de «Memorias biographicas e anecdoticas da Corte, escriptas por Ruy Lourenço de Tavora, Trinchante de ElRei D. João 3.^o ([copiadas] em 1644)». Não abordamos aqui o problema de autoria; são, efectivamente, notícias quase todas inéditas de centenas de personalidades e luminares quinhentistas como (além dos reis que lá ocupam a sua devida posição de relevo hierárquica) Luís de Camões, António Ribeiro Chiado, Francisco de Portugal, Jorge de Montemor, para salientar apenas alguns nomes de interesse mais puramente literário.

Damos como exemplo a seguinte anedota camoniana para sugerir o sabor linguístico e literário do manuscrito:

Aquelle famoso poeta Luis de Camoẽs q̃ absulutam.^{te} falando
foy Princepe de todos elles; foy nas feições do corpo alto de

estatura, largo das espadoas, de cabello ruivo, no rosto sardo, e torto [!] nos olhos; era de entendim.^{to} agudo, do juizo claro, e raro engenho, na vmanid.^e visto, na Siencia Verçado, nas armas destro, no animo valente, concorreraõ com elle m.^{tes} homens de abilidad.^e os quais todos hora em caza de hũ, hora de outro passavaõ alegrem.^{te} a vida em disputas coriozas, ditos galantes, e deleitoza converçassão; os poetas davançe motes, e grozavanos de repente, os q̃ o não eraõ julgavaõ de melhor compociação; ajuntandoce hũ dia hũs amigos em caza de Luis de Camões p.^a passarem nella huã sesta de veraõ, levantoucc entaõ entre elles huã cantiga q̃ andava nas moças de cantaro, e dizia.

Coifa de Beirame
namorou Joanne

disse entaõ hũ dos da comp.^a, e do n.^o daquelles q̃ não faziaõ versos, a este mote de Zombaria folgara q̃ os S.^{res} poetas fizecem algumas voltas de sizo, acudio logo o Camoës tomando a maõ aos outros, começou dizendo.

Por couza taõ pouca
andas namorado
amas o toucado
e não quem o touca,
ando sega, e louca [5]
por ty meu Joanne
e tu pelo Beirame.

Amas o vistido.
es falço amador
tu não ves q̃ amor [10]
se pinta despido.
Tu sego e perdido
andas por Beirame
e eu por ty Joanne (*).

(*) O códice ainda não tem número certo; o trecho citado acha-se ao fólio 160v. Além da grafia diferente, típica da época, é de notar que a linha 12 começa com «tu» e não «cego» como na edição de 1595. O memorialista terá consultado o «livro de Camões» ou outra fonte manuscrita para registar a anedota?

e assim mesmo lhe foy fazendo outras voltas que andam impresas no L.^o de suas obras, e em todas ellas se guia o mesmo pençam.^{to} da cantiga, estranhando ao Joanne afeiçoarce à coifa, e não a quem a trazia na cabeça, o q̃ ouvindo hũ dos poetas q̃ na caza estavaõ por nome Ant.^o Pinto (*) disse p.^a Camões, não he de crer q̃ fosse Joanne taõ tolo como o vos fazeis, o q̃ eu entendo he q̃.

A coifa cahio
a hũs olhos bellos
descobrio cabellos
q̃ Joanne vio,
o q̃ descobrio
coifa de Beirame
namorou Joanne.

Assim temos uma indicação de como seria um certame poético do Portugal quinhentista.

A colecção dos manuscritos portuguezes é rica e fornecerá aos investigadores — particularmente aos estudiosos das ordens militares, da história de Portugal e da literatura portugueza — amplo campo de pesquisa.

(*) Ver *Biblioteca Lusitana*, I, 357, onde se menciona que António Pinto foi secretário de Lourenço Pires de Távora quando este foy por Embaixador a Roma. O mesmo Lourenço Pires de Távora foi genro do memorialista Ruy Lourenço de Távora! O facto ajuda a dar fé à anedota.

72-187

**QUANDO FOI COPIADO O «LIVRO DE
JOSÉ DE ARIMATEIA»?**
(Datação do cód. 643 da Torre do Tombo)

IVO CASTRO
(LISBOA)

Este artigo ⁽¹⁾ tem por fim melhorar a datação actualmente proposta para a confecção do códice n.º 643, da Livraria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa. É este o códice que nos proporciona o único texto português conhecido do *Livro de José de Arimateia*, título por que foram designadas as traduções em português e em castelhano do romance francês *Estoire du Saint Graal*, primeira parte do ciclo arturiano do *Romance do Graal*, ou ciclo do Pseudo-Robert de Boron, ou ciclo da Post-Vulgata ⁽²⁾.

O códice é a cópia, quinhentista, de um manuscrito mais antigo, datado de inícios do século XIV, que certamente se perdeu. Foi um magistrado da corte de D. João III, o doutor Manuel Álvares, quem achou esse velho manuscrito «em Riba d'Âncora, em poder de ãa velha de muy antiga idade» (fol. lv.) e decidiu fazer dele uma cópia, ou

⁽¹⁾ Uma primeira versão foi apresentada, com o título de *A data do códice 643 da Torre do Tombo*, no Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, Niterói/Rio de Janeiro, Novembro de 1973.

⁽²⁾ A designação de *Romance do Graal*, proposta por Fanni Bogdanow (*The Romance of the Grail*, Manchester, 1966, pág. 11) e relutantemente aceite por alguns arturianistas, aplica-se a uma remodelação feita em 1230-1240 do chamado Ciclo da Vulgata (publicado por H. O. Sommer, *The Vulgate Version of the Arthurian Romances*, 8 vols., Washington, 1908-1916), remodelação essa que hoje só é possível reconstituir a partir de fragmentos e de traduções como o *José de Arimateia* e a *Demanda* portuguesa de Viena, que corresponde à *Queste* e à *Mort Artu*, partes finais do *Romance*.

«treladação», que dedicou e ofereceu ao soberano português. Essa cópia, depois de ter passado pela biblioteca de um erudito arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, e pela Livraria da Cartuxa da mesma cidade, encontra-se em Lisboa pelo menos desde os meados do século XIX, quando foi vista por Francisco Adolfo Varnhagen, provavelmente já na Torre do Tombo (*).

Vários autores descreveram o códice com minúcia. Destaco de entre eles Otto Klob, *Beiträge zur Kenntnis der spanischen und portugiesischen Gral-Litteratur*, na *Z. r. Ph.*, XXVI (1902), págs. 168-191; Pere Bohigas Balaguer, *Los textos españoles y gallego-portugueses de la Demanda del Santo Grial*, Madrid, 1925, págs. 29-33; e, mais recentemente, Henry Hare Carter, na introdução da sua edição paleográfica *The Portuguese Book of Joseph of Arimathea*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1967, que constitui a primeira edição integral, até hoje publicada, do cód. 643.

Nem nestas descrições, nem em outras referências que eu conheça, é feita uma tentativa efectiva de resolver o problema da datação do códice da Torre do Tombo. De facto, os estudiosos têm preferido ocupar-se dos problemas postos pelo manuscrito antigo de Riba d'Âncora, que, datado de 1314, se não foi o «próprio original» da tradução portuguesa da *Estoire*, pelo menos representa uma cópia efectuada pouco após a data em que a *Estoire* terá sido traduzida na Península Ibérica.

É natural que o interesse suscitado pelo manuscrito perdido de Riba d'Âncora seja superior ao da cópia, mas resta o facto de esta ser a medianeira necessária para a sua reconstituição. Medianeira digna de confiança, se, ao contrário de alguns críticos (*), acreditarmos na decla-

(*) Diz Varnhagen: «A cerca do Santo Greal tivemos ocasião de ver, ha uns 24 annos, em Lisboa outro manuscripto intitulado: Livro de Josep abaramatia...» (*Cancioneirinho de Trovas Antigas*, Viena, 1870, pág. 165). Isto não autoriza a interpretação de que o códice estava em 1846 na posse de um particular, em Lisboa, só depois entrando para a Torre do Tombo, como afirma a *Bibliografia Geral Portuguesa*, I, Lisboa, 1941, pág. 190.

(*) G. Baist, por ex. na sua nota «Der portugiesische Josef von Arimathia», publicada na *Z. r. Ph.*, XXXI, 1907, págs. 605-7, duvida tão acrimniosamente das declarações de Manuel Álvares que o dr. Leite de Vasconcelos, proprietário do exemplar que utilizei, anotou a lápis, junto à assinatura de Baist: «Vá escrever para o Diabo que o leve!». Mas também H. H. Carter se mostra crítico em relação ao trabalho de M. Álvares: «Dr. Alvarez performed a careless piece of transcription», *op. cit.*, pág. 37.

ração que o doutor Manuel Álvares, com escrúpulo humanista, deixou na Dedicatória do manuscrito da Torre do Tombo (fol. iv.):

«...dele nom mudei senam os vocabulos inenteligiveis, que os que se podem entender, na antiguidade daquelle tempo os leixei ir.»

A abundância de arcaísmos linguísticos do texto, embora distribuídos com alguma variação, tem bastado para avalizar as palavras do doutor Manuel Álvares e para confirmar a maioria dos estudiosos no propósito de se dirigirem ao manuscrito perdido de Riba d'Âncora, de preferência à sua cópia da Torre do Tombo. Todavia, é esta que existe; é esta que permite uma leitura crítica que reconstitua na medida do possível o original português da tradução da *Estoire du Saint Graal*, seja ou não o manuscrito de Riba d'Âncora; é esta, ainda, que fornece praticamente todo o material para o estudo do *Livro de José de Arimateia*. É necessário, por isso, melhorar o estado actual, que não é satisfatório, dos conhecimentos acerca das circunstâncias em que se fez a cópia do manuscrito de Riba d'Âncora. Quem a executou realmente: o próprio doutor Manuel Álvares? Um ou mais escribas sob a sua orientação? Que aconteceu depois à cópia, que só por 1580 sabemos na biblioteca de D. Teotónio de Bragança? Questão ainda mais intrigante, que aconteceu ao manuscrito de Riba d'Âncora, de que nunca mais se ouviu falar? Quando e onde foi feita a cópia?

Sem esclarecer estas questões, não se podem abordar seguramente outras mais importantes como sejam o método seguido na tresladação e a identificação das secções de texto original intacto e de texto actualizado pela cópia.

Posto isto, vamos ver o que se pode saber do momento em que foi feita a cópia da Torre do Tombo.

É interessante verificar como o manuscrito da Torre do Tombo, tão cuidadoso em reproduzir o *explicit*, recheado de informações cronológicas e de dificuldades, do manuscrito de Riba d'Âncora, se esqueceu de indicar o ano em que ele próprio foi escrito. Será isto um indicio de que Manuel Álvares, sentindo a escassa liberdade do seu papel intermediário, se coibiu de introduzir na cópia elementos alheios ao original, mesmo quando se tratava de prestar informações que a nós parecem essenciais, como esta da data da tresladação?

Na ausência de uma data numérica explicitada em algum local do códice, resta-nos o recurso a dados textuais. O texto propriamente dito

do *José de Arimateia* não fornece nenhum dado útil para a datação, mas a Dedicatória fornece um: trata-se de uma referência à Universidade de Coimbra. O rosto fornece dois dados, de longe os mais fecundos para esta investigação: a oferta do livro a D. João III e a menção do cargo de Manuel Álvares na época, Corregedor da ilha de S. Miguel.

A oferta a D. João III dá-nos, como período em que a tresladação se terá efectuado, os 36 anos do seu reinado, entre 1521 e 1557. Este resultado tem sido aceite e, segundo parece, tido por satisfatório pela maioria dos estudiosos. Apenas William Entwistle, sem o pôr de todo em dúvida, sugeriu a possibilidade de o livro ter sido dedicado a D. João II e, portanto, de a cópia ser anterior a 1495 ⁽³⁾. Entwistle não conhecia o manuscrito da Torre do Tombo; na verdade, a quem veja o rosto do códice parece indiscutível a abreviatura de «terceiro» que segue o nome do rei: o algarismo 3, entre dois pontos, sob um til. Alguns autores têm lido o 3 como sendo um *z* minúsculo, de perna inferior prolongada, mas semelhante leitura não se encontra justificada por qualquer outro passo do texto. Demais, Carter, na sua edição paleográfica, autorizadamente leu «Dom João. 3.» E, evidentemente, muito do que a seguir exporei servirá também para contrariar a hipótese de Entwistle.

Mas o período de 1521 a 1557 é demasiado amplo e podemos reduzi-lo substancialmente, graças a uma referência que o doutor Manuel Álvares faz à Universidade de Coimbra, na dedicatória (fol. lr.):

«... nom referirei mais da Universidade de Coimbra, per
Vossa Alteza principiada e acabada, ...»

Não adianta perder tempo com a data a partir da qual o dr. Manuel Álvares considera a Universidade «princiada»; certamente é 1537, mas nada nos afectaria que o não fosse. (Note-se, de caminho, que o corregedor parece partilhar da teoria, discutida na época, segundo a qual a Universidade de Coimbra era fundada de novo e não resultava da transferência dos Estudos de Lisboa.) O que interessa é determinar quando Manuel Álvares a podia ter considerado «acabada». Parece que, a uns olhos contemporâneos, a Universidade estaria acabada quando se encontrasse instalada, legislada, com os seus órgãos de governo providos e, sobretudo, com as aulas a funcionar. Ora, tudo isso sucedeu com pouca demora. Logo no início de 1537 se instalaram as escolas junto ao Mos-

⁽³⁾ W. Entwistle, *A Lenda Arturiana nas Literaturas da Península Ibérica*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1942, pág. 120, nota 2.

teiro de Santa Cruz, os lentes chegaram a Coimbra em Fevereiro e as aulas começaram no princípio de Março ⁽⁶⁾. D. João III, numa carta enviada em 9 de Fevereiro de 1537 ⁽⁷⁾ ao prior geral D. Manuel de Araújo, dava instruções para a imediata entrada em funcionamento da Universidade:

«... e por que os lentes que ora vão pera começarem a ler Theologia, Canones, Leis e Medicina, hão de ser nessa cidade por todo este mez de Fevereiro, pera começarem a ler em 1 de Março que ora vem, mandareis preparar esses Geraes com cadeiras pera os ditos Lentes, e bancos pera os Estudantes, e tudo o mais que for necessario.»

Nesta mesma carta, o rei anunciava a nomeação de D. Garcia de Almeida para Reitor e de Nicolau Leitão para pagador. As aulas começaram em Março e, durante todo esse ano e os seguintes, foram saindo textos regulamentares, que estruturavam a nova instituição. Em 18 de Julho, D. João III, entre outras disposições, ordenava que a Universidade se regesse pelos estatutos manuelinos dos Estudos de Lisboa. Em 9 de Novembro, decretou, em aditamento, o *Regulamento de Lentes e Estudantes*. Um pouco mais tarde, em 20 de Setembro de 1538, era publicado o regulamento dos exames e graus e, em 1539, uma ordenança aos estudantes «sobre criados, bestas, trajos e outras cousas» ⁽⁸⁾. Será exagero concluir que a Universidade já funcionava em 1537-8 e que, dois ou três anos depois, já era possível considerá-la como «acabada» ou, pelo menos, acabada de instalar? Não devem impedir esta conclusão as modificações que se verificaram nos anos seguintes (transferência dos colégios para os Paços reais em 1544, por exemplo), pois o doutor Manuel Alvares, imediatamente a seguir ao passo citado, dá a entender que, se considera a Universidade acabada, não exclui por isso a possibilidade de mutações futuras:

«... acabada, e com vossos nestóreos annos será muy acrescentada.»

⁽⁶⁾ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, I, Lisboa, 1892, págs. 453-9.

⁽⁷⁾ Publicada por D. Nicolau de Santa Maria, *Crónica da Ordem dos Cônegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho*, Livro X, Lisboa, 1668, pág. 294. Utilizo a transcrição de T. Braga, *op. cit.*, págs. 456-7.

⁽⁸⁾ T. Braga, *op. cit.*, pág. 454.

Julgo, portanto, que a interpretação desta referência à Universidade de Coimbra permite estabelecer que a tresladação não se fez em momento anterior a 1539.

Resta-nos analisar a indicação de que o doutor Manuel Álvares, quando procedeu à tresladação, exercia as funções de Corregedor da ilha de S. Miguel. Antes de explorar este dado, inserirei duas observações quanto a aspectos materiais do códice: a letra e o papel.

O estudo paleográfico do códice não se revela de grande utilidade para uma datação estreita, como a pretendida aqui. Os vários tipos de letra exibidos no códice (cursiva tabeliônica, humanística, imitação de gótica) identificam-se sem dificuldade com as escritas usadas no reinado de D. João III, mas também se encontram abundantemente representados em documentos do reinado anterior e dos posteriores. Daí a sua relativa ineficácia como elementos de datação.

Quanto aos vários tipos de papel usados no códice, o estudo das suas marcas de água, como é infelizmente habitual no domínio português, não conduziu à identificação exacta dos fabricantes nem das datas de cada um; mas os resultados aproximativos a que cheguei sempre têm algum significado. Todos os papéis do códice apresentam como marca de água variantes da «mão de dedos abertos, sob estrela de cinco pontas», com excepção das folhas de guarda anteriores, brancas, que apresentam duas variantes do «jarro com faixa, sob coroa e flor de quatro pétalas.» Embora não tome em consideração estas folhas de guarda por serem contemporâneas da encadernação, que é independente da produção do códice, notarei que as suas marcas de água, sem serem exactamente iguais, se assemelham muito às identificadas pelo catálogo de Briquet^(*) com os números 12 665 (papel fabricado em Lunebourg, em 1545) e 12 767 (Antuérpia, 1544), bem como, segundo o catálogo de Ataíde e Melo^(**), com o papel utilizado pelo impressor Luís Rodrigues na edição, em 1539, da *Panegyrica oratio elegantissima*, de António Luís. Voltando às marcas de água coincidentes com o texto propriamente dito, encontrei cinco variantes da «mão sob estrela», nenhuma delas classificada por Ataíde e Melo e apenas duas semelhantes às classificadas por Briquet. Uma é a marca dos fólhos 64 e 272, semelhante ao número 10 825 de Briquet,

(*) C. M. Briquet, *Les Filigranes*, 4 vols., Leipzig, 1923.

(**) Ataíde e Melo, «Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel até final do século XIX em Portugal», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, vol. V, págs. 6-12 e 159-175, e VI, págs. 43-51. 126-34.

que se encontra em papéis fabricados em geral no sudoeste da França: Périgueux (1540-50), Puy-Notre-Dame (1537-43), Navarreinx (1542) e Bordeaux (1542). A segunda marca, patente nos fólhos 19, 37 e 52, é correspondente ao número 10 785 de Briquet (Navarreinx, 1544); este, segundo Briquet, é um papel «inteiramente francês, pertencente à região do sul e do sudoeste»⁽¹¹⁾. Temos, portanto, que o códice da Torre do Tombo possui papéis de vários fabricos, alguns dos quais são semelhantes a papéis fabricados no sudoeste da França durante o período de 1537 a 1550, mas predominantemente nos primeiros anos da década de 40.

Claro que os papéis do códice da Torre do Tombo não são precisamente os que Briquet identifica, mas apenas semelhantes a estes (tais identificações aproximadas, sendo as mais frequentemente conseguidas, têm um certo valor probatório, sobretudo se com elas coincidirem provas de natureza diferente); claro que o códice tem outros papéis de identificação mais renitente; claro que faltam bases para afirmar que o doutor Manuel Álvares usava papéis importados do sudoeste francês, embora seja natural que o fizesse e Briquet sublinhe que «pendant plusieurs siècles, la France et l'Italie (Bordeaux et Gênes em particulier) ont importé en Espagne [isto é, «na Península»] des quantités considerables de papier»⁽¹²⁾. Mas, mesmo com estas reservas todas, não há motivo para não poder concluir que a trasladoção do *Livro de José de Arimateia* foi feita em papéis muito semelhantes a alguns que sabemos terem sido fabricados por volta de 1540 e que provavelmente figuravam nos contingentes de papel importado então por Portugal.

As provas até aqui conjugadas não são do mais conclusivo. O que delas se extrai é um *terminus a quo* — cerca de 1540 — e um *terminus ad quem*: o termo do reinado de D. João III, ou seja 1557. Mas o período de cerca de 17 anos assim obtido ainda se pode considerar demasiado amplo.

Para o diminuir a solução reside, como já disse, no exame da biografia do doutor Manuel Álvares, aliás como foi entendido por um dos melhores conhecedores do *José de Arimateia*, o padre Mário Martins. Apoiando-se em Gaspar Frutuoso⁽¹³⁾, Mário Martins afirma que o doutor Manuel Álvares tinha chegado aos Açores em fins de 1552, na

(11) Briquet, *op. cit.*, III, pág. 549.

(12) Briquet, *op. cit.*, I, pág. XIII.

(13) G. Frutuoso, *Saudades da Terra (Ilha de S. Miguel)*, Ponta Delgada, Tomo I, 1924, pág. 329 e Tomo II, 1926, pág. 185.

companhia do capitão Manuel da Câmara; que vivera na ilha de S. Miguel muito tempo, ou para sempre; e que lá criara raízes traduzidas em propriedades e em herdeiros ⁽¹⁴⁾.

Inferre-se deste quadro (Mário Martins não o diz explicitamente) que o manuscrito da Torre do Tombo teria sido executado entre 1552 e 1557, visto que os dados ao seu dispor parecem indicar que Manuel Álvares só a partir de 1552 esteve em condições de usar o título de Corregedor de S. Miguel. Inferre-se ainda que o manuscrito foi executado nos Açores, de onde Manuel Álvares poderia não mais ter saído: o que equivale a criar o problema de explicar a viagem do manuscrito para Portugal.

Ora, a verdade é que Manuel Álvares não foi corregedor nessa altura, mas sim em período bastante anterior. Já Gaspar Frutuoso o dava a entender, no segundo passo utilizado por Mário Martins. Nas *Saudades da Terra (Ilha de S. Miguel)*, Livro IV, tomo 2, Ponta Delgada, 1926, pág. 185, lê-se textualmente que o Capitão Manuel da Câmara, ao chegar a S. Miguel no fim de Dezembro de 1552, «trazia em sua companhia ao doutor Manuel Alvres *que fôra corregedor n'esta ilha*, com armas para a gente e com cargo de fazer o primeiro lançamento de trinta e três mil cruzados» do imposto destinado à construção do castelo de S. Brás.

D. João III decidira, pouco antes, melhorar as defesas das ilhas açoreanas contra os frequentes ataques dos «luteranos corsários», como diz Frutuoso. Ordenou para isso que os capitães-donatários passassem a residir nas capitânias (o que forçou o capitão Manuel da Câmara a empreender relutantemente a aludida viagem) e que fosse fortificado o porto de Ponta Delgada. Com Manuel da Câmara, seguiu Manuel Álvares, «enviado expressamente à ilha, pelo conhecimento particular que dela tinha, como seu natural» ⁽¹⁵⁾, com o encargo de proceder à recolha do primeiro terço do imposto. Demorou pelo menos ano e meio a desempenhar-se dessa missão, pois em 12 de Abril de 1554 um notável açoriano, Gaspar do Rego Baldaia ⁽¹⁶⁾, escrevia ao rei uma

⁽¹⁴⁾ M. Martins, *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, 1965, págs. 50-51.

⁽¹⁵⁾ Memória de A. Cesar Supico, sobre o Castelo de S. Brás, em *Arquivo dos Açores*, vol. IX, 1887, pág. 166. V. também Faria e Maia, *Subsídios para a história de S. Miguel. Capitães dos Donatários (1439-1766)*, Ponta Delgada, 1942, pág. 81.

⁽¹⁶⁾ A sua biografia é traçada por Rodrigo Rodrigues em *Insulana*, II, 1946, págs. 331-5.

longa carta de recriminações contra Manuel Álvares, que acusava de dureza e desonestidade na aplicação dos impostos, ao mesmo tempo que se enriquecia em fazendas, «que cá lhe ficam»⁽¹⁷⁾. Em 20 de Novembro de 1554, o rei nomeia o juiz de fora de Ponta Delgada para recolher o segundo terço do imposto, o que tanto significa que Manuel Álvares já regressara a Lisboa, como que se encontrava na ilha, mas desligado do serviço⁽¹⁸⁾.

De qualquer modo, em 1552 não foi na qualidade de corregedor que ele chegou aos Açores, nem usava já esse título. Quando foi, então? Manuel Álvares foi nomeado corregedor das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria por carta régia de 3 de Novembro de 1539⁽¹⁹⁾. Prestou juramento em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1540, na Relação, perante o Regedor. Tomou posse do cargo em Ponta Delgada a 24 de Maio do mesmo ano, tendo desembarcado a 21 desse mês⁽²⁰⁾. Sucedia ao doutor Francisco Toscano e precedeu o corregedor Jerónimo Luís, o Mau, que não deve ter estado muito tempo em funções, pois em 1544 o rei fundiu em uma só a correição de S. Miguel e Santa Maria com a das outras ilhas do arquipélago⁽²¹⁾.

Não sei exactamente quando deixou Manuel Álvares de ser corregedor de S. Miguel. Ajudaria conhecer a data da posse de Jerónimo Luís como seu sucessor, mas nem a chancelaria de D. João III, da Torre do Tombo, nem o *Memorial de Ministros* da BNL⁽²²⁾, nem os historiadores insulares, dão resposta a esta questão. Admitindo como natural que o período de serviço de cada corregedor fosse de três anos, pode deduzir-se que Manuel Álvares deixou o cargo em qualquer altura de 1543, o que cabe dentro do possível. É de 29 de Janeiro desse ano o último documento que o dá como ainda em funções: trata-se de um alvará existente no Registo da Câmara de Ponta Delgada⁽²³⁾, dirigido a Manuel Álvares, «Corregedor e Contador da Ilha de S. Miguel». Regressou depois a

(17) ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte 1.ª, Março 92, Doc. 85 (publ. no *Arch. dos Açores*, I, 1878, pág. 232).

(18) Livro 3.º do Registo da Câmara de Ponta Delgada, fol. 6 (*Arch. dos Aç.*, V, pág. 75).

(19) ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 40, fol. 14v.

(20) Livro 4.º do Registo da Câmara de P. Delgada, fol. 91 e 98 (*Arch. dos Aç.*, IV, pág. 56).

(21) Faria e Maia, *op. cit.*, págs. 43 ss.

(22) Cód. BNL 1078, proveniente da Livraria de Alcobaça (séc. XVIII).

(23) Livro 4.º, fol. 98.

Lisboa (Gaspar Frutuoso, que descreve com minúcia esse regresso ⁽²⁴⁾, não o situa, infelizmente, no tempo) e aguardou novo posto. Esse posto tardou anos: só em 17 de Março de 1546 foi nomeado desembargador da Casa do Cível e corregedor dos feitos cíveis da cidade de Lisboa ⁽²⁵⁾. É esta qualidade que, no futuro, apresenta em quase todos os documentos que lhe fazem referência, mas é provável que outras funções lhe tenham sido cometidas; com efeito, o *Memorial de Ministros*, depois de afirmar que foi homem de «grande respeito», designa-o por Corregedor do Crime da Corte, Desembargador da Casa do Cível e da Suplicação.

Além da missão aos Açores em 1552-54, foi encarregado em Janeiro de 1568 de uma embaixada à corte de Isabel de Inglaterra, a quem entregou em Abril uma carta de D. Sebastião protestando contra o comércio dos ingleses na Costa da Mina. O seu papel deve ter-se limitado à entrega da carta, pois as discussões que se seguiram foram encetadas por António Fogaça e Francisco Giraldes ⁽²⁶⁾.

Foi seu filho o doutor Francisco Cazado de Carvalho, lente de leis em Coimbra, desembargador do Paço e furriel-mor do exército de D. Sebastião, junto de quem morreu em Alcácer-Quibir, e seu neto o doutor Manuel Álvares de Carvalho, também lente e alto magistrado ⁽²⁷⁾. Talvez por isso, a partir de Gaspar Frutuoso houve tendência a confundir os nomes de avô e neto, chamando-se ao corregedor de S. Miguel Manuel Álvares de Carvalho e até Manuel Álvares Cabral, quando todos os documentos seus contemporâneos o dão apenas por Manuel Álvares.

Seu pai foi o licenciado Sebastião Álvares, corregedor de Entre-Douro-e-Minho a partir de Abril de 1527, desembargador da Casa da Suplicação a partir de Julho de 1536 e, posteriormente, nomeado para outros cargos na corte e em praças do norte de África. Podemos, assim, admitir que foi entre 1527 e 1536 que Manuel Álvares achou em Riba

⁽²⁴⁾ G. Frutuoso, *Livro 6.º das Saudades da Terra*, P. Delgada, 1968, págs. 82 ss.

⁽²⁵⁾ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 33, fol. 46v.

⁽²⁶⁾ Barbosa Machado, *Memórias para a história del Rey D. Sebastião*, Lisboa, 1736, vol. II, págs. 727 ss. O autógrafo do discurso proferido por Manuel Álvares na presença da rainha Isabel está conservado no Museu Britânico, MS. Cotton Nero. B. I., fol. 138 ss, «Oratio Emanuelis Aluari Oratoris regis Lusitaniae propria manu Scripta». O mesmo códice, no fol. 116, contém o original da carta de D. Sebastião.

⁽²⁷⁾ Francisco Leitão Ferreira, *Alphabeto dos Lentes da Insigne Univ. de Coimbra...*, Coimbra, 1937, pág. 99; *Memorial de Ministros*, códcs. BNL 1073 e 1078, s.v.

d'Âncora o velho manuscrito do *José de Arimateia*. Mas não é esse facto que interessa datar, nem tão-pouco importa organizar aqui a biografia completa e a genealogia de Manuel Álvares, que podem esperar outra oportunidade.

Com base nos dados que apresentei, é possível estabelecer que Manuel Álvares só pode ter usado o título de Corregedor da ilha de S. Miguel durante o período compreendido entre Novembro de 1539 e uma data incerta de 1543, devendo, portanto, o manuscrito da Torre do Tombo ter sido escrito no seu decurso. Este resultado, além de precisar consideravelmente as datações tradicionais e de fazer recuar de uma década a datação sugerida por Mário Martins, coaduna-se ainda perfeitamente com os resultados de todos os outros ensaios de datação acima expostos. Julgo, ainda, que um melhor conhecimento do local e do modo como a tresladação se fez permitirão tomar a datação mais precisa, e não me surpreenderia se se verificasse que a tresladação se situou à volta de 1543-44. Mas isto é hipótese que não tenho meios de confirmar agora.



OS TABELIÃES, O SEU TÍTULO E OS SEUS DOCUMENTOS (*)

STEPHEN PARKINSON

(ABERDEEN)

1. Aspectos cronológicos e dialectais

O cargo notarial designava-se na Idade Média pelas palavras *notairo* (< NOTARIUM), e *tabelião* (< TABELLIONEM). Ao contrário do que se verifica nas outras línguas românicas, o português escolheu o segundo vocábulo para indicar o cargo público, reservando o primeiro para usos mais restritos ⁽¹⁾. Reconhecia-se que *notairo* correspondia ao termo usado noutras línguas, e por esta razão permitia-se o uso do título *notairo* apenas aos tabeliães que redigissem acordos internacionais ou documentos referentes a assuntos estrangeiros ⁽²⁾.

(*) Este trabalho baseia-se numa recolha de dados documentais destinados a um estudo sobre as vogais nasais, iniciado no ano lectivo de 1972-3 quando eu era estagiário na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Agradeço ao Professor Luís Lindley Cintra e ao Dr. Ivo de Castro os seus conselhos nessa altura e noutras mais recentes, ao Professor Manuel de Paiva Boléo informações sobre temas de dialectologia e o livre acesso ao arquivo do ILB, e aos participantes do seminário de hispanistas da Universidade de Cambridge e do Romance Linguistics Seminar V (Cambridge, Janeiro de 1977) a sua discussão de versões anteriores do trabalho.

As referências documentais que não se citam no texto, serão encontradas nos anexos 2-4, com a explicação das convenções e abreviaturas aplicadas.

(1) No francês antigo, *tabellion* significava escrivão ou notário baronial:

1.º Primitivement, officiers qui avaient pour fonction de délivrer les grosses des actes reçus en minutes par les notaires.

2.º Officier publique qui faisait les fonctions de notaire dans les juridictions subalternes et seigneuriales.

Littré (1883) s.v. *tabellion*

(2) Gama Barros 1946:365.

Desde os mais antigos documentos aparecem duas formas do vocábulo. Ao lado da forma etimológica *tabeliõ* encontra-se a forma *tabaliõ* ⁽¹⁾. Surgem estas variantes também em documentos redigidos em latim, *tabalionem* no foral de Canedo (1212) e *tabellione* no de Canedo (1213). Estas são as mais antigas abonações do vocábulo com este sentido, sendo o cargo público criação de D. Afonso II (1211-1223): indica-se portanto que ao criar o cargo se dava novo sentido a uma palavra que já existia e de que havia variantes fonéticas.

A forma *tabaliõ* não permaneceu na língua padrão, mas encontra-se ainda corrente no Minho ⁽²⁾, com a pronúncia [teb·li/ãũ]. Martins Sequeira, indicando-a como forma típica do Baixo-Minhoto, explica-a como o reforço da vogal átona [ɔ] para evitar a sua queda ⁽³⁾, hipótese que pode explicar a forma medieval, tratando-se neste caso do reforço de um [e] átono ⁽⁴⁾. Outra hipótese possível seria a duma assimilação vocálica, como se deu em *ladainha* < LITANIA, *avangelho* < EVANGELIUM ⁽⁵⁾, *amaricano* < *americano* ⁽⁶⁾ (exemplos que mostram que se trata de um processo tanto antigo como moderno).

Existem também formas onde não aparece a segunda vogal etimológica, p. ex. *tabliõ*. Trata-se com muita probabilidade de uma abreviatura, mas não é sempre fácil estabelecer quais das duas formas da parte inicial será o desdobramento correcto. Na colectânea ÁLBUM aparece de facto um elevado número de formas deste género, que levam geralmente (mas não sempre) sinais de abreviatura. Numa investigação mais minuciosa seria preciso verificar quais das abonações aqui registadas de *tabeliõ* e *tabaliõ* são abreviaturas desdobradas, e quais os critérios seguidos no desdobramento. Nos documentos de ARNAUT, o editor afirma ter desdobrado todas as abreviaturas 'salvo casos especialíssimos' (Arnaud 1960:7), entre os quais se contará a forma *t̃bliom* que aparece no doc. 86, de

⁽¹⁾ Entenda-se por estas formas gráficas todas as variantes ortográficas sem valor distintivo, p. ex. *tabelliõ*, *tabeljõ*, *tabelion*, etc. Distinguem-se apenas as três formas da parte inicial, *tabel-*, *tabal-* e *tabl-*, e as duas formas da terminação, *-õ* e *-ã*. Para facilitar a exposição, referir-me-ei às formas 'etimológicas' de *tabeliõ*, à forma 'regional' de *tabaliõ* e à forma 'evoluida' da terminação *-ã*.

⁽²⁾ Documenta-se no Inquérito Linguístico Boléo em (p. ex.) Castelfões (Guimarães, n.º 257) e Arrozeia (Gondomar, n.º 879).

⁽³⁾ Martins Sequeira 1958:78.

⁽⁴⁾ Sobre o valor de *e* átono, consulte-se Herculano de Carvalho 1962.

⁽⁵⁾ Nunes 1945:57-8. A importância atribuída por Nunes aos contextos consonânticos parece-me exagerada.

⁽⁶⁾ Martins Sequeira 1958:14.

Tavira, que não contém outra forma da palavra com a qual se possa fazer uma comparação.

As primeiras abonações de *tabaliõ* nos documentos medievais revelam uma distribuição geográfica limitada. Da lista cronológica de abonações (anexo 2) verifica-se que nos documentos anteriores a 1280, esta forma aparece no Minho, em documentos de Antela (1255) e Arnóia (1255, 1260); na Beira Alta, em documentos de Lamego (1271, 1278), Penalva (1275), Celorico (1275), Aguiar da Beira (1276), Benviver (1277), Lafões (1278) e Sanfins (1278); e no Algarve, num documento de Loulé (1277).

Desde o último quartel do século XIII estende-se progressivamente o campo da forma regional. Aparece em documentos de Coimbra (1281), Santarém (1289, 1294), Porto de Mós (1305), Alcoentre (Azambuja, 1309) e Lisboa (1311, 1319). Aparece em documentos da Corte de 1310 e 1319, e é usada por vários tabeliães gerais do século XIV ⁽⁹⁾.

Esta distribuição é confirmada pelos documentos de 1383 de ARNAUT, de que Paiva Boléo fez um estudo preliminar:

‘Não julgo destituídas de interesse e significado grafias como... *tabeliom*, como aparece em documentos de várias terras, ao lado de *tabaliom*, nos documentos de Caminha e Viana do Castelo, *tabalyom* no do Porto, *tabeliom* no de Santarém e *tabljom* no de Tavira (abreviatura que não é fácil saber ao certo se deve desdobrar-se em *tabljom* ⁽¹⁰⁾ ou em *tabaljom*, em virtude de no de Albufeira, — povoação também do Algarve — aparecer grafado como *tabaljom*)’ ⁽¹¹⁾.

Um levantamento exaustivo destes documentos e doutros de 1376 e 1380 da mesma colectânea revela uma distribuição já complicada ⁽¹²⁾. A variante regional aparece em quase todos os documentos do Minho ⁽¹³⁾ (exceptuando-se os de Guimarães) e em dois dos quatro documentos algarvios, contra um exemplo da forma etimológica (Silves) e a forma

⁽⁹⁾ Veja no anexo 4 Vasco Eanes, Gonçalo Lourenço.

⁽¹⁰⁾ Deve ser *tabeljom*. Como já foi dito, a forma do MS é *tbljom*, o que torna mais inseguro este desdobramento.

⁽¹¹⁾ Paiva Boléo 1959:423.

⁽¹²⁾ Veja-se o quadro geográfico do anexo 3.

⁽¹³⁾ Observe-se que os documentos minhotos foram redigidos por um número restrito de tabeliões. (Arnaut 1960:56-61).

ambigua do documento de Tavira. Em Trás-os-Montes há exemplos das duas formas. Na Beira Baixa e no Alentejo os exemplos da forma regional concentram-se na parte oriental, mas sem excluir dela os exemplos mais numerosos da forma etimológica. Na Estremadura a forma etimológica é a mais forte, mas verifica-se uma penetração da forma regional até a Cascais, Setúbal e Sesimbra.

Em três lugares, representados cada um por dois documentos, aparecem as duas formas ou no mesmo documento, ou apenas em documentos sucessivos. Em todos estes casos, a forma regional aparece apenas no documento menos antigo, o que parece indicar uma extensão progressiva do campo da forma regional.

Nos documentos estudados (relativamente pobres, aliás, em documentos não literários quatrocentistas) faltam por completo exemplos da forma etimológica depois de 1400.

Desta breve exposição cronológica, concluir-se-á que a forma regional chegou a substituir a forma etimológica no século quinze, depois de uma lenta expansão do seu campo geográfico. Não se exclui, portanto, a possibilidade de as duas formas se encontrarem no mesmo texto, em épocas e zonas de transição, como acontece nos documentos de ARNAUT de Monforte, Montemor e Setúbal, e também em documentos mais antigos de Santarém (ABOIM: 3, 4) e Lisboa (DESCOBRIMENTOS: 45).

Existe contudo outra explicação da coexistência de formas variantes, ligada mais estreitamente à natureza dos documentos notariais, e que exige uma classificação prévia dos tipos de documentos e da função que nelas tem a palavra 'tabelião'.

2. Os documentos notariais

Dividem-se os documentos em documentos *simples* e documentos *complexos*, segundo o número de tabeliães que neles intervêm, e a sua homogeneidade textual. Um documento é simples quando é lavrado por um só tabelião, e quando não contém trechos trasladados de outros documentos, ou referências feitas a outros tabeliães. É complexo quando é lavrado por dois ou mais tabeliães, quando contém trechos trasladados, e quando contém referências a outros tabeliães.

Estes três tipos de complexidade documental resultam de práticas documentais muito vulgares na Idade Média portuguesa. Para muitos documentos era preciso haver dois tabeliães presentes, sendo um o re-

dactor principal e o outro testemunha. O primeiro lavrava o documento, e o segundo confirmava-o⁽¹⁴⁾. Quando se fazia referência a outros documentos, para quaisquer efeitos legais, era preciso citar o nome do tabelião que passara o documento, senão trasladar o documento inteiro. Para fazer valer um decreto real, ou um testamento, era preciso fazer um 'instrumento de publicação' onde o tabelião do local dava uma cópia do documento assim publicado, e uma certidão da sua validade, que implicava referências comprovatórias da validade do sinal do tabelião que o lavrava.

Podemos portanto distinguir três papéis desempenhados pelos tabeliões nestes documentos, ou seja três funções do nome de 'tabelião'. Quando o tabelião lava um documento simples ou uma parte não trasladada de um documento complexo, o seu nome e título são uma *assinatura* (ou assinatura original). Quando lava um documento que aparece trasladado noutro, o nome e o título são um *traslado* (ou assinatura trasladada). Quando o nome e título aparecem em referências feitas ao tabelião por outro, são uma *referência* (ou, no caso de se referir a um documento assinado por ele, uma assinatura referida).

Quando se analisam segundo esta classificação os documentos que contêm as formas etimológica e regional de 'tabelião', verifica-se que existe uma consistência interna nítida dentro das funções diferentes. No caso dos três documentos já referidos de ARNAUT, acontece sempre que uma das formas é usada como assinatura, e a outra como referência às testemunhas presentes. Nos documentos até agora estudados, quase todos os casos de alternância entre as formas etimológica e regional explicam-se como resultantes dos processos de cópia⁽¹⁵⁾ e de referência: apenas dois tabeliões escapam a esta regra⁽¹⁶⁾.

Para desenvolver mais este tema, passo ao estudo de uns documentos mais complicados. Nos exemplos 1 e 2 do anexo 1 verifica-se um jogo interessante de assinatura e referência. São documentos complexos, la-

(14) Esta prática foi obrigatória, para certos tipos de documento, entre 1305 e 1331, segundo Gama Barros (1946:377).

(15) Entenda-se por 'cópia' os traslados e os documentos não originais (ou leituras novas).

(16) Gil Soares, Salvador Diaz (q.v. no anexo 4). No caso de Salvador Diaz, temos dois documentos onde se emprega exclusivamente a forma etimológica, e um documento onde aparece uma vez *tabaliõ* seguido de vários exemplos de *tabeliõ*; é possível que um estudo mais completo nos permita integrar este documento no quadro dos documentos copiados.

vrados por um tabelião e confirmados por outro; os mesmos dois tabeliões lavraram os dois documentos, sendo cada um deles uma vez redactor e uma vez testemunha. Cada documento contém três assinaturas (dois do redactor, e um da testemunha), uma referência feita pelo redactor à testemunha, e outra feita pela testemunha ao redactor. Assim, para cada tabelião temos três assinaturas, duas referências feitas ao outro, e duas referências a ele feitas pelo outro. As regularidades que saem da análise destes documentos são nítidas.

O tabelião Domingos Eanes assina-se *Domĩgos iohanes e publico Tabelliõ*; ao seu colega Estêvão Juiães, chama *Steuam iuyães e Tabelliõ*. Por sua parte, Estêvão Juiães assina-se *Steuam iuyãez e tabaliõ* e nas referências feitas a Domingos Eanes emprega as formas *Domĩgo ioanes* e *tabaliõ*.

Verifica-se uma consistência ortográfica absoluta nestas formas. Há também uma consistência pessoal no uso das formas de 'tabelião': em cada caso o tabelião usa a sua forma predilecta pessoal tanto nas assinaturas como nas referências, de maneira que a forma escolhida representa sempre o uso do tabelião que o escreveu, e nem sempre o do tabelião cujo nome acompanha.

Como se vê, Domingos Eanes usa a forma etimológica *tabeliõ* enquanto Estêvão Juiães emprega a forma regional. Além disso, há quatro pontos de contraste entre as formas usadas pelos dois tabeliões:

- 1) Domingos Eanes emprega a forma etimológica e conservadora *tabelliõ* com dois *ll*, enquanto Estêvão Juiães emprega a forma *tabeliõ* com um *l*.
- 2) Domingos Eanes assina-se *Domingos*, enquanto Estêvão Juiães lhe atribui o nome *Domingo*, mais afastado do latim *Dominicus*.
- 3) Domingos Eanes emprega a forma quase etimológica *iohanes* do seu patronímico (< IOHANNIS), enquanto Estêvão Juiães lhe dedica a forma mais vulgar *ioanes*. (O *h* que às vezes servia na ortografia antiga para indicar hiatos entra aqui por mera preocupação culta, porque a sequência *oa* não podia ser senão hiato. Aliás, a forma portuguesa *Domĩgos iohanes* corresponde à forma latina *Dominicus iohannis* usada por ele nos seus documentos em língua latina.)
- 4) Estêvão Juiães emprega uma forma *iuyãez*, com *z* final, do seu próprio patronímico, enquanto Domingos Eanes emprega a forma *iuyães* com *s* final.

No conjunto, Domingos Eanes mostra-se conservador tanto em traços puramente ortográficos como nos de valor fonético, enquanto Estêvão Juiães prefere as formas mais evoluídas e mais afastadas do latim. Neste aspecto, o contraste entre os dois tabeliães assemelha-se às diferenças que Paiva Boléo notou entre o tabelião de Lisboa e os do Porto e de concelhos menos centrais, em documentos de 1383 ⁽¹⁷⁾; o tabelião de Lisboa usava formas mais cultas e menos afastadas da ortografia latina. Deve-se notar, contudo, que Domingos Eanes usa a forma *sinal* enquanto Estêvão Juiães emprega a forma mais culta *signal* ⁽¹⁸⁾. Noutro aspecto é a linguagem de Estêvão Juiães que mostra o maior conservadorismo. Parece que mantém o contraste entre o [ʃ] reflexo e o [s] dental, na distinção ortográfica que faz entre o *s* final de *ioanes* < IOHANNIS e o *z* final de *iujãez* < *JULIANICI. Este contraste, que já se ia perdendo no Centro e Sul do país na altura da redacção destes documentos (1289) ⁽¹⁹⁾ não aparece na linguagem de Domingos Eanes. (É interessante notar que todos os outros nomes patronímicos derivados pelo sufixo/ICI aparecem com *z* final, nas partes dos documentos escritas por Domingos Eanes, p.ex. *paez* < *PELAGICI, *martijnz* < *MARTINICI; seria talvez que o nome de *iujãez* lhe era desconhecido?)

Deste modo, as diferenças verificadas entre a linguagem destes dois tabeliães correspondem a diferenças estabelecidas entre a linguagem de Lisboa e a do Norte, tanto em traços conservadores como nos inovadores. Deduz-se daí que Estêvão Juiães não era natural de Santarém, e mantinha os traços duma origem nortenha. É possível que na deslocação de tais pessoas para o Centro do país se processasse a extensão do campo geográfico de formas de origem regional.

No exemplo 3 encontramos uma maior complexidade de formas, mas uma consistência semelhante. Nesse documento, identificam-se João Peres como redactor, e Lourenço Esteves como testemunha. João Peres chama-se *tabaliām* no início, e em seguida *tabaliō*, forma que também usa na referência que faz a Lourenço Esteves; Lourenço Esteves chama-se *tabeliam* e emprega a forma *tabeliō* na referência ao outro. Em resumo, João Peres usa sempre a forma regional da parte inicial da palavra, e Lourenço Esteves usa sempre a forma etimológica. Ambos empregam

⁽¹⁷⁾ Paiva Boléo 1961:89.

⁽¹⁸⁾ Esta mesma correspondência entre *signal* e *tabaliō*, e *sinal* e *tabeliō*, aparece no exemplo 3.

⁽¹⁹⁾ Lindley Cintra 1963.

tanto a terminação etimológica como a evoluída, alternância que se pode considerar normal na fase de transição representada por este documento, que é o primeiro em que as formas *tabeliã* e *tabaliã* aparecem ⁽²⁰⁾.

Deste documento conclui-se que a distribuição das formas etimológica e regional da parte inicial da palavra é independente da distribuição das terminações etimológica e evoluída. (É notável como os dois tabeliães usam a terminação evoluída para assinaturas, e a terminação etimológica para referências.)

Consideremos finalmente um caso de traslado. No exemplo 4, um documento lavrado por um tabelião algarvio aparece num instrumento de publicação feito por um tabelião de Lisboa. O tabelião de Lisboa, Pero Paez, emprega a forma *tabelliõ* na sua assinatura, e na referência à assinatura do outro tabelião; no traslado, aparece primeiro *taballiõ* e depois *tabelliõ*.

Sabemos que na época em que estes documentos foram escritos, as formas regionais eram comuns no Algarve, mas apenas começavam a aparecer em Lisboa. Noutros documentos simples, Pero Paez emprega apenas a forma etimológica, e o tabelião autor do documento trasladado, João Dominguez Aleymão da Albufeira, emprega a forma regional. Assim a alternância entre as formas etimológica e regional não implica um uso pessoal inconsistente, mas um traslado que reproduzia fielmente o início do texto, para depois começar a substituir as formas 'algarvias' por formas mais conhecidas. Noutro traslado de um texto algarvio ⁽²¹⁾, Pero Paez é mais consistente na imposição de formas etimológicas: temos outro documento do tabelião algarvio, Vicente Pascal de Silves, e sabemos que ele usava a forma regional.

Dos documentos estudados tiro estas duas conclusões:

- 1) Os documentos complexos são casos de mistura dialectal ou idiolectal, e como tais não deviam ser estudados a par com documentos simples nos estudos da linguagem medieval, sem se tomar em conta as suas características especiais.
- 2) Pelo contraste de documentos simples e documentos complexos é possível estabelecer características pessoais e regionais dos tabeliães, entre as quais a mais importante será o tratamento do título de 'tabelião' nas suas funções diferentes.

⁽²⁰⁾ Cf. Lorenzo 1968 s.v. *tabelião*.

⁽²¹⁾ MACHADO:6.

3. Breve retrato social do tabeliado

No contexto da conhecida variabilidade da ortografia medieval, uma tal consistência, e sobre tudo a consistência gráfica notada nos exemplos 1 e 2, pode parecer artificial senão fictícia. Parece-me porém que um estudo do valor linguístico e social da palavra 'tabelião' torna mais compreensíveis estas condições.

Em primeiro lugar, o título do tabelião formava parte da sua identificação profissional e legal. Sem o conjunto formado pelo nome, o título, a região onde o tabelião exercia a profissão e o sinal notarial, os documentos passados pelo tabelião não teriam validade legal.

O sinal do tabelião tinha que ser único, para garantir a sua identificação segura. Na prática, o nome do tabelião também se mantinha distinto de qualquer outro que oferecesse a possibilidade de confusão, como se vê do caso seguinte.

Em Santarém, no último quartel do século treze, encontravam-se três tabeliães de nome Domingos Martins. Nos seus documentos, só um deles empregava o nome simples como assinatura; os outros identificavam-se por alcunhas, sendo Domingos Martins de San Juyão, e Domingos Martins da freira ou 'dito da freira' ⁽²²⁾. Os documentos de Domingos Martins antecedem aos dos outros dois tabeliães, pelo qual parece que os outros tabeliães foram obrigados a tomar as ditas alcunhas para efeitos de identificação.

O título, em conjunto com a região onde o tabelião exercia a sua profissão, e a indicação da autoridade pela qual a exercia, constituíam as credenciais do tabelião, e citavam-se como tal nos documentos:

affonso perez tabaliom da dicta cidade de bragaa per autoridade
do arcebispo

(ARNAUT: 40)

vaasco martjnz taballiom jeeral por nosso senhor el rey na
correioom dantre doiro e minho

(ARNAUT: 41)

affonso perez scripvam do dicto Senhor Rey a seu notairo
geeral na sua corte e em todo o seu senhorio

(ARNAUT: 17)

(²²) ALBUM:18, ABOIM:5, 6.

Não deve ser estranho, portanto, que o título de 'tabelião' tenha uma forma menos variável que outras palavras, porque formava uma parte obrigatória dos documentos, como o próprio sinal. Além disso, o título teria uma importância social para o tabelião, visto que a entrada nesta profissão lhe conferia direitos e privilégios da classe dos letrados, dos advogados e dos físicos, «uma classe bem diferenciada, bem homogênea, e bem cônica dos seus direitos e do seu papel dentro do Estado» (23). O nome de 'tabelião', especialmente na assinatura, não seria encarado como outra palavra qualquer, mas como uma habilitação profissional e social.

A consciência da integridade do nome nem sempre se estendia aos nomes dos próximos, como se vê do estudo dos exemplos 1 e 2. Nesse caso, contudo, verificou-se que havia uma diferença linguística entre os protagonistas, que sugeria que um deles vinha de fora da região. Havia sempre uma certa fricção entre as entidades locais e nacionais, consoante o património do tabelião pertencia à Coroa, aos municípios ou à nobreza (24). Quando o trabalho notarial escasseava, reduzia-se o número de tabeliões (25) e os tabeliões locais queixavam-se frequentemente das actividades dos notários apostólicos e tabeliões gerais que reduziam ainda mais os seus rendimentos (26). Neste contexto, o encontro de Domingos Eanes e Estêvão Juiães deixa talvez entrever a inimizade entre o tabelião local e o intruso.

As relações assimétricas de referência e assinatura eram perfeitamente normais nos documentos diplomáticos, onde os tabeliões portugueses se chamavam ora tabelião, ora notário. No Tratado de Pinto de 1382 (27), o tabelião castelhano empregava a forma *notairo* tanto na assinatura como nas referências feitas ao tabelião português; o português, no entanto, empregava a forma *notairo* nas referências feitas ao castelhano, e aos dois juntos, reservando a forma *tabaliom* para a sua assinatura. Noutro documento, o Tratado de Badalhouce de 1383 (28), o mesmo tabelião, Gonçalo Lourenço, tabelião geral, emprega as formas

(23) Oliveira Marques 1972:4.

(24) Gama Barros 1946:415.

(25) Gama Barros 1946:368. Os documentos ÁLBUM:21, 29, são os decretos reais que autorizavam reduções no número de tabeliões em Braga em 1325, e em Lisboa em 1376.

(26) Gama Barros 1946:366.

(27) ARNAUT: 23.

(28) ARNAUT: 26.

duma maneira diferente: a forma *notairo* aparece em todas as funções pessoais, enquanto a forma 'tabelião' é empregada apenas numa referência geral a *tabaliães e notayros publicos de portugal e de castela*.

4. Os tabeliães e o problema dos documentos não originais

A possibilidade de estabelecer características pessoais dos tabeliães fornece um dispositivo filológico complementar aos dispositivos paleográficos já existentes para a avaliação dos documentos cujas origens são postas em causa. Ficará suspeito qualquer documento que não concorde com outros já validados nas características documentais do tabelião que o lavrou, se não houver boas razões para a sua aceitação e uma modificação concomitante da 'ficha' do tabelião. Do outro lado, quando se estudar um documento que se sabe copiado, servir-se-á do tratamento do título notarial para estabelecer, pelo menos numa primeira aproximação, o grau de modificação sofrida pelo documento original no traslado. Uma tal análise será possível se apenas um dos tabeliães for já conhecido, embora estudos feitos dos dois participantes dessem a oportunidade de uma análise mais precisa.

Este tipo de análise dependerá de um arquivo de dados sobre os tabeliães, baseado numa recolha de documentos que vá muito além dos estudos existentes, e que se conjuga com as recolhas de sinais notariais. Transcrevo no anexo 4, como primeira contribuição a tal arquivo, uma lista de tabeliães cuja forma de assinatura foi estabelecida pelo estudo de documentos originais.

Nos exemplos 5 e 6 transcrevo trechos de dois documentos suspeitos, para exemplificar a avaliação de documentos pelo estudo das assinaturas dos tabeliães. O exemplo 5 é um instrumento de publicação feito pelo tabelião Pedro Juiães de Santarém, para publicar uma carta régia na qual se refere a um documento passado pelo tabelião Estêvão Juiães (que participava nos documentos dos exemplos 1 e 2). No presente documento, as referências fazem-se a *Steuã Iuyayz publico Tabelliam* e a *esse Tabellion*. Sabemos que Estêvão Juiães empregava a forma *tabalião*, e que Pedro Juiães empregava uma forma de terminação etimológica, provavelmente *tabelião*⁽²⁹⁾; os documentos da Corte desta época usam a forma *tabelião*. Resulta que a alternância das terminações não pode ser explicada como inconsistência de traslado, porque nenhum dos participantes emprega

(²⁹) A única assinatura que temos dele é a forma abreviada *tabliom*.

a terminação evoluída, facto que se conforma com a data de 1282 que se atribui ao documento. (Lembre-se que a primeira abonação da terminação evoluída, em documento não suspeito, é de 1319.) A alternância de *tabeliõ* e *tabeliã*, tal como a alternância de *nõ* com a forma evoluída *nã*, dever-se-á a um traslado do documento inteiro, numa época posterior a 1282, e na qual a forma *tabeliã* era comum.

No exemplo 6 encontram-se três formas diferentes do nome 'tabelião': *tabeliõ*, *tabaliõ* e *tabaliã*. O documento provém de Silves e encontra-se no mesmo cartório lisboeta de que se extraiu o exemplo 4. Na transcrição publicada, indica-se o lugar do sinal notarial, na fórmula de autenticidade, mas não se inclui a sigla que indica a presença do sinal. Acrescente-se que a forma *tabaliã* (a única que incorpore a terminação evoluída) se encontra no dorso do documento, juntamente com outra forma de terminação nasal não etimológica, *dayõ* por *dayã* ⁽³⁰⁾. O corpo do documento não contém tais formas evoluídas.

Embora não se exclua a possibilidade de as formas *tabaliõ* e *tabaliã* serem usadas pelo mesmo tabelião em 1309 (como se verifica no documento de 1319, exemplo 3, e noutro documento algarvio de 1309, suspeito aliás por poderosas razões de diplomática) ⁽³¹⁾ parece-me provável que as formas do dorso sejam anotações posteriores à redacção original ⁽³²⁾. Esta redacção, contudo, tem o aspecto de um traslado feito em Lisboa; a alternância de *tabeliõ* e *tabaliõ* não se encontra em documentos algarvios, mas sim em documentos algarvios copiados por tabeliães lisboetas, como p.ex. o exemplo 4.

Conclusões

O estudo da linguagem dos tabeliães ajudará, embora seja em escala menor, na resolução de três problemas fundamentais da filologia portuguesa: a falta de documentos originais e de critérios para avaliar os

⁽³⁰⁾ A derivação de *daiã* de DECANUM fez-se através do provençal, segundo J. I. Louro (1953).

⁽³¹⁾ É um documento do mesmo cartório de João Dominguez Aleymão da Albufeira, a quem atribuímos a forma *tabaliõ* no exemplo 4. O documento encontra-se num estado muito irregular, existindo em dois pedaços durante muitos anos separados no cartório, e reunidos apenas por iniciativa do editor Pedro d'Azevedo. Parece provável, aliás, que todos os documentos de origem algarvia nesse Cartório de Chelas existam apenas em cópias feitas em Lisboa.

⁽³²⁾ Lindley Cintra 1963 não encontrou outros exemplos de terminações evoluídas em documentos dessa época.

documentos suspeitos; a falta de cronologias certas de inovações lexicais e fonéticas (problema que se radica no problema primeiro citado); e a falta de dados sobre a dialectologia antiga, na ausência de dados sobre a origem dos redactores de documentos (³³).

Para a palavra 'tabelião' temos uma cronologia e uma distribuição geográfica suficientemente bem estabelecidas para poder contribuir à identificação de documentos de data e origem duvidosas. Além disso dispomos de dados sobre a consistência interna da linguagem dos tabeliães, para avaliar as atribuições individuais de documentos.

ANEXOS

1. Documentos.
2. Quadro cronológico das abonações de *tabeliõ*, *tabaliõ*, *tabeliã*, *tabaliã*.
3. Quadro geográfico das abonações em ARNAUT.
4. Índice de tabeliães 1255-1390.

Nas referências a fontes documentais, a abreviatura ou sigla é impressa em maiúscula, seguida pelo número do documento dentro da colecção referida (salvo em casos especiais onde se indica explicitamente as referências ao número de página).

ANEXO 1

DOCUMENTOS

Imprimem-se em itálico as formas citadas no texto.

1. Santarém 1289 (ABOIM: 3)

In nomine domini Amē. conhoscām todos aqueles que este strumento ujřē e leer ouirē que na E.^a M.^a CCC.^a xxvij.^a Domigo noue días andados de Janeyro na Alcaçoua noua delRey en Santarē. presentes (...) Ruy paez bugalho. Stevam eanes sobrio de don Oane. Pedro paez. e presentes nos *Domigos iohanes e Stevam iuyães publicos Tabelliões de Santarē*. don Martin gil alferaz mayor delRey e Lourço martijnz scola porteyro mayor delRey e mayordomo mayor da Reyna (...) disserō (...)

(³³) Machado 1945, 1950.

(...) ffeyto o estrumento na Era e no dya de suso ditos e *eu Domigos iohanes publico Tabelliõ de Santarẽ* a rogo dos de suso ditos dõ Martin gil e de Lourẽço scola destas cousas de que presente fuy este publico estrumento presente fuj e aqeste estrumento com ma mão propria escreuj e antrelinhey tres dições couẽ a saber e que gardassem e este meu sin + al y pugj que tal e.

E *eu Steuam iuyãez publico tabaliõ en Santaren*, a todalas cousas e cada hũas que suso son escritas per mão de *Domigo ioanes tabaliõ* suso dito, presente fuy e esta suscripçon aqui screuj e este meu sig + nal y pugj en testemõyo das cousas que suso escritas.

2. Santarém 1289 (ABOIM: 4)

En nome de deus amen. Conhoscan todos aqueles que este estrumento uiren e ouiren, que eu don Denis pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarue, faço cambho com Joan fernandez dito batissela e cũ sa molher Maria anes filha que foy de don Oane dauoin, en esta maneira. (...) En testemõyo da qual cousa fizemos ende fazer este estrumento *per mão de Steuan Juyãez tabalion de Santaren*. Estas cousas outorgou o dito Joam fernandez batissela e sa molher dona Maria anes no seu paaço de Santaren, Domigo noue dias de Janeyro. E.^a M.^a CCC.^a xx.^a vij. e foron y presentes don Martin gil, Lourẽço martijs dito scola Gil fernandez barreto, Durã martijz de parada Roy martijs do casal Garcia martijz do casal Stevã eanes sobrõyo de dom Oane, cavaleynos, Pedro paez clerigo de elRey e ffrey Andre. En outro dia manhaã nosso senhor elRey suso dito louuou e outorgou todalas cousas e cada hũas que suso son escritas. e foron y presentes, os ditos Gil fernãdez bareto *Domigo ioanes tabaliõ* ffrey Andre e Steuã eanes Alcaide de Obidos. E *eu Steuã juyãez tabaliõ* suso dito de mandado de dito nosso senhor elRey e de Outorgamento dos ditos Johan fernãdez e sa molher dona Maria Anes, destas cousas a que presente fuy este estrumento escreuj e este presente meu sig + nal en el pugj en testemõyo de verdade.

E *eu Domigos iohanes publico Tabelliõ de Santarẽ* a todalas cousas que suso son escritas *per mão de Steuam iuyães Tabelliõ* dessa uila presente fuj e meu sinal que tal e + pugj en testemõyo de uerdade.

3. Algés 1319 ⁽²⁴⁾ (DESCOBRIMENTOS: 45)

En nome de deus Amen. Sabham quantos este strumento uyrem que na Era de mil. trezentos Cinquoeenta e sete Anos prestumeyro dia de Setembro, na aldeya dalconena da par dalgez. En presença de *mjm johãm perez publico taba-*

⁽²⁴⁾ O editor deste texto serviu-se de uma leitura nova do séc. XVIII para reconstituir as porções ilegíveis do manuscrito. Estas leituras são metidas em parênteses.

liam da Cidade de Lixbõa (e das tes) temonhas que adeante som scritas. Gonçalo dominguiz sacador das deuydas (de nosso Senhor El)Rey e vicente perez bolhom Dezimeyro do dito senhor El(Rey a mostrarem)e léer ffezerom per *mjm dito tabaliõ* hua carta aberta do dito senhor (El Rey escrita em per) gamynho de Coyro e seélada do séelo uerdadeiro (pendente ou de chumbo do dito Senhor Rey) da qual o teor de veruo a veruo tal he. (...) testemunhas que a ysto presentes foram (...) Domingos domjnguez Alcayde do mar. (Lourenço) *steuenz tabaliõ de Lixbõa*. martin domjnguez dicto macayo. Johã vicente guyaria. miguel domjnguez scriuan. Lourenço martjnz e Lourenço perez homens del Rey e outros E eu *Joham perez publico tabaliõ* de Lixbõa a estas cousas presente (fui par man) dado dos ditos Gonçalo domjnguez e vicente perez a rrogo do dicto Almirante este strumento com mha mão screuj e em ele meu signal (puge que tal he) +

E eu *Lourenço steuêz pobrico Tabeliã da Cidade de Lixbõa* com os sobreditos Gonçalo domjnguez e Vicente (Pirez e com) *Johã perez Tabeliõ* e connas testemunhas de susso ditas a todas estas cousas de susso ditas presente fuy e per (mi e os sobreditos) Gonçalo domjnguez e vicente perez e a rogo do dito almirante aqui soescreyu e meu sinal hy pugu que tal he +

4. Lisboa 1309 (MACHADO: 4)

Sabhã todos que em presença de *mjm Pero Paez Tabelliõ de Lixbõa* Gil Fernandez mostrou hũu testemõio ffeito per mhão de *Joham Dominguiç Aleymã Tabelliõ da Alboffeyra e de Paderna* assi como ã el parycy da qual o teor tal he:

Sabhã quantos este stromento virem como em presemça de *mjm Johã Dominguiç Aleymã Tabelliõ da Alboffeyra e de Paderna* e das ts. que em ele som scriptas ffeira vj." xxij dias de Nouembro Era de mill ccc xlvj anos. Pero Eanes de Porches dyse e recontou como A(s)rrendas de Carnydj foram aremdadas a Salamõ Negro (...) e ela disse ao dito Pero Eanes que deytasse a ssa parte e de seu irmhao polas ditas quinhentas libras e pero disse que daquelas quinhentas libras por que asy Remdara que nõ rrecebera delas .iij.c libras e dizẽ que o dito Judeu diz que esta Renda das quinhentas libras que foy por .xvj. anos. E isto nõ podia seer e pareseo (?) o stromento do Judeu e as *Notas dos Tabellioes* e acharom que he muy gram mentyra e bulha E este he o acordõ que o dito Pero Eanes deu *ante mj Tabelliõ* sobre dito E era muy mal doente E este acordo deu pola boa dona nõ perder o seu nõ o judeu e por que eu era tam doente que nõ sabya de mha vida dey este acordo que ouuese cada hũu o seu deryto e eu *tabelliõ* sobre dito este stromento em papel screuy que nõ auya porgamyto de coyro e meu synal ã ele pugj que tal he .ts. que foram Domingos Nunez aluazil ... piriz de ffaarõ Johã steuez durã fernandez Johã paiz Steuã dominguez daliazur Gil Fernandiz homẽ da dita Orraca Martijnz.

O qual testemõio perleudo Gil fernandiz rogou *mjm tabelliõ* que lhi dese o traslado do dito stromento ã fforma publica Pola dita Orraca Martijnz E eu *tabelliõ*

dey lho scripto com mha mão e com (e)ste meu synal que tal he + ffeyto o stromento em Lixbõa xij dias de Janeyro Era Mill ccc xlvij anos (...)

5. Santarém 1282, trasladando Corte 1282 (SOARES II: 3)

Nouerint uniuersi presentis instrumentj seriem inspecturi Quod in Era M.^a CCC.^a xx.^a xxvij die Octobris in Concilio Sanctarene (...) lecta fuit per *me Petrum iulianj publicum Tabellionem Sanctarene* quedam carta domini Dionisij Illustrissimi Regis Portugalie et Algaruij Cujus de uerbo ad uerbū tenor talis est:

Dom Denis pela graça de deos Rey de Portugal e Algarue A uos Alcayde e Aluazijs de Sanctaren saude. Sabede que eu uy hūū estrumento feyto *per mão de Steuā Iuyayz publico Tabelliam de Santaren* en que he contêda hūa mha carta per que uos eu mādey que alçassedes força aos frades da Trijdade dos ffrades meóres se lhis lha faciã en aquele logar sobre que am a contenda Eensse estrumento he conteudo que de poys que o Priol da Trijdade uos pediu que lhis alçassedes força assy como uos eu mādava que Steuā Gomez Aluazil mādou a este *Steuā Iuyayz* e ao Porteyro do Concelho que dissessem aos ffrades meores da parte do Alcayde e dos Aluazijs que nã fizesse ... nemigalha en esse lagar sobre que era a contenda antreles. E esses ffrades da Trijdade ata que sayssem per seu dereyto. E elles dixerõlhis nosso mādado. e entõ quando lhis nho disserõ nã era aynda en esse lagar sobre que ha essa contenda nẽ hūa telha posta. E *esse Tabellion* diz que depoyz que esta defesa foy dicta da parte do Alcayde e dos Aluazijs aos frades meores ca uyu esse lagar da contenda telhado (...) Dada en Lourçal, xxij dias de Outubro, el Rey o madou. Ayras Martijz a fez. Era M.^a CCC.^a xx.^a

(...) Ego uero *Petrus iulianj publicus Tabellio Sanctarene* rogatus a dictis fratribus minoribus dictam cartam in publicam formam reddegi et ex in hoc instrumentum confeci manu propria conscriptum et presens signum meum quod tale est + in eadem apposui in testimonium prmissorum.

6. Silves 1309 (?) (MACHADO: 5)

Sabhã todos que en prezença de *mi Martin Rodrigis publico Tabeliõ da Cidade de Silue* e das testemūyas que adeante sson scritas ssesta ffeyra onze dias de Julho Era de mil e trezentos e quarenta e sete Anos vy e Lééy hūa carta de Nosso Senhor el Rey na qual era cõtêhūdo (...) E pero Stevez aluazil de Silue ffazendo Reuerença e mādado de Noso Senhor el Rey Reçebeo ffiadores do dito Pedre Anes e empraçóou logo que parecesse perdante a iustiça de Lisbõa assy come era cõtêhūdo na dita carta delRey e o dia en que ade parecer seéra quarta feyra seis dias da gosto. Era de mil e trezentos e quarenta e sete Anos. ffeito no dia e na Era sobre dita. *Ts. Vicente pasqual tabaliõ* e Pedro Paez e

Domingos Martijnz mercadores e Juião Gonçaluiz e Domingos Stevez e Johã Leal e Simhõ dominguiz e Martin lourenço Cáá. *Eu Martin Rodrigiz tabaliõ sobre dito a esto pressente ffuy e este testemũo screvy e meu sinal hy pugy que tal he.*

No dorso: os ffiadores por que fficou aReygado Pedro Anes de porches sson estes Affomso Anes Alcaide de Silue e Stevã perez e Affomso Garcia e hũas cassas do *dayõ* de ssilue que ha apar do açouge que hy meteeo o *dayã* e esto todo tẽ *Martin Rodrigiz tabaliã de ssilue* escrito no sseu liuro e ffoe em aquel dia que o dito Martin Rodrigiz ffez este estormento

ANEXO 2

Documentação cronológica

tabeliõ (formas do singular e do plural)

1213	Campo	PMH LEGES I: p. 566 (<i>tabellione</i>)
1254 ⁽³⁵⁾	Óbidos	PORTEL: 72 (<i>Tabellione</i>)
1260	Chelas	CHELAS: 2
1264	Corte	PORTEL: 11
1265	Monsaraz	PORTEL: 15
1265	Sintra	PORTEL: 119
1267	Évora	PORTEL: 147
1268	Avis	PORTEL: 38
1269	Avis	CHELAS: 5
1272	Sintra	CHELAS: 6
1273	Avis	CHELAS: 8
1277	Montemor	PORTEL: 251
1280-1299	Sintra, Montemor, Évora	PORTEL: 149, 153-5, 198, 248, 253, 262
	Santarém	PMH LEGES I: pp. 34, 43 ABOIM: 3, 4, 6 SOARES: 7 SOARES II: 2, 3 MACHADO: 1
	Lisboa	CHELAS: 11, 14
	Azambuja	DESCOBRIMENTOS: 25
	Bouças (Matosinhos)	

⁽³⁵⁾ A colectânea PORTEL contém numerosos exemplos de *tabellione*, dos quais indico apenas o primeiro.

1300-1385	Santarém	ABOIM: 7 DESCOBRIMENTOS: 142, 143 SOARES: 9-11 SOARES II: 5-9, 11, 12, 15, 16, 18-20 ÁLBUM: 2, 5, 9, 13
	Lisboa	MACHADO: 2, 4, 6, 10, 12-20, 22, 23 ABOIM: 2, 5, 9, 13 DESCOBRIMENTOS: 45, 139 ÁLBUM: 20
	Corte	ABOIM: 10, 12 SOARES II: 21 ÁLBUM: 17, 22, 23, 29
	Setúbal	DESCOBRIMENTOS: 61
	Pederneira	DESCOBRIMENTOS: 62
	Fronteira	INVENTÁRIO (vários lugares)
	Tavira	ÁLBUM: 19 (doc. de 1322)
1390 (última abon.)	Vila do Conde	DESCOBRIMENTOS: 175
<i>tabalião</i>		
1212	Canedo	PMH LEGES I: p. 562 (<i>tabalionem</i>)
1255	Antela	PMH LEGES I: p. 649 (<i>tabalion</i> , em documento em língua latina)
1255, 1260	Arnóia	Ribeiro 1860: 285-7
1271	Lamego	BEIRA II: 4
1275	Penalva	BEIRA I: 1
	Celorico	BEIRA I: 2
1276	Aguiar	BEIRA II: 7
1277	Loulé	CHELAS: 10
	Benviver	PENDORADA: 3
1278	Lafões	PENDORADA: 4
	Sanfins	PENDORADA: 6
	Lamego	PENDORADA: 7
1281	Coimbra	TD: 2
	Sátão	BEIRA I: 5
1289	Santarém	ABOIM: 3, 4
1292	Pinheiro	BEIRA II: 8
1293	Ferreira	BEIRA II: 9
1294	Santarém	PMH LEGES II: p. 40
1303	Santarém	SOARES II: 6
1305	Porto de Mós	Gama Barros 1946: 366 (Chancelaria de D. Dinis)

1308	Silves	MACHADO: 3
1309	Alcoentre	TD: 3
1310	Corte	SOARES: 12
1311	Lisboa	MACHADO: 9
1319	Algés	DESCOBRIMENTOS: 45
1354	Corte	ALBUM: 26
1370	Aldeia Galega do Ribatejo	DESCOBRIMENTOS: 117
1377	Corte	DESCOBRIMENTOS: 140

tabeliã

1319	Algés	DESCOBRIMENTOS: 45
1326	Santarém	SOARES II: 15
1383? ⁽²⁶⁾	Lisboa	DESCOBRIMENTOS: 159
1390	Chelas	MACHADO: 24
1416	Corte	DESCOBRIMENTOS: 228
1416	Lisboa	DESCOBRIMENTOS: 233, 234
1426	Lisboa	DESCOBRIMENTOS: 246
1433	Santarém	DESCOBRIMENTOS: 261
1440	Corte	DESCOBRIMENTOS: 269
1443	Corte	DESCOBRIMENTOS: 338
1447	Funchal	DESCOBRIMENTOS: 356

tabaliã

1309? ⁽²⁷⁾	Albufeira	MACHADO: 25
1319	Algés	DESCOBRIMENTOS: 45
1339? ⁽²⁸⁾	Porto	DESCOBRIMENTOS: 60
1355? ⁽²⁸⁾	Porto	DESCOBRIMENTOS: 50, 82
1380? ⁽²⁸⁾	Lisboa	DESCOBRIMENTOS: 148
1383	Santarém	DESCOBRIMENTOS: 157
1386	Corte	DESCOBRIMENTOS: 159
1437	Corte	INFANTE SANTO ⁽²⁹⁾
1459	Corte	ARNAUT: 113, 114

⁽²⁶⁾ Documento do Livro 3.^o da Chancelaria de D. Fernando, reformado em 1459.

⁽²⁷⁾ Veja-se a discussão deste documento na página 10.

⁽²⁸⁾ Documentos do Livro Grande do Porto, trasladados em data desconhecida.

⁽²⁹⁾ Autógrafo de Fernão Lopes.

⁽³⁰⁾ Dos outros Domingos Martins mencionados na página 7 não encontrei documentos assinados.

ANEXO 3

Distribuição geográfica das formas em *tabe-*, *taba-*, e *tab-* nos documentos de ARNAUT. (As abonações sem indicação de data referem-se a documentos de 1383).

	<i>tabe-</i>	<i>tab-</i>	<i>taba-</i>
Entre Douro e Minho	Guimarães (1380, 1383)		Braga Caminha Lanhoso Melgaço Monção Ponte de Lima (1380, 1383) Porto Viana do Castelo Vila Nova da Cerveira
Trás-os-Montes	Chaves Monforte de Rio Livre (1380, 1383)		Monforte de Rio Livre
Beira Alta, Beira Marítima	Lousã Montemor-o-Velho (1380) Penela Soure		Monforte de Rio Livre
Beira Baixa	Castelo Branco Covilhã Guarda (1380, 1383) Monsanto (1380, 1383) Numão (1380, 1383) Penedono Sabugal Sertã Trancoso Treixedo		Castelo Bom Castelo Mendo Castelo Rodrigo Pinhel Sortelha
Estremadura	Abrantes Alcácer do Sal Alcobaça Leiria (1376, 1383) Lisboa Lourinhã	Tomar Cascais	Atouguia Cascais Santarém Sesimbra Setúbal

	<i>tabe-</i>	<i>tab-</i>	<i>taba-</i>
Estremadura	Óbidos Pombal Setúbal Sintra Tomar		
Alentejo	Arronches (1376) Avis Elvas (1376, 1380, 1383) Estremoz Évora Évoramonte Mértola Odemira Olivença	Serpa Vila Viçosa	Alandroal Arronches (1383) Borba Crato Moura Portalegre
Algarve	Silves	Tavira	Albufeira Faro

ANEXO 4

Índice de tabeliões, 1255-1390

As datas citadas referem-se a todas as referências documentais ao tabelião; os documentos citados são apenas os que contém a assinatura do tabelião.

Afonso Dominguez	Santarém	1303-1343	tabelião	SOARES II: 9, 20
Afonso Fernandiz	Guimarães	1380-3	tabelião	ARNAUT: 10, 55
Afonso Fernandez	Numão	1383	tabelião	ARNAUT: 67
Afonso Martinz	Silves	1308	tabelião	MACHADO: 3
Afonso Martinz	Alcobaça	1383	tabelião	ARNAUT: 94
Afonso Martins	Pombal	1383	tabelião	ARNAUT: 74
Afonso Moniz	Fronteira	1366	tabelião	INVENTARIO
Afonso Periz	Ferreira	1280-93	tabelião	BEIRA II: 8, 10
Afonso Perez	Braga	1383	tabelião	ARNAUT: 40
Alvaro Gonçalves	Vila do Conde	1390	tabelião	DESCOBRIMENTOS: 175
Alvaro Martins	Avis	1383	tabelião	ARNAUT: 38
Alvaro Sanchez	Castelo Rodrigo	1383	tabelião	ARNAUT: 46
Beento Paacz	Pinhel	1383	tabelião	ARNAUT: 73
Diego Rodriguez	Torres Novas	1383	tabelião	ARNAUT: 88
Diogo Eanes	Azambuja	1298	tabelião	CHELAS: 14
Domingos Durãez	Lisboa	1377	tabelião	DESCOBRIMENTOS: 139
Domingos Durãez	Montemor	1261-77	tabelião	PORTEL: 253
Domingos Eanes	Geral	1320	tabelião	ALBUM: 22, 23
Domingos Iohanes	Santarém	1275-1330	tabelião	ABOIM: 3, SOARES II: 5, 7, 8
Domingos Iohanes	Loulé	1277	tabelião	CHELAS: 10
Domingos Martinz (*)	Santarém	1274-1305	tabelião	SOARES: 11, ABOIM: 7, SOARES II: 11
Domingos Martins	Lisboa	1321	tabelião	MACHADO: 17
Domingos Miguéis	Bouças	1287	tabelião	DESCOBRIMENTOS: 25

Domingos do Monte	Montenop- ^o -Velho	1380-3	tabeliõ	ARNAUT: 9, 65
Domingos Paez	Lisboa	1257-63	tabeliõ	CHELAS: 3
Domingos Stevez	Vila Nova de Cerveira	1383	tabeliõ	ARNAUT: 92
Egas Perez	Lisboa	1305	tabeliõ	ABOIM: 9
Egas Vicente	Torres Novas	1272	tabeliõ	PORTEL: 87
Fernand' Affonso	Faro	1383	tabeliõ	ARNAUT: 53
Fernand' Afonso	Castelo Bom	1383	tabeliõ	ARNAUT: 43
Fernand' Eanes	Avis	1268-73	tabeliõ	CHELAS: 5, 8
Fernam Eanes	Portalegre	1383	tabeliõ	ARNAUT: 76
Fernand' Eanes	Castelo Mendo	1383	tabeliõ	ARNAUT: 45
Fernan Meendiz	Sintra	1275	tabeliõ	PORTEL: 248
Garcia Dominguez	São	1281	tabeliõ	BEIRA I: 5
Garcia Perez	Chaves	1383	tabeliõ	ARNAUT: 47
Gil Martinz	Lisboa	1325	tabeliõ	MACHADO: 18
Gil Soarez	Lisboa	1311-16	tabeliõ	MACHADO: 9
			tabeliõ	MACHADO: 15
Girald' Eanes	Benviver e Sanfins	1277-8	tabeliõ	PENDORADA: 3, 6
Gomes Eanes	Santarém	1367	tabeliõ	ALBUM: 28
mestre Gonçalo	Tomar	1383	tabaliã	ARNAUT: 87
Gonçalo Anes	Crato	1383	tabaliã	ARNAUT: 49
Gonçal' Eanes	Leiria	1383	tabeliõ	ARNAUT: 57
Gonçal' Eanes	Sintra	1383	tabeliõ	ARNAUT: 84
Gonçal' Eanes	Vila Nova de Cerveira	1383	tabeliõ	ARNAUT: 92
Gonçalo Fernandez	Lisboa	1383	tabeliõ	ARNAUT: 31
Gonçalo Lourenço	Geral	1382-3	tabeliõ	ARNAUT: 23
Gonçalo Lourenço	Monsanto	1383	tabeliõ	ARNAUT: 95
Gonçalo Perez	Subugal	1383	tabeliõ	ARNAUT: 77
Joham Afonso	Monforte	1383	tabeliõ	ARNAUT: 63
Joham Afonso	Soure	1383	tabeliõ	ARNAUT: 85

Joham Anes	Tavira	1322	tabeliõ	ALBUM: 19
Joham Anes	Abrantes	1383	tabeliõ	ARNAUT: 32
Joham Anes	Óbidos	1383	tabeliõ	ARNAUT: 68
Joã Dominguez	Lafões	1276-8	tabeliõ	PENDORADA: 4
Joham Dominguez Aleymã	Albufeira	1309	tabaliã	MACHADO: 4, 25
			tabeliõ	
Joam Fernandiz	Tavira	1383	tabliõ	ARNAUT: 86
Joham Gonçalves	Lisboa	1313	tabeliõ	MACHADO: 12
Joham Gonçalves	Pederneira	1340	tabeliõ	DESCOBRIMENTOS: 62
Johan Gonçalves	Aldeia Galega do Ribatejo	1370	tabeliõ	DESCOBRIMENTOS: 117
Johan Gonçalves	Ponte de Lima	1383	tabeliõ	ARNAUT: 13, 75
Joham Lourenço	Albufeira	1383	tabeliõ	ARNAUT: 34
Joham Lourenço	Borba	1383	tabeliõ	ARNAUT: 39
Joham Lourenço	Castelo Branco	1383	tabeliõ	ARNAUT: 44
Johan Menendiz	Sintra	1286-75	tabeliõ	PORTEL: 119, CHELAS: 4, 6
Johan Monteiro	Vila Nova de Cerveira	1383	tabeliõ	ARNAUT: 92
Joham Paez	Sintra	1282	tabeliõ	PORTEL: 262
Joham Pasqual	Azambuja	1292	tabeliõ	CHELAS: 11
Joham Peres	Coimbra	1281	tabadiõ	TD: 2
	Lisboa	1319-25	tabeliõ	DESCOBRIMENTOS: 45
			tabaliã	
Joham Perez	Santarém	1383	tabeliõ	ARNAUT: 78
Joham Perez	Covilhã	1383	tabeliõ	ARNAUT: 48
Joham Pirez	Vila Viçosa	1383	tabeliõ	ARNAUT: 93
Joham Rodriguez	Sesimbra	1383	tabeliõ	ARNAUT: 81
Joham Sobrinho	Lisboa	1331	tabeliõ	MACHADO: 23
Joham Stevez	Trancoso	1383	tabeliõ	ARNAUT: 89
Lopo Gonçalves	Cascais	1383	tabeliõ	ARNAUT: 42
			tabliã	

Lopo Stevez	Arronches	1383	tabaliô	ARNAUT: 36
Lourenço Abril	Braga	1325	tabliô	ÁLBUM: 21
Lourenço Affonso	Guarda	1380	tabeliô	ARNAUT: 14
Lourenço Anes	Lousã	1383	tabeliô	ARNAUT: 59
Lourenço Martinz	Mértola	1383	tabeliô	ARNAUT: 61
Lourenço Meendez	Alandroal	1383	tabaliô	ARNAUT: 33
Lourenço Stevãez	Lisboa	1319	tabaliô	DESCOBRIMENTOS: 45
Martin Gonçalves	Silves	1383	tabeliô	ARNAUT: 83
Martin Martinz Monteiro	Odemira	1383	tabeliô	ARNAUT: 69
Martin Migueliz	Évora	1279-80	tabeliô	PORTEL: 149-51, 153
Martin Rodriguez	Silves	1309	tabaliô	MACHADO: 5
Martin Stevez	Penalva	1275	tabaliô	BEIRA I: 1
Martin Vasquez	Leiria	1376	tabeliô	ARNAUT: 5
Miguel Fernandez	Estremoz	1383	tabeliô	ARNAUT: 51
Miguel Martinz	Santarém	1333	tabeliô	SOARES II: 19
Miguel Perez	Lisboa	1325	tabeliô	MACHADO: 19, 20, 22
Nicolao Iobanis	Montemor	1284	tabeliô	PORTEL: 198
Nicolao Rodriguez	Alcoentre	1309	tabaliô	TD: 3
Nun' Eanes	Torres Novas	1380	tabeliô	ARNAUT: 16
Pedro Juyãez	Santarém	1281-1298	tabliô	ÁLBUM: 11
Pedro Lourenço	Evora	1257-75	tabeliô	PORTEL: 147
Pedro Perez	Lisboa	1323	tabeliô	ÁLBUM: 20
Pero Paetz	Lisboa	1303-12	tabeliô	MACHADO: 2, 4, 6, 10
Rodrig' Eanes	Arronches	1376	tabeliô	ARNAUT: 2
Ruy Dominguez	Viana do Castelo	1383	tabaliô	ARNAUT: 91
Ruy Vicente	Lisboa	1313-6	tabeliô	MACHADO: 13, 16
Salvador Diaz	Santarém	1298-1305	tabeliô	ABOIM: 6, SOARES II: 6, 9
			tabaliô	SOARES II: 6
Sinhom Gonçalves	Sortelha	1376	tabaliô	ARNAUT: 6

Stevan Anes	Chelas	1390	tabeliã	MACHADO: 24
Stevam Dominguez	Celórico	1275	tabaliô	BEIRA I: 5
Stev' Eanes	Setúbal	1339	tabeliô	DESCOBRIMENTOS: 61
Stev' Eanes	Evoramonte	1376	tabeliô	ARNAUT: 4
Stevam Fernandez	Lisboa	1330	tabeliô	ABOIM: 13
Stevom Gonçalves	Serã	1383	tabaliô	ARNAUT: 80
Stevam Juyães	Santarém	1282-9	tabaliô	ABOIM: 3, 4
Stevom Lourenço	Numão	1380-3	tabiô	ARNAUT: 12
Stevom Lourenço	Alcácer	1383	tabeliã	ARNAUT: 35
Stevan Meendiz	Lamego	1271-8	tabaliô	BEIRA II: 4, PENDORADA: 7
Stevam Pasqual	Montemor	1277	tabeliô	PORTEL: 251, 253
Stevam Vicente	Santarém	1326	tabeliã	SOARES II: 15
Tomé Vicente	Serpa	1383	tabiô	ARNAUT: 79
Vasque Anes	Elvas	1376-83	tabaliô	ARNAUT: 3, 15, 50
Vasco Delgado	Moura	1383	tabaliô	ARNAUT: 66
Vasco Dominguez	Monsanto	1380-3	tabeliô	ARNAUT: 64
Vascao Dominguez	Geral	1383	tabaliô	ARNAUT: 56, 60, 62
Vasco Eanes	Treixedo	1383	tabeliô	ARNAUT: 90
Vascao Fernandez	Oliveira	1383	tabeliô	ARNAUT: 70
Vascao Fernandez	Guarda	1383	tabeliô	ARNAUT: 54
Vascao Martinz	Monsanto	1380	tabeliô	ARNAUT: 11
Vascao Martinz	Geral	1383	tabaliô	ARNAUT: 91, 92
Vascao Martinz	Penedono	1383	tabeliô	ARNAUT: 71
Vascao Martinz	Porto	1383	tabaliô	ARNAUT: 30
Vasco Rodriguez	Santarém	1327	tabeliô	SOARES II: 16
Vicente Fernandes	Monsaraz	1263-7	tabaliô	PORTEL: 15, 16, 33
Vicente Martinz	Lisboa	1299-1303	tabeliô	MACHADO: 1
Vicente Pasqual	Silves	1309	tabaliô	MACHADO: 5
Vivam Petri	Antela	1255	tabaliô	PMH LEGES I: p. 649

DOCUMENTOS

- ABOIM — A. Braamcamp Freire: 'D. João de Aboim' *Archivo Histórico Português*, vol. 4 (1906) pp. 171-194.
- ALBUM — E. Nunes: *Album de Paleografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa 1969.
- ARNAUT — S. Dias Arnaut: *A Crise Nacional dos fins do século XIV*, Coimbra 1960, pp. 267-522.
- BEIRA I, II — P. d'Azevedo: 'Documentos antigos da Beira' *Revista Lusitana*, vol. 7 (1902), pp. 56-65; vol. 8 (1903-5), pp. 35-45.
- CHELAS — P. d'Azevedo: 'Documentos do Mosteiro de Chelas' *Revista Lusitana*, vol. 9 (1906), pp. 259-276.
- DESCOBRIMENTOS — J. M. da Silva Marques: *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*, vol. I, Lisboa 1944.
- INFANTE SANTO — R. M. de Araújo: *Estudo Linguístico dos Autógrafos de Fernão Lopes*, Lisboa 1961 (dissertação de Licenciatura, inédita). Contém a edição diplomática do Testamento do Infante Santo, D. Fernando, com o respectivo Instrumento de Aprovação.
- INVENTARIO — P. d'Azevedo: 'Um Inventário do século XIV' *O Archeólogo Português*, vol. 7 (1902), pp. 223-234, 259-265, 305-8.
- PMH LEGES: *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1856-68.
- PORTEL — P. d'Azevedo: 'Livro dos Bens de D. João de Portel (Cartulário do séc. XIII), *Archivo Histórico Português*, vols. IV-VII (1906-9).
- SOARES I — P. d'Azevedo: 'O Trovador Martim Soares e seu filho João Martins', *Revista Lusitana*, vol. 5 (1897-9), pp. 114-136.
- SOARES II — P. d'Azevedo: 'O Trovador Martim Soares e sua família', *Revista Lusitana*, vol. 21 (1918), pp. 246-297.
- TD — P. d'Azevedo: 'Três Documentos em Português Antigo', *Revista Lusitana*, vol. 8 (1903-5), pp. 73-5.

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUT, S. Dias, *A Crise Nacional dos fins do século XIV. A Sucessão de D. Fernando*, Coimbra, 1960.
- BARROS, H. Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. VIII, 2.^a ed., editada por T. de Sousa Soares, Lisboa, 1946.
- BOLÉO, M. Paiva, 'O Estudo dos falares portugueses antigos e modernos, e sua contribuição para a história da língua.' *Actas do III.º Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. II, Lisboa 1960, pp. 418-428.
- BOLÉO, M. P. e M. H. Santos Silva, 'O Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental', *Boletim de Filologia* 20, (1961), pp. 85-112.
- CARVALHO, J. G. Herculano de, 'Nota sobre o vocalismo átono português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona', *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. 12, (1962), pp. 12-73.
- CINTRA, L. F. Lindley, 'Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non-littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle', *Revue de Linguistique Romane*, vol. 27, (1963), pp. 59-77.
- LITTRÉ, E., *Dictionnaire de la langue Française*, Paris, 1883.
- LORENZO, Ramón, *Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português*, Vigo, 1968.
- LOURO, J. Inês, 'Origem e flexão dalguns nomes portugueses em -ão', *Boletim de Filologia*, vol. 13, (1953), pp. 37-63.
- MACHADO, J. Pedro, 'O problema dialectológico do português arcaico e do aparecimento do idioma literário', *Revista de Portugal*, Série A, vol. 7 (1945), pp. 55-60; 'Sobre dialectologia do português arcaico', *Revista de Portugal*, Série A, vol. 15 (1950), pp. 85-9.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1972.
- NUNES, J. J., *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Lisboa, 1945.
- RIBEIRO, J. P., *Dissertações Chronológicas*, vol. I, Lisboa, 1860.
- SEQUEIRA, F. J. Martins, *Apontamentos acerca do Falar do Baixo-Minho*, Lisboa, 1958.

GLOSSÁRIO DA «VIDA E FEITOS DE JÚLIO CÉSAR»
(Tradução portuguesa quatrocentista de «Li Fet des Romains»)
(Continuação)

MARIA HELENA MIRA MATEUS
(LISBOA)

C

CA, 1. conj. causal 'porque': «tornaram-se a sua companhia com grande honra, *ca* matarom muitos de seus imiigos», II, 12, §21, 8; «Curio, quando ouvio dizer que Juba viinha com tam grande gente, nom lhe prouve *ca* se nom fiava muito em sua gente, *ca* tiinha hi os cavaleiros que estavam com Domicius», III, 8, §5, 1. 2. conj.comparat. 'que': «estudavam os homões mais de vontade em siso e em engenho *ca* em apanhar aver», Prol. §2, 5; «nom foe menos ledo de sua viinda *ca* de sua victoria», II, 3, §24, 6. 3. conj. diunt. 'ou... ou': «nem sabiam escolher o melhor — *ca* de sair a pelear assi como estavam, ou de estar em as tendas e defendê-las, ou de fogir», II, 8, §14, 2.

CA, adv. 'cá': «começaram a andar de *cá* e de *lá*», III, 8, §2, 3; «era hido longe e suas ligiões espalhadas *cá* e *lá*», II, 17, §7, 3. V. *acá*.

CAAEM, ver *cair*.

CÄAES, ver *cam*.

CABEÇA, s.f. 1. 'cabeça, parte superior do corpo': «eu nom tomarei de ti senom a *cabeça* se te eu poder aver», III, 15, §45, 6; «de guisa que lhe cortou a *cabeça* per junto com as espadoas», III, 18, §9, 1. *cabeças*, «mandou-lhes poer elmos nas *cabeças*», II, 18, §47, 1. 2. 'inteligência, espirito': «E esto lhe disse Cesar de sua *cabeça*, sem se aconselhando com nem hũu», II, 2, §20, 3; «assi que os Romãos tiinham em *cabeça* que aquela era a ora de todo perder ou de todo guanhar», II, 18, §87, 1. 3. 'chefe, orientador': «hũa discordia era começada em Roma, da qual Marcos Lepidos era *cabeça*», I, 3, §2, 2; *cabeças*, «E aqueles que foram principes e *cabeças* deste conselho som fogidos em Bretanha», II, 4, §14, 2.

4. 'lugar principal de uma região': «partio os Judeus em tres partes por averem menos poder de moverem guerra. A *cabeça* de hũa das partes era Jherusalem», I, 10, §22, 9-10. 5. 'parte superior': «como os Clutões tiñham tomada a *cabeça* da montanha e estavam em ela», II, 2, §21, 1, (223)

CABELADURA, s.f. 'cabeleira': «tragia os cabelos mui compridos, e porem lhe poserom o nome Cesar, por que esta palavra 'Cesar' quer dizer *cabeladura* ou cortadura», I, 2, §1, 2. (2)

CABELO, s.m. 1. 'crina': «Nunca fora visto cavallo de tal forma. Seu *cabelo* era antre vermelho e preto», III, 11, §19, 2. 2. 'cabelos': *cabelos*, «os *cabelos* louros e espessos», III, 15, §17, 4; «avia em costume de trazer os *cabelos* detras por deante e fazia-se pentear aas vessas», IV, 2, §1, 2. (26)

CABELUDO, adj. 'cabeludo': «nom guardavam calvo nem *cabeludo*, nem velho nem mancebo, nem mulher nem moço», II, 18, §30, 3.

CABO, s.m. 1. 'ponta, cauda': «cortou-lhe hũu pedaço do elmo e da coifa com os cabelos e com o coiro, assi que a cabeça ficou toda nua daquele *cabo*», II, 21, §9, 12; «hũa corda longa, forte, de fio retorto, da qual ele tiñha o *cabo* na mão; e no outro *cabo* atou hũa pedra», III, 15, §51, 1; «hũu cavallo de maravilhosa feiçom, ca tiñha (...) o *cabo* comprido e as pernas rijas», III 11, §19, 1. *cabos*, «nunca quis leixar ho mantam (...) e tomou-o com os dentes per hũu dos *cabos*», III, 15, §57, 6; «os de pee se pegavam aos *cabos* dos cavalos», II, 3, §19, 4. 2. 'lugar extremo, cabo': «hordenaram suas naos assi que as mais fracas fossem antre as mais fortes e as moores no *cabo*», III, 5, §10, 2; «o mar que devisa os dous montes de Peminia, em Lombardia, em o *cabo* de Pulha», III, 3, §1, 3. 3. 'lugar': «andava-se estorcendo de hũu *cabo* a outro», I, 2, §4, 2. *cabos*, «cavalarias que tiñha feitas em França e em Espanha e em outros *cabos*», III, 11, §9, 3. 4. 'fim': «Hũu homem poderia andar cincoenta jornadas ante que lhe podesse dar *cabo*», II, 16, §5, 1; «ele se gabou, a *cabo* de pouco, perante todos», I, 9, §11, 3; 5. 'ao pé, junto': a *cabo*, «filhou hũas armas de hũu dos seus que estava a *cabo* dele», II, 17, §10, 1. (42)

CABRA, s.f. 'cabra': «A primeira he a que nace de carneiro e de *cabra*», III, 1, §13, 3. *cabras*, «Hũas outras bestas avia hi que chamavam altes, de feiçom de *cabras*», II, 16, §7, 1.

[CAÇA], s.f. 'caçada': *caças*, «hordenavam as *caças* e os jogos», I, 1, §4, 4; «Ele estabelecia *caças* e veações», IV, 1, §4, 4. (4)

[CAÇADOR], s.m. 'caçador': *caçadores*, «Os *caçadores* que se trabalhavam de as filhar», II, 16, §7, 2.

CAÇAR, v.tr. 'caçar': «deziã as oras e os dias que deviam de *caçar* e jogar», I, 1, §4, 4.

CADA, pron. 'cada': «andava *cada* dia arredor do palanque», II, 13, §6, 1; «estes que fossem mudados em *cada* hũu ano», I, 1, §2, 2; «abastava a *cada* hũu aquelo que aviam», Prol., §2, 5; «hiam-se *cada* hũus honde melhor entendiam d'escapar», II, 19, §5, 1.

CADEA, s.f. 'cadeia, prisão': «feze-o levar aa *cadea*», I, 9, §9, 5; «o meteo el na *cadea*», IV, 2, §4, 2. 2. 'grilhões': *cadeas* «aviam *cadeas* de ferro em logar de cordas», II, 6, §7, 1. (22)

CADEEIRAS, s.f. pl. 'ancas': «mais ancha nas *cadeeiras* que nos peitos», III, 15, §17, 4.

CADEIRA, s.f. 'cadeira': «em hũa *cadeira* que ele fezera», III, 12, §13, 2.

CADELA, s.f. 'cadela': «A terceira he de lobo e de *cadela*», III, 1, §13, 3.

CAERA, ver *cair*.

[ÇAFILE], s.f. 'safira' :*çafilas*, «cheos de garnetes e de pequenas *çafilas*», III, 15, §16, 5.

ÇAFA, s.f. 'safra, bigorna': «feriam sobr'ele com as espadas, e faziam *çafra* de seu elmo», III, 18, 16, 3.

CAHORTA, s.f. 'coorte': «A *cahorta* he de quinhentos cavaleiros», IV, 2, §23, 2. (3)

CAIDO, adj. v. 'caído': «agora he *caído* em nosso poder», III, 15, §26, 11. *caídos*, «os via *caídos* em servidão dos Seines», II, 3, §4, 4. *caidas*, «os coiros e cuberturas *caidas*», III, 1, §5, 4.

CAIR, v. intr. 'cair': «*caírom* coriscos do ceo», III, 12, §18, 1; «*cairmos* em mão de nossos imigos», III, 7, §5, 2; «ho erro em que *caira* contra ele», II, 2, §19, 5; «a provencia da derradeira Espanha *caio* na parte de Julio Cesar», I, 9, §1, 1. (107)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>caaem</i> , III, 15, §3, 4.
ind. imp.	3p. <i>caia</i> , II, 18, §84, 1. 6p. <i>caiam</i> , II, 7, §6, 2.
ind. perf.	3p. <i>caio</i> , I, 10, §5, 12. 6p. <i>caírom</i> , III, 12, §18, 1.
ind. mperf.	3p. <i>caíra</i> , II, 2, §19, 5. 3p. <i>caera</i> , III, 5, §15, 4.

conj. imp.	3p. <i>caisse</i> , III, 1, §8, 7. 6p. <i>caissem</i> , III, 12, §27, 2.
inf. pes.	4p. <i>cairmos</i> , III, 7, §5, 2.
inf. imp.	<i>cair</i> , II, 7, §7, 2.
ger.	<i>caíndo</i> , III, 5, §22, 2.

CAJAM, CAJOM, s.m. 'ocasião, motivo': «Eu nom queria seer *cajam* de teu perigoo», III, 10, §19, 8. *cajom*, «foi *cajom* de vossa morte», III, 13, §21, 2. «E o *cajom* da guerra foe tal», II, 6, §1, 4. (7)

CAJOM, ver *cajam*.

CAL, pron. 'qual': «de guisa que lhes nom dissesse *cal* obra era», IV, 2, §19, 2.

CALABRE, s.m. 'calabre, corda grossa': «lançaram hũu *calabre* em o mar», III, 14, §4, 2. *calabres*, «velas e *calabres* e outros guarnimentos», II, 11, §1, 2. (2)

CALADAMENTE, adv. 'caladamente, ocultamente': «ele se foe mui *caladamente* a sua casa», I, 8, §59, 3; «perguntou-lhe *caladamente* por a verdade desta cousa», II, 2, §17, 2. (12)

CALADO, adj. v. 'calado, ocultado': «desejando que o que lhe deziã fosse bem *calado*», II, 3, §2, 2. (2)

CALANDAIRO, CALANDRAIRO, s.m. 'calendário': «Desi hordenou o *calandairo*», IV, 1, §4, 2. *calandrairo*, «nom poderia emendar no *calandrairo* que eu fiz, onde meti o dia do bisesto em nota», III, 15, §20, 4. (2)

CALANDRAIRO, ver *calandairo*.

CALAR (SE), v. refl. 'calar-se': «fez-lhe signal que se *calassem*», III, 1, §7, 2; «A virgem se *calou*», III, 9, §6, 10. (7)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>cala-se</i> , III, 14, §35, 1.
ind. perf.	3p. <i>se calou</i> , III, 9, §6, 10. 6p. <i>se calarom</i> , III, 9, §2, 1.
conj. imp.	6p. <i>se calassem</i> , III, 1, §7, 2.
inf.	<i>se calar</i> , I, 9, §8, 1.

CALÇA, s.f. 'calça': «quareenta malhas da *calça* do ferro», III, 12, §38, 5. *calças*, «nem *calçar calças* senom per mim», III, 12, §38, 7. (4)

CALÇADA, 1. adj. 'calcetada': «terra bem *calçada* e cercada arredor com esteos», III, 17, §3, 1. s.f. 'rua calcetada': *calçadas*, «as pontes e *calçadas* eram todas cubertas d'auguas», III, 6, §5, 2. (3)

- CALÇADO, s.f. 'calçado': «fazerom delas *calçado* e outras obras», III, 18, §19, 4.
- [CALÇADONIA], s.f. 'calcedónia': *calçadonias*, «era estrado de *calçadonias* e madeirado d'ossos d'alifante», III, 15, §16, 4.
- CALCANHAR, s.m. 'calcanhar': «lhe tingeo a cota que era branca e a calça atees o *calcanhar*», III, 15, §34, 3.
- CALÇAR, v.tr. 'calçar, vestir': «nem *calçar* calças senom per mim», III, 12, §38, 7.
- CALENDAS, s.f. pl. 'calendas, o 1.º dia de cada mês': «ante as *calendas* de Janeiro», IV, 2, §31, 5; «ante das *calendas* d'Abril», II, 2, §5, 6, (4)
- CALMA, s.f. 1. 'calma': «ha *calma* foe tanta e o mar tam manso», II, 6, §9, 3. 2. 'calor': *calmas*, «grandes trabalhos nos desertos de Libia, assi como as grandes *calmas*», III, 18, §4, 6. (5)
- CALVA, s.f. 'calva': «os outros (cabelos) jaziam envessados sobre sua *calva*», IV, 2, §1, 2.
- CALVO, 1. adj. 'calvo': «vós sooes *calvo* per detras», II, 21, §9, 13. 2. s.m. «nom guardavam *calvo* nem cabeludo», II, 18, §30, 3. (3)
- CAM, s.m. 'cão': «bão *cam* que nom ladra», III, 7, §3, 2. *cães* «lançava gritos de *cães*», III, 1, §12, 4. (9)
- CAMA, s.f. 'cama': «saltou fora da *cama*», II, 18, §48, 4. *camas*, «jaziam ainda em suas *camas*», III, 1, §5, 3. (11)
- CAMANHO, adj. 'tamanho': «eles virom em *camanho* periigo em que estavam», II, 4, §26, 6. Ver *tamanho*.
- CAMARA, s.f. 'camara, sala': «vos leixei em guarda a cousa do mundo que eu mais amo, e vós fostes minha *camara*», III, 13, §7, 2. *camaras*, «os feridos hiam-se pensar a suas *camaras*», III, 2, §15, 1. (11)
- CAMBADO, adj. v. 'mudado': «he *cambado* seu nojo em prazer», III, 12, §11, 4. *cambadas*, «tiinha suas armas *cambadas* por nom seer conhecido», III, 12, §46, 1. (5)
- CAMBAR, 1. v.tr. 'mudar': «minha mesnada me assi *camba*», III, 10, §4, 9. 2. v.refl., 'mudar-se, transformar-se': «*cambarom-se-lhes* os corações», III, 6, §10, 1. (19)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *camba*, III, 10, §4, 9.ind. imp. 3p. *cambava*, II, 21, §24, 3.

ind. perf.	3p. <i>cam bou</i> , III, 2, §14, 1. 6p. <i>cambarom-se-lhes</i> , III, 6, §10, 1.
ind. mperf.	3p. <i>se cambara</i> , III, 6, §13, 2.
ind. fut.	6p. <i>cambarom</i> , III, 12, §22, 9.
conj. pres.	3p. <i>se cambe</i> , III, 2, §10, 5.
conj. imp.	3p. <i>se cambasse</i> , III, 15, §18, 2. 6p. <i>cambassem</i> , II, 16, §2, 3.
inf. imp.	<i>cambar</i> , III, 5, §23, 5.

CAMINHEIRO, s.m. 'caminheiro': «correego-se como prove *caminheiro*», III, 13, §11, 4.

CAMINHO, s.m. 'caminho, estrada': «cada hũu lhe fazia *caminho*», III, 19, §16, 5. «Cesar se meteo ao *caminho*», II, 17, §1, 3. *caminhos*, «fez fazer *caminhos* do Toivre ataa o Mars», IV, 1, §8, 6. (84)

CAMISA, s.f. 'camisa': «a nom rompesse, assim como hũa velha *camisa*», III, 14, §38, 2. (2)

CAMPAL, adj. 'campal': «ouverom esta vitoria em batalha *campal*», II, 18, §31, 2.

CAMPINA, s.f. 'campina, campo': «A *campina* era grande e larga», II, 3, §14, 1.

CAMPO, s.m. 'campo, campo de batalha': «ajuntarom-se ambos no *campo* de Jherico», I, 10, §7, 4; «decerom ao *campo* da batalha», III, 12, §18, 1; «Pharnans meesmo leixou o *campo*», III, 16, §7, 2; «Aquele que, em *campo*, com os seus, nom duvidou a mortalidade», III, 15, §32, 4. *campos*, «El deu terras e *campos*», IV, 1, §2, 2. (115)

CANAL, s.m. 'canal': «acolheo-se a agua ao *canal*», III, 6, §6, 3. (4)

CANDEA, s.f. 'candeia, vela': «hu el atara hũa *candea* branca», IV, 2, §34, 1. *candeas*, «des que as *candeas* foram apagadas», III, 1, §1, 4. (5)

[CANDIEIRO], s.m. 'candeeiro com velas': *candieiros*, «os *candieiros* e todos os outros garnimentos», I, 10, §18, 2.

CANDO, adv. 'quando': «*cando* eu mandar fazer os sinaaes», II, 3, §11, 9. Ver *quando*.

[CANIÇO], s.m. 'caniço': *caniços*, «esteos e *caniços* de grossa madeira», III, 17, §3, 1. (4)

CANSAÇO, s.m. 'cansaço': «assi polas chagas que tiinha, como per *cansaço*», II, 17, §10, 2.

[CANSADO], adj. v. 'cansado': *cansados*, «eram *cansados* de fogir», II, 8, §15, 1. (16)

CANSAR, v.tr. e intr. 'cansar': «seu cavalo *cansaria* se ele andasse de hũu cabo ao outro», III, 11, §4, 3; «muito o *cansava* Camulagenus por que era grande», II, 18, §64, 4. (12)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>cansava</i> , II, 18, §64, 4.
	6p. <i>cansavam</i> , II, 5, §4, 3.
ind. perf.	6p. <i>cansarom-lhe</i> , III, 2, §14, 3.
conj. pres.	5p. <i>cansees</i> , III, 19, §18, 4.
cond.	3p. <i>cansaria</i> , III, 11, 4, 3.
inf. imp.	<i>cansar</i> , II, 5, §4, 3.

[CANTADOR], s.m. 'cantor': *cantadores*, «os *cantadores* dos theatros espedaçavam suas roupas», IV, 3, §6, 4.

CANTAR, 1. v.tr. e intr. 'cantar': «donzelas que *cantam*», III, 14, §20, 1; «as cantigas que soiam de *cantar* aos triumphos», IV, 2, §5, 8. (8)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>cantam</i> , III, 14, §20, 1.
ind. imp.	6p. <i>cantavam</i> , I, 9, §2, 3.
inf. imp.	<i>cantar</i> , IV, 2, §5, 8.
ger.	<i>cantando</i> , IV, 3, §6, 1.

2. s.m. 'cantar, canto': «no voar e *cantar* das aves», III, 1, §13, 2. *cantares*, «andavam cantando novos louvores e grandes *cantares*», IV, 2, §34, 1. (2)

[CANTIGA], s.f. 'cantiga': *cantigas*, «as *cantigas* que sabiam dizer aviam tal virtude», III, 14, §47, 2. (2)

CANTO, s.m. 'canto, pedra': «hũu dos de cima lhe lançou hũu *canto*», III, 2, §4, 3. *cantos*, «cercada de dous muros de mui boos *cantos*», II, 4, §29, 1. (5)

[CAPA], s.f. 'capa, chapa': *capas*, «capado com *capas* pequenas de ferro», III, 16, §2, 2.

CAPADO, adj. 1. 'coberto': «*capado* com *capas* pequenas de ferro», III, 16, §2, 2. 2. 'castrado': *capados*, «homẽes *capados* as guardavam», III, 15, §50, 5.

CAPITAM, s.m. 'capitão, chefe': «sem avendo por *capitam* rei ou algũu outro alto principe», III, 15, §32, 3; «era *capitam* de todas as cidades», II, 6, §11, 2. *capitãaes*, «duques e *capitãaes* da batalha», II, 4, §4, 2; «escolheitos pera seerem guiadores e *capitãaes*», II, 7, §4, 4. (27)

CARA, 1. s.f. 'cara': «Faze boa *cara*», III, 13, §10, 10; «tiinha a *cara* levantada sem todo medo», III, 2, §5, 5. *caras*, «suas *caras* nos espantam», II, 3, §10, 2. 2. adj. 'cara, onerosa': *caras*, «mui fremosas cousas, e limpas e *caras*», IV, 2, §2, 1. (5)

CARAMANCHAM, **CARAMANCHOM**, s.m. 'caramanchão, género de torre existente nos muros': «derribava o muro em hũu *caramancham*», III, 11, §11, 1. *caramanchom*, «era hũa das melhores estacas do *caramanchom*», III, 17, §3, 4. *caramanchões*, «molheres e moços pequenos sobiam aos *caramanchões*», II, 4, §13, 3. (27)

CARAMANCHOM, ver *caramancham*.

CARCER, s.m. 'cárcere': «el o meteo em *carcer*», III, 1, §19, 3. (11)

CAREZA, s.f. 'carência, necessidade': «a *careza* de sua hoste que ñom eram bem provehudos de viandas», II, 6, §12, 7. (5)

CARNAL, adj. 'carnal': «eu te poderei servir e seer aquela *carnal* companheira», III, 1, §22, 10. *carnaes*, «outros seus amigos *carnaes*», II, 11, §4, 1. (3)

CARNALMENTE, adv. 'carnalmente': «dormia com sua madre *carnalmente*», I, 5, §3, 6. (6)

CARNE, s.f. 'carne': «cortou-lhe hũm pedaço do elmo com a *carne* assi que o osso ficou nuu», III, 12, §32, 9; «E mais veviam de *carne* e de leite que de pam», II, 8, §1, 4. *carnes*, «as cotas ñom detiinhã as espadas que ñom entrassem nas *carnes* vivas», III, 8, §7, 4. (30)

CARNEÇARIA, s.f. 'talho, carniçaria': «ñom vendessem carne na *carneçaria*», IV, 1, §7, 4.

CARNECEIRO, ver *carniceiro*.

CARNEIRO, s.m. 'carneiro': «a que nace de *carneiro* e de *cabra*», III, 1, §13, 3. *carneiros*, «matavam em eles como em *carneiros*», III, 14, §6, 1. (10)

CARNICEIRO, [CARNECEIRO], s.m. 1. 'carniceiro, feroz': «senhor companheiro, quem vos fez *carniceiro*? Parece-me que vós saberíeis bem abrir hũu porco», III, 14, §7, 4. 2. 'carniceiro, talhante': «*carneceiros*, ñom vendessem carne na carneçaria senom certos *carneceiros*», IV, 1, §7, 4. (3)

CARO, adj. 'caro, precioso': «por que o tempo era *caro*», II, 12, §1, 2; «Vasica comprou *caro* seu serviço», III, 5, §23, 6. *caros*, «se ñom leixassem matar em vãao, e vendessem-se *caros* a seus imiigos», III, 8, §10, 5. (4)

[CARPINTEIRO], s.m. 'carpinteiro': *carpinteiros*, «seus obreiros e *carpinheiros* obraram tam bem», II, 9, §2, 3. (3)

CARPIR (SE), v.intr. 'lamentar-se': «começou a braadar e a *carpir-se*», III, 1, §17, 3.

ÇARRADA, s.f. 'cerca': «foram contra as portas e defenderom a *çarrada* atees que os seus foram postos fora», II, 18, §13, 4.

ÇARRADO, adj. v. 'fechado, cercado': «hũu lugar *çarrado* e cercado de paaos», II, 4, §18, 3. *çarrados*, «estavam *çarrados* em aquele vale», II, 5, §2, 3. *çarradas*, «nom quis que (as portas) fossem *çarradas* de dia», III, 19, §7, 2. (12)

ÇARRAR, v.tr. 'fechar': «mais asinha que se ele podesse *çarrar* hũu olho ou abrir», III, 14, §42, 3; «assi *çarravam* o porto», III, 2, §10, 1. (15)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>çarrava</i> , III, 14, §20, 3.
	6p. <i>çarravam</i> , III, 2, §10, 1.
ind. perf.	3p. <i>çarrou</i> , III, 4, §2, 18.
	3p. <i>çarrou-se-lhe</i> , III, 5, §22, 2.
	6p. <i>çarrarom</i> , II, 2, §23, 4.
conj. pres.	6p. <i>çarrem</i> , III, 10, §2, 3.
conj. imp.	3p. <i>çarrasse</i> , III, 5, §22, 3.
inf. imp.	<i>çarrar</i> , III, 14, §42, 3.
ger.	<i>çarrando</i> , III 15, §31, 4.

CARREGA, s.f. 'carga': «tinha arredor do seu colo gram *cârrega* das mais preciosas pedras», III, 15, §17, 3; «esta *cârrega* sempre será grande», III, 10, §13, 5. (4)

[CARREGADA], adj. v. 'carregada': *carregadas*, «Depois que estas naaos foram testes *carregadas*», II, 10, §3, 4. (2)

CARREGAR, v.tr. 'carregar': «*carregou* a naao de vianda», III, 13, §12, 1.

CARREGO, s.m. 'encargo, missão': «Hũu tinha *cârrego* de conselhar a cidade», I, 1, §2, 3; «deu Cesar *cârrego* a Titus Lebunos das duas legiões», II, 10, §19, 1. (10) Ver *encârrego*.

CARREIRA, s.f. 'modo de proceder, profissão': «cada hũu de vós tem sua *carreira* e seu conselho», I, 8, §40, 23. *carreiras*, «guiador de todas as *carreiras* e ajustador dos mercadores», II, 15, §7, 1. (3)

[CARREIRO], s.m. 'caminho estreito': *carreiros* «guiarom-na (...) por hũus *carreiros* ascondidos», II, 7, §7, 1. (2)

CARREJAR, v.tr. 'acarretar': «sairom outros muitos a *carrejar* a agua», II, 17, §8, 2.

CARRETA, s.f. 'carro pequeno': «mandou ascondidamente aparelhar hũa *carreta*», III, 1, §1, 3. *carretas*, «lançavam de cima sobr'eles, as rodas das *carretas*», II, 2, §25, 3. (8)

CARRETAR, v.tr. 'acarretar': «começou de *carretar* seu pã», II, 21, §20, 2; «a *carretar-lhe* em muitas maneiras, assi como trazer-lhe triigo», II, 12, §3, 1. (2)

[CARRETEIRO], s.m. 'carreteiro, que dirige a carreta': *carreteiros*, «fez sair gram parte de sua *carriagem*, de sergentes e *carreteiros*», II, 18, §47, 1. (3)

CARRIAGEM, CARRIAJEM, s.f. 'série de carros': «aqueles que trágiam a *carriagem* e ainda nom tiinhã todo descarregado», II, 4, §24, 2; «tomarom-lhes a *carriagem* e a vianda», II, 8, §4, 6. *carriagões*, «mandou que todos ajuntassem suas *carriagões*», II, 14, 7, 5. *carriajem*, «leixarem toda a *carriajem* e salvar seus corpos», II, 5, §7, 5. (57)

CARRIAJEM, ver *carriagem*.

CARRO, s.m. 'carro': «Bem andava no dia, antre de pee e de cavalo ou em *carro*», IV, 2, §13, 2. *carros*, «enviou ante seus cavaleiros e seus *carros*», II, 11, §15, 1. (17)

CARTA, s.f. 'carta, escrito': «per *carta scripta* per sua mãao», I, 10, §13, 8. *cartas*, «veerom a ele todolos senadores de Roma com *cartas* e privilegios», IV, 2, §33, 1. (8)

CARVALHO, s.m. 'carvalho': «hũm postiigoo de *carvalho*», III, 15, §50, 4.

CASA, s.f. 'casa': «se tornarom cada hũu pera sua *casa*», II, 18, §6, 3. *casas*, «queimarom todolos castelos e vilas e *casas* de morada», II, 2, §4, 2. (59)

CASADO, adj. v. 'casado': «fora *casado* com a filha de Cesar», III, 10, §9, 3. *casada*, «*casada* com hũu filho de Otoret», II, 2, §25, 4. (3)

CASAMENTO, s.m. 'casamento': «lealdade que deve seer antre ti e ele por meu *casamento*», III, 2, §17, 3. *casamentos*, «avemos liança com eles per *casamentos*», II, 4, §4, 5. (7)

[CASAR], v.intr. 'casar': «peça avia que *casara* sua madre», II, 2, §17, 6. (8)

Formas verbais:

ind. perf. 1p. *casei*, III, 1, §22, 9.

3p. *casou*, I, 5, §2, 1.

ind. mperif. 3p. *casara*, II, 2, §17, 6.

conj. imp. 3p. *casasse*, I, 2, §3, 1.

CASCO, s.m. 'casco': «a espada entrou ataa o *casco*», II, 21, §9, 7. *cascos*, «cubertos ataa os *cascos* dos pees», III, 16, §2, 2.

CASO, s.m. 'circunstância': «Mais os medos em este *caso* nom ham lugar», I, 8, §39, 16. *em caso*, «*em caso* que ele achado fosse em culpa», II, 2, §3, 1.

CASTA, adj. 'casta': «Sua vida foi *casta* e bem acostumada», III, 14, §15, 4.

CASTAMENTE, adv. 'castamente': «eu ficarei em minha pousada e viverei *castamente*», III, 1, §22, 3.

CASTELO, s.m. 1. 'castelo, fortificação': «As galees do *castelo* viinham ameude das naaos», III, 14, §3, 5; «se foi contra hũu *castelo* forte», II, 18, §14, 4. *castelos*, «duas cidades e triinta *castelos*», III, 19, §13, 1. *casteloos*, «nom avia gentes nos *casteloos*», II, 17, §6, 1. 2. 'castelo do navio, parte elevada do convés', «os *castelos* d'avante das (naaos) de Brutus nom eram tam altos», II, 6, §8, 3. (168)

CASTIDADE, s.f. 'castidade': «el nom desfez rem a nomeada de sua *castidade*», IV, 2, §5, 1. (7)

CASTIGADOR, adj. 'castigador, que castiga': «el era agro enqueredor e *castigador* dos cavaleiros», IV, 2, §20, 1.

[CASTIGADO], adj. v. 'castigado': *castigados* «eu sofreria bem que vós fossees *castigados* per suas obras», I, 8, §40, 37. (2)

CASTIGAR, v.tr. 'castigar': «em presença de seu irmãoo, polo *castigar*, reprehê-o», II, 2, §19, 6. (3)

CASTIGO, s.m. 'castigo, punição': «onde se nom podiam aguardar ordem nem *castigo* de cavalaria», II, 4, §22, 1. (4)

CATAR, v.tr. e intr. 'procurar': «nom podia achar a ilha de Bretanha (...) pero trabalhara muito em a *catar*», III, 2, §6, 11; «nom se *catava* da serpente que o mordera», III, 14, §36, 4. (5)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>catava</i> , III, 14, §36, 4.
inf. imp.	<i>catar</i> , III, 2, §6, 11.
ger.	<i>catando</i> , III, 10, §16, 5.

CATIVEIRO, s.m. 'cativeiro': «se vós me nom mostraes amor em meu *cativeiro*», III, 13, §4, 3.

CATIVIDADE, s.f. 'prisão, sofrimento': «Leixa esta *catividade* que erges», III, 1, §7, 11. *catividades*, «antes he fim de tormentos e de *catividades*», I, 8, §39, 17, (2)

CATIVO, 1. s.m. 'cativo, preso': *cativos*, «da parte esquerda eram os prisioneiros e *cativos*», I, 9, §2, 3. 2. adj. 'preso': *cativa*, «ondes hias e leixavas tua *cativa* gente», III, 10, §16, 3; *cativas*, «nom deviees sofrer suas molheres seerem *cativas*», II, 2, §10, 3. 3. adj. 'mau, desprezível': «Oo corpo *cativo*»; I, 10, §4, 1. *cativa*, «Que andaaes vós buscando com esta *cativa* prea (...) e pequena», II, 17, §7, 4. (18)

CAVA, s.f. 'cava, fosso': «por honde os Romãaos nom tiinham feita *cava*», II, 16, §73, 5. *cavas*, «as *cavas* mui profundas», II, 4, §12, 2. (35)

CAVACO, s.m. 'cavaco, estilha': *cavacos*, «ferio com ambalas mãaos em hũa arvor de que fez sair muitos *cavacos*», III, 5, §6, 2.

[**CAVADA**], adj. 'cavada, escavada': *cavadas*, «as ancas anchas e *cavadas*», III, 11, §19, 1; «aviam hũas grandes imagẽes *cavadas*», II, 15, §6, 1. (2)

CAVALARIA, s.f. 'cavalaria': «por saber como a *cavalaria* poderia seer mais exalçada», Prol., §2, 1. (67)

CAVALEIRO, s.m. 'cavaleiro': «assi como *cavaleiro* esforçado assi em combater como bem guovernar», II, 12, §10, 2. *cavaleiros*, «ouve seus *cavaleiros* ajuntados», III, 15, §43, 3. (404)

CAVALEIROSO, adj. 'próprio de cavaleiro': «Alafres era mais *cavaleiroso* e a donzela lhe queria maior bem», III, 18, §8, 3.

CAVALGADA, s.f. 'cavalgada': «Hinda que el fosse em hoste nem em *cavalgada*», IV, 2, §12, 1.

CAVALGAR, v.intr. e tr. 'cavalgar, montar': «*cavalgando* per terra e seguindo ho batel», III, 15, §61, 2; «*cavalgavam-nos* sobre hũu carro qu'i tiravam cavalos brancos», I, 9, §2, 2. (31)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>cavalgava</i> , III, 2, §30, 4.
	6p. <i>cavalgavam-nos</i> , I, 9, §2, 2.
ind. perf.	3p. <i>cavalgou</i> , II, 13, §6, 10.
	6p. <i>cavalgaram</i> , III, 18, §14, 6.
conj. imp.	3p. <i>cavalgasse</i> , II, 6, §5, 1.
imper.	2p. <i>cavalgaae</i> , II, 21, §11, 6.
inf. imp.	<i>cavaltar</i> , II, 8, §2, 2.
ger.	<i>cavalgando</i> , III, 15, §61, 2.

CAVALO, s.m. 'cavalo': «deu com as esporas ao *cavalo*», II, 11, §15, 3. *cavalos*, «em cima de senhos *cavalos* brancos», I, 6, §3, 3. (219)

CAVAR, v.tr. 'cavar': «*pera cavar a terra*», II, 12, §19, 1. (5)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *cavavam*, IV, 3, §2, 2.

inf. imp. *cavar*, II, 12, §19, 1.

CEA, s.f. 'ceia': «*depois de cea* filhou Darpes conselho», II, 21, §13, 6.

CEAR, v. intr. 'cear': «*eu hirei ao paaço cear*», II, 21, §13, 4.

CEDO, adv. 'cedo': «*em o outro dia muito cedo*», II, 8, §13, 4.

CEDRO, s.m. 'cedro': «*as tavoas eram de cedro*», III, 15, §16, 5.

CEEQ, s.m. 'céu': «*deve de temer a maa vontade do ceeq*», II, 2, §13, 4. *cecos*, «*avossa alma aja folgança em os cecos*», III, 12, §32, 2. (23)

CEGAS, adv. 'cegamente': *a cegas* «*des que disse esto lançou a cegas hũu dardo*», III, 5, §21, 4.

CELIARCE, ver *ciliarce*.

CEM, num. 'cem': «*com cem cavaleiros*», III, 12, §36, 3. Ver *cento*.

CENDAL, s.m. 'cendal, tecido': «*as calças que traziam eram de cendal*», III, 15, §17, 4; «*vio cair seu sangue pola cota do cendal a fundo*», III, 16, §6, 4. (4)

[CENSOR], s.m. 'censor, recenseador': *censores*, «*censores eram aqueles que julgavam os patrimonios e os moviis*», I, 1, §4, 8. (2)

CENTEO, s.m. 'centeio': «*nem trigo nem centeo*», III, 7, §1, 4.

CENTESIMA, num. 'centésima': «*a centesima parte da hostes*», III, 4, §4, 4.

CENTO, num. 'cem, cento': «*demandou-lhes cento arrefeões*», II, 14, §4, 3; «*prenderom deles cento e viinte*», II, 21, §14, 7.

CENTURIÃO, ver *centuriam*.

CENTURIAM, CENTURIÃO, CENTURIOM, [CENTURIO], s.m. 'centurião, chefe de cem homens': «*centuriam, decuriam*», I, 1, §4, 1. *centurião*, «*hũu centurião romão*», II, 20, §17, 2. *centuriom*, «*hũu centuriom da oitava ligiom*», II, 18, §49, 5. *centuriãos*, «*tribũus e centuriãos*», II, 12, §8, 1. *centuriões*, «*dous centuriões*», I, 10, §17, 2. *centurios*, «*dous centurios veerom a seu acorro*», III, 16, §6, 6. (49)

CENTURIOM, ver *centuriam*.

[CEPO], s.m. 'espécie de trincheira feita de ramos aguçados de árvores': *cepos*, «a esto chamaram os Romãos '*cepos*'», II, 18, §75, 2. (2)

CERA, s.f. 'cera': «toda se lhe derretia como *cera*», III, 14, §37, 2. (2)

CERASTRE, s.m. 'cerasta, víbora': «dos olhos do dragom e da pele do *cerastre*», III, 12, §9, 4.

CERCA, s.f. 'cerca, terreno cercado': «dentro naquela *cerca* avia», III, 11, §4, 2; «mandou a tres barões da terra de Cant, da *cerca* da marinha», II, 11, §22, 1. (5)

CERCADO, adj. v. 'cercado': «*cercado* de seus iniigos», II, 12, 3. *cercados*, «dezião que estavam *cercados*», II, 17, §8, 1. *cercada*, «*cercada* d'alto muro», I, 6, §3, 1. *cercadas*, «tinham *cercadas* as tendas», II, 17, §11, 1. (47)

CERCAR, CERQUAR, v.tr. 'cercar': «*cercassem* a frota de Cesar», II, 11, §22, 1; «vio que seus iniigos o *cercavam*», II, 18, §51, 1. (63)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>cerquá-los</i> , II, 18, §34, 3.
ind. imp.	3p. <i>cercava</i> , II, 3, §9, 2. 6p. <i>cercavam</i> , II, 18, §51, 1.
ind. perf.	3p. <i>cercou</i> , II, 21, §22, 2. 6p. <i>cercarom</i> , I, 10, §24, 4. 6p. <i>cerquarom</i> , II, 11, §7, 5.
ind. mpperf.	3p. <i>cercara</i> , III, 13, §7, 4.
conj. imp.	3p. <i>cercasse</i> , II, 21, §15, 2. 6p. <i>cercassem</i> , III, 1, §7, 5.
cond.	3p. <i>cercaria</i> , III, 11, §4, 1.
inf. imp.	<i>cercar</i> , II, 3, §4, 1. <i>cerquar</i> , I, 10, §14, 7.
ger.	<i>cercando</i> , III, 1, §12, 10.

CERCO, CERQUO, s.m. 1. 'cerco, assédio militar': «no combate do paço e da torre de Phar e no *cerco* de Pelusa», III, 15, §52, 5. *cercos*, «per armas nem per fames de *cercos*», III, 14, §17, 8. 2. 'lugar cercado': «hũu dos sete montes que era dentro no *cerco* dos muros de Roma», IV, 9, §8, 2. *cerquo*, «o *cerquo* era tam grande que os Romãos o nom podiam andar», II, 18, §86, 2. 3. 'circo': «mais o enfitiantres he redondo como *cercos*», I, 6, §4, 2. (61)

CERQUAR, ver *cercar*.

CERQUO, ver *cerco*.

CERTO, 1. adj. 'convencido, seguro': «depois que Cesar foe *certo*, per leteras e per messegeiros, desta cousa», II, 4, §2, 1. *certos*, «confortou sua gente fazendo-os *certos* da batalha», II, 12, §26, 2. 2. adj. 'determinado': «onde se ajuntavam a *certo* dia», II, 15, §3, 4. *certos*, «cada hũu lhe enviasse *certos* cavaleiros para seu mester», II, 14, §4, 3. 3. adv. 'com certeza': «cuidaaes vós que aquela desvairada gente tem cobiça (...)» *Certo* nom», III, 12, §22, 9; «*certo* he que homem que está em perigo, de todalas cousas ha receo», II, 18, §86, 1. *em certo*, «Quando Cesar soube *em certo* que», II, 2, §18, 1.

CERVILHEIRA, s.f. 'cervilheira, capacete antigo': «lançou-lhe a *cervilheira* fora da cabeça», III, 14, §7, 5.

CERVO, s.m. 'cervo, veado': «'brandios' em sua linguagem quer dizer *cervo*» III, 2, §7, 3. (3)

CESAR, ver *cessar*.

CESSAR, **CESAR**, v.tr. e intr. 'cessar, terminar': «as festas de Roma *cessariam* por hũu tempo», III, 1, §12, 5; «*cessaae* de me tirar», III, 11, §14, 2; «ca ele nom *cessaria* em quanto o seu cavalo podesse soportar», II, 21, §8, 3. (29)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>cessavam</i> , II, 4, §30, 2.
	6p. <i>cessavam</i> , II, 8, §1, 3.
ind. perf.	3p. <i>cessou</i> , I, 8, §56, 1.
	3p. <i>cessou</i> , II, 18, §27, 3.
	6p. <i>cessarom</i> , III, 1, §17, 2.
ind. fut.	3p. <i>cessará</i> , III, 13, §14, 10.
conj. imp.	3p. <i>cessasse</i> , II, 12, §13, 1.
	6p. <i>cessassem</i> , II, 18, §76, 2.
imper.	2p. <i>cessaae</i> , III, 11, §14, 2.
cond.	3p. <i>cessaria</i> , II, 21, §8, 3.
	6p. <i>cessariam</i> , III, 1, §12, 5.
inf. imp.	<i>cessar</i> , III, 12, §4, 4.

Ver *acessar*.

CESTO, s.m. 'cesto': «passou aalaem como per *cesto* velho», III, 18, §6 3.

CEVADA, s.f. 'cevada': «o feno e a *cevada* e as outras viandas», III, 6, §5, 3. (6)

CHAA, ver *chãao*.

CHÃAO, 1. s.m. 'chão, solo': «caio morto no *chãao*», III, 18, §18, 6. 2. s.m. 'terreno com certa medida': «assentada em hũu vale nom mui grande, e d'arredor avia hũu *chãao*», II, 5, §1, 5. *chãaos*, «onde quer que an-

darmos pelos *chãaos*», II, 3, §11, 8. 3. adj. 'plano, liso': «os ventos cessaram e o mar foi *chãao*», III, 10, §17, 1. *chãa*, «lançaram os Franceses fora da terra *chãa*», II, 4, §4, 3. *chãas*, «estancos e booscos e terras *chãas* avia hi assaz», III, 12, §2, 3. 4. adj. 'sincero': *chãaos*, «os olhos *chãaos* e verdes», III, 15, §17, 4. (24)

CHAGA, s.f. 'ferida': «por esto nom lhe fez el grande *chaga*», IV, 3, §4, 4. *chagas*, «ouve quatorze *chagas* em pouca d'ora», III, 17, §5, 7. (30)

CHAMA, s.f. 'chama': «o fogo caio em desvairados lugares e acendê-se grande *chama*», II, 12, §20, 1. *chamas*. «lançou duas cabeças das *chamas* contra cima», III, 1, §12, 5. (25)

CHAMAALOTE, s.m. 'chamalote, tecido de pelo ou lã geralmente com seda': «Vestidos de bucarom e de *chamaalote*», III, 15, §16, 6.

CHAMADO, adj. v. 'chamado': «nem seria *chamado* a nem hũu feito»; II, 15, §3, 2. *chamados*, «nem eram *chamados* a conselho», II, 15, §3, 1. *chamada*, «sua cabeça era *chamada* Gorgam», III, 13, §34, 3. *chamadas*, «outras regiões eram *chamadas*», II, 23, §11, 4. (26)

CHAMAR, 1. v.tr. 'chamar, convocar': «os Belgues os *chamariam* em sua ajuda», II, 6, §5, 1; 2. v. pron. 'apelidar': «Lucam *chamava-os* das armas longas», III, 1, §9, 3; 3. v. refl. 'chamar-se': «ha hi outro rei que se *chama* Gaba», II, 4, §4, 9. (160)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>se chama</i> , II, 4, §4, 9.
	6p. <i>chamam</i> , II, 1, §1, 3.
ind. imp.	3p. <i>chamava</i> , II, 1, §1, 1.
	6p. <i>chamavam</i> , I, 10, §9, 1.
ind. perf.	6p. <i>chamavam</i> , II, 4, §12, 3.
	3p. <i>chamou</i> , II, 18, §35, 2.
conj. imp.	6p. <i>chamarom</i> , II, 18, §85, 1.
	6p. <i>chamassem</i> , II, 18, §34, 2.
cond.	6p. <i>chamariam</i> , II, 6, §5, 1.
inf. imp.	<i>chamar</i> , I, 9, §9, 5.

CHANTAR, v.tr. 'esperar, plantar': «feze-a *chantar* em hũa lança», III, 15, 44, 3; «lá hu deviam *chantar* vinhas», IV, 3, §2, 2 (3)

Formas verbais:

ind. perf.	6p. <i>chantarom</i> , IV, 3, §6, 3.
inf. pes.	<i>chantar</i> , IV, 3, §2, 2.

CHAPELETA, s.f. 'chapéu pequeno': «pôs hũa *chapeleta* de beber na cabeça», III, 9, §5, 7.

[CHAVE], s.f. 'chave': *chaves*, «e ao quarto dia lhe dessem as *chaves* da cidade», II, 10, §9, 1. (3)

CHEGADA, s.f. 'acto de chegar': «aa *chegada* abaixou o pendom», III, 16, §2, 6.

CHEGADO, adj. v. 'chegado, aproximado': «nunca fora *chegado* a mulher carnalmente», III, 1, §23, 5. *chegados*, «os mais *chegados* de seus parentes», II, 14, §2, 1. *chegada*, «tiinham hũa torre tam *chegada*», II, 12, §20, 6. *chegadas*, «foram *chegadas* ao muro», II, 18, §19, 1. (16)

CHEGAR, v.intr. 'chegar': «as novas desto *chegarom* a Camulegenus», II, 18, §60, 4. 2. v.intr. 'aproximar-se': «tiinham por mal (...) qualquer moço que, ante de viintee anos, *chegasse* a mulher», II, 16, §1, 3. 3. v.refl. 'chegar-se, aproximar-se': «acabado de comer, *chegava-se* meo dia», II, 18, §85, 6; «confortou sua gente de bem fazer e *chegou-se* a eles», II, 2, §24, 1 (205)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>chega</i> , III, 1, §11, 3.
ind. imp.	3p. <i>chegava</i> , III, 18, §30, 3. 6p. <i>chegavam</i> , II, 3, §17, 1.
ind. perf.	3p. <i>chegou</i> , II, 10, §15, 2. 6p. <i>chegaram</i> , II, 2, §23, 4.
ind. mqperf.	3p. <i>chegara</i> , II, 17, §9, 1.
ind. fut.	4p. <i>chegaremos</i> , II, 18, §48, 1.
conj. pres.	4p. <i>cheguemos</i> , III, 4, §2, 9.
conj. imp.	3p. <i>chegasse</i> , II, 16, §1, 3. 6p. <i>chegassem</i> , II, 2, §4, 3.
inf. pes.	6p. <i>chegarem</i> , II, 18, §84, 3.
inf. imp.	<i>chegar</i> , II, 10, §4, 2.
ger.	<i>chegando</i> , II, 21, §14, 5.
V. <i>achegar</i> .	

CHEIRAR, v.intr. 'cheirar': «cubertas d'especies por *cheirar* melhor», III, 15, §19, 1.

CHEIRO, s.m. 'cheiro, aroma': «poio doce *cheiro* das arvores», I, 10, §14, 3. (2)

CHEO, adj. 'cheio': «*cheo* de sangue morto», III, 19, §13, 1. *cheos* «os membros *cheos* e redondos», IV, 2, §1, 1. *chea*, «grande cava *chea* d'augua», II, 3, §9, 2. *cheas*, «*cheas* de gentes d'armas», II, 5, §2, 2. (52)

CHILUIDRES, s.m. 'chelidro ou quelidro, serpente venenosa': «*chiluidres* e asibenes e escurpiões», III, 14, §32, 2.

CHOÇA, s.f. 'choça, palhota': «jazia acerca em hũa *choça* cuberta de junco e de rama», III, 10, §12, 1. *choças*, «nunca jouverom senom sobre *choças* e tendilhões», II, 3, §7, 6. (4)

CHORAR, v.intr. 'chorar': «*choraas* e batee vossos peitos», III, 1, §17, 4; «disse-lhes *em chorando*», II, 18, §40, 1. (49)

Formas verbais:

ind. pres.	5p. <i>choraas</i> III, 13, §4, 8.
	6p. <i>choram</i> , III, 12, §11, 3.
ind. imp.	6p. <i>choravam</i> , II, 3, §3, 2.
ind. perf.	3p. <i>chorou</i> , III, 12, §43, 7.
conj. imp.	3p. <i>chorasse</i> , III, 15, §7, 6.
conj. fut.	2p. <i>chorares</i> , III, 13, §14, 5.
imper.	2p. <i>choraas</i> , III, 1, §17, 4.
ind. imp.	<i>chorar</i> , III, 5, §2, 2.
ger.	<i>chorando</i> , II, 18, §80, 2.

CHORO, s.m. 'choro, pranto': «a door e o *choro* foi grande», II, 21, §13, 1. *choros*, «Nem seram grandes *choros*», III, 13, §24, 2. (5)

CHOROSA, adj. 'chorosa': «meteo sua molher em a naao, triste e *chorosa*», III, 13, §8, 1.

CHOVER, v.intr. 'chover': «começou a *chover* e fazer tempo quēete», III, 6, §5, 2. (2)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>chove</i> , III, 14, §23, 3.
inf. imp.	<i>chover</i> , III, 6, §5, 2.

CHUIVA, s.f. 'chuva': «em esto se começou a *chuiva* tam continuada», II, 7, 10, 2. *chuivas*, «continuadas *chuivas* e destemperados frios», II, 19, §4, 1.

CHUIVOSO, adj. 'chuvoso': «o tempo foe tam *chuiivosos*», II, 10, §15, 3. *chui-vosos*, «os tres meses passados foram continuadamente *chuiivosos*», III, 1, §, 6. (5)

CIDADAAO, s.m. 'cidadão, com direito de cidadania': «Valerius Flacus fezera *cidadāao* de Roma», II, 3, §18, 3. *cidadāaos*, «seus irmãos e seus *cidadāaos*», III, 12, §51, 2: *cidadāos*, «onde eles aviam mortos seus *cidadāos*», III, 15, §27, 8. *cidadāa*, «nom como senhora mais como *cidadāa*», III, 13, §8, 1. (85)

CIDADE, s.f. 'cidade': «governarom primeiramente a *cidade* de Roma», I, 1, §1, 1. *ciudades*, «ele avia guerra com as outras *ciudades*», II, 11, §11, 3. (385)

CIENCIA, s.f. 'ciência, conhecimento': «esta *ciencia* nom era escripta», II, 15, §4, 1. Ver *sciencia*.

CIENTE, adv. 'conscientemente, com conhecimento': *a ciente*, «morreo lá de peçonha que lhe foe dada *a ciente*», I, 9, §9, 5.

CIINZA, s.f. 'cinza': «em cima poserom *a ciinza*», IV, 3, §8, 1. *ciizas*, «ajuntaae as *ciizas* de seu corpo», III, 15, §8, 9. (3)

CILIARCE, CELIARCE, s.m. 'ciliarce, magistrado romano': «avia outras (dignidades) mais pequenas assi como (...) patrice, sensor, *ciliarce*», I, 1. §4, 1. *celiarce*, «*celiarce* era condeestabre de mil cavaleiros», I, 1, §4, 9.

CILADA, s.f. 'cilada, armadilha': «descobrio-se de hũu vale hũa *cilada* de Equitaines a pee», II, 7, §1, 5. *ciladas*, «esconderom-se em hũu boosco (...) e lançaron-se em duas *ciladas*», II, 12, §9, 1. (10)

CIMA, 1. s.f. 'cima, cume': «o meteria aa *cima* de muitas cousas», IV, 2, §1, 4; «de se meter aa *cima* e ao fundo», III, 19, §9, 1. 2. adv. 'na parte superior, em cima': «*per cima* das ancas dos cavalos», III, 12, §37, 2; «e oolhava *pera cima* contra as nuvêes», III, 9, §6, 10; «cavaleiros armados em *cima* de senhos cavalos brancos», I, 6, §3, 3.

CIMEIRA, s.f. 'cimeira, ornato no cimo do elmo': «cuidou-o tomar pola *cimeira* do elmo», III, 18, §11, 2.

CIMITERIO, s.m. 'cemitério': «fogiam dela quando saia de seu *cimiterio*», III, 12, §5, 3.

CINAMOMOM, s.m. 'cinamomo, planta aromática': «*cinamomom* e outras especias de bõo cheiro», III, 15, §19, 1.

CINGER, v.tr. e refl. 'cingir': «nom devees mais cavalgar em cavalo nem *cinger* espada», III, 12, §38, 7; «el husava saios largos, franzidos no colo do braço, e *cingia-se* suxo», IV, 2, §1, 4. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *cingia-se*, IV, 2, §1, 4.

inf. imp. *cinger*, III, 12, §38, 7.

CINGIDO, adj. v. 'cingido, apertado na cintura': «que se guardassem do moço mal *cingido*», IV, 2, §1, 4. (2)

CINQUO, num. 'cinco': «ouve *cinquo* filhos», I, 10, §2, 2.

CINQUOEENTA, CINQUOENTA, num. 'cinquenta': «ataa cerca de *cinquoenta* cavaleiros», III, 17, §7, 3. *cinquenta*, «matou bem *cinquenta* mil moços», I, 10, §5, 4.

CINQUOENTA, ver *cinquoeenta*.

- CINTA, .1 s.f. 'cinta, cintura': «a *cinta* que trazia era de coiro», III, 15, §17, 3; «e cortou-o pela *cinta*, assi que ambalas pernas com o embiigo ficarom na sela», III, 12, §33, 3. 2. adj. 'cingida': *cintas*, «com as espadas *cintas* e dous dardos em suas mãas», IV, 3, §6, 3. (8)
- CINTINA, s.f. 'sentina': «meteo-se em hũa *cintina* da naao», III, 14, §10, 10.
- [CIRIO], s.m. 'círio': *cirios* «chantarom em ele dous *cirios* ardentes», IV, 3, §6, 3. (2)
- CITRES, s.m. 'tuia, árvore conífera, cedro (?)': «hũas arvores que se chamam *citres*», III, 14, §23, 4.
- CLARAMENTE, adv. 'claramente, de modo claro': «nom o quis descobrir *claramente*», III, 1, §14, 3.
- CLARIDADE, s.f. 'claridade, luz': «o sol e a lua perderom a *claridade*», III, 1, §12, 3. (7)
- CLARO, adj. 'claro, sem nuvens': «Tanto que foe dia *claro*», II, 2, §21, 4. *claros*, «Quando venta aguiam faz os tempos *claros*», III, 14, §23, 4. *clara*, «hũa mui fremosa pedra (...) e era maravilhosamente *clara*», III, 4, §2, 16. (3) Ver *crara*.
- CLERIGO, s.m. 'clérigo, sacerdote': «hũu *clerigo* que muito sabia de adevinhar», IV, 3, §2, 4. *clerigos*, «os *clerigos* que os levavam hiam juntos», III, 14, §25, 3. (2)
- COBIÇA, ver *cobiça*.
- COBIÇOSO, ver *cobiçoso*.
- COBIÇA, COBIÇA, s.f. 'cobiça, desejo': «nom tiinha cuidado de vã gloria nem amava maa *cobiça*», III, 13, §26, 4. *cobiça*, «cousa que trazem aos homêes grande *cobiça* de folgar», II, 16, §2, 3. (32)
- COBIÇAR, v.tr. 'desejar, ambicionar': «hũus e os outros *cobiçavam* seer senhores», II, 3, §2, 4. «por que *cobiçarias* tu batalha?», III, 1, §20, 6.

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>cobiçam</i> , III, 1, §20, 5.
ind. imp.	3p. <i>cobiçava</i> , III, 2, §2, 2.
	6p. <i>cobiçavam</i> , II, 3, §2, 4.
cond.	2p. <i>cobiçarias</i> , III, 1, §20, 6.
inf. imp.	<i>cobiçar</i> , III, 13, §1, 6.
ger.	<i>cobiçando</i> , III, 15, §25, 4.

COBIÇOSO, COBIÇOSO, adj. 'desejoso': «homem movedor de pelejas e *cobiçoso* de senhorio», II, 11, §6, 1. *cobiçoso*, «era muito *cobiçoso* de saber», III, 12, §3, 2. *cobiçosos*, «sages e *cobiçosos* de grande senhorio», III, 1, §5, 5. (9)

COBRADO, adj. v. 'cobrado, readquirido': «vio que o dampno no podia seer *cobrado*», III, 18, §24, 3. *cobrada*, «tiinham toda sua dignidade *cobrada*», II, 18, §56, 3. (4)

COBRAR, v.tr. 'cobrar, readquirir': «os Raans *cobrarom* seus logares que tiinham perdidos», II, 15, §2, 4. «requereo-lhes que *cobrassem* coração de livrar sua franqueza», II, 12, §15, 1. (30)

Formas verbais:

ind. perf.	3p. <i>cobrou</i> , II, 2, §9, 3.
	6p. <i>cobrarom</i> , II, 2, §14, 4.
ind. imperf.	3p. <i>cobrava</i> , III, 15, §11, 3.
conj. imp.	3p. <i>cobrasse</i> , II, 23, §12, 4.
	6p. <i>cobrassem</i> , II, 12, §15, 1.
cond.	3p. <i>cobraría</i> , III, 19, §2, 2.
inf. imp.	<i>cobrar</i> , I, 10, §24, 2.

COBRE, s.m. 'cobre': «A moeda era de puro *cobre*», II, 11, §12, 2.

COBRIR, 1. v.tr. 'cobrir': «*cobrir* as tendas de colmo», II, 19, §5, 2. «*cobrio* o olho da pedra», III, 4, §3, 6. 2. v.refl. 'cobrir-se, tapar-se': «os homens nom se *cobriam* contra as mulheres», II, 16, §1, 3; «ca ele se poderia *cobrir* de ti», III, 1, §20, 7. (22)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>cobriam</i> , II, 16, §1, 3.
ind. perf.	3p. <i>cobrio</i> , III, 4, §3, 6.
	6p. <i>cobrirom</i> , II, 12, §21, 4.
	<i>cobriram-nos</i> , II, 4, §33, 3.
inf. imp.	<i>cobrir</i> , III, 1, §20, 7.

COFRE, s.m. 'cofre': *cofres*, «filharom-lhe quanto tiinham seus *cofres*», II, 12, §2, 2.

[**COHORTA**], [**COHORTE**], **COLHORTA**, s.m. 'coorta, uma parte de uma legião romana': *cohortas*, «enviou duas *cohortas* de mil cavaleiros», II, 5, §1, 4. *côhortes*, «em guarda das duas *côhortes*», II, 4, §2, 3. *colhorta*, «os centuriões da terceira *colhorta*», II, 12, §20, 6. *colhortas*, «duas *colhortas* de mil homens», II, 11, §15, 4. (28)

COHORTE, ver *cohorta*.

COIFA, s.f. 'rede que cobre a cabeça': «cortou-lhe hũu pedaço do elmo e da *coifa*», II, 21, §9, 12. (10)

COIMAAES, ver *comer*.

COIRMAAO, COM IRMAAO, s.m. 'coirmão': «primo *coirmão* d'el-rei Juba», III, 8, §12, 1. *com irmão*, «primo *com irmão* de Vertingeturis», II, 18, §78, 4. (5)

COIRO, s.m. 1. 'couro, pele': «comeo-lhe o *coiro* do ventre», III, 14, §37, 2. *coiros*, «se nom foram os fortes *coiros* que traziam», III, 12, §33, 1. 2. 'couro cabeludo': «com os cabelos e com o *coiro*», II, 21, §9, 12. (20)

COITA, s.f. 'cuidado, sofrimento': «vem o dia da gram *coita*», III, 12, §19, 1.

COIXA, s.f. 'coxa': «feri-o hũu pouco em hũa *coixa*», III, 12, §35, 2. *coixas*, «cobrio suas *coixas* da mão esquerda», IV, 3, §4, 6. (6)

COLA, s.f. 'cauda': «fez voar a cabeça com elmo sobre a *cola* do cavalo», III, 16, §6, 1.

COLCHA, s.f. 'colcha': «se asseentou em cima de hũa *colcha*», III, 15, §17, 1. *colchas*, «as *colchas* das camas eram cubertas», III, 15, §16, 5. (3)

[COLDRE], s.m. 'coldre': «enchiam os *coldres* de seetas», III, 12, §17, 2. (2)

COLHER, 1. v.tr. 'colher': «hũa pouca d'herva (...) que Libiãaos, que hi moram, comem e *colhem*», III, 14, §23, 6. 2. v.tr. 'recolher, guardar': «Em outro dia fez Cesar *colher* suas tendas», II, 18, §56, 1. 3. v.tr. 'ganhar, adquirir': «os de Vernes (...) *colherom* ardimento», II, 4, §27, 4. 4. v.refl. 'recolher-se': «com medo, *se colherom* a suas tendas», II, 20, §8, 1. (15)

Formas verbais:

ind. pres. 6p. *colhem*, III, 14, §23, 6.

ind. imp. 6p. *colhiam*, IV, 2, §10, 1.

ind. perf. 3p. *colheo*, II, 18, §64, 7.

6p. *colherom*, II, 4, §27, 4.

inf. imp. *colher*, II, 18, §56, 1.

V. *acolher-se*.

COLHORTA, ver *cohorta*.

[COLMEA], s.f. 'colmeia': *colmeas*, «come o que guarda as *colmeas*, quando se lhe vão as abelhas», III, 14, §17, 12.

COLMO, s.m. 'colmo': «cobrir as tendas de *colmo*», II, 19, §5, 2.

COLO, s.m. 1. 'colo, regaço': «Hũa espantosa figura de molher (...) lançava de seu *colo* a fundo hũu pinheiro aceso», III, 1, §12, 10. «saíos largos, franzidos no *colo* do braço», IV, 2, §1, 4. 2. 'pescoço': «pose-o sobre

colo do seu cavalo e derribara-o em terra», III, 16, §6, 5. *colos*, «os de Cesar ho filharom docemente sobre seus *colos* e levaram-no acima», III, 11, §15, 2. (22)

COLOR, ver *coor*.

COLUMNNA, s.f. 'coluna': «as leteras da *columnna* diziam», IV, 3, §8, 1. *columnnas*, «ricas *columnnas* de Venus e doutros marmores», IV, 2, §2, 2.

COM, prep. 1. 'com': «acustumados d'enviar *com* suas mensagens», II, 12, §4, 1. 2. 'por': «*com* todo esto ele ouvira dizer», II, 18, §58, 2.

COMANDAMENTO, s.m. 'comando': «esta vila que he a teu *comandamento*», III, 13, §6, 2.

COMARCA, [COMARQUA], s.f. 'comarca, região': «na terra hu chamam Emboia, hũa *comarca* da Macedonia», III, 9, §6, 9. *comarcas*, «veo contra el nas *comarcas* de sua terra», III, 16, §1, 3. *comarquas*, «vão vazios pera *comarquas* estranhas», II, 3, §2, 10. (51) Ver *marca*.

COMARCAR, v.intr. 1. 'confinar': «parte de sua terra que com eles *comarcava*», II, 15, §2, 2; «as cidades *comarcavam* hũa com a outra», II, 14, §3, 3. 2. 'estar junto de': «os outros que *comarcavam* com as outras ligiões», II, 12, §5, 1. (15)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>comarcam</i> , II, 8, §11, 3.
ind. imp.	3p. <i>comarcava</i> , II, 15, §2, 2.
	6p. <i>comarcavam</i> , II, 10, §4, 2.
inf. imp.	<i>comarcas</i> , II, 12, §1, 2.

COMBATE, COMBATO, s.m. 1. 'combate': «honde o *combate* era maior», II, 18, §83, 4; «de qual quer parte que lhe veesse o *combate*», II, 18, §76, 2. *combates*, «despois de muitos *combates* e escaramuças», I, 10, §24, 4. *combato*, «ho *combato* ataa em outro dia foi espaçado», III, 15, §29, 3. *combatos*, «Tholomeu foi em todosos *combatos*», III, 15, §43, 3. 2. 'local de combate': «ca ho *combate* era alto e bem podiam veer de fundo quem era covardo», II, 21, §27, 2. (79)

[COMBATEDOR], s.m. 'guerreiro': *combatedores*, «os de Pontavim, que som boos *combatedores*», III, 1, §9, 2.

[COMBATENTE], s.m. 'combatente': *combatentes*, «boos *combatentes* e poderosos de seer duques», II, 4, §4, 7.

COMBATER, 1. v.tr. 'combater': «*combaterei* Labienus com sua ligiom», II, 13, §4, 2. 2.v.intr. «se *combaterdes* tam bem que todos vençaaes», III, 12, §22, 5. 3. v.refl. «Cesar e Pompeio se *combateróm* hoje no campo», III, 12, §19, 1. «Se te tu *combates* contra Cesar», III, 1, §20, 9. (178)

Formas verbais:

ind. pres.	2p. <i>combates</i> , III, 1, §20, 9.
	4p. <i>combateamos</i> , II, 3, §10, 2.
	6p. <i>combaten</i> , III, 1, §20, 11.
ind. imp.	3p. <i>combatiã</i> , II, 12, §20, 4.
	6p. <i>combatiã</i> , I, 6, §3, 1.
ind. perf.	1p. <i>combati</i> , II, 3, §15, 3.
	3p. <i>combateo</i> , II, 21, §3, 4.
	6p. <i>combaterom</i> , II, 4, §6, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>combatera</i> , III, 17, §9, 1.
ind. fut.	1p. <i>combaterei</i> , II, 13, §4, 2.
	2p. <i>combater-te-às</i> , III, 19, §16, 3.
	3p. <i>combaterá</i> , III, 12, §22, 8.
	6p. <i>combateróm</i> , III, 12, §19, 1.
conj. pres.	3p. <i>combata</i> , III, 1, §21, 3.
conj. imp.	3p. <i>combatesse</i> , II, 8, §11, 5.
	6p. <i>combatessem</i> , II, 10, §5, 1.
cond.	1p. <i>combateria</i> , III, 1, §20, 10.
	6p. <i>combateriam</i> , II, 18, §7, 1.
inf. pes.	5p. <i>combaterdes</i> , III, 12, §22, 5.
	6p. <i>combaterem</i> , III, 10, §18, 8.
inf. imp.	<i>combater</i> , IV, 2, §23, 1.
ger.	<i>combatendo</i> , II, 12, §12, 3.
ind. pres. comp.	3p. <i>à combatida</i> , II, 3, §2, 7.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha combatida</i> , III, 5, §12, 1.
4. s.m. 'combater': «Os Romãaos foram espantados do <i>combater</i> que os Bretões aviam», II, 11, §15, 5.	

COMBATIDO, adj. v. 'combatido': «foi *combatido* dos Egípciãaos», III, 15, §55, 6. *combatidos*, «sejamos *combatidos* de todosos poboos», III, 1, §18, 3. (3)

COME, ver *como*.

COMEÇAMENTO, s.m. 'começo': «aquela cousa foe *começamento* de grande mal», I, 8, §39, 22.

COMEÇADO, adj. v. 'começado': «por que o inverno era *começado*», III, 14, §49, 2. *começada*, «hũa discordia era *começada*», I, 3, §2, 2. *começadas*, «duas cousas que antre eles eram *começadas*», II, 3, §18, 1. (17)

COMEÇAR, v.tr. 'começar': «*começarom* de ferir os traseiros», II, 12, §9, 2; «*começarom-se* de hir contra hũa porta», II, 18, §30, 2; «*se ele começasse* batalha», II, 6, §11, 6; «*começou* a servir quanto podia», I, 9, §5, 3. (228)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>começa</i> , III, 2, §6, 14. 4p. <i>começamos</i> , III, 2, §6, 4. 6p. <i>começam</i> , III, 2, §1, 2.
ind. imp.	3p. <i>começava</i> , I, 9, §10, 3. 6p. <i>começavam</i> , II, 11, §18, 5.
ind. perf.	1p. <i>comecei</i> , III, 5, §6, 3. 2p. <i>começaste</i> , III, 10, §2, 1. 3p. <i>começou</i> , I, 3, §3, 1. 6p. <i>começarom</i> , II, 12, §9, 2.
ind. mqperf.	3p. <i>começara</i> , III, 3, §8, 5.
ind. fut.	4p. <i>começaremos</i> , Prol. 1, §3, 2
conj. pres.	2p. <i>comeces</i> , II, 2, §12, 6. 3p. <i>comecc</i> , III, 2, §6, 5. 4p. <i>comecemos</i> , II, 18, §39, 6.
conj. imp.	3p. <i>começasse</i> , II, 6, §11, 6. 6p. <i>começassem</i> , II, 18, §2, 2.
inf. pes.	4p. <i>começarmos</i> , III, 9, §2, 5.
inf. imp.	<i>começar</i> , I, 5, §4, 1.
ger.	<i>começando</i> , I, 10, §16, 7.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha começadas</i> , II, 23, §12, 3. 6p. <i>aviam começada</i> , II, 2, §24, 5.

COMEÇO, s.m. 'começo, início': «*em começo* passaram o Rio» II, 3, §2, 4.
começos: «A diessa Minerva ensinava os *começos* do tecer», II, 15, §8, 2. (31)

COMENDAMENTO, s.m. 'comando': «a vila era a seu *comendamento*», II, 18, §92, 1; «o *comendamento* da batalha foe dado», II, 11, §11, 3. (2)

COMEOS, s.m. 'instante, comenos': «em este *comeos*, mandou Cesar», II, 2, §15, 1.

COMER, 1. v.tr. e intr. 'comer': «aquela aguiã lhe *comeria* o coração», III, 18, §6, 1; «*nom comera* senom mui pouco», II, 17, §10, 2. (47)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>comem</i> , III, 12, §16, 5.
ind. imp.	3p. <i>comia</i> , III, 1, §23, 2. 6p. <i>comiam</i> , II, 8, §1, 4.
ind. perf.	3p. <i>comeo</i> , I, 10, §24, 6. 6p. <i>comerom</i> , II, 8, §4, 6.

- ind. mqperf. 3p. *comera*, II, 17, §10, 2.
 ind. fut. 3p. *comerá*, III, 5, §2, 7.
 conj. pres. 5p. *coimaaes*, III, 4, §2, 3.
 conj. imp. 6p. *comessem*, III, 12, §5, 4.
 cond. 3p. *comeria*, III, 18, §6, 1.
 inf. imp. *comer*, IV, 1, §2, 3.
 ind. mqperf. comp. 6p. *aviam comido*, III, 15, §28 2.
 2. s.m. 'comer, refeição': «pera matar Cesar e Cleopatra ao *comer*», III, 15, §43, 3.

COMETA, COMETE, s.f. 'cometa': «chama-se *cometa* porque lança raios», III, 1, §12, 1. *comete*, «*comete*, húa estrela, apareceu sete dias continuados», IV, 3, §11, 1. (2)

COMETE, ver. *cometa*.

COMETER, v.tr. 'acometer, atacar': «a mim *cometam* as serpentes com suas peçonhas», III, 14, §22, 7; «*acometerom-nos* tam asperamente que os fizeram reteer», II, 4, §23, 1.

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *cometeo*, III, 15, §45, 3.
 6p. *cometerom*, II, 4, §23, 1.
 ind. mqperf. 3p. *cometera*, III, 16, §5, 2.
 conj. pres. 6p. *cometam*, III, 14, §22, 7.
 inf. imp. *cometer*, II, 8, §7, 3.

COMIGO, pron. 'comigo': «forom em Espanha *comigo*», I, 9, §4, 3.

COMILITÕES, s.m. 'companheiros de armas': «senhores *comilitões*, que quer dizer tanto come 'companheiros em cavalaria', IV, 2, §21, 1.

COM IRMÃO, ver *coirmão*.

COMO, COME, conj. 1. 'como': «os Bretões aviam ho melhor, *como* aqueles que aviam de carros e de cavalos grande abastança», II, 10, §16, 1. *come*, «tu a queres lá levar, *come* cousa devuda», III, 13, §14, 11; «quer dizer tanto *come* 'companheiros de cavalaria', IV, 2, §21, 1. 2. 'logo que', «*como* Cesar vio o vento, mandou», II, 11, §7, 2; «*como* esto foe feito, ele mandou», II, 4, §26, 2.

COMPANHA, s.f. 'companhia, legião': «seus imiigos forom espantados *como* el acrecentava sua *companha* tanto», I, 6, §5, 2; «Na *companha* de Cesar avia assaz de Belgues», II, 4, §17, 2. *companhas*, «achava muitas *companhas* que ainda viinham pera a batalha», III, 12, §1, 4. (32)

COMPANHEIRO, s.m. 'companheiro, camarada de armas': «Vozeneus, seu *companheiro*», II, 12, §21, 5. *companheiros*, «se vissem seus amigos na aventura, eles lhe eram bem *companheiros* em ela», II, 7, §3, 2. *companheira*, «perdeo esperança de escapar por que vio sua *companheira* perdida», III, 14, §7, 1; «eu te poderei servir e seer aquela carnal *companheira*», III, 1, §22, 10. (78)

COMPANHIA, s.f. 1. 'companhia, divisão de um regimento': «eu, e todos os Romãos de minha *companhia*, avemos tal medo», II, 6, §12, 2; «aviam em sua *companhia* fouces roçadoiras», II, 18, §86, 1. 2. 'companhia, acção de acompanhar': «que se viesse pera eles e que lhes fizesse *companhia* em sua guerra», II, 18, §65, 2. 3. 'convivência': «a *companhia* que el ouve com Nicomede», IV, 2, §5, 1. 4. 'conjunto de individuos subordinados a um chefe' *companhias*, «Em França avia desvairadas sciencias e *companhias* ante que Cesar vesse», II, 15, §1. 1. (58)

COMPANHÕES, s.m. 'companheiros de armas': «Os outros *companhões*, quando virom assi desordenada sua aaz», II, 12, §12, 1.

COMPARAÇOM, s.f. 'comparação, relação': «nom avia senom pouca gente a *comparaçom* deles», II, 7, §5, 2; «vós parecees vãos em *comparaçom* de nós», II, 4, §30, 3. (16)

COMPASSAR, v.tr. 'compassar, calcular': «Tolomeu, a ti convem *compassar* a força do teu reino», III, 13, §17, 9.

[COMPOER], v.tr. 'compor, formar com vários elementos': «*compoiam* beveragões e peçonhas», III, 12, §4, 3.

COMPRAR, v.tr. 'comprar, pagar': «Os que esto começaram, eles o *comprárom*», III, 10, §4, 9; «*comprarás* caro a falsura que mostraste», III, 9, §6, 2. (21)

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>compram</i> , III, 1, §21, 1.
ind. perf.	3p. <i>comprou</i> , III, 18, §8, 5. 6p. <i>compraram</i> , III, 8, §13, 3.
ind. fut.	2p. <i>comprarás</i> , III, 9, §6, 2. 5p. <i>comprarees</i> , III, 8, §13, 1. 6p. <i>comprárom</i> , III, 10, §4, 9.
conj. imp.	3p. <i>comprasse</i> , III, 8, §13, 3. 6p. <i>comprassem</i> , III, 15, §10, 1.
inf. imp.	<i>comprar</i> , III, 13, §17, 7.

COMPRIDAMENTE, adv. 'completamente': «tornarom-lhe seu officio tam *compridamente* como antes avia», I, 8, §59, 7.

COMPRIDO, adj. v. 1. 'completo, perfeito': «Pero hi ouve hũu tam coraçudo e *comprido* de tal ardimento», III, 3, §7, 1. *compridos*, «nom leixavam seus lugares, que eram *compridos* de todo bem», II, 3, §1, 2. *comprida* «Ela era *comprida* e direita, e mais ancha nas cadeeiras que nos peitos», III, 15, §17, 4. 2. 'completado': *compridos*, «ainda que os cinco anos nom fossem *compridos*», II, 23, §10, 4. 3. 'cumprido': «todos seus juizos eram *compridos* e, se algũs hiam contra sua sentença, (...) antredito era», II, 15, §3, 2. 4. 'longo': *compridos*, «quando naceo tragia os cabelos mui *compridos*», I, 2, §1, 2. (12)

COMPRIDOIRO, adj. 'necessário': «aquele que era *compridoiro* pera as armar, assi como velas e calabres», II, 11, §1, 2. (2)

COMPRIMENTO, s.m. 'extensão': «Des que vio que poderia achar *comprimento* d'hervas e de paceres», II, 4, §2, 2.

COMPRIR, [CUMPRIR], 1. v. intr. 'ser necessário': «todalas cousas que lhe *compriam*, (...) lhe faleciam», II, 10, §10, 2. «Quando Cesar soube esto fez (...) tirar os engenhos assi como *compria* a combater», II, 4, §12, 3. 2. v.tr. 'cumprir, satisfazer': «se os Clutões quizerem dar arrefêes de *comprir* o que eles por vós ham prometido», II, 2, §13, 5. (61)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>compre</i> , II, 3, §5, 3.
ind. imp.	3p. <i>compra</i> , II, 4, §12, 3. 6p. <i>compriam</i> , II, 10, §10, 2.
conj. imp.	3p. <i>comprisse</i> , II, 2, §27, 2. 3p. <i>cumprisse</i> , II, 3, §19, 4.
inf. imp.	<i>comprir</i> , II, 2, §13, 5.

COMUM, ver *comũu*.

COMUNAL, adj. 'comum, da comunidade': «estabeleceo hũa lei de *comunal* despesa», IV, 1, §7, 4.

COMUNALMENTE, adv. 'igualmente': «ele era proveitoso *comunalmente* a todos», III, 14, §15, 1.

COMUNES, ver *comũu*.

COMUNIDADE, s.f. 'comunidade, sociedade': «em esta *comunidade*, quem booa molher tevesse nom a duvidasse a seu parceiro», II, 11, §14, 2. (2)

COMÛU, **COMUM**, 1. adj. 'comum, geral': «seu *comũu* conselho foi como ajuntariam», III, 18, §1, 3; «a *comũu* conjuraçom dos Franceses», II, 12, §4, 3. *comũues*, «aqueles mortaaes sacrificios eram *comũues* em toda terra», II, 15, §6, 1. 2. adj. 'relativo a todos': *comũus*, «cuidam roubar

os *comûus* thesouros», I, 8, §40, 14. *comûuees*, «o lugar onde davam as degnidades e a maior parte dos outros logares *comûuees*», I, 6, §1, 1. *comûues*, «faziam aparelhar as casas *comûues* assi como o Capitolio», I, 1, §4, 4. *comûa*, «muito me deve a *comûa* franqueza», II, 18, §39, 4; *comûua*, «prouesse a Deus que posesse a minha cabeça e o meu sangue por a *comûua* franqueza», III, 1, §21, 2. *comûas*, «era enlegido polas *lex comûas*», II, 18, §34, 4. *comunes*, «Estabeleceo convites polas comarcas *comunes*», IV, 2, §4, 1, 3. s.m. 'a comunidade, os bens comuns': «nom era por amor dele mais por amor do *comûu*», III, 14, §1, 3; «o que melhor ministrava seu *comûu*, os outros *comûus* se tiñham a ele», II, 15, §10, 1; «eles defendiam o poboo do *comûu* meudo», I, 1, §4, 2; «era proveito do *comûu* romãao», II, 3, §5, 1. *comum*, «as cousas que compriam ao proveito do *comum*», I, 1, §3, 3. 4. adv. 'em comum, juntamente': *em comûu*, «tomam todalas mulheres *em comûu*», III, 18, §19, 2. *de comûu*, «fazem *de comûu* com as mulheres», III, 18, §19, 2. (81)

COMVOSCO, pron. 'convosco': «se tornarom sem pelejar *comvosco*», II, 18, §22, 3.

CONCEBER, v.tr. e intr. 'conceber, gerar': «as mulheres *concebiam* criaturas desvairadas», III, 1, §12, 8; «ela ainda podia *conceber*», III, 1, §22, 2. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *concebiam*, III, 1, §12, 8.
ind. imp. *conceber*, III, 1, §22, 2.

CONCIENCIA, s.f. 'consciência': «asaz o podia sua *conciencia* repreender», III, 12, §51, 3.

[CONCORDAR], v. intr. 'concordar': «nosso bõo começo tornará a nada se a boa fim nom se *concorda*», III, 18, §3, 3.

CONCORDIA, s.f. 'concordia': «nom deve nem hûu falar de cortesia nem de *concordia*», I, 8, §40, 12. (3)

[CONDE], s.m. 'dignitário e comandante militar': *condes*, «viñham duques e *condes*», II, 7, §4, 3. (7)

CONDEESTABRE, ver *condestabre*.

CONDENAÇOM, s.f. 'condenação': «em lugar de honra te hordenam *condenaçom*», III, 1, §6, 9.

[CONDENADO], adj. v. 'condenado': *condenados*, «eram muitos *condenados* a torto», I, 8, §39, 22. *condenada*, «hûa destas terras fosse mais *condenada*», III, 12, §53, 4. *condenadas*, «fossem todas salvas ou *condenadas*», III, 12, §53, 4. (3)

CONDENAR, v.tr. 'condenar': «ouvesse deles mercee e que nom quisesse *condenar* o comũ», II, 14, §9, 3.

CONDESTABRADO, s.m. 'cargo de condestável': «centuriam de cada hũu *condestabrado*», II, 3, §11, 1.

CONDESTABRE, s.m. 'condestável': «el-rei te ha feito senhor e *condestabre* de todo o Egipto», III, 15, §26, 2; «governador e *condestabre* de tres ligiões», IV, 2, §31, 7. *condestabres*, «começou de chamar seus *condestabres* e centuriões», II 4, §25, 6. *condeestabre*, «celiarce era *condeestabre* de mil cavaleiros», I, 1, §4, 9.

CONDIÇOM, s.f. 'condição': «nom ouviria ja mensagem nem hũu com *condiçom* de paz», II, 8, §13, 1. (7)

CONFIRMADO, adj. v. 'confirmado, certificado': «Depois que esto foe *confirmado*», II, 14, §6, 3. *confirmada*, «Julio Cesar dera seu escripto a Catelina em que a conjuraçom era *confirmada*», I, 8, §57, 2. (3)

CONFIRMAR, 1. v.tr. e intr. 'confirmar, rectificar, tornar firme': «*confirmou* o senhorio a Ircanos», I, 10, §19, 1; «*confirmou-lhes* os corações em bem fazer», II, 20, §4, 1; «hũu rei que Cesar lhes *confirmara*», II, 13, §2, 2. 2. v.refl. 'confirmar-se, certificar-se': «nom queria que os Franceses *se confirmassem* em este cuidado», II, 19, §2, 1. (18)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>confirmava</i> , II, 18, §82, 5.
ind. perf.	3p. <i>confirmou</i> , II, 20, §4, 1. 6p. <i>confirmarom</i> , II, 2, §2, 2.
ind. mqperi.	3p. <i>confirmara</i> , II, 13, §2, 2.
conj. imp.	6p. <i>se confirmassem</i> , II, 19, §2, 1.
cond.	3p. <i>confirmaria</i> , II, 13, §2, 1.
inf. imp.	<i>confirmar</i> , II, 18, §82, 4.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>tiinha confirmados</i> , III, 14, §18, 1.

CONFORTADA, adj. v. 'animada': «toda a gente foi *confortada*», III, 14, §17, 11.

CONFORTAR, 1. v. intr. 'confortar, animar': «indo Cesar assi *confortando* sua gente», II, 4, §21, 3. «*confortou* sua gente de bem fazer», II, 2, §24, 1. 2. v. refl. «*confortavam-se* hũus com os outros como que ja tiinham sua prea prestes», II, 14, §8, 1. (47)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>conforto</i> , III, 10, §15, 3.
ind. imp.	3p. <i>confortava</i> , II, 18, §16, 1. 6p. <i>confortavam-se</i> , II, 14, §8, 1.

ind. perf.	3p. <i>confortou</i> , II, 18, §20, 4.
	6p. <i>confortarom</i> , I, 5, §3, 7.
inf. imp.	<i>confortar</i> , IV, 2, §23, 1.
ger.	<i>confortando</i> , II, 4, §21, 3.
ind. perf. comp.	<i>ouve confortados</i> , II, 18, §70, 3.

CONFORTO, s.m. 'conforto, consolação': «poderia seer parte de nosso *conforto* se Cesar e nossos imiigos nos seguissem», III, 14, §45, 5. (2)

CONHECER, ver *conhocer*.

CONHECIDO, ver *conhecido*.

CONHECIMENTO, ver *conhecimento*.

CONHOCENTE, s.m. 'conhecido, pessoa que se conhece': «começarom arrefecer pola piedade que cada hũu avia de seu *conhocente*», III, 12, §26, 1; *conhocentes*, «amoestando-os que nom guardassem *conhocentes* nem estranhos, dizendo-lhes que nom perdoassem a nehũu», III, 12, 29, 4. (3)

CONHOCER, CONHECER, v.tr. 1. 'conhecer, distinguir': «eu mal nom *conhoço* a mancebia que está contigo», III, 10, §10, 5; «nom podia homem *conhocer* hũu do outro», III, 5, §15, 1. *conhecer*, «Como os de Nevres (...) as *conhecerom*», II, 4, §19, 5. 2. 'perceber': «ainda que Cesar *conhocesse* a falssura», II, 18, §56, 3. (74)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>conhoço</i> , III, 10, §10, 5.
	6p. <i>conhocem</i> , III, 18, §19, 2.
ind. imp.	3p. <i>conhocia</i> , II, 21, §8, 3.
	6p. <i>conhociam</i> , II, 21, §11, 2.
ind. perf.	3p. <i>conhoceo</i> , II, 2, §23, 1.
	<i>conheceo</i> , III, 1, §17, 1.
	6p. <i>conhocerom</i> , II, 6, §3, 3.
	<i>conhecerom</i> , II, 4, §19, 5.
conj. pres.	3p. <i>conhoça</i> , III, 7, §5, 6.
	<i>conheça</i> , III, 15, §8, 10.
conj. imp.	3p. <i>conhocesse</i> , II, 18, §56, 3.
	6p. <i>conhocessem</i> , II, 18, §42, 5.
inf. pes.	6p. <i>conhocerem</i> , II, 14, §10, 2.
inf. imp.	<i>conhocer</i> , II, 6, §1, 2.
	<i>conhecer</i> , III, 14, §44, 1.

CONHOCIDO, CONHECIDO, adj. v. 'conhecido, reconhecido': «tiinha suas armas cambadas por nom seer *conhocido*», III, 12, §46, 1; *conhocidos*, «quando se sentirom *conhocidos*», II, 18, §42, 6. *conhocida*, «sua cor-

tesia era *conhocida* per todo o mundo», II, 21, §29, 1. *conhecido*, «foe *conhecido* por hũu vestido que trazia», II, 18, §90, 1. (6)

CONHOCIMENTO, CONHECIMENTO, s.m. 1. 'reconhecimento verbal ou escrito de algo, confirmação': «e seus aversairos disserom que lhe nom fariam nehũu *conhocimento* de cousa que pertecesse ao comũu», II, 23, §12, 1. *conhecimento*, «em *conhecimento* que eu, pola honra de Roma, entrei em esta batalha», III, 18, §5, 3. 2. 'acto ou meio de conhecer': «nos seus feitos pode homem achar assaz de *conhocimento* de fazer bem e se guardar do mal», Prol. §3, 1. «nom avia em ele nem hũu *conhecimento* nem forma, que tiinha a cabeça corta», III, 13, §23, 1. (12)

CONJURAÇOM, s.f. 'conjura': «ali fizeram ascondidamente sua *conjuraçom*», II, 10, §11, 3. *conjurações*, «as *conjurações* e os ajuntamentos que os cidadãos faziam de noite contra ele foram descubertos», IV, 2, §30, 8. (18)

[CONJURAMENTO], s.m. 'conjuro, invocação mágica': *conjuramentos*, «fez ante si seus *conjuramentos* com mui triste contenença», III, 1 §13, 6.

CONNOSCO, pron. 'connosco': «a cidade não se querrá cordar *connosco*», II, 18, §39, 6.

CONQUISTA, 1. s.f. 'conquista, domínio': «Convem que tu vaas per todas terras da minha *conquista*», III, 2, §8, 2. 2. adj. 'conquistada': *conquista*, «aviam vencidas as batalhas e *conquistas* as comarcas, I, 9, §2, 2. (3)

[CONQUISTADIÇA], adj. 'fácil de conquistar': *conquistadiças*, «será Pompeo sempre senhor de Roma per força e ajuda das gentes *conquistadiças*», III, 1, §7, 7.

CONQUISTADO, adj. v. 'conquistado': *conquistados*, «quando (todos) forem *conquistados*», III, 2, §5, 7. (10)

CONQUISTAR, v.tr. 'conquistar': «nom andavam *conquistando* o mundo senom por riquezas aver», III, 15, §18, 2; «Cesar *conquistava* glória per dar e ajudar», I, 8, 43, 5. (10)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>conquistava</i> , I, 8, §43, 5.
ind. perf.	1p. <i>conquistei</i> , III, 2, §6, 13.
	3p. <i>conquistou</i> , III, 19, §1, 2.
	6p. <i>conquistarom</i> , Prol., §3, 1.
ind. mqperf.	3p. <i>conquistara</i> , II, 10, §2, 6.
conj. imp.	3p. <i>conquistasse</i> , III, 14, §15, 3.
inf. imp.	<i>conquistar</i> , I, 1, §2, 3.

- ind. pres. comp. 6p. *teem conquistada*, II, 8, §7, 5.
 ind. perf. comp. 1p. *ei conquistada*, II, 3, §5, 4.
 ind. mpperf. comp. 3p. *avia conquistado*, I, 5, §3, 4.
 conj. perifr. 6p. *andavam conquistando*, III, 15, §18, 2.

[CONRROMPER], v.tr. 'corromper': «Indiciusmaris os *conrrumpeo* assi per leteras que per messagêes», II, 12, §3, 2.

[CONSCRIPTO], adj. 'senador adjunto da magistratura romana, senador': *conscriptos* «senhores padres *conscriptos*», I, 8, §39, 1; «Senhores *conscriptos*, paraae mentes», I, 8, §39, 19. (3) Ver *escripto*.

CONSELHAR, 1. v.tr. 'aconselhar': «dous honrados homêes fossem sobre os senadores, que *conselhassem* a cidade», I, 1, §2, 2; «vós devees saber que el o *conselhou* a seu filho», III, 18, §28, 2; «eu lhe *conselho* que leve sua ligiom», II, 12, §4, 6. 2. v.refl. 'aconselhar-se': «se *conselhe* cada hũu consigo», III, 7, §5, 2. (18)

Formas verbais:

- ind. pres. 1p. *conselho*, II, 12, §4, 6.
 ind. imp. 3p. *conselhava*, II, 11, §2, 3.
 conselhavam, III, 12, §1, 2.
 ind. perf. 3p. *conselhou*, I, 10, §22, 8.
 6p. *conselharom*, II, 4, §16, 2.
 ind. mpperf. 3p. *conselhava*, I, 8, §57, 3.
 conj. pres. 3p. *se conselhe*, III, 7, §5, 2.
 conj. imp. 3p. *conselhasse*, I, 1, §2, 2.
 ind. imp. *conselhar*, I, 8, §40, 38.

[CONSELHEIRO], s.m. 'conselheiro': *conselheiros*, «todolos seus *conselheiros* lhe louvarom», I, 10, §13, 5. (4)

CONSELHO, s.m. 1. 'conselho, opinião': «Darpes (...) disse que nom tiinha senom hũu *conselho* pera guardar a vila», II, 21, §16, 4; «porem a nós compre aver sobre'elo boo *conselho*», III, 15, §26, 5; «eram dadas a Pompeo per *conselho* de Marcelo», II, 23, §1, 1. 2. 'combinação': «se em eles ouvera algũa dereitura, eles nom fazerom *conselho* de destruir o comũu», I, 8, §40, 36. *conselhos*, «todolos segredos e novos *conselhos* que se fazem em esta hoste», II, 2, §16, 3. (196)

[CONSENTIDOR], adj. 'consentidor, que permite': *consentidores*, «Nós somos *consentidores* e teemos feitos muitos males, e deslealdades por tí», III, 10, §2, 2.

CONSENTIMENTO, s.m. 'consentimento, acordo': «de lhe darem *consentimento* de chegar aas honras», II, 2, §17, 4; «o matarom seus imiigos per *consentimento* dos da vila», II, 12, §2, 1. (5)

CONSENTIR, v.tr. 'consentir': «nehûu dos outros nom no *consentira*», IV, 2, §34, 4; «fez tanto que o que a guardava *consentio* em sua requesta», III, 15, §13, 3. (12)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>consente</i> , I, 8, §39, 12.
ind. imp.	3p. <i>consentia</i> , II, 13, §6, 2.
ind. perf.	3p. <i>consentio</i> , III, 15, §13, 3.
ind. mqperf.	3p. <i>consentira</i> , IV, 2, §34, 4.
inf. imp.	<i>consentir</i> , IV, 2, §35, 1.

CONSIGO, pron. 'consigo': «tiinha muita cavalaria *consigo*», III, 2, §2, 5.

[CONSIIRAR], v.tr. 'considerar, ter em conta': «*consiirando* que nós somos aqueles que matamos a esse Pompeio», II, 15, §26, 8.

[CONSPIRAÇOM], s.f. 'conspiração': *conspirações*, «assi creciam as *conspirações* pouco e pouco», IV, 2, §35, 5.

CONSTRANGER, ver *costranger*.

CONSUL, s.m. 'consul, magistrado romano': «avia de seer *consul* o ano seguinte», I, 9, §10, 1. *consules*, «os *consules* e senadores lançaram fora de Roma», III, 1, §6, 1. (69)

[CONTADO], adj. v. 'contado, levado em conta': *contados* «Os que nom queriam seguir eram *contados* por treedores», II, 16, §3, 4. *contada*, «sem fazer cousa que lhe fosse *contada* por desonra», II, 12, §12, 2. (8)

[CONTADOR], s.m. 'funcionário judicial, recenseador': *contadores*, «Aqueles *contadores* soiam de seer mais de viinte mil», IV 1, §5, 6.

CONTAR, v.tr. e intr. 1. 'contar, dizer': «ele se foe a Cesar *contar-lhe* todo este feito», II, 18, §41, 2; «*contando-lhe* por novas em como os *Clutões* tiinham tomada a cabeça da montanha», II, 2, §21, 1. 2. 'levar em conta, ter em conta de': «se faz (algũs erros) o (homem) de grande estado, *contam-lho* por orgulho», I, 8, §39, 13; «por Deus nom os *contasse* em nome de seus imiigos», II, 17, §4, 1. 3. 'contar, enumerar': «nom foram a sua terra mais que cento e dez mil, por que Cesar os fez *contar*», II, 2, §28, 2. (45)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>conto</i> , II, 18, §79, 4.
	3p. <i>conta</i> , II, 23, §5, 4.
	6p. <i>contam-lho</i> , I, 8, §39, 13.
ind. imp.	6p. <i>contavam</i> , II, 6, §8, 2.

ind. perf.	3p. <i>contou</i> , II, 12, §22, 3.
	6p. <i>contarom</i> , II, 4, §24, 5.
ind. fut.	4p. <i>contaremos</i> , Prol. §3, 3.
conj. pres.	4p. <i>contemos</i> , III, 4, §2, 9.
conj. imp.	3p. <i>contasse</i> , II, 12, §21, 2.
imper.	2p. <i>centaae-me</i> , II, 3, §18, 5.
inf. pes.	6p. <i>contarem</i> , II, 18, §40, 4.
inf. imp.	<i>contar</i> , III, 15, §43, 1.
ger.	<i>contando</i> , II, 2, §21, 1.
ind. perf. comp.	4p. <i>æemos contado</i> , I, 3, §1, 4.

[CONTEER], v.tr. 'conter, englobar': «*Equitisna (...) que contiinha hũa terça parte de França de longo e d'anchos*», II, 7, §1, 1.

CONTENENÇA, s.f. 'aspecto, semblante': «*estavam com sua triste contenença*», II, 3, §3, 2; «*era de tam brava contenença e de tal graça*», III, 10, §4, 1. (12)

[CONTENTAR], v.tr. 'contentar, satisfazer': «*mais todo esto nom contentava Cesar*», III, 2, §9, 2.

CONTENTE, adj. 'contente, satisfeito': «*ainda nom foi contente e deu consigo nas ondas do mar*», III, 5, §22, 5.

CONTHINUADO, [CONTINUADO], adj. 'constante, seguido': «*Vossos amigos nom podem aver prazer conthinuado*», II, 12, §29, 4. *conthinuados*, «*nom ha hi triinta dias conthinuados*», II, 11, §13, 2. *conthinuada*, «*tres ligiões antigas e bem provadas de conthinuada virtude*», II, 20, §3, 1. *conthinuadas*, «*seis oras conthinuadas*», II, 5, §5, 1. *continuadas*, «*continuadas batalhas e pelejas*», II, 21, §26, 2. (12)

CONTIGO, pron. 'contigo': «*leixa-me hir em hoste contigo*», III, 1, §22, 10.

CONTINUADAMENTE, adv. 'continuamente': «*como era continuadamente combatido*», II, 18, §43, 3. (3)

CONTINUADO, ver *conthinuado*.

[CONTINUAR], v.tr. 'manter, prosseguir': «*ainda continuam muitos costumes e hedificios à guisa da terra donde saírom*», II, 11, §12, 1. «*por melhor continuarmos nossa estórea*», Prol., §3, 4.

Formas verbais:

ind. pres.	6p. <i>continuum</i> , II, 11, §12, 1.
inf. pes.	4p. <i>continuarmos</i> , Prol. §3, 4.

CONTO, s.m. 1. 'conta, cálculo, número': «pera saber ho *conto* de todos», IV, 1, §5, 6. «pesa-me por que convem que eu te meta em *conto* destes», III, 2, §6, 7. «matarom deles muitos sem *contos*», II, 7, §2, 2. «ele os acrescentou em *conto* e em honras», IV, 1, §5, 1. 2. 'relato': «eles nom queriam ouvir seu *conto*», I, 9, §12, 2. (23)

CONTRA, prep. 1. 'contra, em oposição a': «requerendo-lhe ajuda *contra* os de Cesar», II, 19, §4, 2. «mantiinham o poboo *contra* os grandes», II, 15, §1, 2. «os homêes nom se cobriam *contra* as mulheres nem as mulheres *contra* os homêes», II, 16, §1, 3. 2. 'contra, em direcção a': «era fogido *contra* aquela parte», II, 17, §5, 1. «encaminhou *contra* eles», II, 21, §8, 1. 3. 'diante de': «veerom aa meia noute aas tendas que eram *contra* o campo», II, 18, §83, 1. 4. 'perto de' «se partirom *contra* a vespera», II, 13, §6, 2.

CONTRADEZER, ver *contradizer*.

CONTRADIZER, [CONTRADEZER], v. intr. 1. 'contradizer, contrariar': «(Catam) *contradizia* maravilhosamente os aguilhôes da luxuria», III, 1, §23, 5; «E Sexto lho *contradis*se dizendo que el cobraria bem a os combater», III, 19, §2, 2; «E estes foram os primeiros que *contradis*serom rei Alexandre», III, 13, §13, 9. 2. 'resistir': «tomassem per força Pelusa e as outras vilas que lhes quisessem *contradizer*», III, 17, §1, 3. (14)

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>contradizia</i> , III, 1, §23, 5.
	6p. <i>contradiziam</i> , III, 3, §6, 2.
	6p. <i>contradeziam</i> , III, 12, §1, 2.
ind. perf.	3p. <i>contradis</i> se, III, 19, §2, 2.
	6p. <i>contradis</i> serom, III, 13, §13, 9.
inf. imp.	<i>contradizer</i> . IV, 2, §34, 7.

CONTRADIZIMENTO, s.m. 'resistência': «aderençou *contra* a cidade com sua companhia e meterom-se dentro sem *contradizimento*», III, 3, §2, 66. (2)

CONTRAFAZER, v.tr. 'representar': «El fazia *contrafazer* a batalha de Troia e a batalha d'Aleixandria», IV, 1, §3, 2.

CONTRAIRO, 1. s.m. 'contrário, oposto': «eu penso o *contrairo* do que Cesar e outros algũs disserom», I, 8, §40, 3; «foi logo feito per o *contrairo*», III, 4, §3, 6. 2. s.m. 'contrariedade': «os Normantes estavam prestes de governar guerra e, por hũu pequeno de *contrairo*, perderom asinha seus corações», II, 6, §13, 7. 3. adj. v. 'contrário, oposto': «nom podemos hir onde queremos que todo o vento nos he *contrairo*», III, 10, §13, 2. *contraira*, «sua molher era muito *contraira* a el», I, 10, §5, 7. 3. adv.

‘ao contrário, inversamente’: «nós teemos assaz de vianda a qual he a eles *polo contrairos*», III, 12, §16, 8. 4. s.m. ‘inimigos’: *contrairos* «Aa derradeira soffreo el que seus *contrairos* tornassem a el aa terra», IV, 2, §30, 6. (37)

[CONTRAPENSAR], v.tr. ‘reflectir sobre’: «*contrapenso* em mim meesmo a sentença de cada hũu», I, 8, §40, 3. (2)

[CONTRAPESAR], v.tr. ‘contrabalançar, equilibrar’: «E tal és tu que (...) *contrapesarás* todo o mundo de que és chamado senhor», III, 4, §3, 9; «poder-se-am levantar contra Roma *contrapesando* a sua força e a tua», III, 13, §14, 4. (2)

Formas verbais:

ind. fut. 2p. *contrapesarás*, III, 4, §3, 9.

ger. *contrapesando*, III, 13, §4, 4.

CONTRARIADO, adj. v. ‘contrariado, prejudicado’: «nom queria que seu irmãoo fosse per el *contrariado*», I, 10, §7, 1.

CONTRARIAR, v.tr. ‘contrariar, opor-se a’: «que se esforçou de *contrariar* Cesar», III, 3, §7, 1.

Formas verbais:

ind. imp. 3p. *contrariava*, IV, 2, §5, 7.

inf. imp. *contrariar*, III, 3, §7, 1.

[CONVIDAR], v.tr. ‘convidar’: «o *convidou* aquel dia mesmo e comeo com el», IV, 2, §28, 3.

CONVERSAR, v. intr. ‘conversar, dialogar’: «quando querees *conversar* com quem vos busca a morte», III, 6, §9, 5.

CONVEÊÇA, s.f. ‘convenção, acordo’: «per tal *convêça* que vós paguees os soldadeiros», I, 9, §4, 3. *convêças*, «ele lhe faleceo de todas estas *convêças*», I, 10, §14, 5. (2)

CONVINHA AVEL, CONVINHA VEL, adj. ‘conveniente’: «eram alojados em logar seguro e *convinhaavel*», II, 18, §71, 4. *convinhaavees*, «nem os portos que eram *convinhaavees* pera entrar», II, 10, §1, 3. *convinhaaves*, «as outras eram mais *convinhaaves*», II, 6, §7, 3. *convinhavel*, «o tempo nom fosse *convinhavel* a estes feitos», III, 1, §22, 11. *convinhaavees*, «os outros nom eram *convinhaavees* pera sua fraqueza», IV, 1, §2, 3. (45)

[CONVIIR], v. intr. ‘convir, ser necessário’: «ca lhes *convinha* per força leixar seu senhor», III, 18, §23, 1; «el o espantava de tal guisa que lhe

convinha de se calar», I, 9, §8, 1; «ele perdeu tanto do sangue que lhe *conveo* a cair», III, 12, §42, 5. (75)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>convem</i> , II, 2, §2, 7.
ind. imp.	3p. <i>convinha</i> , I, 9, §8, 1. 6p. <i>convinham</i> , Prol. §2, 3.
ind. perf.	3p. <i>conveo</i> , III, 5, §20, 1.
ind. fut.	3p. <i>convinra</i> , II, 3, §2, 10.
conj. pres.	3p. <i>convenha</i> , III, 6, §9, 4.
conj. imp.	3p. <i>convesses</i> , III, 18, §28, 1.

[CONVITE], s.m. 'refeição oferecida': *convites*, «fez muitos *convites* em Roma a todo o poboo», IV, 1, §2, 3; «Estabeleceo *convites* pelas comarcas communes, com duas mesas», IV, 2, §4, 1.

[COOBRA], s.f. 'cobra': *coobras*, «*coobras* e outras serpentes», III, 14, §32, 2.

COOR, COLOR, s.f. 'cor': «eram de *coor* veiras », II, 16, §7, 1. *color*, «nom parecia *color* de molher», III, 12, §5, 3. (12)

COPA, s.f. 'copa, copo': «a *copa* da balança foi cheia», III, 4, §3, *copas*, «bever mui fortes vinhos per *copas* d'ouro», III, 6, §14, 3.

[COPPO], s.m. 'copo': *copos*, «vinhos foram postos em *copos* de gemes preciosas», III, 15, §19, 1.

CORAÇOM, s.m. 1. 'coração': «cortou-lhe as veas do *coraçom*», III, 11, §18, 4. *corações*, «os *corações* de seus homões eram desejosos», II, 17, §6, 3. 2. 'desejo, ânimo': «cada hũu levava *coraçom* de o prender», II, 17, §15, 1. «o devees muito de ajudar em esta batalha com todo o *coraçom*», III, 18, §4, 8. 3. 'coragem': «os que ficaram nom ouverom *coraçom* pera se defender», III, 14, §6, 1. *corações* «perderom seus *corações* e suas virtudes», II, 6, §13, 7. (154)

CORAÇUDO, adj. 'corajoso': «hi ouve hũu tam *coraçudo* e comprido de tal ardimento», III, 3, §7, 1. *coraçudos*, «som bravos e *coraçudos*», III, 1, §7, 5. (4)

CORÇO, s.m. 'veado': «o cavalo (...) saltou ao través mais que hũu *corço*», III, 11, §18, 2.

CORDA, s.f. 'corda': «achou hũu batel preso em hũa *corda*», III, 10, §12, 1. *cordas*, «cadeas de ferro em logar de *cordas*», II, 6, §7, 1. (27)

CORDAM, s.m. 'cordão': «hũu *cordam* de fio d'ouro arredor da cabeça», III, 15, §17, 3.

CORDAR (SE), v.refl. 'concordar, pôr-se de acordo': «a cidade hom *se* querrá *cordar* connosco», II, 18, §39, 6.

CORISCO, s.m. 'corisco, faísca': «aquelas cousas que achava queimadas de *corisco*», III, 1, §13, 6. *coriscos*, «caíam muitos *coriscos* em tempo claro», III, 1, §12, 1. (7)

CORNO, s.m. 1. 'instrumento feito de um corno, corneta': «mandou soar hũu *corno*», II, 18, §64, 2. *cornos*, «*cornos* e vozinas começaram a tanger», II, 3, §23, 2. 2. 'corno de animal': «em meo da testa tiinham hũu *corno* antre ambalas orelhas», II, 16, §6, 1. (24)

COROA, s.f. 'coroa': «Marcus Currius lhe deu *coroa* de vitoria por este feito», I, 3, §1, 4. (14)

COROADO, adj. v. 'coroado': «era *coroado* de loureiro ou doutros ramos», IV, 1, §3, 3.

COROAMENTO, s.m. 'coroação': «A festa e alegria foi grande na cidade o dia do *coroamento*», III, 15, §60, 1.

[**COROAR**], v.tr. 'coroar': «*coroavam-no* de loureiro», I, 6, §3, 3; «ele o *coroou* rei», I, 10, §1, 2. (5)

Formas verbais:

ind. imp. 6p. *coroavam-no*, I, 6, §3, 3.

ind. perf. 3p. *coroou*, I, 10, §1, 2.

CORPO, s.m. 'corpo': «antes lhe foi toda a lança aalem do *corpo*», III, 19, §14, 5; «esta alma entre em este *corpo*», III, 12, §10, 2. *corpos*, «bever e dormir e repousar seus *corpos*», Prol., §2, 8, (169)

CORREA, s.f. 'correia': «apertou seus cabelos de hũa *correa* de serpentina», III, 12, §8, 5. *correas*, «quebraram as *correas* das estrebeiras», III, 12, §37, 2.

[**CORREDOR**], s.m. 'soldado que corre e bate a campanha para ver o que se passa': *corredores*, «ali aprendeo, per algũus presuneiros que seus *corredores* filharom, o periigo em que estava Cicerom», II, 2, §25, 2.

CORREGER, 1. v.tr. 'aprovisionar, preparar com o necessário': «Entom *correego* sua carriagem e mandou buscar vianda», II, 8, §7, 1. «mandou-lhes poer elmos nas cabeças e *corregê-los* de tal guisa que parecessem cavaleiros», II, 18, §47, 1; «E *correego* assi as naaos em pouca d'ora», III, 15, §39, 3. 2. v. refl. 'preparar-se apetrechar-se': «eles *se corregiam* d'armas», II, 6, §3, 4. (29)

Formas verbais:

ind. imp.	6p. <i>se corrigiam</i> , II, 6, 3, 4.
ind. perf.	3p. <i>correego</i> , II, 20, §4, 2.
inf. imp.	6p. <i>corregerom</i> , III, 15, §49, 5. <i>correger</i> , III, 15, §56, 3.

CORREGIDO, adj. v. 'preparado, arranjado, vestido': «Catam estava tristemente *corregido*», III, 1, §23, 1. *corregidos*, «Os Franceses eram todos bem *corregidos* acerca de hũu paul», II, 18, §20, 1. *corregidas*, «hũas es-pantosas gentes e feamente *corregidas*», III, 14, §28, 1. (7)

CORREGIMENTO, s.m. 1. 'ornamento, pertences': «hedificarom hũu templo em aquele lugar, sem nehũu *corregimento* d'ouro nem prata», III, 14, §28, 3. *corregimentos*. «Ele os honrava em roupas e em outros *corregimentos*», IV, 2, §21, 2; «filhom todoelos *corregimentos* que ficaram de seu marido», III, 14, §14, 3. 2. 'correccão': «façam emenda e *corregimento* de toda a perda e dano», II, 2, §13, 5. (9)

CORRENTE, 1. s.f. 'corrente, curso de água': «armarom taaes engenhos contra a *corrente* d'aagua», II, 9, §2, 3. 2. adj. 'corrente, que corre com facilidade': «ho rio de Rosna, *corrente* e mui profundo», II, 2, §5, 2. *correntes*, «faziam teer as auguas *correntes*», III, 12, §4, 4.

CORRER, v. intr., 'correr, estender-se': «o rio *corria* per hũu baixo vales», III, 1, §1, 6; «anda ela agora *correndo* antre dous maridos», III, 15, §26, 3; «leixou-se *correr* contra Cesar e ferio-o no escudo», III, 11, §22, 7; «esta era a maior justiça que *corria* per toda França», II, 15, §3, 2. (132)

Formas verbais:

ind. pres.	2p. <i>corres</i> , III, 10, §31, 3.
	3p. <i>corre</i> , II, 1, §1, 4.
	6p. <i>correm</i> , III, 2, §1, 1.
ind. imp.	3p. <i>corria</i> , II, 15, §3, 2.
	6p. <i>corriam</i> , II, 6, §11, 5.
ind. perf.	3p. <i>correo</i> , II, 5, §35, 1.
	6p. <i>correrom</i> , III, 17, §7, 6.
ind. mqperf.	3p. <i>correra</i> , III, 13, §1, 1.
ind. fut.	6p. <i>correrám</i> , III, 12, §11, 5.
conj. imp.	6p. <i>corressem</i> , II, 4, §9, 3.
inf. imp.	<i>correr</i> , I, 10, §7, 2.
ger.	<i>correndo</i> , II, 8, §14, 3.

[**CORROMPER**], 1. v.tr. 'corromper, estragar': «que tires a meu irmão os treedores que o *corrompem*», III, 15, §15, 6. 2. v. refl. 'infectar-se, estragar-se': «da podridam deles *corrompiam-se* os aares e geeravam pes-tenença», III, 11, §6, 2. (2)

Formas verbais:

- ind. pres. 6p. *corrompem*, III, 15, §15, 6.
 ind. imp. 6p. *corrompíam-se*, III, 11, §6, 2.

CORROMPIDO, adj. v. 'corrompido, pervertido': «Dá-me o leito que foi meu e que nunca per mim foi *corrompido*», III, 1, §22, 9. *corrompida*, «nunca foi *corrompida* por riquezas nem por boa fortuna», III, 14, §15, 4. (2)

CORRUTO, adj. 'corrompido, estragado': «ho aar será *corruto* e o mar será cheo de pestenença», III, 1, §15, 2.

CORTA, ver *corto*.

CORTADO, adj. v. 'cortado': «por que o acertou per onde o elmo era *cortado*», II, 21, §9, 16. Ver *corto*.

CORTADOR, adj. 'que corta bem, afiado': «fazia praça arredor de si com a *cortador* espada», III, 17, §5, 4; «Cesar prepoia sua razom em preito por voz aguda e *cortador*», IV, 2, §11, 3; «lançou-lhe per grande força hũu dardo *cortador*», III, 15, §34, 3. *cortadores*, «tiinham hũus ferros agudos e *cortadores* atados com cordas», II, 18, §24, 1. (21)

CORTADURA, s.f. 'corte, acção de cortar': «por que esta palavra 'Cesar' quer dizer cabeladura ou *cortadura*», I, 2, §1, 2.

CORTAR, I. v.tr. 'cortar': «Tira d'hi a mão ou ta *cortarei*», II, 21, §11, 4; «mandou Cesar que cada dia lhe *cortassem* o boosco», II, 7, §10, 1. (122)

Formas verbais:

- ind. perf. 3p. *corta*, II, 21, §9, 11.
 4p. *cortamos*, III, 15, §6, 2.
 ind. imp. 3p. *cortava*, I, 6, §3, 3.
 6p. *cortavam*, II, 7, §10, 1.
 ind. perf. 1p. *cortei*, III, 12, §38, 7.
 3p. *cortou*, II, 12, §21, 7.
 6p. *cortaram*, II, 17, §16, 2.
 ind. mqperf. 3p. *cortara*, III, 12, §38, 3.
 ind. fut. 1p. *cortarei*, II, 21, §11, 4.
 conj. pres. 3p. *corte-me*, III, 2, §5, 5.
 conj. imp. 6p. *cortassem*, II, 4, §9, 3.
 imper. 2p. *cortaae*, III, 5, §6, 3.
 inf. imp. *cortar*, I, 10, §23, 7.
 ger. *cortando*, II, 7, §10, 1.

2. s.m. 'acção de cortar': «O sangue era tanto na espada que lhe fazia perder gram parte do *cortar*», III, 11, §12, 1.

- CORTE, s.f. 'corte, conjunto de magistrados': «os senadores som na *corte* muito ha», IV, 3, §2, 8. *cortes*, «E este estabeleceo dez *cortes* de senadores, e com cada *corte* avia tres hostes», I, 1, §1, 2. (31)
- CORTESIA, s.f. 'cortesia, gentileza': «nem deve nem hũu de falar de *cortesia* nem de concordia», I, 8, §40, 12. (2)
- CORTESMENTE, adv. 'com cortesia': «falava *cortesmente* aos cidadãos», II, 22, §5, 2.
- [CORTINADO], s.m. 'cortinado, cortina': *cortinados*, «entravam no Nilo soos em hũu batel (...) e hiam em *cortinados* pola agua», III, 15, §61, 2.
- CORTO, adj. v. 'cortado': «E se nom acertava no escudo todo o braço fora *corto*», II, 21, §9, 14. *corta*, «queria ela que Achilles ouvesse a cabeça *corta* primeiramente», III, 15, §52, 3. (6) Ver *cortado*.
- CORVO, s.m. 'corvo': «ante de sua morte veo hũu *corvo*», IV, 3, §2, 5. *corvos*, «gralhas e pegas e *corvos* e abutres», III, 12, §53, 1. (2)
- [COSPIR], v.intr. 'cuspir': «Aristotiles *cospio* em terra e amassou o poo com a saiva», III, 4, §3, 6.
- COSSAIRO, s.m. 'pirata, corsário': «vaas-te tu por seeres outra vez *cossairo* no mar», III, 14, §16, 2. *cossairos*, «prenderom-no *cossairos* acerqua de hũa ilha», I, 4, §2, 1. (8)
- COSTA, s.f. 'costa, litoral': «as cidades da *costa* do mar ouciano», II, 18, §77, 3; «su frota era perliaguada, e a tempestade a lançara aa *costa*», II, 11, §10, 2. (6)
- COSTADO, s.m. 'costas, costelas': «feri-o tam rijamente no *costado* seestro que cota nem outra arma nom lhe prestou», II, 4, §25, 5. *costados*, «o ferro cortador nom passasse junto com os *costados*», III, 15, §34, 3. (7) Ver *costas*.
- COSTAS, s.f. 'costas, costelas': «toda a mesnada d'Arionistus voltou as *costas*», II, 3, §24, 2. «passou per meio do corpo e cortou-lhe duas *costas*», III, 12, §30, 4. (11) Ver *costado*.
- [COSTEAR], v. intr. 'andar ao longo da costa': «marearom dereitos a Chipre, e *costearom* e tornarom sobre polial», III, 13, §15, 1.
- COSTUME, s.m. 'costume, hábito': «fezera soterrar seus cidadãos ou queimar como era *costume*», III, 12, §52, 1. *costumes*, «bem parecia seu padre em bondade e em *costumes*», III, 14, §5, 3. (51)
- COTA, s.f. 'cota': «Cleopatra meesma tiinha hũa *cota* vestida», III, 15, §34, 2. *cotas*, «ouve hi muitas lanças britadas e muitos escudos e *cotas* falsadas», II, 18, §72, 1. (55)

COUCE, s.m. 'coice': «deu hũ couce a Cota no meio do peito», III, 2, §13, 3.

COUSA, s.f. 'coisa, questão': «Depois que esta *cousa* foe confirmada», II, 4, §11, 1; «E Corverius por *cousa* nem hũa nunca quis leixar o campo», II, 20, §13, 4; «vio a grande *cousa* que tiinha começada», II, 18, §60, 2. *cousas*, «Hũu tiinha cãrrego de conselhar a cidade das *cousas* de dentro, e o outro se antremetia das *cousas* de fora», I, 1, §2, 3.

COVA, s.f. 'cova': «fezerom hũa *cova* d'oito pees», II, 18, §71, 3. *covas*, «o maa caminho e as grandes *covas* que eram antre eles e Arionistus», II, 3, §10, 6. (25)

COVARDICE, s.f. 'covardia': «por esto amostrava sembrante de *covardice*», II, 12, §27, 2. *covardices*, «Esto som *covardices* e feitos de maas gentes», II, 3, §11, 3.

COXA, s.f. 'coxa': «hũa estaca aguda e grossa como *coxa* de hũu homem», II, 18, §75, 4.

COXOTE, s.m. 'coxote, parte de armadura para cobrir as coxas': «cortou-lhe o *coxote* e a carne ataa o osso», III, 2, §13, 1.

COZER, v.tr. 'cozer': «com as frechas poderom bem *cozer* totalas preas de hũa hoste», IV, 2, §23, 2.

[COZIDA], adj. v. 'cozida': *cozidas*, «tiinham hũas *cousas* de barro *cozidas* e enchiam-nas de fogo», II, 12, §20, 1.

CRARA, adj. 'clara': «aveo-lhes bem que a lua era *crara*», III, 19, §6, 2; «braadava com sua voz *crara*», III, 19, §18, 2; «Grande e *crara* foi sua nomeada», III, 14, §15, 5. (3) Ver *claro*.

CRECER, v. intr. 'crescer, aumentar': «*creceo-lhes* coração de pelejar», II, 4, §25, 7; «os de fora *creciam* cada vez mais», II, 12, §17, 2. (56)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>crece</i> , III, 12, §11, 4. 6p. <i>crecem</i> , III, 15, §22, 2.
ind. imp.	3p. <i>crecia</i> , II, 7, §5, 4. 6p. <i>creciam</i> , II, 18, §50, 1.
ind. perf.	3p. <i>creceo</i> , I, 5, §3, 5. 6p. <i>crecerom</i> , III, 15, §2, 2.
ind. mqperf.	3p. <i>crecera</i> , III, 1, §2, 8.
ind. fut.	6p. <i>crecerám</i> , II, 12, §6, 1.
conj. pres.	3p. <i>creça</i> , III, 15, §22, 3.
conj. imp.	3p. <i>crecesse</i> , II, 3, §17, 3.

cond.	3p. <i>creceria</i> , III, 7, §5, 6.
inf. imp.	<i>crecer</i> , II, 3, §6, 5.

CRECIDA, adj. v. 'aumentada': «a ribeira de Loier, que era cercada e *crecida* pelas neves», II, 18, §57, 4.

CRECIMENTO, s.m. 'aumento': «E, segundo seu *crecimento*, crece o mar e decrece», III, 15, §21, 3.

CRÊEÇA, s.f. 'crença, fé': «a cada hũu sobre seu deus e sobre sua *crêeça*», III, 13, §11, 2.

CREER, v.tr. 'crer, acreditar': «*creede* a mim que os provei bem todos», III, 18, §3, 5; «os de Nevres *creerom* de boamente este conselho», III, 4, §17, 4. (35)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>creo</i> , I, 8, §39, 15.
ind. imp.	3p. <i>criia</i> , II, 21, §16, 2. 6p. <i>criiam</i> , II, 15, §7, 1.
ind. perf.	3p. <i>creeo</i> , I, 10, §24, 5. 6p. <i>creerom</i> , II, 4, §17, 4.
conj. pres.	2p. <i>creas</i> , III, 13, §6, 4. 3p. <i>crea</i> , III, 14, §1, 2.
imper.	2p. <i>creede</i> , III, 18, §3, 5.
cond.	3p. <i>creeria</i> , IV, 2, §13, 1.
inf. imp.	<i>creer</i> , I, 10, §3, 5.

CRENTRES, s. pl. 'serpente': «escurpiões, *crentres* e jacoliis e basiliscos e coobras e outras serpentes», III, 14, §32, 2.

CRESPO, adj. 'crespo, eriçado': «veo a el hũu de Ethiopia, de grande corpo, *crespo* e negro», III, 17, §6, 1. *crespa*, «foi gram perda que a cabeladura de Pompeeo, que tanto era *crespa* e fremosa», III, 13, §22, 3. (2)

CREUDO, adj. v. 'acreditado': «o conselho de Cadoris foi de todo *creudo*», II, 21, §13, 8. *creudos*, «do poderio dos deoses que eram *creudos* em aquele tempo», II, 15, §4, 4. (2)

CRIAÇOM, s.f. 'criação, educação': «Venus que he quêete e humido, traz *criaçom* de sementes da terra», III, 15, §21, 4. *criações*, «E suas *criações* eram taes que nem hũus filhos nom pareciam ante seus padres», II, 15, §9, 1.

CRIADO, 1. adj. v. 'criado, educado': «Lionel, hũu espanhol que foi *criado* em Valere», III, 18, §22, 2. 2. s.m. 'criado, gerado': «O nom *criado*, criador, diz todo ao homem quando nace», III, 14, §30, 5.

CRIDADOR, s.m. 'criador': «O nom criado, *criador*, diz todo ao homem quando nace», III, 14, §30, 5.

CRIANÇA, s.f. 'criação, infância': «abraçavam-se hûus aos outros e choravam nembrando-se de sua *criança*», III, 6, §8, 1.

CRIAR, 1. v. refl. 'criar-se': «Toda sua vida era *criar-se* nos booscoss», II, 16, §1, 2. 2. v.tr. 'criar': «nem hûus filhos nom pareciam ante seus padres ataa que nom soubessem trazer armas, e *criavam-nos* apartados», II, 15, §9, 1. (11)

Formas verbais:

ind. pres.	3p. <i>cria-o</i> , III, 14, §47, 4.
	6p. <i>criam</i> , III, 14, §47, 4.
ind. imp.	6p. <i>criavam-nos</i> , II, 15, §9, 1.
ind. perf.	3p. <i>criou</i> , IV, 2, §17, 2.
ind. mqperf.	3p. <i>criara</i> , I, 10, §8, 1.
inf. imp.	<i>criar</i> , III, 6, §14, 5.
ind. mqperf. comp.	3p. <i>avia criada</i> , III, 13, §27, 3.

[**CRIAÇOM**], s.f. 'criação, criança': *criações*, «E suas *criações* eram taees que nem hûus filhos nom pareciam ante seus padres», II, 15, §9, 1.

[**CRIATURA**], s.f. 'criatura, criança': *criaturas*, «as molheres concebiam *criaturas* desvairadas», III, 1, §12, 8.

CRIDAR, v.tr. e intr. 'gritar': «mandou *cridar* ao poboo que todos aqueles que quisessem aver doões», II, 23, §7, 2; «como chegassem ao muro, *cridassem* todos a hûa», II, 21, §28, 1. (5)

Formas verbais:

conj. imp.	6p. <i>cridassem</i> , II, 21, §28, 1.
inf.	<i>cridar</i> , II, 23, §7, 2.
ger.	<i>cridando</i> , III, 1, §16, 3.

CRIDO, s.m. 'grito, brado': «Aquele gente saio de hûa fortaleza d'Andiotonus e feriom nos Româaos, e o *crido* se levantou», II, 7, §3, 3. (9)

CRIME, s.m. 'crime': «queria que os seus fossem tam bem sem prasmo e sem sospeiçom como sem *crime*», IV, 2, §29, 5.

CRIS, s.m. 'eclipse': «o sol dava pequena claridade assi como se fosse *cris*», III, 14, §42, 1.

CRISTA, s.f. 'crista': «a outra meetade he de galo, e tem *crista* e bico e barvas», III, 14, §42, 1.

- [CRISTAAO], s.m. 'cristão': *cristãos*, «quando nós outros, os *cristãos*, fazemos a festa de sam Matheus», III, 13, §15, 3.
- CRISTAL, s.m. 'cristal': «levarom os finos bacios de *cristal*», III, 15, §19, 1.
- CROQUE, s.m. 'croque, vara para atracar barcos': «lançarom-lhe hũm *croque* e filharom-no pola cota», III, 2, §14, 4. *croques*, «A melhor naao das de Marselha (...) foi filhada com dous *croques*», III, 5, §23, 2. (9)
- CRUA, adj. 'cruel': «como homem de que entendia a tomar *crua* vingança», III, 15, §32, 4.
- CRUCIFICAR, v. intr. 'crucificar': «fez-lhes cortar as cabeças primeiramente e depois *crucificar*», IV, 2, §29, 1. (4)
- CRUEL, adj. 'cruel': «era muito *cruel* mais que os outros», III, 13, § 22, 2. *cruees*, «vós os verees vir contra nós, *cruees* e fortes», I, 8, §40, 20. (35)
- CRUELDADE, s.f. 'crueldade': «foe morto em Espanha, dos cavaleiros que nom poderom sofrer sua *crueidade*», I, 3, §4, 6. *crueidades*, «fazer outras *crueidades*», I, 8, §40, 39. (12)
- CRUELMENTE, adv. 'cruelmente': «os mandou matar *cruelmentes*», II, 18, §40, 7.
- CRUEZA, s.f. 'crueldade': «pola *crueza* que fezerom nos cavaleiros desarmados», III, 6, §11, 1. *cruezas*, «livremente pode fazer *cruezas*», III, 13, §17, 3.
- CRUZ, s.f. 'cruz': «ainda que o el posera em *cruz* ou o fezera arrastrar a rabo de cavalos», III, 15, §46, 3.
- CUBERTO, adj. v. 'cuberto': «hũu arteficio *cuberto* de coiro», III, 5, §8, 1. *cubertos*, «todolos caminhos eram tam *cubertos* de poo», III, 14, §26, 2. *Cuberta*, «a cova era *cuberta* de rama», II, 18, §75, 4. *cubertas*, «eram *cubertas* de ferro e de herva seca», II, 12, §20, 1. (49)
- CUBERTOR, s.m. 'cuberta da cama': «sô o *cubertor* de purpura, em hũu leito d'ouro rico», IV, 2, §5, 6.
- CUBERTURA, s.f. 'cobertura': «nem me cubro de falsa *cuberturas*», III, 14, §22, 4. *cuberturas*, «achavam os escudos desumados e os coiros e *cuberturas* caidas», III, 1, §5, 4. (4)
- CUBRIR, v.tr. 'cobrir': «outros o *cubrirom* com seus braços e com seus mantos», I, 8, §56, 2. (2)

Formas verbais:

- ind. pres. 1p. *cubro*, III, 14, §22, 4.
ind. perf. 6p. *cubrirom*, I, 8, §56, 2,

[ÇUGAR], v.tr. 'sugar': «mamavam tanto que çugavam o sangue em vez de leite», III, 6, §12, 1.

CUIDADO, s.m. 'preocupação': «quando disse que depois da morte nom ha cuidado nem alegria», I, 8, §40, 16; «Os Romãaos nom tõe cuidado d'ouro, ante querem seer senhores do que tõe agora», III, 3, §9, 3. *cuidados*, «se eu estivesse contigo, eu seria tam ledo que perderia outros cuidados», III, 10, §18, 7. (44)

CUIDAR, v.tr. e intr. 'cuidar, julgar, preocupar-se com': «saltou em a praça cuidando-o a matar com sua espada», II, 20, §17, 2; «Cuidaaes vós que os Romãaos fizessem taaes fortelzas», II, 18, §79, 8. «cuidarom logo d'entrar por hũa das portas», II, 17, §9, 1; «Julio Cesar avia vontade de trabalhar e cuidar nos feitos de seus amigos», I, 8, §43, 8; «Aurius (...) saio adeante e cuidou-lhe a filhar as armas e leva-lo aas tendas», III, 11, §14, 4. (251)

Formas verbais:

ind. pres.	1p. <i>cuido</i> , II, 18, §31, 3.
	2p. <i>cuidas</i> , III, 1, §20 8.
	3p. <i>cuida</i> , Prol. §2, 6.
	4p. <i>cuidamos</i> , II, 3, §13, 6.
	5. <i>cuidaaes</i> , II, 18, §79, 8.
ind. imp	6p. <i>cuidam</i> , Prol. §2, 8.
	2. <i>cuidavas</i> , III, 13, §22, 6.
	3p. <i>cuidava</i> , III, 3, §3, 2.
	5p. <i>cuidavees</i> , II, 18, §54, 3.
	6p. <i>cuidavam</i> , II, 2, §5, 5.
ind. perf.	3p. <i>cuidou</i> , II, 6, §1, 1.
	6p. <i>cuidarom</i> , II, 20, §12, 3.
ind. fut.	3p. <i>cuidará</i> , III, 13, §4, 8.
conj. pres.	2p. <i>cuides</i> , III, 2, §6, 12.
	4p. <i>cuidemos</i> , II, 12, §4, 4.
	5p. <i>cuidees</i> , I, 8, §40, 21.
	6p. <i>cuidem</i> , IV, 2, §30, 5.
	3p. <i>cuidasse</i> , II, 18, §31, 2.
conj. imp.	6p. <i>cuidassem</i> , II, 12, §6, 1.
	2p. <i>cuidares</i> , III, 13, §14, 7.
conj. fut.	2p. <i>cuidaae</i> , II, 18, §64, 1.
imper.	3p. <i>cuidaria</i> , II, 4, §19, 5.
cond.	6p. <i>cuidariam</i> , II, 12, §24, 2.
	inf. pes. 6p. <i>cuidarem</i> , I, 8, §39, 6.
inf. imp.	<i>cuidar</i> , II, 6, §3, 5.
ger.	<i>cuidando</i> , III, 13, §19, 4.

CUITELO, s.m. 'cutelo': «Hûus levavam fogo, outros augua, os terceiros o *cuitelo*», III, 1, §13, 4.

ÇUJAR, v.tr. 'sujar, ofender': «Esta he vida de çujar nossa cavalaria», III, 15, §61, 4; «ho lançavam na cama del-rei (...) e çujava hi a frol de sua mancebia», IV, 2, §5, 6. (2)

Formas verbais:

ind. imp. 3p. çujava, IV, 2, §5, 6.
inf. imp. çujar, III, 15, §61, 4.

CUJO, pron. 'cujo, de quem': «per cujo esforço ele, em aquele dia, partio d'i», II, 2, §3, 2. *cujos*, «ele os recebeo a rogo dos de Râaes *cujos* aliados eram», II, 14, §4, 3. *cuja*, «vio viir cavaleiros de Fabios, em *cuja* guarda ele leixara as ligiões», II, 18, §43, 3; «demandarom acorro aos d'Oscum, de *cuja* liança eram», II, 18, §6, 2.

CULPA, s.f. 'culpa': «a virtude divinal mais sofre, aas vezes, do mal de hũu homem soo que a *culpa* de hũu grande poboo», II, 2, §13, 4. (7)

CULPADO, adj. 'culpado, responsável': «o tenerom por *culpado* contra a magestade do comũu», II, 23, §13, 1. *culpados*, «nem destruir juntamente os sem culpa com os *culpados*», II, 14, §9, 3. (4)

CULPAR, v. intr. 'culpar, responsabilizar': «Cesar os *culpou* e reprehendeo», II, 2, §15, 5.

ÇUMO, s.m. 'sumo, suco': «pisavam hervas e beviã o çumo delas», III, 6, §12, 2. (2)

CUMPRIR, ver *comprir*.

CURA, s.f. 'cuidado': «poinha *cura* de hordenar a cidade», IV, 1, §8, 1.

CURAR, 1. v. tr. 'curar, ter cuidado, preocupar-se': nom quis *curar* de hũu pouca de gente», III, 12, §50, 1; «Taaes ouve hi dos amigos de Cesar (...) que nom *curavam* de mais viver», IV, 3, §9, 1. 2. 'curar, sarar': «Cesar fez ante si trazer Juba, o qual el fezera *curar* de suas chagas», III, 18, §25, 2. (10)

Formas verbais:

ind. pres. 3p. *cura*, II, 2, §12, 5.
ind. imp. 6p. *curavam*, IV, 3, §9, 1.
ind. perf. 3p. *curou*, I, 3, §5, 1.
inf. imp. *curar*, III, 18, §25, 2.

CURIOSO, adj. 'preocupado': «foi mui *curioso* em buscar fremosas cousas», IV, 2, §2, 1.

[CURSAR], v. intr. 'seguir o curso, correr': «E (a augua) mais pouco *cur-sava*, ca logo caia no mar», III, 10, §9, 2.

CURSO, CURSUS, CUSSOS, s.m. 'curso, percurso': «cinco outras estrelas que (...) correm contra o *curso* do firmamento», III, 15, §21, 2; «por que o vento corria contra o nascimento da água, estorvava-lhe o *curso*», III, 15, §22, 3. *cursus*, «nom buscasse os *cursus* das estrelas», III, 15, §20, 4. *cussos*, «os *cussos* dos cavalos e dos carros», IV, 2, §31, 3. (7)

CURSUS, ver *curso*.

CURTO, adj. 'curto': «ficou hũu pedaço *curto* na mão», III, 19, §14, 6. *curta*, «sua lança, que foi forte e rija e mais *curta*», III, 19, §14, 5. *curtas*, «vestiam peles tam *curtas* que a meitade do corpo andava nuu», II, 8, §1, 6.

[**CUSSO**], ver *curso*.

CUSTA, adv. *sem custa*, 'facilmente': «estava tam acerca e o podia fazer *sem custar*», II, 3, §13, 1.

[**CUSTAR**], v.tr. e intr. 'custar': «Certo he que caro nos *custará*», III, 15, §26, 7; «aqueles que os nom quisessem ajudar que as cabeças lhes *custaria*», II, 18, §73, 6.

Formas verbais:

ind. imp.	3p. <i>custava</i> , III, 13, §26, 4.
ind. perf.	3p. <i>custou</i> , II, 20, §7, 2.
ind. fut.	3p. <i>custará</i> , III, 15, §26, 7.
cond.	3p. <i>custaria</i> , II, 18, §73, 6.

CUSTO, s.m. 'custo, despesa': «fezera já grande *custo* e endividara-se ja muito», IV, 2, §2, 2.

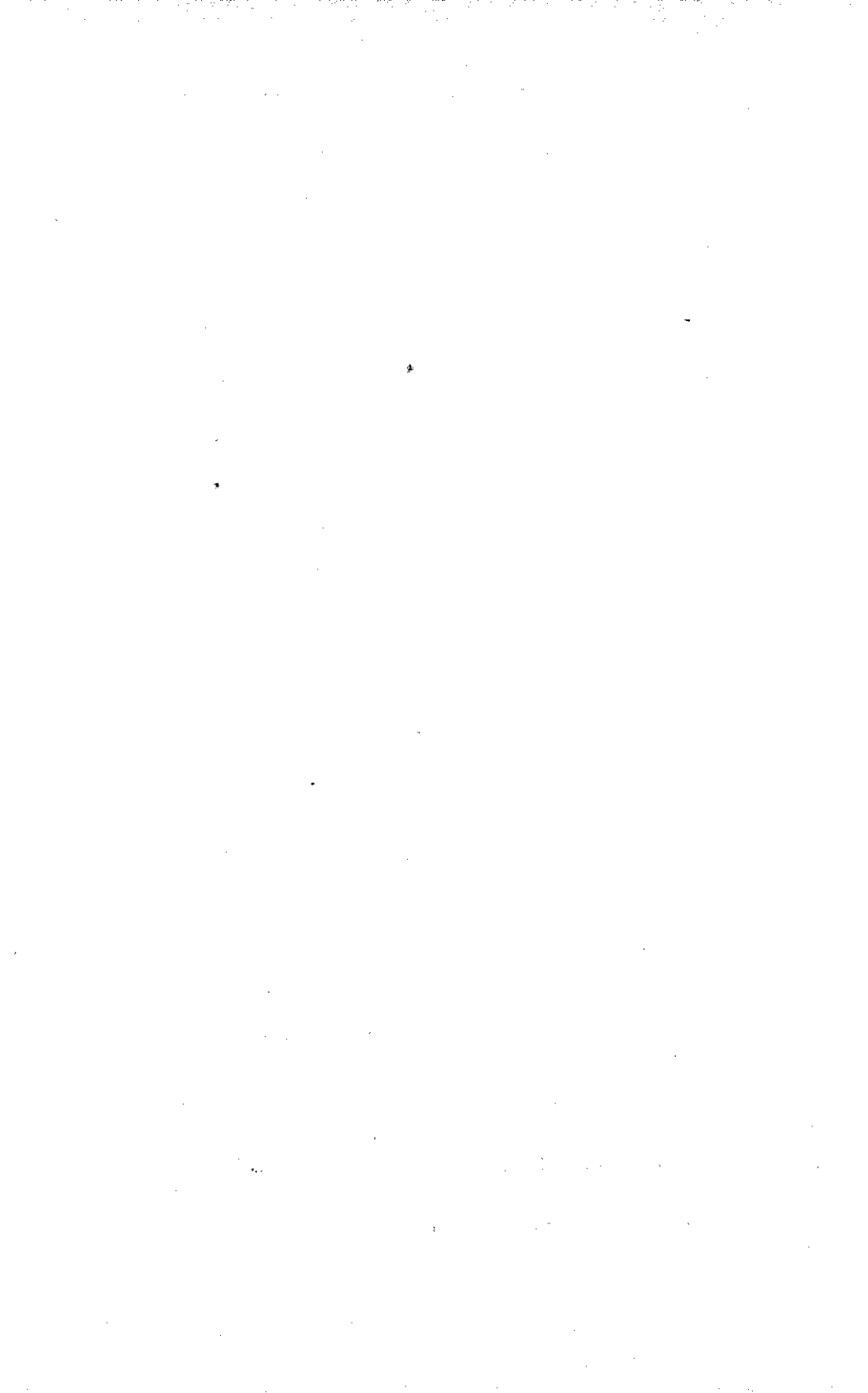
CUSTUMADAMENTE, adv. 'habitualmente': «*custumadamente* vestiam peles tam *curtas*», II, 8, §1, 6.

[**CUSTUMADO**], adj. v. 'habitado': *custumados*, «eles eram sages em suas casas, e bem *custumados*», I, 8, §40, 22. (2)

CUSTUME, s.m. 'hábito, costume': «começaram a braadar segundo seu *custume*», II, 12, §14, 2. *custumes*, «falaremos dos *custumes* de França e de Sansonha», II, 14, §10, 5; «pesava-lhe muito se algũs homẽes mancebos despendiam o seu em maaos *custumes*», II, 23, §8, 2. (7)

[**CUSTUREIRO**], s.m. 'costureiro': *custureiros*, «morou primeiro na rua dos *custureiros*», IV, 2, §2, 1.

CUTIA, s.f. 'antiga embarcação oriental': «eles veessem sobr'ele de *cutia*.



ESTUDOS TOPONIMICOS

(Continuação)

PEDRO CUNHA SERRA
(LISBOA)

XXVI

Penedones — Penedono

Pareceu-nos conveniente juntar na presente nota estes dois topónimos: se alguma coisa têm de comum, como de facto têm, tal não obsta, naturalmente, a uma análise rigorosa de ambos.



Penedones (Chã — Montalegre): 1258 *Pena de Donas* ⁽¹⁾, 1262 *Pena de donas* ⁽²⁾, 1530-1531 *Penedonos* ⁽³⁾, 1689 *Penedones* ⁽⁴⁾, 1706 *Penedones* ⁽⁵⁾ e 1758 *Penedones* ⁽⁶⁾.

Trata-se, portanto, de um agregado que pertenceu a, ou onde tinham direitos, *donas* isto é 'freiras'. Topónimos aproximáveis, recordem-se, além de outros, *Aldeia das Donas*, *Figueiredo das Donas*, *Vale de Donas*, *Vitorino das Donas* ou, mais simplesmente, *Donas* ⁽⁷⁾. Naturalmente, se adicionássemos formas antigas, seria um nunca acabar — pelo que nos limitamos a dois espécimes: *Portu de Dona*, que se menciona com referência ao ano de 1192 ⁽⁸⁾, e *O campo das Donas* que consta como existindo na freguesia de Vila Boa do Bispo ⁽⁹⁾.



Penedono (sede de concelho, outrora com três freguesias): 960 *pena de dono* ⁽¹⁰⁾, 1059 *pennadedonno* ⁽¹¹⁾, 1169-1175 *Pena de Dono* ⁽¹²⁾, 1195 *Pena de Dono* ⁽¹³⁾, 1258 *Penna de Dono* ⁽¹⁴⁾, 1259 *Penadedono* ⁽¹⁵⁾,

1320-1321 *Pena de dono* ⁽¹⁶⁾, 1383 *pena de dono* ⁽¹⁷⁾, 1415 *Pena de Dono* ⁽¹⁸⁾, 1440 *Pena de Dono* ⁽¹⁹⁾, 1456 *Penadono* ⁽²⁰⁾, 1512 *Pena do Dono* ⁽²¹⁾, 1527 *Penedono* ⁽²²⁾, 1708 *Penedono* ⁽²³⁾, 1747 *Penedono* ⁽²⁴⁾, 1751 *Penedono* ⁽²⁵⁾, 1768 *Penédono* ⁽²⁶⁾ e 1789 *Penedono* ⁽²⁷⁾.



Sempre nos pareceu, e nisso não nos afastávamos daqueles que alguma atenção tinham já dado ao topónimo ⁽²⁸⁾, que *Penedono*, que remontava a uma antiga forma *Pena de Dono* ou de *Domno*, foi na origem a *pena*, ou lugar afortalezado, de um senhor cujo nome era *Domno* ou *Dono* ⁽²⁹⁾.

Há alguns anos, porém, em estudo ultimamente republicado, alguém encarou com este nosso topónimo e assentou em hipóteses que, salvo o devido respeito, são precipitadas.

Segundo esse Autor, o topónimo *Penedono* será da base céltica, representando um protótipo **Pennodunon* 'el fuerte de la cumbre'..., o **Penno-dūmnos* 'cumbre o extremo de abajo' ⁽³⁰⁾.

De toda a evidência, o primeiro termo da alternativa tem que rejeitar-se, bastando-nos apreciar um pouco a segunda *construção* que, essa, ao menos, ainda salva o *n* intervocálico português da última sílaba. A observação do conjunto das formas antigas, de variada origem, não deixa dúvidas de que o primeiro elemento do topónimo, ou seja, *pena*, só no século XVI foi alterado, isto é, só no século XVI o timbre da sua vogal final se obscureceu; por outro lado, a preposição *de* que ligava os dois nomes também no mesmo século se perdeu de vez ⁽³¹⁾. É quase perfeito o paralelismo das histórias de *Penedono* com a de *Penedones*. Cremos bem que consideração atenta e despreconcebida de todos estes factos igualmente nos leva a pôr de parte a segunda hipótese proposta.

⁽¹⁾ *Inquisitiones*, p. 1526. Outras abonações, com lição alterada: *Peneydonas* *Penidonas* e *Peneydonas* (*ib.*, p. 1517, p. 1518, e p. 1527).

⁽²⁾ *Livro I de Doações de D. Afonso III*, fl. 61. Franklin, *Memória... dos forais*, p. 279, por lapso evidente, cita o documento como referido a *Penedono*.

⁽³⁾ *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, p. 271: *sic*.

⁽⁴⁾ Meireles, *Prontuário*, p. 198.

⁽⁵⁾ Costa, *Corogr. Portuguesa*, vol. I, p. 513.

⁽⁶⁾ *Dicionário geogr. man.*, vol. 10.º, p. 1199 e p. 1201.

Na *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, p. 10, apontámos já alguns elementos para a história deste topónimo e chamámos a atenção para o obscurecimento de timbre da vogal da sílaba final.

(¹) Analogamente em Espanha existem exemplares como *Dueñas*, *Otero de las Dueñas* e... *Donas*.

(²) *Livro das Kalendas*, vol. II, p. 83; julgamos que este nome se obliterou.

(³) *Tombo da Mesa Abacial de Paço de Sousa* (Évora, 1594), fl. 533-v.

(⁴) *Dipl. et Ch.*, p. 51.

(⁵) *Ib.* p. 262.

(⁶) *Docum. Med. Portugueses: Régios*, vol. I, pp. 399-400.

(⁷) *Leg. et Consuetudines*, vol. I, pp. 498, 499 e 500.

(⁸) *Inquisitiones*, p. 1103: com a variante *Dompno*.

(⁹) *Rol de igrejas do rei*: Gav. 19 — Maço 14 — n.º 7, fl. 5: a mesma lição três vezes.

(¹⁰) *Código n.º 1 do Cartório do Cabido de Coimbra*, fls. 26-v, 27 e 27-v.

(¹¹) Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV* (Coimbra, 1960), vol. I, pp. 444 e 445.

(¹²) Pedro de Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. I, p. 445.

(¹³) *Id., ib.*, vol. I, pp. 160 e 161.

(¹⁴) *Id., ib.*, vol. II, p. 505.

(¹⁵) Carvalho Dias, *Forais Manuelinos = Beira*, p. 46: *sic*.

(¹⁶) *Cadastro*, pp. 118 e 119.

(¹⁷) Carvalho Costa, *Corogr. Portuguesa*, vol. II, p. 303

(¹⁸) Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. I, pp. 502 e 503.

(¹⁹) *Id., ib.*, vol. II, pp. 180 e 504.

(²⁰) Paulo Dias de Nisa, *Portugal Sacro- Profano*, vol. II, p. 118: *sic*. A mesma acentuação bizarra é a que também consta em p. 259 do vol III desta obra (publicado igualmente em 1768).

(²¹) Fundação C. Gulbenkian, *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, p. 55.

Fácil seria aumentar o número de formas antigas que apresentamos, mas parece-nos que as que aqui seríamos historiar suficientemente o topónimo.

(²²) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, vol. III, p. 316 e Joseph M. Piel, *Nomes de «possessores»...*, p. 62 (separ. do vol. 23.º de *Biblos*).

(²³) Além de J. Piel. *loc cit.* (onde haverá alguma correcção a introduzir), veja-se Leite de Vasconcelos, *Antroponímia Portuguesa*, pp. 579-580.

Que já na época romana teve curso o antroponímico *Dominus/Domnus*, é conhecido. Aos elementos bem apurados por Leite de Vasconcelhos, *loc. cit.*, poderemos juntar outros portugueses ou, mais latamente, do noroeste peninsular: 940 e 948 *Domno*, 1012 *Donno*, 1027 *donno*, 1063 *Donno*, 1090 ...*filia Donni* (respectivamente, Vignau, *Cartul. Eslonza*, pp. 344 e 350, Santos García Larragueta, *Colección de doc. de la Catedral de Oviedo*, p. 140, *Rev. Port. de Hist.*, t. I, p. 155 e 159, *Collección... de Oviedo cit.*, p. 199, e *ib.*, p. 275).

(²⁴) Joan Corominas, *Tópica Hespérica* (Madrid, 1972), t. I, p. 86.

(²⁵) A perda da preposição *de*, quando entre dois elementos de um topónimo, é facto frequentíssimo em português.

XXVII

Bagueixe, Bagueixo, etc.

Bagueixe (*Bagueixe* — Macedo de Cavaleiros) documenta-se na série seguinte: 1231 *bageisj* ⁽¹⁾, 1258 *Bagaixe* ⁽²⁾, *Bagueixe* ⁽³⁾, *Bagueyxe* ⁽⁴⁾ e *Bageixe* ⁽⁵⁾, 1259 *Bagueyxe* ⁽⁶⁾, 1282 *Bagueixe* ⁽⁷⁾, 1290 *Bagueixi* ⁽⁸⁾, 1689 *Bagueiche* ⁽⁹⁾ e 1751 *Bagueixe* ⁽¹⁰⁾.



Ainda no distrito de Bragança existe um exemplar idêntico, *Bagueixe* (Parambos — Carrazeda de Ansiães), e um outro, *Bagueixas* (Babe — Bragança) ⁽¹¹⁾ que devemos desde já incluir aqui: tais topónimos serão transplantações (a primeira directa, a segunda mediata) do exemplar de Macedo de Cavaleiros ⁽¹²⁾.



Há que mencionar, na Galiza, *Bagueijos* ou *Bagueixos* (Tirimol — Lugo): 757 *castro de Bagasius* ⁽¹³⁾, 1088 *Vaguxios* ⁽¹⁴⁾ e 1120 *Bageixos* ⁽¹⁵⁾.



Evidentemente a origem dos dois topónimos, que com mais antiguidade se documentam (o de Macedo de Cavaleiros e o de Lugo), será **Bagäsus*, formado a partir de *Bagäsus*, nome pessoal este de uso averiguado em latim ⁽¹⁶⁾: naturalmente *Bagueixe* remonta ao genitivo *Bagäsii*, ao passo que *Bagueijos* ou *Bagueixos* ascende a *Bagäsii*- ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁾ Gav. 7 — Maço 12.º — n.º 8 (Torre do Tombo).

⁽²⁾ *Inquisitiones*, p. 1309, ou F. Manuel Alves, *Memórias... de Bragança*, vol. III, pp. 351 e 352, ou Anastácio de Figueiredo, *Nova História da Ordem de Malta*, vol. I, p. 486.

⁽³⁾ F. Manuel Alves, *Memórias* cit., vol. III, p. 355.

⁽⁴⁾ Id., *ib.*, vol. III, p. 316.

⁽⁵⁾ *Inquisitiones*, p. 1308, ou F. M. Alves, *Memórias* cit., vol. III, p. 351.

⁽⁶⁾ A. de Figueiredo, *Nova... Malta* cit., vol. I, p. 437.

⁽⁷⁾ F. M. Alves, *Memórias* cit., vol. III, p. 294.

⁽⁸⁾ Id., *ib.*, vol. III, p. 294.

(⁸) Meireles, *Prontuário*, p. 548.

(⁹) Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, p. 6.

(¹¹) F. M. Alves, *Memórias cit.*, vol. X, p. 181: sítio rústico.

(¹²) Aparecendo em documento de 1258 uma *Maria Michaelis Bagueixa* (*Inquisitiones*, p. 1088) que parece estar a indicar uma pessoa natural ou oriunda de *Bagueixe*, somos levados a pensar que o nome local *Bagueixas* terá tido como base a alcunha *Bagueixa*.

Há ainda as designações tópicas *Casal do Bagueixo* (Cardosas — Arruda dos Vinhos) e *Bagueixe* (nome da ribeira que passa pelo mesmo local): as formas antigas do segundo espécime são 1751 *Bagueyxo* e 1759 — não 1758! — *Bagueixo* (respectivamente Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, p. 7, e *Dicionário geogr. man.* vol. 9.º, p. 857). Escassamente documentado, será arriscado assentar em qualquer origem deste *Bagueixo* meridional: será uma transplantação, imediata ou não, de *Bagueixe* (já estudado) ou do *Bagueixos* galego (a que vamos dar a seguir atenção), ou terá origem em alcunha derivada de *bago*? Lembremos apelidos portugueses como *Bagulho* e nomes como *esbagachado* etc.

(¹³) Floriano, *Diplomática Astur*, vol. I, p. 55. Olano Silva, *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. I, p. 658, não hesita, e quanto a nós acertadamente, em fazer a identificação.

(¹⁴) *España Sagrada*, vol. 40.º, p. 423.

(¹⁵) *Ib.*, vol. 41.º, p. 298.

(¹⁶) *Thesaurus Linguae Latinae*, vol. II, col. 1680. Acerca da formação muito plausível de **Bagäsius*, v. o que, a outro propósito, resumimos na *Revista Port. de Filol.*, vol. X, p. 73.

(¹⁷) A pluralização no topónimo galego terá ocorrido, como a respeito doutros topónimos já temos feito notar, em consequência da mecânica de heranças — partilhas.

XXVIII

Brancelhe — Brancelho — Branzelo

Alguns dos topónimos a que vamos consagrar esta nota foram já considerados (¹), mas de forma insuficiente, impondo-se reestudá-los com mais vagar.

Brancelhe (Mosteiro — Vieira): 1220 *Barunzeli* (²), 1514 *barace-lhe* (³), 1689 *Branselhe* (⁴) e 1751 *Brancelhe* (⁵).

Brancelho (S. Estêvão de Bastuço — Barcelos): 1698 *Brancelho* (⁶), 1747 *Branselho* (⁷), 1751 *Brancelho* (⁸) e 1758 *Brançelho* (⁹).

Branzelo (Melres — Gondomar): 1527 *Varamzello* (¹⁰), 1617 *branzello* (¹¹), 1653 *Branzelo* (¹²) e 1689 *Branzelo* (¹³).

Baronceli foi também nome de uma freguesia cujo orago era S. Martinho: séc. XI-XII *Baronceli* ⁽¹⁴⁾, 1101 *Baroncelij* ⁽¹⁵⁾ e 1214 *Baronceli* ⁽¹⁶⁾.



Acrescentemos ainda: *Brancelo* (sítio rústico de Ermelo — Mondim de Basto), *Brancelho* (sítio rústico de Ribeira de Pena — R. de P.) ⁽¹⁷⁾, *Brancelhos* (Salto — Montalegre) ⁽¹⁸⁾ e *Varancelho* (Curros — Boticas) ⁽¹⁹⁾.



Na Galiza existem *Baronceli* ou *Varonceli* (freg. do mun. de Villardevós — Orense), *Baroncelle*, (freg. do mun. de Abadín — Lugo), *Baroncelle* (Carboentes — Cambra y Rodeiro — Pontevedra) e *Varoncelle* (couto na antiga prov. de Mondoñedo).

O exemplar da província de Orense foi chamadouro de um território outrora estreitamente ligado com a história do nosso país ⁽²⁰⁾ e dele se registam muitas formas antigas: 1078 *Baroncelli* ⁽²¹⁾, 1112-1126 *Baronzeli* ⁽²²⁾, 1145 *Baronceli* ⁽²³⁾ 1188 *Baronzeli* ⁽²⁴⁾, 1215 *Baronceli* ⁽²⁵⁾, 1223 *Barunceli* ⁽²⁶⁾, 1226 *Baroncelli* ⁽²⁷⁾ e século XV *ual de Baroncelhy* ⁽²⁸⁾.

Em um documento galego de 1032 menciona-se uma *deganea Baroncelli* ⁽²⁹⁾; documento do século XII de terras leonesas regista uma *Torre de Pero baroncelle* ⁽³⁰⁾.



A base de todos estes nomes locais é, em definitiva, o nome pessoal *Baroncellus* ⁽³¹⁾. Apresentamos os seguintes exemplos: 860 *Baroncellus* ⁽³²⁾, 878 *Varoncelus* ⁽³³⁾, 965 *Baroncellus* ⁽³⁴⁾ e os patronímicos em *Fajila Baronzelliz* de 923 ⁽³⁵⁾, em *Fajila Varoncelli* de 925 ⁽³⁶⁾, em *Fajila Baronzelli* de 934 ⁽³⁷⁾ e em *Endima Baroncelli* de 986 ⁽³⁸⁾.

Naturalmente nem todos os espécimes toponímicos que juntámos neste estudo ascendem a *Baroncellus*. É bem evidente que o português *Branzelo* remonta a *Baroncellu* -, ao passo que o galego *Baronceli* ascende ao genitivo *Baroncelli*; por outro lado, o português *Brancelho* prende com *Baroncelliu* -, provindo o português *Brancelhe* e o galego *Baroncelle* ou *Varoncelle* de **Baroncellii* ⁽³⁹⁾.

Façamos notar ainda que as formas portuguesas, com a retracção de *r* para junto da consoante inicial e contracções vocálicas verificadas, são geralmente mais evoluídas que as galegas ⁽¹⁰⁾.

(¹) Justamente *Brancelhe* e *Brancelho* (*Grande Enc. Port e Brasileira*, vol. 35.^o, p. 274 e vol. 38.^o, p. 866 respectivamente).

(²) *Inquisitiones*, p. 57 e p. 146.

(³) Dias, *Forais Manuelinos: Entre Douro e Minho*, p. 161.

(⁴) Meireles, *Prontuário*, p. 170: *sic*.

(⁵) Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, p. 98 e p. 278.

(⁶) Fl. 25-v, do *Livro de Registo Paroquial: Reg. Civil* — n.^o 2, desta freguesia (Arquivo Distrital de Braga).

(⁷) Fl. 52-v, do *Livro de Testamentos* = *Reg. Civil* — n.^o 1 (*ib.*): *sic*.

(⁸) Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, p. 278.

(⁹) *Dicionário geogr. man.*, vol. 6.^o, p. 445.

(¹⁰) *Arg. Histórico Português*, vol. III, p. 260. Do contexto só pode concluir-se que se trata deste nome local e que, em vez de indicar-se *freguesia de Melres*, se julgou ser *Branzelo* (talvez já então, como hoje, a maior povoação da freguesia) cabeça de freguesia. E assim, as desatenções da burocracia da época nos permitiram enriquecer a documentação do topónimo.

(¹¹) Fl. 67 do *Livro Misto n.^o 1* dos Registos Paroquiais de Melres (Arquivo Distrital do Porto).

(¹²) Fl. 101, *ib.*

(¹³) Meireles, *Prontuário*, p. 58.

É de anular a informação de Am. Costa, *Dicion. Corogr.*, s.v., a respeito de *Branzelo* na freg. de Rio Tinto do mesmo conc. de Gondomar, pois não existe aí lugar algum com esse nome.

O que há que fazer notar é que esta designação do concelho de Gondomar se dilatou para a freg. de Capela (conc. de Penafiel) que lhe fica adjacente: 1524 *Varãzelo*, *varanzelo* e *Varanzello* (*Tombo da Mesa Abacial de Paço de Sousa*, fl. 175, 176-v e 180) e 1751 *Branzello* (Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. II, p. 430). Não sabemos se esta designação se conserva no local.

(¹⁴) Costa, *O bispo D. Pedro*, vol. II, p. 98. Outra documentação e notas sobre esta freguesia (depois total ou parcialmente encorporada na de Pousada — Braga) vejam-se em pp. 98-99 da abundantíssima mina que é o trabalho citado.

(¹⁵) *Documentos Medievais Portugueses*, vol. III, p. 34.

(¹⁶) Costa, *O bispo* cit., vol. II, p. 447.

(¹⁷) No artigo n.^o 5521 do respectivo livro da matriz rústica.

(¹⁸) *Minas concedidas no continente*, p. 162 da 2.^a ed. (Dir. Geral de Minas e Serviços Geológicos).

(¹⁹) *Reconhecimento dos baldios do continente*, vol. II — Parte I, p. 320.

Como pertencente a Vilar de Maçada, as Inquirições de 1258 nomeiam repetidamente uma terra dita *Varoncelas*, *Varõzelos*, *Varõzelhos* e *Varoncelhos* (p. 1260), *Varonzelos* (p. 1293) e, apenas uma vez, *Françelhos* (p. 1255): identificam-se estas formas com *Francelos* da referida freguesia do concelho de Alijó.

Não têm, portanto, qualquer relação com os nomes locais que estamos a estudar, sendo apenas grafias defeituosas como outras no mesmo documento.

(²⁰) Herculano, *Hist. Port.* (ed. David Lopes), t. IV, p. 122.

(²¹) Costa, *O bispo*, cit., vol. II, p. 379 e p. 380.

(²²) Régios, p. 42.

(²³) Costa, *O bispo*, cit., vol. II, p. 427.

(²⁴) Id., *ib.*, vol. II, p. 439.

(²⁵) González, *Alfonso IX*, t. II, p. 426.

(²⁶) Id., *ib.*, t. II, p. 544.

(²⁷) Id., *ib.*, t. II, p. 591.

(²⁸) *Scriptores*, p. 198. No Livro de Linhagens de D. Pedro, vem outra má lição: *Valle de Baromçelhi* (*Scriptores*, p. 294). Olano Silva, *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares*, t. 5.º, p. 652, menciona também, de documento de 1132 que não conseguimos referenciar, *Ualle Varonceli* que deve identificar-se, segundo diz, com o rio *Varonceli*: afinal, o topónimo que agora historiamos.

(²⁹) Paulo Merêa, *Estudos de Direito Hispânico Medieval* (Coimbra, 1953), t. II, p. 43.

(³⁰) A. Castro e F. de Onís, *Fueros Leoneses*, p. 216.

No primeiro caso, temos indicação de uma *decania* pertença de um *Baroncellus*: *Baroncelli* será, pois, um genitivo-possessivo.

No segundo caso, depara-se-nos talvez simplesmente o nome de uma personagem cujo pai se chamava *Baroncellius*: *Baroncelle* representará, pois, o patronímico *Baroncellii*.

Num caso como no outro, talvez tenhamos o que às vezes chamámos topónimos precários (cfr. nossa *Contribuição topo-antroponímica*, pp. 11-12). Coisas em que não vale a pena fazer finca-pé...

(³¹) Deste nome pessoal, correntíssimo na documentação francesa, tratam Corominas, DCELC, vol. I, p. 405, e Diez-Melcón, *Apellidos Castellano-Leoneses*, p. 45 (este, aliás, com doutrina discutível).

(³²) Floriano, *Diplomática Española del Período Astur*, vol. I, p. 302.

(³³) Id., *ib.*, vol. II, p. 128.

(³⁴) *Colección Diplomática de Galicia Histórica*, p. 229.

(³⁵) Escalona, *Historia de Sahagún*, p. 385 (outros exemplares em documentos posteriores, *passim*).

(³⁶) *Esp. Sagrada*, t. 16.º, p. 432.

(³⁷) *Ib.*, t. 40.º, p. 400.

(³⁸) De um documento do *Tumbo de Celanova* publicado por Barrau-Dihigo (*Recue Hispanique*, 1903, vol. X, p. 430).

(³⁹) **Baroncellius* está para *Baroncellus*, como *Claudius*, *Flavius* e *Maximius* estão para *Claudius*, *Flavius* e *Maximus*. É uma derivação típica dentro do sistema antroponímico romano e que persistiu, porventura com outro valor, durante determinado lapso da Idade Média. Noutros estudos nossos, tivemos já ensejo de apontar o facto (*Rev. Port. de Filologia*, vol. X, p. 73 e acima estudo XXVII).

(⁴⁰) Julgamos que as formas de toponímia portuguesa miúda que indicámos são de incluir aqui. Duvidoso nos parece relacioná-las com qualquer derivado de *brança*, *brença*, etc. (v. *Rev. Lusitana*, vol. 19.º, p. 197, vol. 31.º, p. 312...).

XXIX

Lixosa

(Poiares — Poiares)

1706 *fonte lixosa* ⁽¹⁾, 1709 *fonte lixozza* ⁽²⁾, 1725 *fonte lixosa* ⁽³⁾, 1742 *fonte lixosa* ⁽⁴⁾, 1788 *Lixoza* ⁽⁵⁾, 1791 *Fonte lixoza* ⁽⁶⁾, 1794 *lixoza* ⁽⁷⁾, 1796 *lixoza* ⁽⁸⁾, 1801 *fonte lixoza* ⁽⁹⁾ e 1805 *Lixoza* ⁽¹⁰⁾.

Já em tempos registámos *Fonte da Bôrra* e *Fonte Surra* ⁽¹¹⁾; acrescentemos *Fonte Lodosa* (no Candal de V. N. de Gaia); designações parelhas com (*Fonte*) *Lixosa* e de explicação evidente ⁽¹²⁾.

⁽¹⁾ *Registos paroquiais de S. André de Poiares*, t. III, fl. 61-v.

⁽²⁾ *Ib.*, t. III, fl. 9 do 2.º caderno.

⁽³⁾ *Ib.*, t. IV, fl. 197-v.

⁽⁴⁾ *Ib.*, t. IV, fl. 246-v.

⁽⁵⁾ *Ib.* t. V (casamentos), fl. 339-v.

⁽⁶⁾ *Ib.*: *casamentos*: 1790-1802, fl. 54-v.

⁽⁷⁾ *Ib.*: *ib.*, f. 138-v.

⁽⁸⁾ *Ib.*: *ib.*, fl. 219-v.

⁽⁹⁾ *Ib.*: *ib.*, fl. 402.

⁽¹⁰⁾ *Ib.*: *casamentos*: 1802-1806, fl. 88 e 88-v. (no Arquivo da Universidade de Coimbra).

⁽¹¹⁾ *Rev. Port. de Filol.*, vol. VIII, pp. 334-335.

⁽¹²⁾ Naturalmente estes e eventualmente outros, contrastando com *Fonte Limpa* (Alvares - Góis) de que já há notícia em 1747 (Cardoso, *Dicion. Geogr.*, vol. I, p. 388).

XXX

Topónimos frásicos

Topónimos frásicos são aqueles que, no todo ou na parte essencial, provêm duma frase — muitas vezes uma proposição com predicado expresso —, frase essa que, em muitos casos — mas não em todos —, é uma alcunha ou apelido-alcunha: isto, muito em resumo, e omitindo complexidades, modestas complexidades, que noutros lugares temos já debatido ⁽¹⁾.

Juntamos agora alguns apontamentos com vista ao esclarecimento de uns quantos topónimos desta natureza.



Mal Cofarte (quinta da freguesia de Santiago — Almada) — É de 1879 a abonação mais antiga, por nós conhecida, deste nome local ⁽²⁾. Decerto uma busca mais minuciosa nas fontes locais levar-nos-ia bem mais longe no tempo, porquanto, embora de análise fácil, o nome tem uma tal ou qual aparência de antiguidade.

Evidentemente: em *Quinta de Mal Cofarte* entrevê-se o nome ou a alcunha de um antigo proprietário.

Tal nome ou alcunha, *Mal Cofarte*, tem como primeiro elemento *mal*, forma de *malo* encurtada por próclise ⁽³⁾; a segunda parte, *cofarte*, é equivalente de *que farte* que, muito legitimamente, já tem sido registado como locução adverbial ⁽⁴⁾ e que de facto tem o sentido de 'em abundância, muito' ⁽⁵⁾; hoje em vez de *cofarte* ou *que farte*, ouve-se *que se farta*. Em suma: *Quinta de Mal cofarte* equivale a *Quinta do Mau que se farta*.



Molhapão (1 - Belas — Sintra e 2 - Nespéral — Sertã) — A existência do primeiro topónimo documenta-se em 1712: *quinta de Molhapão* ⁽⁶⁾. A do segundo, em 1689: *Molhapão* ⁽⁷⁾.

Formas antigas doutros topónimos aproximáveis são: 1258 *fontem de mola pam* ⁽⁸⁾ e 1270 *mola pã grãde* ⁽⁹⁾.

Evidentemente, uns quantos espécimens de topónimos cuja base é uma alcunha frásica. Claramente, o *molha-pão* era o indivíduo que molhava o pão para aumentar-lhe o peso e auferir maior lucro com a sua venda ou transporte; *molhar o pão* (entenda-se: o grão, não o pão cozido pronto a comer-se) era delito tão grave que as nossas *Ordenações*, em certos casos, cominavam para ele a pena de morte ⁽¹⁰⁾.

Na nomenclatura local espanhola temos *Mollafarina* (Lugo) e *Mollapán* (Pontevedra) ⁽¹¹⁾.

Na documentação antiga encontrámos: 1201 *Fonpanera* ⁽¹²⁾.



Deve em lealdade acrescentar-se que é possível na génese destes topónimos não se ir dar apenas a uma explicação que assenta, em última análise, na fraude ou no espírito de fraude. É que havia na velha técnica de padaria a prática do *almodón* 'harina de trigo humedecido y después molido...' ⁽¹³⁾.

(¹) Neste *Boletim de Filol.*, t. XXI, pp. 108-116, na *Rev. Port. de Filol.*, vol. XV, pp. 17-21 e 260-262, e em *De onomástica* (Lisboa, 1975), pp. 14-15.

(²) Baptista, *Corogr. Moderna... de Portugal* (Lisboa, 1879), vol. VII, p. 508.

(³) Nunes, *Gramática Hist.* (2.^a ed.), p. 75.

Limitamo-nos a apontar formas toponímicas em que consta esta forma *mal'*: em 1258, *casal de Mal christiano* (*Inquisitiones*, p. 352). Na toponímia de hoje mantêm-se *Malfór* (Crato) que é idêntico a *Malfôr* ou *Malfôro*, que já se tem traduzido mediante a forma *Mau-foro* (Damião Augusto de Brito Vasconcelos, *Notícias históricas de Tavira*. Lisboa, 1937, p. 218, 187 e 67 respectivamente), *Mal Forno* (p.v. meeira da Mafra e Sobral de Monte Agraço) e *Mal Frade* (Alcoutim) que também já se vai modernizando em *Mau Frade*.

(⁴) Cândido de Figueiredo, *Dicionário* (14.^a ed.), s.v. *fartar*.

(⁵) Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, vol. II, pp. 165, 169, 240-241 e 483 documenta e explica bem *cofarte* e *que farte(s)*. Permite-se-nos que juntemos algumas abonações: *bom, virtuoso que farte* (Garcia de Resende, *Miscelânea*, apensa à ed. de 1798 da sua *Crónica de D. João II*, p. 342); *Que farte ouvira...* (Camilo, *Livro de Consolação*, 1.^a ed., p. 17); *o Minho tem que farte para encher a carteira de viagem de qualquer «touriste» curioso* (José Augusto Vieira, *O Minho Pitoresco*, vol. I, p. 386). Estes dois últimos exemplos têm sabor mais literário que vernacular. Não obstante, em texto de meado do século XIX, alguém, depois de enumerar quantos o serviam, concluía: *inda é co'farte* (*Usos e costumes, nas margens do Cávado em 1850*, p. 26: *Cadernos de Etnografia* — 6. Barcelos, 1966).

(⁶) Costa, *Corogr. Port.*, vol. III, p. 51.

(⁷) Meireles, *Prontuário*, p. 297.

(⁸) *Inquisitiones*, p. 1354: aparece como nome de lugar nos limites de um reguengo que ficava na freguesia de Vilar de Nantes.

(⁹) *Livro I de Doações de D. Afonso III*, fl. 101-v.; aparece na carta de aforamento de *Barrela* (e não *Barla*, como diz Franklin, *Memória*, p. 257), lugar hoje na freguesia de Vreia de Jales.

(¹⁰) *Colecção de legislação antiga e moderna do reino de Portugal* (Coimbra, 1807), t. III, parte II (Livro V, título 59.^o, pp. 92-93).

Uma alcunha que se nos afigura infamante fez surgir narrativa embelezadora (v. *Grande Enc. Port. e Brasileira*, vol. XVII, p. 550).

Desta *tecnologia* rústica de molhar o pão, alguma ideia dará um gracioso passo de Juan Valera, *Juanita la Larga* (cap. IV) onde se encarecem as virtudes de certa *fuelle triguera*...

(¹¹) Pomos de reserva as formas incertas *Mojapan* — *Mazapan* — *Pasapan* que regista Madoz, *Diccionario*, vol. XI, p. 454.

(¹²) Vignau, *Cartul. Eslonza*, p. 196. Evidentemente corresponde a *Fonte panera* e encontrará explicação paralela a *fontem de mola pam* ou *fuelle triguera* da novela de Valera.

(¹³) Academia, *Diccionario* (18.^a ed.), s.v. Sobre o *almodón*, v. o *Diccionario de Autoridades* e Dozy, *Glossaire*.

Faculdade de Letras de Lisboa

Composto e impresso na
GRÁFICA MONUMENTAL, LDA.
Rua Neves Ferreira, 13 - Lisboa

